

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

MARCIA CORDEIRO COSTA

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL
NO CENÁRIO
INSTITUCIONALIZADO
DA UFMA SOB A ÉGIDE DO
REGIME CIVIL-MILITAR
(1966 a 1979):
Memórias reveladas**

**SÃO LUÍS
2025**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

MARCIA CORDEIRO COSTA

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO CENÁRIO INSTITUCIONALIZADO DA
UFMA SOB A ÉGIDE DO REGIME CIVIL-MILITAR (1966 a 1979): memórias
reveladas.**

São Luís

2025

MARCIA CORDEIRO COSTA

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO CENÁRIO INSTITUCIONALIZADO DA UFMA
SOB A ÉGIDE DO REGIME CIVIL-MILITAR (1966 a 1979): memórias reveladas.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof.^o Dr. César Augusto Castro.

São Luís

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Costa, Marcia Cordeiro.

O movimento estudantil no cenário institucionalizado da UFMA sob a égide do regime civil-militar 1966-1979 : memórias reveladas / Marcia Cordeiro Costa. - 2025. 221 f.

Orientador(a): César Augusto Castro.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2025.

1. Movimento Estudantil Acadêmico.
 2. Memórias Reveladas.
 3. Regime Civil-Militar.
 4. Arquivo do Dops.
 5. Ufma.
- I. Castro, César Augusto. II. Título.

MARCIA CORDEIRO COSTA

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO CENÁRIO INSTITUCIONALIZADO DA UFMA
SOB A ÉGIDE DO REGIME CIVIL-MILITAR (1966 a 1979): memórias reveladas.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Aprovada em: ____/____/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. César Augusto Castro (orientador)
Doutor em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Katya Mitsuko Zuquim Braghini
Doutora em Educação
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof.^a Eliany Alvarenga de Araújo
Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal de Goiás

Prof.^a Marize Helena de Campos
Doutora em História
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Iran de Maria Leitão Nunes
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Ao meu querido marido, *José Almeida Costa Filho*
(In memória).

Esta tese também faz parte de um sonho que sonhamos juntos. A cada dia, por todos os momentos em que me dediquei na construção desse trabalho, sua imagem resplandecia à minha frente. Com certeza, você esteve ao meu lado por todo esse tempo. Eu sei que vou te amar por toda a minha vida.

À minha filha *Maiara Cordeiro Costa*, companheira, que se faz liderança pelos mesmos caminhos por mim trilhados. O meu girassol a iluminar minha vida.

AGRADECIMENTOS

Na elaboração da tese do doutorado, apesar do processo solitário a que qualquer investigador está destinado, reúne contributos de várias pessoas. Portanto, sou imensamente grata a todas as pessoas que fizeram parte desse momento. Uma vez que esta tese foi tecida durante uma pandemia, na resistência de um desgoverno, e na profunda dor da perda do meu amado esposo *José Almeida Costa Filho*.

Assim, primeiramente, agradeço a *Deus e a Nossa Senhora da Conceição*, por ter me oportunizado o doutoramento e me concedido forças para enfrentar o quadro de depressão e chegar até aqui,

Agradeço *in-memoriam* aos meus pais *Francisco de Sales e Maria Cordeiro*, pelo amor dedicado a família e pelos princípios por eles ensinados que são uma constante fonte de inspiração na minha vida. Meu agradecimento eterno, amo vocês!

De forma incondicional à minha amada filha, *Maiara Cordeiro Costa*, pelo amor, pela presença constante, incentivo e paciência, e ser meu exemplo de determinação e coragem, por me lembrar que eu posso ir mais longe.

À familiares e amigas/os que de uma forma ou de outra contribuíram para o meu equilíbrio pessoal na realização deste sonho, especialmente à minha sogra *Dona Maria Clara* que me acolheu em seu colo materno me cercando de atenção e carinho constante.

Às minhas cunhadas *Claudia Costa, Ana Clara, Emilia Maria e Mary Angélica*, meu coração agradece o carinho a atenção de cada uma de vocês. Obrigado por sempre terem me apoiado.

Agradeço em especial *in-memoriam* a *José Almeida Costa Filho* meu companheiro de vida, de luta e de sonhos.

Ao doutor *Caio R. Lima Neuenschwander Penha*, gratidão pela sua dedicação e seu trabalho, por trazer paz e alívio nos momentos mais difíceis. Seu trabalho vai muito além da medicina, ele cura também nossas almas. Além do tratamento médico, foi fundamental para mim a sala de aula. Ali, no cotidiano do que eu gostava de fazer eu buscava forças para superar a depressão. Por isso faço um agradecimento especial a todos os meus alunos que conviveram comigo nesse período.

Ao professor *Dr. Franklin Douglas Ferreira*, agradeço imensamente a sua ajuda na busca pelos entrevistados da minha pesquisa, especialmente pelos contatos e informações que foram compartilhados.

À professora *Dra. Dirlene Santos Barros* chefe do Departamento de Biblioteconomia pelo apoio inestimável ao longo de todo o processo do meu doutoramento e pessoal que possibilitaram a realização deste projeto.

À professora *Aleilma Inácia Estrela Paixão Soares*, gostaria de expressar minha gratidão pela revisão do texto em minha qualificação do projeto de pesquisa. A sua atenção aos detalhes e os seus comentários foram extremamente úteis para aprimorar o texto e torná-lo mais claro e coerente.

À amiga e bibliotecária *Regina Célia Veiga*, pela atenciosidade e eficiência, na normalização da tese. Seu apoio e incentivo ao longo desse percurso foi fundamental!!

Ao designer gráfico *Daniel da Cunha Costa* pela produção e criação da capa da tese, foi demais.

Ao professor *Dr. César Augusto Castro*, pela orientação valiosa e cuidadosa. Agradeço por esperar o meu momento de escrita e por acreditar em mim.

Aos meus colegas do *Departamento de Biblioteconomia* pude contar com o carinho e solidariedade, sem exceção, que demonstraram extrema sensibilidade diante de uma situação que somente quem vive tem a real dimensão da dor.

Agradeço todos os entrevistados que compartilharam sua história e trajetória no *Movimento estudantil* da UFMA. Pela confiança, minha total gratidão.

Também desejo agradecer aos membros da banca examinadora, a Professora Dra. *Katya Mitsuko Zuquim Braghini*, a Professora Dra. *Iran de Maria Leitão Nunes*, a Professora Dra. *Marize Helena de Campos* e a Professora Dra. *Eliany Alvarenga de Araújo*, por dedicarem seu tempo e atenção para avaliar este trabalho e pelas significativas contribuições no processo de qualificação.

A todos os meus colegas da primeira turma do doutorado do PPGE em Educação da UFMA que compartilharam dos inúmeros desafios que enfrentamos, ao iniciar as atividades acadêmicas em um momento pandêmico, o meu carinho a *Ilma, Teresinha, Zeila, Hadryan, Magnúcia, Raimunda, Patrícia, Zeila, Sabrina, Tamires, Elinete, Francilene e Diego*.

Sou grata às *professoras e professores do Programa* que compartilharam suas experiências, conhecimentos e ideias ao longo deste caminho. E aos/as servidores/as do PPGE/UFMA, pela atenção dedicada. Por fim, a todos deixo o meu reconhecimento de que suas amizades e estímulos foram imprescindíveis para que eu conseguisse chegar até este momento, de uma mudança importante em minha vida.

"Para que nunca se esqueça, para que nunca
mais aconteça."

(Dom Paulo Evaristo Arns).

RESUMO

Esse é um estudo sobre o MOVIMENTO ESTUDANTIL NO CENÁRIO INSTITUCIONALIZADO DA UFMA SOB A ÉGIDE DO REGIME CIVIL-MILITAR (1966 a 1979): memórias reveladas, cujo objetivo é analisar a ação política do movimento estudantil no âmbito da UFMA sob a égide da ditadura militar. A investigação tem como marco inicial o ano de 1966 período em que a UFMA foi institucionalizada através da Lei nº5.152/66. Por sua vez, adotamos como marco final para nossa investigação o ano de 1979, marcado pela retomada do movimento estudantil com a greve da meia passagem. Tem como objetivos específicos: analisar a reorganização e atuação das entidades estudantis com a institucionalização da UFMA; verificar como o Diretório Central dos Estudantes se relacionava com a Administração Superior da instituição; Identificar as reivindicações e as questões sociais, políticas e educacionais levantadas pelo ME, enquanto sujeitos inseridos num sistema federal de ensino superior na dinâmica temporal; Distinguir os mecanismos de resistência do movimento estudantil frente à vigilância e ao aparato repressivo interno à instituição. Portanto, para examinar o movimento estudantil, no contexto do regime de militar e a história da educação, fazemos uso do aporte teórico dos autores Poerner (1979), Sanfelice (1986), Foracchi (1965), Ventura (1988), Fávero (1994), Valle (2008), Martins Filho (1998), Santana (2007), Pellicciotta (1997), Müller (2016), Motta (2014), Germano (2000) e Cunha e Góes (2002). Para tratar de nosso objeto de pesquisa, aplicamos duas estratégias metodológicas, quais sejam a história oral e a pesquisa documental. Realizamos 9 entrevistas semiestruturadas, utilizando um roteiro pré-definido como guia, a fim de registrar as memórias dos ex-militantes estudantis. Nessa perspectiva, os pressupostos da História Oral fundamenta-se em: Thompson (2002), Halbwachs (2006), Pollak (1989), Alberti (2005), Delgado (2006), Amado e Ferreira (2006). Já a pesquisa documental, tem como fonte de análise os documentos que foram produzidos e apreendidos pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Estado do Maranhão no referido marco temporal da pesquisa. Para auxiliar na reflexão sobre essas fontes documentais, tomamos como referência as contribuições de Nora (1993), Chartier (2001), Burke (2005), Ricoeur (2007) e Le Goff (2003). A documentação analisada encontra-se no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), e foi organizada através o projeto do “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas”. A pesquisa mostrou que as principais bandeiras do Movimento Estudantil estavam relacionadas à organização e à estruturação dos diretórios acadêmicos da UFMA. Ao analisar os documentos emitidos pela ASI/UFMA e pela DOPS/MA, percebemos que suas ações se concentravam principalmente na vigilância, monitoramento, censura e repressão política, especialmente dentro do campus e no dia a dia das atividades do Diretório Central da UFMA, pois viam, no movimento estudantil uma ameaça à ordem estabelecida. Observamos também que, durante alguns momentos, a polícia política, representada pela DOPS e pela ASI/UFMA, foi mais detalhista ao monitorar as atividades dos estudantes, especialmente no final da década de 1970. Depois desse período, muitas vezes, os registros dos eventos estudantis aparecem apenas por meio de trechos de jornais, como o Jornal Veja Isto, produzido pelos próprios estudantes do DCE da UFMA. A relação entre o DCE, a Igreja Católica e a participação das mulheres no Movimento Estudantil da UFMA aparece de várias maneiras nas fontes consultadas. Através das entrevistas e dos documentos analisados, percebemos que os estudantes conseguiram transformar o DCE da UFMA em um espaço de representação estudantil e também de apoio a setores da sociedade civil que se opunham à ditadura no estado. Dessa forma, destaca-se a importância desta pesquisa para ajudar a entender melhor a história da educação no Maranhão. O estudo vai permitir identificar aspectos de um período importante, que marcou uma mudança no cenário do ensino superior na região, além de mostrar como o Movimento estudantil passou a atuar na UFMA nesse contexto.

Palavras-chaves: Movimento estudantil acadêmico; Memórias reveladas; Regime civil- militar; Arquivo do DOPS; UFMA.

ABSTRACTS

This is a study about the STUDENT MOVEMENT IN THE INSTITUTIONALIZED SCENARIO OF UFMA UNDER THE AEGIS OF THE CIVIL-MILITARY REGIME (1966 to 1979): revealed memories, whose objective is to analyze the political action of the student movement within UFMA under the aegis of the military dictatorship. The investigation has as its initial landmark the year 1966, the period in which UFMA was institutionalized through Law No. 5,152/66. In turn, we adopted as the final landmark for our investigation the year 1979, marked by the resumption of the student movement with the half-fare strike. Its specific objectives are: to analyze the reorganization and performance of student entities with the institutionalization of UFMA; to verify how the Central Student Directory related to the Higher Administration of the institution; Identify the demands and social, political and educational issues raised by the ME, as subjects inserted in a federal higher education system in the temporal dynamics; Distinguish the resistance mechanisms of the student movement in the face of surveillance and the repressive apparatus within the institution. Therefore, to examine the student movement, in the context of the military regime and the history of education, we use the theoretical contribution of the authors Poerner (1979), Sanfelice (1986), Foracchi (1965), Ventura (1988), Fávero (1994), Valle (2008), Martins Filho (1998), Santana (2007), Pellicciotta (1997), Müller (2016), Motta (2014), Germano (2000) and Cunha and Góes (2002). To address our research object, we applied two methodological strategies, namely oral history and documentary research. We conducted 9 semi-structured interviews, using a predefined script as a guide, in order to record the memories of former student activists. From this perspective, the assumptions of Oral History are based on: Thompson (2002), Halbwachs (2006), Pollak (1989), Alberti (2005), Delgado (2006), Amado and Ferreira (2006). The documentary research, on the other hand, has as its source of analysis the documents that were produced and seized by the Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) of the State of Maranhão in the aforementioned time frame of the research. To assist in the reflection on these documentary sources, we took as reference the contributions of Nora (1993), Chartier (2001), Burke (2005), Ricoeur (2007) and Le Goff (2003). The documentation analyzed is located in the Public Archives of the State of Maranhão (APEM) and was organized through the project “Reference Center for Political Struggles in Brazil – Revealed Memories”. The research showed that the main causes of the Student Movement were related to the organization and structuring of the academic directories of UFMA. When analyzing the documents issued by ASI/UFMA and DOPS/MA, we realized that their actions focused mainly on surveillance, monitoring, censorship and political repression, especially within the campus and in the day-to-day activities of the Central Directorate of UFMA, as they saw the student movement as a threat to the established order. We also observed that, at times, the political police, represented by DOPS and ASI/UFMA, were more detailed in monitoring the activities of students, especially in the late 1970s. After this period, records of student events often appear only through newspaper excerpts, such as Jornal Veja Isto, produced by the students of the DCE of UFMA. The relationship between the DCE, the Catholic Church and the participation of women in the Student Movement of UFMA appears in various ways in the sources consulted. Through the interviews and documents analyzed, we realized that the students managed to transform the UFMA DCE into a space for student representation and also for supporting sectors of civil society that opposed the dictatorship in the state. Thus, the importance of this research is highlighted in helping to better understand the history of education in Maranhão. The study will allow us to identify aspects of an important period that marked a change in the scenario of higher education in the region, in addition to showing how the student movement began to act at UFMA in this context.

Keywords: Academic student movement; Revealed memories; civil-military regime; DOPS Archive; UFMA.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|------------|---|-----|
| Figura 1 | – Tela do Banco de Dados Memórias Reveladas do Arquivo Nacional..... | 29 |
| Figura 2 | – A Fran Paxeco, o mestre, oferta de seus discípulos (1922)..... | 47 |
| Figura 3 | – Dom José de Medeiros Delgado (1951-1963)..... | 58 |
| Figura 4 | – Homenagem concedida ao general Castelo Branco em 1967..... | 71 |
| Figura 5 | – Reitor da UFMA Cônego José de Ribamar Carvalho (1968-1972)..... | 91 |
| Figura 6 | – Instituto de Ciências Físicas e Naturais/ Vista da fachada principal (1972)..... | 101 |
| Figura 7 | – Policiais e universitários se enfrentam durante "a greve do um terço." | 126 |
| Figura 8 | – Primeira edição da UNE volante realizada em 1962..... | 127 |
| Figura 9 | – Sistema de Segurança Nacional de Informação “O monstro.” | 139 |
| Figura 10 | – Inventário Analítico das Séries da DOPS,2010..... | 142 |
| Figura 11 | – Tela dos sistemas de consulta do acervo digital do APEM..... | 155 |
| Figura 12 | – Tela do Instrumento de pesquisa o Inventário Analítico das Séries do DOPS (Acervo Digital)..... | 156 |
| Figura 13 | – Ficha na DOPS da estudante de Direito Maria Ignez Guimarães Martins..... | 161 |
| Figura 14 | – O jornal Revisão do DCE gestão <i>Decisão</i> em 1977..... | 163 |
| Figura 15 | – VII Encontro Nacional de Faculdades de Direito do Brasil na FUM (1977)..... | 165 |
| Figura 16- | – Informe da ASI sobre o estudante Ricardo Tadeu Bugarim Dualibe..... | 166 |
| Figura 17 | – Informe da ASI sobre os líderes estudantis Coelho Neto e José Arimatéa..... | 167 |
| Figura 18 | – Continuação do Informe nº0322..... | 168 |
| Figura 19 | – Líderes estudantis da chapa <i>unidade</i> . ufma,1978..... | 170 |
| Figura 20 | – O grupo Unidade na sala da Igreja São João.(1978)..... | 172 |
| Figura 21 | – Jornal <i>Veja Isto</i> do grupo Unidade (1978-1979)..... | 174 |
| Figura 22 | – Campanha pela meia-passagem lançada no Jornal <i>Veja Isto</i> (1978)..... | 176 |
| Figura 23 | – Entrega do abaixo-assinado com 35.000 assinatura pela meia-passagem(1978)..... | 177 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| Figura 24 | – Logomarca do DCE da gestão <i>Unidade</i> no ano 1979..... | 179 |
| Figura 25 | – Mobilização dos estudantes da UFMA e FESM para eleição do DCE..... | 181 |
| Figura 26 | – Informe sobre a mobilização do DCE da UFMA..... | 182 |
| Figura 27 | – Descrição das mobilizações do DCE pelo SNI (1979)..... | 183 |
| Figura 28 | – Identificação dos líderes estudantis pelo SNI (1979)..... | 184 |
| Figura 29 | – Estudantes maranhenses no XXXI Congresso da UNE (1979)..... | 185 |
| Figura 30 | – Paralisação e manifestação dos estudantes pela meia-passagem..... | 187 |
| Figura 31 | – UFMA e FESM na luta pela meia-passagem em 1979..... | 188 |
| Figura 32 | – O líder estudantil Juarez Medeiros sob a mira do DOPS..... | 190 |
| Figura 33 | – Manifesto da FESM (1979)..... | 191 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Demonstrativo dos entrevistados | 32 |
| Quadro 2 – Mudanças presentes na lei da Reforma universitária de 1968 | 87 |
| Quadro 3 – Matrícula na Universidade Federal do Maranhão (1967-1972)..... | 103 |
| Quadro 4 – Matrícula na Universidade Federal do Maranhão (1973-1975)..... | 105 |
| Quadro 5 – Nova Estrutura Administrativa da UFMA (1979) | 106 |
| Quadro 6 – Matrícula na Universidade Federal do Maranhão (1976-1979)..... | 107 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 – Instituições de ensino superior mantidas pela Fundação Paulo Ramos | 54 |
| Tabela 2 – Cursos da Faculdade de Filosofia de São Luís | 59 |
| Tabela 3 – Jornais Acadêmicos produzidos no ano de 1950. | 62 |
| Tabela 4 – Instituições de ensino superior incorporadas a Universidade (Católica). | 67 |
| Tabela 5 – Instituições de ensino superior criadas no governo Sarney (1966-1970) | 80 |
| Tabela 6 – Proposta de Reestruturação do Estatuto de 1967 da UFMA..... | 94 |
| Tabela 7 – Organização básica proposta pelo estatuto de 1969 da UFMA | 95 |
| Tabela 8 – Superintendências da Estrutura Administrativa da UFMA (1970)..... | 96 |
| Tabela 9 – Centros de Coordenação proposta pelo Estatuto de 1969 da UFMA | 97 |
| Tabela 10 – Ciclo Básico coordenado pelo centro de Estudos Gerais/UFMA (1970) | 98 |
| Tabela 11 – A JUC em cursos superiores, Brasil (1950-1960) | 120 |
| Tabela 12 – Evolução das Matrículas no Ensino Superior - Brasil (1940- 1960). | 121 |
| Tabela 13 – Evolução das Matrículas em Estabelecimentos Públicos e Privados no Brasil. | 132 |
| Tabela 14 – Descrição sumária dos documentos de caráter sigiloso do APEM..... | 140 |
| Tabela 15 – Dossiês da Série <i>Subversão</i> | 144 |
| Tabela 16 –Lista das Séries da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-MA) | 145 |
| Tabela 17 – As normas de elaboração dos documentos de informação pela DOPS..... | 146 |
| Tabela 18 – Funções Permanentes das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS)..... | 151 |
| Tabela 19 – (Série Estudantes) Sistema de Informação do APEM | 154 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|--------|---|
| ACB | - Ação Católica Brasileira |
| ACE | - Ação Católica Especializada |
| AI | - Ato Institucional |
| AP | - Ação Popular |
| APEM | - Arquivo Público do Estado do Maranhão |
| ASI | - Assessorias de Segurança e Informação |
| CA | - Centro Acadêmico |
| CAD | - Coligação Acadêmica |
| CBA | - Comitês Brasileiros pela Anistia |
| CFE | - Conselho Federal de Educação |
| CLIRU | - Comissão de Legislação e Implantação da Reforma Universitária |
| CNBB | - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| CPC | - Centro Popular de Cultura |
| CRUTAC | - Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária |
| DA | - Diretório Acadêmico |
| DA's | - Diretórios Acadêmicos |
| DCE | - Diretório Central de Estudantes |
| DNE | - Diretório Nacional de Estudantes |
| DOPS | - Delegacia de Ordem Política e Social |
| DSI | - Divisões de Segurança e Informações |
| DUC | - Diretório Universitário Central |
| DURIL | - Departamento Universitário de Rádio, Imprensa e Livro |
| EMFA | - Estado Maior das Forças Armadas |
| FESM | - Federação das Escolas Superiores do Maranhão |
| FJD | - Frente da Juventude Democrática |
| FUM | - Fundação Universidade do Maranhão |
| GHIMEM | - História e Memória da Educação Maranhense |
| IAPC | - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários |
| IES | - Instituições de Ensino Superior |
| ILA | - Instituto de Letras e Artes |
| JAC | - Juventude Agrária Católica |
| JEC | - Juventude Estudantil Católica |
| JOC | - Juventude Operária Católica |
| JUC | - Juventude Universitária Católica |

| | |
|--------|--|
| LDB | - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| MCP | - Movimento de Cultura Popular |
| MDB | - Movimento Democrático Brasileiro |
| ME | - Movimento Estudantil |
| MEB | - Movimento de Educação de Base |
| MEC | - Ministério da Educação e Cultura |
| OMS | - Organização Mundial da Saúde |
| PPGE | - Programa de Pós-Graduação em Educação |
| PTB | - Partido Trabalhista Brasileiro |
| SEDEMA | - Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão |
| SEPLAN | - Secretaria de Planejamento |
| SISNI | - Sistema de Segurança Nacional e Informações |
| SMDDH | - Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos |
| SNI | - Serviço Nacional de Informação |
| SNRU | - Seminário Nacional de Reforma Universitária |
| SOMACS | - Sociedade Maranhense de Cultura Superior |
| SSPMA | - Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão |
| SUPLAN | - Superintendência de Planejamento e Desenvolvimento Educacional |
| UBES | - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas |
| UEE | - União Estadual de Estudantes |
| UFMA | - Universidade Federal do Maranhão |
| UME | - União Maranhense de Estudantes |
| UME | - União Metropolitana dos Estudantes |
| UNB | - Universidade de Brasília |
| UNE | - União Nacional dos Estudantes |
| USAID | - United States Agency for International Development |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO: delineando o roteiro da pesquisa..... | 16 |
| 2 | PRELÚDIO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS SUPERIORES ISOLADAS NO MARANHÃO À FEDERAÇÃO DAS ESCOLAS: cenário I..... | 37 |
| 3 | O EPISÓDIO DA TRANSIÇÃO DA UNIVERSIDADE “CATÓLICA” À UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO: cenário II..... | 62 |
| 4 | ITINERÁRIO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA UFMA NO CENÁRIO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968: em tempos sombrios de repressão e expansão..... | 82 |
| 5 | NO PALCO O MOVIMENTO ESTUDANTIL: reflexões acerca das categorias juventude e estudante..... | 109 |
| 5.1 | Em Cena a União Nacional de Estudantes (UNE): desafios e lutas de uma geração | 118 |
| 6 | DESCRIÇÃO DO FUNDO DOPS/MA NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO: lugar de memória e resistência..... | 135 |
| 7 | SOB VIGILÂNCIA DA DOPS O MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFMA: “para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça” | 158 |
| 7.1 | O subversivo (ILA): prelúdio pela retomada dos diretórios estudantis da UFMA..... | 159 |
| 7.2 | O advento e a ousadia do Grupo Unidade | 169 |
| 8 | CONCLUSÃO: <i>palavras finais</i> | 192 |
| | REFERÊNCIAS | 195 |
| | APÊNDICES | 212 |
| | ANEXOS | 217 |

1 INTRODUÇÃO: delineando o roteiro da pesquisa

“A construção do objeto é processual e envolve um trabalho constante de vigilância, de desvencialhamento das fragilidades e dos conhecimentos primeiros.”

(Bachelard, 1996, p.29).

E para leitura desse processo de construção é indispensável nos prepararmos para um percurso que se inicia com a opção pelo tema até a escrita do último parágrafo. E trilhar esse itinerário pelo interesse investigativo sobre o objeto que está relacionado à nossa história de engajamento no Movimento Estudantil (ME), conduz-nos à rememoração dessa trajetória. Compreendemos ainda que “[...] lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho.” Bosi (1995, p.55). Nesse sentido, reportamo-nos às memórias da nossa militância ativa na Pastoral da Juventude quando, simultaneamente, ingressava no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em 1992. Da militância pastoral, chegando às discussões na universidade e de forma natural à militância no ME.

Lembro que, nessa época, a UFMA vivia uma ampla discussão e mobilização, a saber, a realização de eleições para Reitor. Nesse processo, constituiu-se o movimento “EU QUERO VOTAR E O CONSUN NÃO QUER DEIXAR,” organizado pelos estudantes em que se discutia a limitação que se fazia à participação estudantil na eleição para Reitor. No período subsequente a essa eleição, o lançamento de seis chapas às eleições estudantis para o Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFMA expressavam o novo momento vivido pelas forças políticas que atuavam no ME. Vencem as eleições a chapa CONTRA PONTO (92/93), que conquista a gratuidade do vestibular aos alunos de escola pública.

O palco dessas ações era um país polarizado pela política neoliberal que imprimiu a ideia de competição como solo intransponível das relações sociais, políticas e econômicas. Nessa ambiência, resgato a nossa atuação na Secretaria de Movimentos Populares e Secretaria Geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFMA na gestão “CONTRAVERSÃO” no período de 1995 a 1996, cuja experiência redundou no processo de concepção de escolha do tema da minha monografia de conclusão da graduação, realizado em 1998¹. Nesta pesquisa,

¹ CORDEIRO, Marcia dos Santos. **O movimento estudantil da UFMA:** memórias de uma geração (1989-1996). 191f. Monografia. (Graduação em Biblioteconomia). Universidade Federal do Maranhão, 1998.

deparamo-nos com o descaso de implementação de ações políticas de preservação da memória por parte da entidade estudantil, que se apresentava de forma óbvia nas suas falhas existentes de organização, conservação e recuperação de sua história. Vários desafios foram enfrentados ao registrar essa memória; dentre eles, o trato com as fontes adicionadas às preocupações e vigilâncias epistemológicas, principalmente, quando o campo específico se trata de um estudo sobre o ME.

Salientamos que a pesquisa inicial sobre esse movimento social nos oportunizou reconhecer nele a importância intrínseca enquanto objeto de pesquisa para História da Educação. É oportuno sublinhar que o campo da História da Educação tem aproximado relações com outras disciplinas e campos investigativos o que colabora para uma renovação teórica das pesquisas em História da Educação e ainda para a incorporação de novas abordagens teórico metodológicas. Para Burke (1997), nessa esfera de reflexão, um dos traços marcantes neste movimento tem inspiração na vertente interpretativa da Nova História Cultural que inaugurou outras possibilidades de pesquisa para além da narrativa linear dos acontecimentos e optou por uma história-problema que atentasse para todas as atividades humanas. O resultando são novos olhares e novos instrumentos conceituais e o refino analítico dos novos objetos, ampliando temáticas que envolvem espaços, instâncias e atores não formais dos processos educativos.

Por conseguinte, em 2007, iniciei o mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMA, na linha de pesquisa de História e Memória da Educação Maranhense (GHIMEM), no qual defendi a dissertação “Em cena o Movimento Estudantil Acadêmico no Maranhão: 1930-1950 em agosto de 2009². Nesta pesquisa, analisamos o Movimento Estudantil Acadêmico no Maranhão entre 1930-1950, período em que se organiza e expande o ensino superior em nosso estado, identificando as práticas estudantis, sociais e políticas, voltadas para a estruturação desse ensino.

Focaliza-se, inicialmente, o estudo da Imprensa Estudantil, adotando como metodologia a pesquisa histórica e a análise documental da imprensa periódica produzida pelos acadêmicos, onde a Nova História Cultural tem potencializado um aporte teórico para os pesquisadores que tem adotado essas fontes para pesquisa histórico-educacional. Posteriormente publicada em livro³. Destarte, essa temática representa a continuidade de nossos estudos desenvolvidos sobre o Movimento Estudantil Acadêmico que nos conduz à

² COSTA, Marcia Cordeiro. Em cena o movimento estudantil acadêmico no Maranhão: 1930-1950.2009. 120f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

³ COSTA, Marcia Cordeiro. O movimento estudantil acadêmico e a imprensa estudantil no Maranhão (19301950): uma contribuição à história da educação. Curitiba: Appris,2014.

contribuição de estudos no campo da história da educação no Maranhão. Assim, a experiência de investigação, de estudo e de formação no referido Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) nos revelou o horizonte de nossos estudos de doutoramento. Com essas motivações, em março de 2020, ingressei na primeira turma do recém-inaugurado curso de doutorado em Educação do PPGE da UFMA.

A partir de meados do século XX, a história do país é caracterizada como um momento de ampla participação política estudantil, tanto pela memória social, quanto pela historiografia. Entretanto, há uma zona silenciosa nas pesquisas em educação sobre a participação discente ou do movimento estudantil como um dos elementos estruturadores da universidade. No caso do Maranhão, deparamo-nos com a carência de estudo sobre o tema que investigue as lutas e ações do ME no âmbito das instituições educacionais, com particular destaque para o histórico em relação ao movimento estudantil da UFMA após sua institucionalização no período de regime militar.

Se por um lado a escassez de estudos sobre o tema no campo da História da Educação no Maranhão dificulta a realização de pesquisa que tenha esse movimento social como objeto, por outro, reforça a sua relevância. Ademais, outro desafio que precisa ser pontuado, segundo Fiegenbaum, Schneider e Machado (2012, p. 14). “[...] é a dificuldade de acesso a fontes primárias para a pesquisa historiográfica. Grande parte dos diretórios acadêmicos, nas diversas universidades do país, não preservaram um arquivo, ou foram vítimas de sabotagens e atentados ao longo de sua história.” Isso se agrava na medida em que parcela da juventude é assinalada pelo que Hobsbawm (1995) conceitua de presente contínuo: uma sensação de despertecimento e um desinteresse pelo passado.

A destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal às das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca no fim do segundo milênio. (Hobsbawm, 1995, p.13).

Ante o exposto, resgatar e analisar a atuação do movimento estudantil da UFMA frente ao regime ditatorial, requer vislumbrá-la como um fenômeno que manifesta importante dimensões, como sua localização histórica, a participação dos sujeitos da educação, a estrutura, a organização, o cotidiano da instituição, os atores da sociedade, o papel do Estado para com o ensino superior e o viés político e histórico do período a ser analisado. A história do ME faz parte da educação brasileira e analisar esse histórico significa promover a memória

de representação estudantil. Como bem colocou Maia Júnior (2008, p.20), “Não são meras lembranças [...]. As lutas de outrora não nos ensinam como lutar hoje, elas nos fazem ver que conflitos ditos por encerrados, ainda estão por aí, apesar das histórias oficiais e/ou recontadas.”

Em relação à produção bibliográfica acerca do ME da categoria estudantil universitária no regime militar no Brasil, verificamos que a temática foi tratada por diversos prismas, embora umas ainda se sobreponham, quantitativamente, às outras nos campos da história e da sociologia. Entre os conteúdos que compõem essa literatura, destacam-se assuntos que abarcam questões acerca do fenômeno de 1968 nos chamados “anos de chumbo” com o Ato Institucional (AI)-5 sobre o referido tema boa parte das pesquisas privilegia os acontecimentos emblemáticos e de grande repercussão que ocorreram principalmente no eixo Rio de Janeiro e São Paulo. Temos ainda a organização e (re)organização de entidades estudantis notadamente da União Nacional dos Estudantes (UNE), as esquerdas no meio estudantil, a análise sociológica do ME e dos grandes confrontos durante a repressão empreendida pelo governo ditatorial. Dentre as numerosas produções, é possível destacar os trabalhos realizados por estudiosos como Poerner (1979)⁴, Foracchi (1965)⁵, Sanfelice (1986)⁶, Ventura (1988),⁷ Fávero (1994)⁸, Martins Filho

⁴ O Poder Jovem (Poerner, 1979). Advogado e jornalista, o autor investigou as lutas estudantis dos tempos do Brasil-Colônia até as manifestações pelo Fora Collor, em 1992. A documentação trabalhada pelo autor se constituiu numa rica coleta de periódicos estudantis, leis, propostas educacionais, jornais e moções legislativas garantindo riqueza factual e um amplo panorama do ME brasileiro

⁵ “O estudante e a formação da sociedade brasileira” de 1965, considerado um clássico nas ciências sociais para compreender as ações estudantis no Brasil. Apresenta categorias de análises, tais como trabalho, sociabilização, carreira familiar, condição juvenil e emancipação econômica, que implicam em interpretar a condição dos universitários brasileiros como pequeno-burguesa.

⁶No contexto da “abertura lenta e gradual do regime” e buscando contribuir para romper um profundo desconhecimento dos jovens em relação ao Regime Militar, Sanfelice (1986) examina a produção política/teórica da UNE, a resistência desencadeada pela entidade à ditadura e as diversas tentativas dos governos militares em disciplinar o ME. Ao frisar que não se pode transferir a ideologia da UNE ao ME que se configurou em cada estabelecimento universitário, o autor nos sugere a importância de investigar o me nos estados e nas universidades.

⁷ O jornalista Zuenir Ventura publica “1968- O ano que não terminou.” Tendo como tema principal a resistência à ditadura, a obra retrata os intensos debates das esquerdas em relação às formas de luta contra o regime. O movimento estudantil, a opção pela luta armada e a resistência dos artistas recebem destaque especial.

⁸ A autora focaliza sua análise na UNE e nos projetos em disputa de reforma universitária. Discute o golpe, a conjuntura do pós-64 e a radicalização das relações entre o ME e a ditadura militar. Mostra os enfrentamentos entre ambos notadamente em relação à Lei Suplicy e aos acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development (Mec-Usaid).

1998)⁹, Valle(2008)¹⁰ e Pellicciotta (1997).¹¹ Desses estudos, observamos que eles se voltaram, de modo predominante, para a reiteração de descontinuidade do movimento estudantil após 1968, posteriormente à decretação do AT nº 5. No entanto, a assertiva de continuidade das mobilizações dos estudantes universitários foi examinada e defendida na última década pela obra da historiadora Angélica Müller (2016)¹² que apresenta outra face da resistência, que acontecia internamente às instituições universitárias e utilizava principalmente do viés cultural para criticar e resistir às arbitrariedades do regime. Para a autora, o movimento estudantil buscou “[...] diferentes formas de atuação e por não dizer de sobrevivência que variava de acordo com a realidade local [...] a pauta principal eram questões educacionais” Muller (2016, p.26-27).

Já o historiador Rodrigo Patto de Sá Motta,¹³ que trata de modo geral das universidades, sinaliza historicamente a vigilância política sobre as instituições universitárias no contexto do AI-5, apresentando registros de documentos discernidos em sua pesquisa,

⁹ O cientista político propõe estudar os estudantes como categoria social e perceber as vinculações do ME com a classe de origem, inserindo-o numa conjuntura historicamente determinada e relacionando-o com as orientações de sua direção política. A partir desse horizonte teórico, Martins Filho(1998) investiga as raízes do protesto estudantil nos anos 60, discute o ME após o golpe militar, analisa as lutas desenvolvidas entre os anos 1966-1968, os embates entre as correntes de esquerda no interior do próprio movimento e o processo de radicalização entre ME e ditadura militar.

¹⁰ Maria do Valle realiza um estudo da conjuntura política e social estudantil no ano de 1968 no Brasil. Sua principal contribuição está no resgate histórico dos embates do movimento estudantil frente ao regime militar brasileiro em 1968. Os avanços da sua obra se dão no sentido de se contrapor uma historiografia que tende a reconhecer o ano de 1968 como a explosão irracional estudantil, afirmando a existência de um projeto político rumo a uma forma mais radical de organização coletiva, percebendo os limites entre o diálogo e a violência. Mas, apesar das suas contribuições, tanto Martins Filho como Maria do Valle centram sua análise a partir da realidade do eixo Rio/São Paulo.

¹¹ Em seu estudo sobre o ME, apresentou um amplo balanço da bibliografia sobre o tema, que envolve estudos na área de história e sociologia e um quadro documental vasto. A historiadora analisou a transformação da universidade e as repercussões das mudanças em relação à reestruturação do ME que, nesse contexto convivia com a emergência de novas modalidades de luta política. Ela avança no sentido de respaldar sua análise em um grande arsenal de fontes, fontes essas, que ao contrário da maioria dos trabalhos que se concentram no eixo Rio- São Paulo, remetem a várias regiões brasileiras. Onde busca compreender a dinâmica do processo de reorganização do ME brasileiro a partir de leitura fundamentada na dinâmica cultural. Na qual considera que a dinâmica forjada na emergência de uma dimensão a que considera “alternativa”, influiu diretamente nas experiências da geração estudantil da década de 1970. Ou seja, considera estudar nas palavras da própria autora “o movimento em movimento.”

¹² A historiadora Angélica Müller (2016) elaborou um estudo sobre o movimento estudantil no período de 1969 e 1979, evidenciando a resistência dos estudantes nos “anos de chumbo” delineando os traços de continuidade do ME após 1968, onde revela a presença de mobilizações no campo institucional, político-nacional e, também, nos meios de produção cultural, tal como sua importância para a retomada das atividades de maior dimensão após 1975. A pesquisadora utilizou-se de fontes documentais produzidas no próprio âmbito estudantil, contudo valeu-se também, de documentos oficiais da repressão, como foi o caso dos de depoimentos de estudantes prestados às polícias políticas e também relatórios DEOPS/SP e do Serviço Nacional de Informação (SNI), de modo a demonstrar a importância destes últimos para com o resgate da trajetória do ME.

¹³ A obra do historiador Rodrigo Pato de Sá Motta intitulada “As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária”, publicado em 2014, resulta das discussões e da análise atinentes à unidade entre os fundamentos do “Regime Militar”, suas manifestações históricas na realidade da formação social brasileira e seus impactos sobre as universidades e os profissionais da academia.

tecendo reflexões quanto à avaliação da atuação dos órgãos de informação que foram instalados dentro das universidades, a partir da década de 70. Assim, superando os limites e o silêncio desse movimento imposto pela história oficial, essas produções já construídas, segundo Nunes (1990, p. 37), revelam que “[...] a vontade de demonstrar que nem tudo foi contado (e não de dar a última palavra) pode mobilizar-nos na árdua tarefa de juntar dados, estabelecer novas estratégias no dia a dia dos arquivos.”

Portanto, “Nunca digam - Isso é natural! Diante dos acontecimentos de cada dia, numa época em que corre o sangue. Em que o arbitrário tem força de lei, em que a humanidade se desumaniza. Não digam nunca: Isso é natural a fim de que nada passe por imutável.” Brecht (1990, sem paginação). As palavras do dramaturgo e poeta alemão, lembram-nos que examinar o passado da luta educacional preconizada pelo ME no âmbito da UFMA institucionalizada com base nos relatos daqueles que vivenciaram a repressão nos anos de 1966-1979 significa revisitá-los e ausências, preenchendo-os e dotando-os de sentidos.

E não trouxemos os versos do poeta pelo desafio da proposta de investigação, mas porque acreditamos que: “O elenco das questões históricas nunca estará encerrado: a história terá de ser sempre reescrita e nos apresenta a perspectiva de resgate das singularidades da humanidade no tempo, e em permanente estado de construção e de luta.” Prost (2008, p.79).

Isso nos permite inferir que, de acordo com Barros (2005, p.20), uma delimitação adequada do período histórico que será examinado é, naturalmente, questão de primeira ordem para realização da pesquisa. Desta forma, “[...] a escolha de um recorte temporal historiográfico deve corresponder a um problema a ser examinado ou a uma temática que será estudada. É o problema que define o recorte.” Com efeito, a investigação terá como marco inicial o ano de 1966, período em que a UFMA foi institucionalizada através da Lei nº5.152/66 sob a égide do regime militar. Por sua vez, adotamos como marco final para nossa investigação o ano de 1979, marcado pela retomada do movimento estudantil com a greve da meia passagem.

Por conseguinte, acreditamos que, para a execução do trabalho proposto, esse recorte espacial nos possibilitara uma análise mais apurada acerca da temática, haja vista a vastidão de ações empreendidas pela repressão e pela oposição em todas as regiões do país ao longo da ditadura no âmbito das universidades e do movimento estudantil. Para tanto, concebemos oportuno um caminho de pesquisa que delimita a escala de análise do aparato repressivo interno às instituições universitárias.

É necessário investigar, por exemplo, os conflitos entre o ME e as autoridades universitárias, uma vez que a ditadura militar se reproduziu porque também teve capacidade de conquistar apoio no interior das

instituições. A ausência de trabalhos com esse enfoque contribui para sustentar o silêncio na bibliografia do ME em relação à recepção ao golpe [...] nas universidades brasileiras e seu impacto no ME. (Brito, 2008, p.22, grifo nosso).

Nesta perspectiva, para compor o entendimento desse objeto de estudo, é importante sinalizarmos que a história desse movimento social entrecruza-se com a história da repressão militar levada a efeito a partir de 1964 (Ditadura Civil-Militar).¹⁴ Pois, segundo Martins Filho (1998), a partir desse regime instaurado, o movimento estudantil brasileiro vivenciou períodos bem distintos da história nacional. Para o referido autor, tudo se iniciou nos anos 1962-1964, num contexto sinalado pela atuação do movimento estudantil universitário nas campanhas reformistas do final do período populista.

Já com o golpe militar de 1964, as lutas estudantis renasceriam na resistência ao projeto de reforma educacional da ditadura e na luta contra a repressão policial-militar, até chegar aos anos de chumbo de 1968, quando se inicia uma fase de silêncio forçado dos movimentos de massa, rompida afinal em 1977, com a luta estudantil pelas liberdades democráticas. Já Santana (2007), em seu estudo, enfatiza três fases distintas de atuação do movimento estudantil nesse período, são elas: resistência, silenciamento e retomada. Nas palavras da autora:

A primeira delas [...] **chamada de “Resistência”, vai de 1964 a 1968** e relata a rearticulação do ME após o golpe e a luta deste contra as arbitrariedades do regime em diversos setores; **a segunda, nomeada “Silenciamento”, vai de 1968 a 1974** e aborda o silêncio imposto ao ME no período de fechamento do regime, após a decretação do AI-5, bem como as alternativas encontradas pelos estudantes para reagir à escalada da repressão; **a última fase, intitulada “Retomada”, vai de 1974 a 1984** e, além de descrever o momento em que o ME volta à cena para se manifestar contra as arbitrariedades do regime, em defesa da anistia e pela volta das liberdades democráticas[...]. (Santana, 2007,p.15,grifo nosso).

Essa divisão, portanto, evidencia que o Brasil passou por diferentes momentos políticos durante a ditadura e isso se refletiu na atuação dos estudantes, que também foi diferenciada em cada uma dessas fases, acompanhando as transformações políticas do país. Outra questão a ser pontuada, a partir dessa periodização, refere-se à legislação aplicada pelo governo no meio universitário com o objetivo de cercear a atuação dos estudantes dentro das instituições universitárias às leis específicas, como a Lei nº4.464, de 9 de novembro de 1964,

¹⁴ No Brasil, a ditadura civil militar foi um regime de governo que prevaleceu entre 1964 e 1985. No decorrer desses 21 anos de Regime Militar, o país foi regido por cinco generais do exército, dos quais todos foram eleitos de maneira indireta por um Congresso Nacional submetido ao poder dos comandantes. (Gaspari, 2002). Sendo assim, optei por fazer referência, ao longo deste texto, “a ditadura” ou ainda “o regime” para designar esse período.

conhecida como Lei Suplicy de Lacerda¹⁵ e o Decreto Aragão (228)¹⁶ foram um dos atos de arbitrariedade da ditadura contra os estudantes.

Entretanto, o Decreto-Lei 477¹⁷ foi segundo o historiador Motta (2014, p.105) “[...] um dos instrumentos repressivos mais draconianos produzidos pelo regime militar[...], que ficou afamado como o “AI-5 das Universidades,” cujo principal objetivo era o de atingir a organização política dos estudantes e se realçou como a forma mais particularizada e detalhada dos meios de repressão a esse movimento, foi o controle legal atendendo precisamente às intenções governamentais. Em suas reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura civil-militar Lira (2009, p.6) afirma que:

Um dos mais importantes instrumentos legislativos da repressão foi o Decreto nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, que atribuiu às autoridades universitárias e educacionais do MEC o poder de desligar e suspender estudantes envolvidos há até três anos em atividades consideradas subversivas pela ditadura, de expulsá-los e impedir de se matricularem em qualquer escola de nível superior no país durante cinco anos. O decreto também previu a demissão de funcionários e professores, impedindo-os de trabalhar em ensino superior durante cinco anos (Art.1º).

Indo ao encontro dos historiadores Santana (2007) e Motta (2014), essa periodização e apontamentos são importante para entendermos como se configuraram os mecanismos de reação desse movimento social e dar a conhecer os desdobramentos acerca da repressão investida sobre o movimento estudantil e seus componentes, bem como para a compreensão da atividade estudantil no espaço institucionalizado da UFMA, no recorte temporal selecionado que abrange essas fases. Desvendar a história do ME é tarefa árdua, pois ela é ampla e heterogênea, cuja memória percorre um tempo entre o passado, presente e o futuro.

¹⁵ A Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, colocou as entidades estudantis, como União Nacional dos Estudantes (UNE), na ilegalidade e instituiu como forma legal o funcionamento do Diretório Acadêmico (DA), restrito a cada curso, e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), no âmbito da universidade, procurando eliminar a representação estudantil em nível nacional na sociedade, bem como qualquer tentativa de ação política independente por parte dos estudantes. A escola foi silenciada pelo medo e pela insegurança. As decisões passaram a ser tomadas exclusivamente pelos órgãos executivos, federais e estaduais, ampliando-se o papel das Secretarias de Educação e a criação das Divisões Regionais de Ensino, que eram dotadas de “funções técnicas” com o objetivo de implantar as decisões contando com o mínimo de resistência. (Lira,2009).

¹⁶ O Decreto-Lei 228 (de 28 de fevereiro de 1967) fechou as entidades estudantis, colocando a cargo das universidades a escolha de uma representação estudantil mais adequada a seus interesses.

¹⁷ O Decreto-Lei 477 foi editado no dia 26 de fevereiro de 1969, e tinha como objetivo coibir qualquer manifestação política ou de protesto dentro das instituições públicas ou particulares de ensino. Dentre essas manifestações incluíam-se greves, protestos, comícios, passeatas, ou qualquer outra atividade considerada subversiva. Além dos estudantes tratava também da punição de professores e funcionários nas mesmas circunstâncias.

Enredada por essas questões, o estudo se orienta por uma tese de que o movimento estudantil atuou frente ao regime militar no contexto da UFMA, no período de 1966-1979, orientado por uma diretriz de articulação de suas lutas políticas e educacionais. Assim, trilhando por esses estudos e nossas reflexões, é significativo frisar que tratar deste período possibilitará identificar traços de uma época significativa do novo cenário do ensino superior no Maranhão e da decorrente atuação estudantil que, muitas vezes, perdem-se por falta de historiografia. A partir do quadro em tela, sentimos a necessidade de evidenciar a contribuição que tem esta pesquisa, ao analisar o ME enquanto movimento social que intervém nas políticas de educação e atua dentro dos espaços institucionalizados de ensino no caso das universidades.

Em relação à problemática de investigação, ressaltam-se as seguintes questões: Em que circunstâncias se constitui a reorganização das entidades estudantis com a institucionalização da UFMA? Como o movimento estudantil operou/articulou suas ações no âmbito da UFMA sob a égide do regime militar? Qual a relação do DCE com a administração superior da instituição na dinâmica temporal conforme a estruturação progressiva do aparato repressivo? Quais os mecanismos utilizados pelo governo autoritário para reprimir e vigiar o estudantado? De que forma o movimento estudantil acadêmico maranhense efetuou sua resistência frente aos cerceamentos de liberdade, sobretudo com a promulgação do AI -5 e o Decreto-Lei 477?

A pertinência dessas inquietações conduz a uma investigação que busca resgatar as memórias e histórias do ME que vivenciaram esse processo. Sob esta ótica, e inserida nesses apontamentos que o meu tema abarca, objetivamos analisar a ação política do ME no âmbito da UFMA entre o período de 1966 a 1979 sob a égide do regime militar. Nesse sentido, buscamos:

- Analisar a reorganização e atuação das entidades estudantis com a institucionalização da UFMA;
- Verificar como o DCE se relacionava com a Administração Superior da instituição;
- Identificar as reivindicações e as questões sociais, políticas e educacionais levantadas pelo ME, enquanto sujeitos inseridos num sistema federal de ensino superior na dinâmica temporal;
- Distinguir os mecanismos de resistência do movimento estudantil frente à vigilância e ao aparato repressivo interno à instituição, sob a égide do decreto 477.

A escolha de um referencial teórico-metodológico na presente investigação coloca o pesquisador diante de vários desafios. Entre eles, está a tentativa, por meio dos instrumentos teóricos e práticos no campo da história e, especificamente, da História da Educação, desvelar

conforme Chartier (2003) as verdades não ditas, as vozes apagadas e as realidades destoantes no anonimato do discurso histórico, do qual talvez só o tempo e a pesquisa sejam capazes de esclarecer e de entoar. É nesse aspecto que pretendemos trilhar essa pesquisa, procurando indícios e minúcias nos relatos dos estudantes, descortinando as lutas travadas daqueles que fizeram o ME, em momento tão delicado da vida nacional.

Temos como desafio principal a contextualização histórica que deve ser esboçada, demonstrando que o movimento estudantil da UFMA, na sua formação e, até hoje, não trilha caminhos isolados e muito menos alheios aos cenários estadual e nacional. Nessa direção, o processo metodológico a ser operacionalizado para elaboração desta pesquisa compreenderá o estudo bibliográfico, pesquisa documental e história oral, enquanto métodos de pesquisa, para responder às questões norteadoras, as quais foram constituídas em objetivos a serem alcançados através da pesquisa histórica.

No primeiro momento, foi realizado o levantamento bibliográfico para a revisão de literatura com fins de apropriação e aprofundamento das principais categorias norteadoras da pesquisa. Portanto, para examinar o movimento estudantil no contexto do regime de militar, faremos uso do aporte teórico dos autores Poerner (1979), Sanfelice (1986), Foracchi(1965), Ventura (1988), Fávero(1994), Valle (2008), Martins Filho (1998), Santana (2007), Pellicciotta (1997), Müller (2016) e Motta (2014). No âmbito da historiografia da educação em que o objeto se inscreve, temos as obras intitulada “O Estado militar e a educação no Brasil (1964-1985) de Germano (2000) que narra tangencialmente a história da educação superior no Brasil e privilegia, de forma incisiva, a análise das questões educacionais a partir das inter-relações que estas mantém com os demais aspectos da realidade social, sobretudo no tocante à intervenção do Estado no campo da Educação, calcada em fontes primárias.

E a obra intitulada “Golpe na educação” de Cunha e Góes (2002), que trata o impacto da política educacional da Ditadura Militar no Brasil no âmbito social e educacional e revisitam tanto os movimentos educacionais de base popular nos anos 1950 e 1960, quanto às políticas educacionais do governo autoritário, entre 1964 e 1984 dentre outras produções. Já sobre a história do ensino superior no Estado do Maranhão, a produção bibliográfica é muito insipiente. Temos, assim, a obra de Mário Martins Meireles, feita em base documental, a qual remete aos estabelecimentos de ensino superior, dentre outros.

Metodologicamente, esta é uma pesquisa documental cujas fontes são os arquivos Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), especificamente os dossiês referentes às investigações sobre o movimento estudantil e os estudantes universitários. Este corpus documental mostra a ação violenta do Estado na vigilância do movimento e os processos de

resistência ante as imposições legais. Portanto, registra-se a importância documental da polícia política, os arquivos pela DOPS¹⁸ do Estado do Maranhão no referido marco temporal da pesquisa. Nessa perspectiva, vale salientar que nossa concepção de documento e fonte parte da renovação teórico-metodológica advinda da escola francesa dos *Annales*, por meio de seu programa interdisciplinar e a perspectiva de uma *Nouvelle Histoire*¹⁹ que se demarcou, singularmente, na terceira geração dessa escola, já no final do século XX. (Barros, 2012; Burke, 1992; Luca, 2014).

A prática historiográfica alterou-se significativamente nas décadas finais do século XX. Na França, a terceira geração dos *Annales* realizou deslocamentos que, sem negar a relevância das questões de ordem estrutural perceptíveis na longa duração, nem a pertinência dos estudos de natureza econômica e demográfica levados a efeito a partir de fontes passíveis de tratamento estatístico, propunha ‘novos objetos, problemas e abordagens.’ Luca (2014, p. 112, grifo nosso).

A partir desse quadro, essas fontes podem contribuir para a escrita da História da Educação e sua preservação, inclusive evidenciando a necessidade de se pensar na importância de arquivá-las e disponibilizá-las para toda a sociedade. Como recapitula Nunes (2006, p. 193, grifo nosso).

Vemos aqui um conceito bem amplo do que seja fonte histórica: tudo o que possa nos dar algum tipo de informação sobre a atividade humana que estamos estudando. É mais largo ainda do que os vestígios e testemunhos. E mais, agora a responsabilidade passa para o historiador. É ele que, com sua engenhosidade, construirá suas fontes. Mesmo quando

¹⁸ Os órgãos responsáveis pelo aparato repressivo brasileiro funcionaram nos diferentes estados, sendo frequentemente vinculados às Secretarias de Segurança Pública, desde princípios da década de 1920 até o final da ditadura militar. Há que se destacar, entre estas forças de repressão, as Delegacias ou Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) que receberam diferentes nomenclaturas ao longo de sua história (1924-1983). É possível observar os diferentes usos dessas nomenclaturas nos próprios documentos produzidos pelo Departamento. A variação de sigla entre “DOPS” e “DEOPS” ainda se faz recorrente entre os que o mencionam de alguma maneira em nossa atualidade, opção que não interfere no sentido de seu uso. Além de lidarem com os chamados “crimes comuns”, também eram responsáveis pela repressão, prisão e produção de informações do campo político e social. No que concerne ao seu modus operandi, tinham como uma de suas precípuas finalidades a produção de informações sobre o inimigo político, ao longo dos diferentes períodos históricos, nos cerca de 60 anos de sua existência. (Fiuza, 2006). Esses Departamentos concentraram uma vasta produção documental, e no que diz especificamente a respeito dos documentos originados no seio da ditadura militar brasileira (1964-1985), o acervo do Departamento corrobora com a função de fazer do Brasil “[...] um dos maiores acervos públicos de documentos outrora sigilosos produzidos por uma ditadura militar.” (Fico, 2012).

¹⁹ Utilizamos o termo *Nouvelle Histoire* na acepção de Barros (2012), que, preservando a designação cunhada pelos próprios novos annalistas, assim se refere à terceira geração dos *Annales*, conforme as mudanças experimentadas por esse movimento historiográfico desde fins dos anos de 1960 na Europa. Para melhor compreensão sobre a constituição dos *Annales*, seu programa e gerações, pode-se recorrer a Barros (2012), Burke (1992) e Le Goff (1990, p. 1-64), Sobre a *Nouvelle Histoire*, vale destacar ainda que, segundo Burke (1992, p. 92), “A expressão foi popularizada pelo livro *La Nouvelle Histoire* (1978), editado por Jacques Le Goff e outros, mas já havia sido reivindicada, anteriormente, para os *Annales*”. O termo aparece, por vezes, traduzido como História Nova ou Nova História. Designação cunhada pelos próprios novos annalistas, assim se refere à terceira geração dos *Annales*, conforme as mudanças experimentadas por esse movimento historiográfico desde fins dos anos de 1960 na Europa.

existem documentos escritos, e o historiador lança mão deles, o faz de forma própria, original.

Com o intuito de auxiliar na reflexão sobre essas fontes documentais tomaremos como referência as contribuições de Nora(1993), Chartier (2001), Burke (2005), Ricouer (2007) e Le Goff (2003). Por sua vez, a pesquisa nos arquivos nos conduz a retomar o termo “lugares de memória”, cunhado originalmente pelo historiador francês Pierre Nora (1993) para o autor os sentidos de determinados espaços e/ou construções que indicam, por sua própria existência, que não há mais memória espontânea, mas que vivemos atualmente o “tempo de lugares.”

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar arquivos, de que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, noticiar atas, porque essas operações não são naturais. Assim, a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história deprezza os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não os teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivéssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrifica-los, eles não se tornariam lugares de memória. É esse vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva” (Nora, 1993, p. 13).

Por isso, considera-se que os arquivos podem se apresentar como lugares de construção de memória, na medida em que acomodam um acervo documental, cujo teor registra um substrato de conteúdo que significa construir a memória a respeito de determinado momento histórico. Pesquisar nos “arquivos de repressão”²⁰ segundo Bauer e Gertz (2009) é conhecer os processos de vigilância, as formas de punição do Estado e as memórias selecionadas para comporem um conjunto de documentos que revelam as ações da polícia política no caso das instituições universitárias e sobre o movimento estudantil. Sem se esquecer de deixar expresso, segundo os autores, o cuidado no tratamento desses documentos delicados, em vista das dimensões “sensíveis”²¹ desta documentação, sendo necessário ainda considerar os aspectos subjetivos envolvidos na produção desses arquivos.

²⁰ Os arquivos da repressão correspondem aos “[...] conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança em ações repressivas durante a vigência das ditaduras civil-militares de segurança nacional”. (Bauer, 2012, p. 259).

²¹ O termo “arquivos sensíveis” ganhou maior visibilidade no Brasil nos anos 2000, no bojo de debates sobre a abertura dos “arquivos da repressão” e das mudanças na legislação que regulamentava o acesso a esses acervos. O termo surgiu na França uma década antes, no início dos anos 1990, também no contexto de debates sobre o

Em conformidade com Farge (2009), essa documentação do DOPS guarda os vestígios que permitem identificar os modos de pensar, circunscrever condutas que fundamentam as coesões e as rupturas sociais, bem como os indícios das formas de resistência dos sujeitos ante o regime político. Desse modo, na busca sobre informações acerca do período militar e a relação com os estudantes universitários, buscou-se nos códices elaborados para a pesquisa indícios dessa relação. Localizou-se uma série de documentos classificados como código 6 nominada (Estudantes) pela DOPS/MA.

Em um olhar preliminar aos documentos, seus conteúdos indicam um conjunto de imagens sobre as ações da censura e repressão ao movimento estudantil com monitoramento à comunidade acadêmica da UFMA. Esses arquivos são precedentes dos Ministérios da Justiça, Exército, Educação e Cultura, da Polícia Militar do Maranhão, do Serviço Nacional de Informação (SNI), do 24º Batalhão de Caçadores e do próprio DOPS/MA. Esses documentos de acordo com a natureza de produção podem ser caracterizados em três grupos, assim descritos pelos autores Fiúza e Braggio (2013, p.4, grifo nosso):

[...] os **produzidos pela polícia política**, em que se encontram documentos, como relatórios, e também informes, ofícios expedidos e recebidos, radiogramas, telegramas, fichas de identificação criminal, pedidos de busca e apreensão, inquéritos, e fotografias. Há os **produzidos pelos indivíduos ou instituições/grupos/entidades** que estavam sob vigilância, os quais foram arquivados pelos agentes do DOPS, como os jornais, textos de peças teatrais, panfletos e manifestos estudantis, e também cartazes, flâmulas, estatutos de centros acadêmicos, constituição da entidade estudantil, relatórios dos congressos e seminários, rascunhos, correspondências, informes e revistas estudantis. E, por último, encontram-se os **documentos produzidos por terceiros, como a Imprensa**, em que estão os recortes de jornais e revistas.

Posto isso, o trabalho com fontes documentais requer uma paciente busca de indícios, sinais e sintomas, uma leitura detalhada para esmiuçar o implícito. Isso porque emerge em suas linhas e, principalmente, nas entrelinhas, os vestígios de um tempo e de um lugar. Ainda nesse processo de diálogo e questionamento dos documentos que repousam no arquivo, Nunes (2005, p. 39) observa que o pesquisador há que ultrapassar também, por meio de sua prática de pesquisa, “[...] as fronteiras entre corpos teóricos produzidos por diferentes disciplinas, com objetivos e histórias diferentes que o levam a construir e reconstruir categorias, não só para apreender os objetos de ângulos imprevistos, mas principalmente para ultrapassar a sua descrição e permitir um tratamento crítico.

acesso a documentos restritos, no caso, os que envolviam as polêmicas relações da França com seu passado durante a Segunda Guerra Mundial. (Rodrigues, 2014, p. 68-72)

A documentação analisada encontra-se no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) e foi organizada através do projeto do “Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil-Memórias Reveladas”. No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o referido órgão foi institucionalizado e implantado no Arquivo Nacional em 13 de maio de 2009, através da portaria nº 204 do Ministério da Casa Civil, com o objetivo de reunir informações sobre momentos da história política recente do país. Esse projeto iniciou-se desde 2005 quando, por decreto presidencial, os arquivos dos extintos Conselho de Segurança Nacional, Serviço Nacional de Informação e Comissão Geral de Investigação foram transferidos para o Arquivo Nacional. Observemos a figura 1.

Figura 1 - Tela do Banco de Dados Memórias Reveladas do Arquivo Nacional.



Fonte: <https://www.gov.br/memorias-reveladas>.

No Maranhão, este projeto teve início em novembro de 2008 e findou em junho de 2009, sob a coordenação da diretora do APEM na época, a historiadora Maria Helena Espínola. “O Memórias Reveladas coloca à disposição de todos os brasileiros os arquivos sobre o período entre as décadas de 1960 e 1980 e das lutas de resistência à ditadura Militar, quando imperaram no país a censura, violação dos direitos políticos, prisões, tortura e mortes.”²² De acordo com os objetivos e etapas do projeto, esses arquivos serão digitalizados para integrarem uma rede de pesquisa, sob a administração do Arquivo Nacional. Essa documentação foi transferida da

²² Texto de Apresentação do site do projeto Memórias Reveladas, assinado pela então Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. (Brasília, 13 de Maio de 2009). Disponível em <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>

Secretaria de Segurança do Estado do Maranhão para o APEM em 1991, após a extinção da DOPS.

Outro caminho metodológico que percorremos por nos dedicarmos ao estudo de um objeto a partir de fontes orais é a História Oral. Sabemos que a sua utilização no Brasil ganhou impulso na década de 1970, inserindo-se entre os diversos estudos do método qualitativo no campo das ciências humanas, dentre eles, na área da História da Educação. Segundo Amado e Ferreira (2006), a definição de história oral tem sido bastante discutida desde seu surgimento, e embora não exista um consenso entre os pesquisadores acerca de sua concepção, seus usos, seus objetivos e procedimentos, a história oral se consolidou no meio científico, sendo compreendida como uma técnica, uma metodologia ou uma disciplina. Em crítica contundente a essa discussão de pesquisadores que insistem em enquadrá-la em uma definição precisa: seria ela uma metodologia, uma disciplina ou uma técnica? Meihy (2005, p.14) assinala que a história oral é “[...] mais apta a motivar reflexões do que a esgotar-se em debates inócuos sobre seu sentido epistemológico.”

A concepção de história e de como fazer história por si só, já foi alvo de diversas discussões e vêm se modificando ao longo do tempo. Do positivismo à História Cultural, passando pelo marxismo, pela Escola dos Annales e pela Nova História, as formas de compreender “os homens no tempo” são divergentes entre si e ocasionam análises também diversas de seu objeto. São as escolas teóricas que delimitam quais as fontes confiáveis e, em última instância, que análise deve ser feita sobre elas. Assim, durante o século XIX, por exemplo, a fonte escrita foi considerada como a única válida, por influência do positivismo. Esse modo de fazer ciência pregava a neutralidade do pesquisador bem como das fontes utilizadas. A intencionalidade da produção do documento escrito não era questionada e, tão pouco, seu conteúdo. No século XX, entretanto, a comunidade científica passa a questionar a pretensão de objetividade e neutralidade do positivismo e confere importância também a outras fontes que não as escritas. Nesse contexto é que se afigurou a validade da fonte oral. (Hebling, 2013, p. 27).

Diante do exposto, adotamos a história oral que se apresenta como parte integrante e reveladora das experiências e memórias, coletivas e individuais, entendida como metodologia de pesquisa que possibilite conforme Thompson (2002) o resgate, não só dos fatos e acontecimentos, mas também dos sonhos e silêncios, desvendando memórias que nos aproximam da interpretação efetuada pelos ex-militantes estudantis de suas próprias práticas e vivências de resistência ao regime no âmbito da UFMA. De acordo com Alberti (1989, p. 1-2), “Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam.”

Partindo desse horizonte de compreensão advinda da história oral, não há como não se estabelecer sua relação com o conceito de memória, que é fundamental como um referente a mais para a construção do passado, produzindo leituras deste a partir de dimensões individuais, mas que se relacionam com identidades ou perspectivas coletivas, no caso do nosso estudo, sobre o movimento estudantil universitário. Para o uso da oralidade, procuramos estar atentos às contribuições e reflexões sobre história e memória de Halbwachs (2006); ele nos apresenta a memória enquanto elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva. Pois, segundo o autor, toda memória é socialmente construída, logo assevera que a ideia de memória individual, absolutamente separada da memória social, é uma abstração desprovida de significado.

Ainda de acordo com Halbwachs (2006), os processos de recordação se caracterizam a partir das demarcações sociais e coletivas, e a reconstrução do passado a partir de interesses do tempo presente. Os indivíduos quando lembram sempre se utilizam dos marcos sociais (lugar, tempo, linguagem) e expressam o ponto de vista do grupo de referência. As memórias coletivas são múltiplas, tendo como suporte os diversos grupos sociais constitutivos de uma determinada sociedade. Não obstante, corroborando para uma outra abordagem de estudo da memória coletiva Pollak (1989, p.4) sublinha que “[...] essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias.” Acentuando a relevância das “memórias subterrâneas” dos grupos subalternizados e silenciados, que se contrapõe à “memória oficial”.

Delgado (2006) esclarece que, enquanto estratégia metodológica, a história oral privilegia a realização de entrevistas e depoimentos com pessoas que participaram de processos históricos ou testemunharam acontecimentos no âmbito da vida privada e/ou coletiva, estabelecendo critérios e procedimentos que envolvem questões como a seleção de testemunha, elaboração de roteiro, a entrevista, a transcrição e análise da entrevista. Como a entrevista, está intimamente relacionada à memória, seu processamento articula, simultaneamente, pesquisa e documentação, visto que possibilita, também, a produção de um documento histórico. Alberti (2005) evidencia que as entrevistas que compõem a metodologia de história oral são importantes por tratarem diretamente com pessoas que testemunharam acontecimentos relativos ao objeto de estudo. Logo, segundo o autor a história oral não deve ser pensada como forma de preencher lacunas ou falhas apresentadas pelos documentos escritos, pois através dela é possível recuperar “[...] o vivido conforme concebido por quem viveu.” Alberti (2005, p. 23).

Nessa compreensão e com o intuito de buscar respostas ao objetivo proposto, adotamos a entrevista semiestruturada que, para os autores Cortes (1998) e Duarte (2006) baseia-se em

um roteiro preestabelecido (APÊNDICE A) no qual o pesquisador inclui um pequeno número de perguntas abertas e deixa o entrevistado livre para falar, podendo realizar perguntas complementares para compreender o fenômeno investigado. Esse modelo conjuga características das entrevistas não estruturadas com um roteiro de controle e permite tanto a realização de perguntas indispensáveis à pesquisa que precisam ser respondidas, quanto à relativização dessas perguntas, dando liberdade ao entrevistado e possibilitando o surgimento de novos questionamentos não previstos pelo pesquisador.

Dessa forma, a pesquisa realizada, de caráter qualitativo, se deu no primeiro momento, com a realização de entrevistas semiestruturadas com nove ex-integrantes do movimento estudantil, selecionados com base nos seguintes critérios: importância a eles atribuída em documentos e depoimentos informais; responsáveis por funções de direção, em instâncias do Diretório Central dos Estudantes ou agrupamento de militantes de base durante o período analisado; preferencialmente sujeitos que vivenciaram e militaram o período analisado; e disponibilidade para ser entrevistado.

Quadro 1 - Demonstrativo dos entrevistados.

| NOMES | (INSTITUIÇÃO) CURSO | CARGO/FUNÇÃO | CONGRESSO DA UNE (1979) |
|--|--|---|----------------------------|
| Juarez Medeiros Filho (Município Barra do Corda) | (UFMA) Curso de Direito | Diretório Central do Estudantes.(78/79) Presidente/gestão UNIDADE | Presente |
| Antonio Agenor Gomes (Município de Guimarães) | (UFMA) Curso de Direito | Diretório Central do Estudantes.(79/80) Presidente/gestão UNIDADE | Presente |
| Jomar Fernandes Pereira Filho | (UFMA) Curso de Engenharia Elétrica | Diretório Central do Estudantes.(1980) Presidente/gestão TAREFA | Presente |
| Maria José Lopes Leite (Mazé) (Caruaru /Pernambuco) | (UFMA) Curso de Comunicação | Membro do DCE Gestão/ UNIDADE | Presente |
| Maria Eliane Morais (Preta) (Município de Pindaré-Mirim). Residia no Lar Universitário Feminino “Lourdes Portela Nun | (UFMA) Curso de Farmácia | Membro do Grupo UNIDADE | Presente |
| Teresinha de Jesus das Neves Fernandes. (Município de Barreirinhas) | (UFMA) Curso de Letras | Membro do Grupo TAREFA | - |

| | | | |
|---|-------------------------------|--|----------|
| Residia no Lar Universitário Feminino “Lourdes Portela Nunes” | | | |
| João Batista Ribeiro Filho (Joãozinho) | (FESM) Curso de Engenharia | Diretório Acadêmico Gomes de Sousa da Escola de Engenharia (vice-Presidente) | Presente |
| José Maria de Sousa Medeiros (Município Barra do Corda) | (UFMA) Curso de | Diretório Setorial do Centro Humanístico Presidente/ gestão UNIDADE | Presente |
| Renato Dionísio de Oliveira (Município de Pindaré-Mirim). | (UFMA) Curso de Direito | Diretório Setorial do Centro de Estudos Básicos Presidente/gestão UNIDADE | Presente |

Fonte: Da autora (2024).

Foram realizadas 7 entrevistas de forma remota, que se deu via Google Meet devido a agenda e distância dos sujeitos investigados e duas presencialmente. Para uma melhor apreensão dos dados, as entrevistas foram gravadas após o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B). Os participantes da pesquisa optaram por manter os nomes verdadeiros, tendo em vista a relevância acadêmica desta pesquisa bem como sua utilidade para refletir futuras práticas políticas dos movimentos estudantis.

Para Lüdke e André (1986, p.34), a eficácia das entrevistas se relaciona diretamente com sua flexibilidade e adaptabilidade. Enquanto determinados instrumentos " [...] têm seu destino selado no momento em que saem das mãos do pesquisador que os elaborou, a entrevista ganha vida ao se iniciar o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado." Portanto, estas leituras e mesmo releituras do passado, a partir da perspectiva testemunhal, revelam impressões e interpretações nem sempre alcançáveis pelas fontes mais tradicionais utilizadas na pesquisa histórica. Desse modo, buscam do passado a informação que alcança as múltiplas dimensões do cotidiano e os efeitos produzidos pelas estruturas sociais e econômicas do período histórico em apreço. Em conformidade com Bosi (2004, p. 71), "[...] as testemunhas dos fatos históricos são uma riqueza insubstituível". E esses testemunhos históricos se caracterizam como ricos contrapontos à história oficial, estabelecendo um debate em torno da memória e da consciência histórica do período investigado.

O testemunho oral representa o núcleo da investigação, nunca sua parte acessória, o que obriga o historiador a levar em conta perspectivas nem sempre presentes em outros trabalhos históricos, como as relações entre escrita e oralidade, memória e história, ou tradição oral e história; o uso sistemático do

testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres [...] São histórias de movimentos sociais populares [...] versões menosprezadas, característica que permitiu, inclusive, que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos. (Ferreira, 2012, p. 171).

Assim como os eventos do passado são retomados por novas produções historiográficas, emanando as novas perguntas e novas questões que vão sendo trazidas pela contemporaneidade, também as impressões do passado, trazida pelos testemunhos, vão igualmente se ressignificando, o que não deve ser tomado como um problema, mas como um elemento de análise a mais para compor a leitura do passado. Assim, cabe ao pesquisador questionar, nova e diferentemente, essas fontes que permitem a reconstrução de cenários e de relações de poder imprescindíveis para a compreensão do nosso objeto, que junto com outras fontes, proporcionarão a reconstrução histórica de uma época. Passado esse que ainda não foi devidamente estudado e não esgotou as lições e entendimentos que pode proporcionar para a História da Educação. Mas há uma memória coletiva da resistência que nos conduz a pensar como atesta Hollanda (1978) que “[...] amanhã há de ser outro dia.”

Esta tese está estruturada em 8 partes: introdução, 6 seções e último ato: palavras finais: A princípio, na introdução nominada “*DELINEANDO O ROTEIRO DA PESQUISA*” apresentaremos os fatores que nos motivaram para realização da pesquisa e o desafio que o tema abarca, bem como as motivações e justificativas na opção teórica e metodológica, para tecer a história e memória do movimento estudantil universitário no período de 1966 a 1979. O que me permitirá trilhar na rede de práticas efetivadas pelos estudantes, bem como mergulhar no universo das práticas sociais, onde as relações são definidas pelos homens enquanto vive sua própria história.

Na seção 2, intitulada “*PRELÚDIO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS SUPERIORES ISOLADAS NO MARANHÃO À FEDERAÇÃO DAS ESCOLAS: cenário I*” tem como objetivo abordar os aspectos sócio-históricos e educacionais do Maranhão nas primeiras décadas do século XX, resgatando o processo de constituição do ensino superior com o surgimento das faculdades livres de Direito, Farmácia e Odontologia e a participação da comunidade acadêmica nessa nova fase instaurada no Maranhão.

A terceira seção, “*O EPISÓDIO DA TRANSIÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO: cenário II*” discorre sobre os diferentes agentes que encamparam as lutas pela criação efetiva da universidade pela Arquidiocese de São Luís, abordando o conjunto de ações lideradas pelo então arcebispo Dom

José de Medeiros Delgado. Alude, ainda, sobre a institucionalização da UFMA no bojo da expansão do ensino superior no estado sob o regime militar.

Com o título “*ITINERÁRIO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA UFMA NO CENÁRIO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968: em tempos sombrios de repressão e expansão.*” Abordamos a UFMA, tendo como marco inicial a sua institucionalização e edificação do campus Bacanga, enquanto primeiro e principal estabelecimento dessa natureza no estado. Tratamos da implantação e institucionalização da Reforma Universitária no âmbito da UFMA por parte da gestão administrativa a partir da promulgação da Lei 5.540 em 1968. No cenário tenebroso do AI-5 e o Decreto-Lei nº 477, pauta-se as reformulações do Estatuto da universidade para efetivação da Reforma e o itinerário da expansão da instituição com a edificação do *Campus Bacanga*.

Já a seção 5, intitulada “*NO PALCO O MOVIMENTO ESTUDANTIL: reflexões acerca das categorias juventude e estudante*”, abordamos duas categorias distintas que emergem para nossa discussão e compreensão sobre o ME. Trata-se das categorias *jovem* e *estudante*, influenciando-se de forma recíproca levantam questões relativas à juventude, sua situação e seu papel, ao conceito de geração e à coexistência de gerações, destacando sua relevância e enfatizando a importância do debate sobre a condição juvenil e a militância no movimento estudantil. Discute-se o termo *juventude* como categoria social e histórica incorpora-se a essa categoria os jovens da classe média e os universitários. Em seu subtópico, tratamos da UNE, abarcando o duplo desafio dos estudantes a partir de 1964, de lutar contra a repressão e as tentativas de controle da ditadura ao mesmo tempo em que davam continuidade à sua luta pela reforma universitária.

Com o título “*DESCRIÇÃO DO FUNDO DOPS/MA NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO: lugar de memória e resistência.*” Explanamos a trajetória e a organização do *Fundo* da Delegacia Política de Ordem Social, o DOPS do Maranhão custodiado pelo Arquivo Público do Estado integrado ao “Projeto Memórias Reveladas.” Ressalta-se que os arquivos públicos são espaços de memória, a partir da concepção discutida por Pierre Nora (1993) de “lugares de memória” o qual traz a descrição dos elementos que compõem as séries documentais disponíveis em Acervo Digital da APEM. Apresenta-se, ainda, o sistema reticulado que abrigou o vasto dispositivo de coleta e análise de informações e de execução da repressão no país. O centro desse sistema era o SNI, um órgão de coleta de informações e de inteligência que funcionava de duas maneiras: como um organismo de formulação de diretrizes para elaboração de estratégias no âmbito da presidência da República e como o núcleo principal

de uma rede de informações, atuando dentro da sociedade e em todos os níveis da administração pública, que tinha como instrumento o Arquivo do DOPS.

“SOB VIGILÂNCIA DA DOPS O MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFMA: para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça.” Apresentará a partir da análise dos relatos dos ex-militantes e das fontes documentais a organização e articulação das lutas políticas e educacionais das entidades estudantis no âmbito institucionalizado da UFMA, bem como a resistência feita pelo ME contra a ditadura, aspectos fundamentais para a compreensão do papel que o movimento representou nesse período. No tópico *7.1 O subversivo (ILA): pré-lúdio pela retomada dos diretórios estudantis da UFMA*, aborda-se a reorganização estudantil da UFMA, com a reabertura do DCE, e retomada das eleições estudantis. *7.2 O advento e a ousadia do Grupo Unidade*. Apresenta os eventos que mobilizaram as entidades estudantis à reconstrução da greve da meia passagem. Assim, como as suas consequências para os estudantes e o legado desse episódio histórico, que marcou São Luís pelo grande número de adesões e pela ofensiva empreendida contra os estudantes, este foi um ano de suma importância na história do movimento estudantil maranhense

CONCLUSÃO: “palavras finais”, versará sobre os resultados obtidos através das análises dos documentos/monumentos e a memória dos estudantes que contribuíram para a compreensão de um passado/presente importante do ME, preenchendo, assim, lacunas na História da Educação Superior em nosso estado. Portanto, quando a cortina se levanta para o movimento estudantil universitário no Maranhão, rememoramos a história desses personagens que estarão conosco durante cenas e cenas, vamos ver histórias de uns e histórias de outros. E neste palco, muitos locais e muitas memórias.

2 PRELÚDIO DAS PRIMEIRAS ESCOLAS SUPERIORES ISOLADAS NO MARANHÃO À FEDERAÇÃO DAS ESCOLAS: cenário I

Quando todos os outros estados da República. Levantam escolas superiores que vão sendo equiparadas pelo governo federal, aos institutos oficiais, a Atenas Brasileira não pode, nem deve conservar-se indiferente ao progresso intelectual do Brasil.²³

(Perdigão, 1918, p.2).

As palavras proferidas pelo autor em tela nesta seção convidam-nos a trilhar pelos marcos históricos na constituição do ensino superior, resultante das transformações políticas, sociais, econômicas e culturais no país e consequentemente no Maranhão com o advento da República. Portanto, segundo Meireles (1994, p.49) “[...] contar, em breves linhas, a história da instituição; mas para fazê-lo mais completo, fez-se forçoso, assim nos pareceu, ir à origem das escolas de que ela nasceu [...]” compondo, assim, o cenário da criação e consolidação desse ensino em nosso estado.

Indubitavelmente, depois de proclamada a República (1889), sucederam amplas mudanças sociais no país, com reformas e propostas para a educação brasileira. No contexto em pauta, a Constituição Republicana de 1891, adotando o modelo federal, preocupou-se em discriminar a competência legislativa da União e dos Estados em matéria educacional. Assim, no âmbito do ensino superior, segundo Vaz (2021, p.39): “O ato embasado na Constituição Republicana de 1891, e, principalmente no Decreto de 1891 [...] permitiu que governos estaduais e iniciativa privada implementassem cursos no país.” Vejamos os artigos do decreto n. 1232-H, de 2 de janeiro de 1891 que regulamenta e regem a abertura das novas Faculdades livres.

Art. 420. Aos estabelecimentos particulares que funcionarem regularmente poderá o Governo, com audiencia do Conselho de Instrução Superior, conceder o título de Faculdade livre, com todos os privilegios e garantias de que gozarem as Faculdades federais.

As Faculdades livres terão o direito de conferir aos seus alunos os gráos academicos que concedem as Faculdades federaes, uma vez que elles tenham obtido as approvações exigidas pelos estatutos destas para a collação dos mesmos gráos.

Art. 421. Os exames das Faculdades livres serão feitos de conformidade com as leis, decretos e instruções que regularem os das Faculdades federaes e valerão para a matricula nos cursos destes.

O Conselho de Instrução Superior nomeará annualmente commissarios que assistam a esses exames e informem sobre a sua regularidade.

²³ Trecho de discurso proferido em 11 de agosto de 1927, em solenidade de recebimento do diploma de professor honorário e da inauguração do seu retrato na sala da Congregação da Faculdade de Direito do Maranhão.

Art. 422. Em cada Faculdade livre ensinar-se-hão pelo menos todas as matérias que constituirem o programma da Faculdade federal.

Art. 423. Cada Faculdade livre terá a sua congregação de lentes com as atribuições que lhe forem dadas pelo respectivo regimento.

Art. 424. A infracção das disposições contidas neste título sujeita a congregação a uma censura particular ou publica do Governo, o qual, em caso de reincidencia, multará a associação em 500\$ a 1:000\$ e por ultimo poderá suspender a Faculdade por tempo não excedente de dous annos, devendo sempre ouvir o Conselho de Instrucção Superior.

Em quanto durar a suspensão, não poderá a Faculdade conferir grãos academicos, sob pena de nullidade dos mesmos.

Art. 425. Constando a pratica de abusos nas Faculdades livres quanto á identidade dos individuos nos exames e na collação dos grãos, cabe ao Governo, ouvindo o Conselho de Instrucção Superior, o direito de mandar proceder a rigoroso inquerito para averiguação da verdade, e, si delle resultar a prova dos abusos arguidos, deverá imediatamente cassar á instituição o título Faculdade livre, com todas as prerrogativas ao mesmo inherentes.

Art. 426. A Faculdade livre que houver sido privada deste título não poderá recuperá-lo sem provar que reconstituiu-se de maneira a offerecer inteira garantia de que os abusos commettidos não se reproduzirão. (Brasil,1891, sem paginação).

Como ilustrado, o referido regulamento das Instituições que regem as faculdades livres, dependentes do Ministério da Instrução Pública, apresenta dispositivos que descentraliza essa faixa de ensino - privativo do poder central e aos governos estaduais - e autoriza a criação de instituições privadas, fato que teve como efeito instantâneo a ampliação e a diversificação do sistema de ensino. Sobre o acorrido Teixeira (1969, p.25) sublinha que “[...] a iniciativa privada criou seus próprios estabelecimentos de ensino superior graças à possibilidade legal disciplinada pela Constituição da República (1891). As instituições privadas surgiram da iniciativa das elites locais e confessionais católicas.”

A história da educação no Maranhão passou por importantes transformações em fins do século XIX, especialmente pós a proclamação da República e todo processo de mudanças ocorridas neste período. Houve, pelo menos no âmbito dos discursos e das leis, maior atenção para estrutura do ensino e mesmo sua ampliação, ainda que muita coisa não tenha saído do papel, transformações e melhorias marcaram o contexto educacional em todo Brasil, também no Maranhão, influenciando a educação básica, profissional e superior. (Sales, 2017, p. 95).

Com a República, Santos (2012) salienta que era interesse dos constituintes republicanos a criação de uma universidade em seus vigentes Estados. Bem como no Maranhão, pois entre os republicanos estava Sousândrade²⁴ poeta e professor de grego do Liceu

²⁴ Joaquim de Sousa Andrade, mais conhecido por Sousândrade. Formou-se em Letras pela Sorbona em Paris, onde fez também o curso de engenharia de minas. Republicano convicto e militante transferiu-se em 1870, para os Estados Unidos. Viajou vários países até fixar-se nos Estados Unidos em 1871, onde publicou a obra poética O Guesa, em que utilizou recursos expressivos como a criação de neologismos e de metáforas vertiginosas, que só

maranhense que também trazia essa aspiração, antes mesmo da adesão da República: a Universidade Nova Atenas onde, segundo ele, essa sonhada universidade deveria iniciar com uma faculdade de Direito, uma Academia de Minas e outra de Agricultura. Segundo Meireles (1994, p.75-76, grifo nosso):

[...] o genial Sousândrade, o criador de o Guesa, da bandeira estadual e, também, das primeiras escolas municipais de São Luís e que, quando da Proclamação da República, saudou a adoção do novo regime com aquele belíssimo e poético telegrama – paus d’arco em flor! Partícipe da comissão que, por motivo das lutas e intransigências político-partidárias, deveria, com menos de um ano que foi promulgada, modificar a primeira Constituição do Estado, de 4/7/1891, pretendeu incluir na Carta de 28/7/1892, a segunda, um dispositivo que obrigaría a criação de uma Universidade Atlântida, em São Luís, mas, di-lo Fran Paxeco, seu sonho desfez-se ante o motejo alvar dos incapazes e a indiferença molestadora das supostas pessoas práticas.

Contudo, de acordo com Botelho (2007), a conjuntura social vivenciada no Maranhão, no transcorrer desse período, não é díspar dos demais estados da federação. É genuína, herdeira de um país que apresentava as mesmas questões patentes da época imperial: hegemonia do modelo agroexportador, poder operado por coronéis, corrupção, política de favores, emprego da máquina pública, exclusão das classes subalternas e poder centralizado nas mãos de uma minoria, além da ausência do Estado no que concerne às questões sociais. A partir desse quadro Vaz (2021, p.23), descreve ainda que:

São Luís do Maranhão, [...] tornara-se uma ilha cultural. Era tão mais fácil ir a Europa do que no Rio de Janeiro. Antes da Abolição da escravatura(1888), a elite era constituída por ricos fazendeiros, essas poderosas famílias maranhenses podiam manter suas ligações culturais com Portugal, mandando os filhos estudarem em Coimbra, o que contribuiu para a formação de uma elite cultural, um tipo de “intelligênczia” regional, composta de poetas, novelistas, dramaturgos, oradores, teoristas, historiadores, publicistas e políticos são desse período Gonçalves Dias, Odorico Mendes, Artur Azevedo, dentre outros a quem São Luís, seguindo a linha tradicional e romântica do século XIX, obcecada por comparações com o Velho mundo deve o ímpeto de “Atenas brasileira.”

Nessa configuração, observa-se que o mito da “Atenas Brasileira²⁵” foi incorporado por uma classe dominante de famílias abastadas que enviavam seus filhos para estudar na

foram valorizadas muito depois de sua morte. De volta ao Maranhão, aderiu com entusiasmo à Proclamação da República em 1890 foi presidente da Intendência Municipal de São Luís. Realizou a reforma do ensino, fundou a biblioteca municipal e idealizou a bandeira do Estado. No mesmo ano foi presidente da Comissão de preparação do projeto da Constituição Maranhense. (Vaz, 2021).

²⁵ A comparação de São Luís com a cidade grega de Atenas simboliza uma autorrepresentação imagética talhada pelos consagrados escritores de meados do século XIX sobre a capital maranhense, a qual estaria recheada de

Europa, em grandes centros como Paris, Lisboa e Coimbra ou mesmo em outras províncias como Pernambuco e formavam uma elite regional, cultivando os hábitos e costumes culturais europeus nos debates públicos e nas reuniões sociais privadas. Esses jovens bacharéis e doutores formavam-se principalmente em Direito, Letras, Medicina e Matemática.

É válido ressaltar, no entanto, a existência de uma contradição nessa sociedade: enquanto o aspecto econômico não evoluía, o erudito, através dos jovens doutores graduados em Coimbra e Olinda, lutava contra a estagnação cultural aqui existente e se empenhava para que o nosso Estado não perdesse a tradição de Atenas Brasileira. Foi, portanto, essa tradição cultural de São Luís que oportunizou a criação das primeiras escolas superiores do Maranhão. (Tajra,1982, p.10).

Foi no contexto republicano que, no Maranhão, advieram lentamente as primeiras unidades isoladas de ensino superior, todas elas, de princípio, de natureza jurídica privada, depois de proscrever o sonho, prematuro, do poeta Sousândrade conforme Meireles (1994). Outrossim, o ano de 1918 inaugura a ingressão do Maranhão no célebre elenco de estados que continham escolas superiores até então, como também circunscreve as renovações estruturais, políticas e sociais por que passava este ente federado desde o início da República. Por iniciativa de Domingos de Castro Perdigão²⁶, contando com um forte e decisivo aliado na pessoa do cônsul de Portugal no Maranhão, o escritor Fran Paxeco²⁷ cujo esforços conjugados, garantiram que em 28 de abril de 1918, fosse instituída a primeira faculdade de ensino superior no estado. Sobre o feito, Vieira da Luz (1957, p.44) acentua que “[...] como resultado de tão

filósofos, poetas e literatos que debatiam os assuntos políticos no espaço público da “Ágora moderna”, os jornais, além de uma intensa produção intelectual consubstanciada na literatura dos expoentes que formaram o denominado “Grupo “Grupo Maranhense”. A partir do reconhecimento alcançado por este grupo de intelectuais, as gerações subsequentes trataram de esculpir per si e a partir de seus feitos outras representações sobre o Maranhão, evocando o epíteto da “Atenas Brasileira.” Melo(2021).

²⁶ Lidera e empreende os mais vultosos esforços para a criação das primeiras escolas de ensino superior do Maranhão, as faculdades livres de Direito e de Farmácia e Odontologia, além de se tornar um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), a primeira instituição científica maranhense, fundada em 1925, no qual ocupa posição de destaque como patrono da Cadeira nº. 35. Em reconhecimento aos serviços prestados à educação, à cultura e à ciência do Maranhão, a Congregação da Faculdade de Direito, reunida em assembleia realizada no dia 11 de agosto de 1927, conferiu-lhe o diploma de professor honoris causa e o “imortalizou”, na mesma solenidade, com a inauguração do seu retrato na sala da Congregação da escola jurídica. Melo(2021).

²⁷ Fran Paxeco, ilustre lusitano de Setúbal, por sua inteligência e cultura, adquiriu a qualidade de cidadão das lettras maranhenses foi um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras(1908) e do Instituto Histórico Geográfico(1926) títulos que honrou a vida toda, exercendo infatigável atividade no Maranhão. A Faculdade de Direito teve, em Fran Paxeco, o elemento impulsor, de ação decisiva para que se efetivasse sua fundação conferiu-lhe o título de Professor Honorário. Teve em tão alta conta essa deferência que, sendo da Academia de Ciências de Portugal, da Sociedade de Geografia de Lisboa, das Academias de Letras Maranhense, Piauiense e Alagoana, dos Institutos Históricos da Bahia, Pernambuco, Pará, Piauí e do Maranhão, das Associações de Imprensa do Pará e do Amazonas. (Vieira da Luz, 1957).

louvável persistência, na Biblioteca Pública, foi fundada, em memorável reunião a sonhada Faculdade de Direito do Maranhão.”

[...] Domingos Perdigão nunca descrente de sua ideia, e sempre convicto da sua realização, esperava com perseverança momento que lhe fosse propício.

Era que ele com olhar de retrospecto, com olhar que evocava os nossos vultos, continuava firme no propósito de trabalhar para a Athenas Brasileira também contasse no seio dela um estabelecimento de ensino superior. Em 1917, desdobram-se as suas esperanças. Vai ao encontro de Fran Paxeco, que regressara da Europa. Fran Paxeco infatigável, cheio de energias, dá o braço a Perdigão e põem mãos à obra, cujo edifício hoje vemos erguido na suntuosidade da sua grandezza. Trocam ambos eles dois, ideias sobre as bases da instituição, na Biblioteca Pública. Mais tarde, ainda eles mesmos e mais os doutores Antonio Lopes, Alfredo de Assis e José de Almeida Nunes, reunidos em comissão, naquele estabelecimento publico, deliberaram de forma a que se efetuasse o projeto que já lhes prendia a atenção. **De fato, a 28 de abril de 1918, numa assembléia em que tomavam parte diversas classes da nossa sociedade, e que teve lugar no salão de leitura da Biblioteca Pública, foi aprovada a criação da Faculdade de Direito coadjuvada por uma associação.** Já outro espírito trabalhador e inteligente, que muito há concorrido para engrandecimento da Faculdade, havia aderido, o dr. Henrique José Couto [...]. (Correa,2016, p. 245-246, grifo nosso).

Importante destacar que no referido pleito sucedeu também a criação da associação dos organizadores da Faculdade de Direito do Maranhão, tendo como principais integrantes Domingos de Castro Perdigão, Fran Paxeco e os bacharéis José de Almeida Nunes e Antônio Lopes de Castro. Segundo Vaz (2021), durante a reunião, Fran Paxeco expôs a minuta do estatuto composto por 10 artigos formulado pela associação então instituída, estabelecendo, assim, a base jurídica de fundação da faculdade e expressando de forma tangível a natureza privada da recém-criada instituição e a estrutura orgânica e administrativa da associação, onde se lê:

Art. I: - Fica fundada uma associação, nesta capital, com o fim de organizar um instituto superior de estudos sociais, econômicos e jurídicos, que se dominará Faculdade de Direito do Maranhão.

Art. 2º: - Considerar-se-ão sócios fundadores todos os que a ela se filiarem até a abertura das aulas, formando a assembléia geral.

Art. 3º: - Na primeira das suas reuniões, a mesma assembléia elegerá uma diretoria provisória da sociedade, que se comporá de um presidente, um vicepresidente, dois secretários, um tesoureiro.

Art. 4º: - Competirá a essa diretoria fazer o estatuto da corporação, e o regulamento da faculdade, elaborando-os de acordo com as leis federais do ensino, em vigor. Assim que estejam prontos, submetê-los-á ao voto da assembléia geral, que elegerá a diretoria bienal e o corpo docente.

Art. 5º: - Os sócios fundadores contribuirão com a jóia que lhes aprouver e uma quota de vinte mil reis anuais, pagos por trimestre, ou duma única vez.

Art. 6º: - Os sócios referidos terão o desconto de 50%, em todas as despesas letivas da faculdade, para ele, os seus filhos ou tutelados.

Art. 7º: - Logo que a sociedade possua rendas bastantes, ou que a faculdade obtenha subvenção dos poderes públicos, a diretoria determinará os vencimentos do magistério, sujeitando o seu ato à assembléia geral.

Art. 8º: - Se os meios da faculdade lhe permitirem sustentar-se por si própria, ou vier a ser mantida pelos cofres públicos, cessará a contribuição dos sócios. Art. 9º: - Criar-se-á um curso anexo à faculdade, exigindo-se aos candidatos à matrícula os preparatórios de português, aritmética, geografia e Frances.

Art. 10º: - Depois dos trabalhos da instalação, a assembléia geral só se reunirá quando a convocar a diretoria da sociedade ou o requerem 24 dos seus membros. (A Pacotilha, 1918, p. 2).

Assim, a primeira faculdade maranhense constitui-se na 11ª. escola superior de formação jurídica no Brasil, juntando-se conforme Melo (2021, p.167) “[...] às de São Paulo e Olinda (1827), fundadas no período imperial, e às da Bahia e do Rio de Janeiro (1891), Minas Gerais e Rio Grande do Sul (1900), Pará (1902), Ceará (1903), Amazonas (1909) e Paraná (1912), já sob o regime republicano.” Este acontecimento ganha destaque na imprensa local, e aqui destacamos em particular a edição da segunda-feira do jornal A Pacotilha de 29 de Abril de 1918 sob o título “Pelo Ensino Superior” que noticiava a realização da solenidade rememorável:

Como noticiamos, realizou-se ontem na Biblioteca Pública, uma numerosa e seleta reunião, para se decidir se convinha fundar, nesta capital, uma faculdade de direito.

O Sr. Domingos de Castro Perdigão, diretor daquele estabelecimento e autor da iniciativa propôs que presidissem o dr. Henrique José Couto, Secretário do Interior e de Instrução, a quem ladearam os srs. drs. Alfredo de Assis e Fran Paxeco. Repetindo os fins da convocatória, o dr. Couto deu a palavra ao dr. Domingos perdigão, que afirmou alimentar, desde muito, a ideia de instituir aqui uma escola de ensino superior, aludindo às de artífices, do aprendizado agrícola, do Centro Artístico, do Centro Caixeiral, a Sociedade Maranhense de Agricultura, de que há bastante a Esperar. (A Pacotilha, 1918, p. 3).

Desta feita, vale ressaltar que os primeiros empenhos de Domingos Perdigão pela criação de uma faculdade jurídica dá-se 1908, entretanto eles foram desvanecidos pelas alterações políticas do Estado, bem como a falta de disposição e de interesse das elites políticas e jurídicas para a criação da primeira escola maranhense, como se observa em relação as desavenças “[...] da estreita e intolerante política partidária estadual, que talvez tenham concorrido a que não conseguisse o apoio, que pleiteou e não obteve, do Governador Herculano Nina Parga (1914/18) e do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Lourenço Valente de Figueiredo (1913/18).” (Meireles, 1994, p.63).

Outra questão a ser observado nesse período é a fundação da Academia Maranhense de Letras²⁸, em 1908, que congregava os principais intelectuais do período formados sobretudo pela Faculdade de Direito do Recife, de forte influência cultural lusitana. Tal quadro reforça o aspecto tardio do ensino superior no Maranhão, uma vez que seus vizinhos do Norte-Nordeste já eclodiam em termos de estabilização de suas faculdades livres. Não obstante, Melo (2021, p.189-190, grifo nosso) alteia que,

[...] a instabilidade política do Maranhão na Primeira República é flagrantemente evidenciada pela sucessiva alternância dos líderes oligárquicos no comando político-administrativo do Estado. Num intervalo de apenas 10 anos, de 1908 a 1918, ou seja, entre a fundação da Academia Maranhense de Letras e a criação da Faculdade de Direito, o Maranhão teve 12 governadores (média de mais de um por ano), o que dificultava substancialmente quaisquer iniciativas de formulação e implementação de políticas públicas estruturantes e regulares voltadas para o desenvolvimento social da população maranhense, especialmente nos setores da educação e da saúde, que, pela própria “ausência” da figura do Estado, ficaram mais suscetíveis à atuação de um mecenato cultural privado, cuja ressonância incidiu na criação das agremiações literárias, das escolas superiores e das instituições científicas.

Após o primeiro ano de funcionamento da Faculdade de Direito, em 21 de março de 1919, o governador Raul da Cunha Machado sancionou as Leis nº 834 que considerou de utilidade pública a primeira escola superior do Estado, de natureza privada e, por meio da Lei nº 963, de 4 de abril de 1921, declarou válidos, em todo o território do Estado, os diplomas de bacharéis expedidos pela referida instituição e consignando, também para a Faculdade, uma subvenção nas leis orçamentárias. Já em 1921, de acordo com Dino (1996), inaugurou-se uma das festividades tradicionais, intitulada “Festa da chave” de origem eminentemente coimbrã, congregava os acadêmicos e seus mestres em uma tertúlia cultural, na qual o Diretor da Escola Superior dava uma “chave”, representando o saber a uma lente de antemão indicada.

Este, por sua vez, discursava sobre um tema de caráter erudito que, ao concluir, transferia a chave a um acadêmico, também previamente designado, que discursava no mesmo formato. Essa atividade cativava a sociedade desse período, que, segundo Dino (1996, p.32), “[...] eram aguardadas com vivo interesse. O acadêmico que fosse bom orador e se saísse bem na “Festa da chave” adquiria status tanto na Faculdade como nos meios intelectuais da cidade.” Nessa ambiência, os discentes da faculdade de Direito se mobilizam para criação do Centro

²⁸ Na área cultural, surgiu em 1908 um movimento literário liderado pelos intelectuais: Antonio Lobo, Fran Paxeco e Domingos de Castro Perdigão que, na tentativa de manter a tradição de “Atenas do Brasil” para o Maranhão, criou a Academia Maranhense de Letras e, posteriormente, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM). Dessa elite intelectual partiu a iniciativa da criação e implantação das primeiras instituições de ensino superior no Maranhão. (Buzar, 1982).

Acadêmico, organizando-se em comissão para elaboração do estatuto social. Em nota, anuncia-se que:

[...] esta corporação, estabelecida a 13 de maio último, reuniu-se ontem (06/06) para discutir o estatuto, sob a presidência do sr. Antonio Teixeira Gueiros, terceiranista de direito, secretariado pelos srs. João Vitor Ribeiro e José João Monteiro, também terceiranistas.

Aprovado o estatuto, deliberou-se proceder à eleição da diretoria. Aparecendo, nesse momento, o dr. Fran Paxeco, professor honorário da faculdade de Direito, o sr. Gueiros convidou-o a dirigir o ato apurador. Assumindo a presidência, ladeado pelos srs. Antonio Gueiros e João V. Ribeiro, indicou para escrutinadores os srs. José Monteiro e Valdomiro Viana. Lidas as primeiras chapas, verificou-se estarem incompletos os nomes. O sr. Presidente determinou que as reformassem, suspendo os trabalhos. Minutos depois, recomposta a mesa, efetuou-se nova leitura dos votos, inutilizando-se diversos, devido o erro de nome.

O pleito disputou-se bastante, correndo à vontade. Saíram eleitos: Presidente, João Vitor Ribeiro; vice-presidente Arlindo de Sousa Martins; 1^a e 2^º secretários, Inácio José Pinheiro e José João Monteiro; orador, Domingos Barbosa; tesoureiro, Adelman Correa; bibliotecário, Djalma Sacramento; suplentes Humberto Fontele de Silveira, F. J. Mendes dos Reis, José Mata Roma. [...] O sr. Mata Roma, votado para orador e outros cargos, resignou, propondo, ao mesmo tempo, que se aclamasse presidente de honra do Centro Acadêmico o dr. Fran Paxeco. Aprovou-se.

Resolveu-se, após, que a posse da diretoria se realizasse a 10 deste mês, repartindo-se os seus membros em duas comissões, (?) efeito dos convites às autoridades, ao magistério e às escolas. A diretoria tornará a reunir-se amanhã, às 9 horas, com esse fim. (Vaz, 2021, p. 319-320).

Nesse ínterim, no âmbito nacional, os dirigentes da referida instituição requisitaram junto ao Departamento Nacional de Ensino sua equiparação aos estabelecimentos federais congêneres com o intento de que os diplomas por ela expedidos abrangesse certificação e validade em todo o país. Assim, o feito de reconhecimento foi facultado pela Comissão de Ensino Superior em parecer de 15 de fevereiro de 1924, após fiscalização realizada pelo inspetor federal Raimundo Furtado da Silva que, em janeiro daquele ano, fundamentou o deferimento de aprovação ao pleito, descrevendo as condições de funcionamento da instituição.

Logo a 16 de fevereiro, é dado conhecimento, através da imprensa de que o Conselho de Ensino Superior havia se manifestado favoravelmente à equiparação da Faculdade de Direito do Maranhão. Era o tão esperado reconhecimento. A notícia fora comunicada ao presidente do Estado pelos senadores Cunha Machado e José Euzébio, através de telegrama. (Vaz, 2021, p.206, grifo nosso).

Tal realização ganha destaque em nota publicada sob o título de *A Faculdade de Direito* na edição datada de 18 de fevereiro de 1924 do jornal O Diário de São Luiz, que anuncia a conquista do reconhecimento pela referida instituição.

A FACULDADE DE DIREITO

À última hora, de sábado fomos informados ter sido equiparado, por unanimidade de votos do Conselho Superior de Ensino, este nosso instituto, devido aos ingentes esforços de meia dúzia de tenacíssimos e incansáveis espíritos cultos que muito dignificam e a honram o Maranhão hodierno. Outro de certo, não poderia deixar de ser o resultado do trabalho desses inúmeros óbices surgidos à consecução do fim colimado, não conheceram recuo e nem se deixaram dominar perío receio de ser um obra inglória a causa que com raríssima vontade de querer souberam levar o bom termo. Somos maranhenses, porém desconhecemos em matéria de empreendimentos profícuos e salutares, qual a ereção de uma escola superior, entre nós, conquanto nos fosse um sonho róseo constante, entretanto sempre pautamos de difícil realização no nosso Estado devido à má vontade de uns e o descaso a que tempos atraç votaram outros, ás causas que condissem com a instrução. [...] Estava porém, escripto no livro do destino que não havíamos de permanecer eternamente envolvidos pelo mesmo modo de pensar respeito ás causas que relacionassem com o cumplicado machismo da instrução maranhense. Eis senão quando menos esperávamos, a frente de uma phalange constituída dos obreiros da tempera do que acima fizemos referencia aos nossos olhos esbugalhados de admiração e rosados de lagrimas jubilosos derramados por corações sinceros, acabamos de ver os nossos sonhos coroados do melhor êxito, com a equiparação da Faculdade de Direito do Maranhão, aos demais institutos congêneres do pais [...]. (O Diário de São Luiz, 1924, p.1)

A supracitada equiparação foi publicada no Diário Oficial da União, edição de 22 de fevereiro de 1924. Segundo Vaz (2021), tal êxito ocasionou profusas movimentações, as quais levaram os estudantes do curso jurídico a convocarem a sociedade maranhense para participarem das atividades de comemoração em sua primeira manifestação estudantil em praça pública, conforme trecho descrito abaixo pelo jornal A Pacotilha.²⁹

Em regozijo pela equiparação da nossa escola jurídica, a mocidade acadêmica realizará, hoje à noite, uma passeata comemorativa, que percorrerá as principais ruas da cidade, falando durante o trajeto vários oradores escolhidos entre os estudantes para apresentar as respectivas séries. Em seguida se dirigirão todos ao palácio do governo a fim de congratular-se com o Exmo. Senhor Presidente do estado por mais essa conquista da nossa mentalidade prestigiada pelo concurso do Dr. Godofredo Viana. O ponto de partida é a Praça João Lisboa, onde se reunirão, às 19:00 horas, todos os estudantes da Academia de Direito. Uma comissão de acadêmicos, composta dos Srs. Edison Brandão, Hermelindo de Gusmão Filho e Guimarães Júnior, esteve nesta redação expondo-nos o programa da manifestação na qual A Pacotilha se representará. (A Pacotilha, 1924, p.1).

²⁹ O jornal A Pacotilha foi o último e grande jornal que transitou o século XIX, preservando a imagem com que inaugurou as atividades em 30.10.1880. Instituído por Vitor Lobato (1893-1954), natural de São Bento, funcionário público e autodidata. Possuiu uma equipe eficiente, constituída por redatores experientes e colaboradores interessados, estes, estudantes do Liceu. José Nascimento Moraes lá encontrou os seguintes colegas liceistas: Godofredo Viana, Viriato Correa, Domingos Barbosa, Lisboa Filho, Clodomir Cardoso, Caetano de Sousa, Lemos Viana, João Antônio da Costa Gomes. (Sebastião, 2008).

Nessa conjuntura em tela, reportamo-nos aos Centros Acadêmicos, onde Dino (1996) assinala que os estudantes sempre estiveram presentes na história da Faculdade de Direito. Desde sua fase nascente, posteriormente Diretórios Acadêmicos, que possuíam atribuições abalizadamente social-recreativa-cultural de legado coimbrã, oriundo dos grandes centros de desenvolvimento cultural as Faculdades de Direito de Recife e São Paulo.

Nessa época, surgiram as Sociedades Acadêmicas, em sua maioria volvida a atividades culturais e intelectuais. Desse período, também, são as “Festas Acadêmicas promovidas pelos centros, visando angariar recursos para a promoção de embaixadas estudantis ou destinados à caixa de beneficência dos próprios Centros que também promoviam tertúlias culturais [...].” Dino (1996, p.63). Nota-se, inclusive, as homenagens prestadas pelos estudantes aos seus lentes catedráticos como a promovida a 9 de março, no ano de 1922, por ocasião do aniversário de Fran Paxeco, onde diversos tributos lhe foram dedicados, até com uma edição inteira de A Pacotilha, destacando o seu aporte para a cultura maranhense, e, em especial, a fundação da Faculdade de Direito.

Assim, o grupo constituído por diversos discentes da primeira turma da Faculdade de Direito do Maranhão registraram o momento. Observemos a figura 2 adiante onde, segundo a descrição de Vieira da Luz (1957), temos na primeira fila, sentados de esquerda para a direita: Djalma Sacramento, José Façanha, João Victor Ribeiro, FRAN PAXECO, Humberto Fontenelle, Francisco Mendes dos Reis e Fulgêncio Pinto. Em pé na 2^a fila: Castro e Silva, Ismael Hollanda, José Mata Roma, Zildo Maciel, Othon Mello, José Monteiro, Edison Brandão e Astrolabio Caldas. Na 3^a fila: Waldomiro Vianna, João Guilherme e Abreu, Raimundo Eugenio de Lima, Clemente Guedes, Octávio Bandeira de Melo e Arentino Ribeiro.

Figura 2 - A Fran Paxeco, o mestre, oferta de seus discípulos (1922).



Fonte: Vieira da Luz (1957).

Desse enquadramento de conquista de que se revestiu a faculdade de Direito nos anos 1920, podemos avistar que, além do auxílio financeiro oriundo do erário estadual, os dirigentes da Faculdade atuaram junto aos poderes políticos e econômicos para diversificar as fontes de recursos, devido à instabilidade e carência das contribuições, visando a maior manutenção das atividades letivas e burocráticas, e, também, em busca da regularização de seus expedientes, tanto a nível estadual quanto no plano federal. O feito logrado pela criação da Faculdade de Direito reanimou a vida cultural do Maranhão, de acordo com Dino (2014, p. 27).

[...] o Maranhão se autonomizou em todos os setores de sua vida, e logo toda a elite pensante da terra passou a surgir da própria terra. E o centro donde se irradiaram tantas energias não foi outro, senão a nossa velha Escola Jurídica. A velha Academia Livre de Direito cumpriu, destarte em nosso meio, missão similar àquela realizada pelas grandes Faculdades de Direito do país. Estas nacionalizaram a administração pública e a justiça. **No nosso caso, a Escola de Direito autonomizou a vida cultural do Maranhão.**

Esse cenário fomentou também, conforme Meireles (1994), o surgimento de outros cursos práticos de nível técnico-profissional. Como exemplos, temos a criação da Escola Técnica de Enfermagem, em 1919, por iniciativa de Fran Paxeco e dos médicos Luís Lobato Viana e Cesário dos Santos Veras, bem como a inauguração da Escola de Belas-Artes, em 1922,

que, mesmo de curta existência, também tinha como “pai fundador” o cônsul português. Nesse contexto, o autor ressalta a criação da segunda instituição de ensino superior a Faculdade Livre de Farmácia fundada em São Luís em 1922, por nova iniciativa de Fran Paxeco e Domingos Perdigão que contaram, desta feita, com o apoio dos médicos Luís Lobato Viana e Cesário dos Santos Veras, assim como dos demais integrantes da Academia Maranhense de Letras. Sobre o feito, Tajra (1982, p.16) observa:

[...] a segunda instituição de ensino superior que teve como pano de fundo, para sua criação, um movimento de contestação e imposição dos médicos chefiados pelos Drs. Luiz Viana e Cesário Veras que desejavam regularizar a situação dos farmacêuticos práticos, aqui estabelecidos de há muito tempo, devidamente autorizados pelo Estado para abrirem e dirigirem as farmácias da capital e do interior. Ocorre porém, que, devido a um acordo feito entre o Governo Federal e o Governo do Estado, aqueles farmacêuticos não poderiam mais exercer suas atividades pois o Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública só permitia aos farmacêuticos diplomados o desempenho de tais funções.

Assim, no dia 3 de maio de 1922, realizou-se uma sessão para inauguração da Faculdade de Farmácia do Maranhão, onde o Dr. Achilles de Faria Lisboa, médico e farmacêutico, primeiro diretor da referida instituição, o qual assim se expressou em seu discurso: “Esta é mais uma incontestável prova de impulso que, neste momento, sopram as energias intelectuais de nossa terra, encaminhando o ensino para um futuro sem dúvida muito brilhante” Tajra (1982, p.19). Após um ano de seu funcionamento, em 9 de maio de 1923, o governador do Estado do Maranhão, Dr. Godofredo Mendes Viana, reconheceu a instituição como sendo de utilidade pública concedendo-lhe, pela Lei 1.121 recursos oriundos do orçamento estadual para subsidiar seu funcionamento e, em 7 de abril de 1924, chancelou por meio da Lei 1.136 a validade dos diplomas por ela conferidos em todo o território do Estado.

Ainda no campo da saúde, em 1925, cria-se a Faculdade de Odontologia do Maranhão, iniciativa do Dr. Luiz Vianna, a fim de suprir a carência de cirurgiões dentistas diplomados, especialidade ainda pouco desenvolvida naquela época no país. Assim, começa a funcionar no mesmo prédio da Escola de Farmácia, a partir da fusão das duas escolas, sob a gestão do médico Dr. Achilles de Faria Lisboa, originando-se dessa forma a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Maranhão, também de natureza jurídica privada.

Vale ressaltar que, em 1929, tivemos mais uma iniciativa frustrada de criação da Faculdade de Medicina do Maranhão, ideia levantada pelo Contador Paulo Kruger de Oliveira, através da publicação dos seus artigos na imprensa local e dos esforços dos professores e dos médicos Adail Couto, Genésio do Rêgo, Lino Machado e Tarquínio Lopes Filho e do

farmacêutico Roberto Gonçalves. Entretanto, a referida instituição não se materializou, sobre o fato, Salgado Filho (2016, p.23) descreve que:

[...] na balança política ligada aos episódios de criação da faculdade, o fato de que o recém-nomeado diretor da instituição, o médico, professor, jornalista e deputado estadual Tarquínio Lopes Filho era inimigo político fígadal do presidente [da Província do Maranhão] Magalhães de Almeida, a quem lancetava, quase que diariamente, pelas páginas de seu jornal, a *Folha do Povo*, nominando o gestor público de incompetente, inepto [...]. Aparentemente, o fracasso da instalação da faculdade prejudicava politicamente o presidente do Estado, e convinha a seu adversário, Tarquínio Lopes Filho, o maior entusiasta da implantação da faculdade. Novamente, as disputas políticas prejudicaram os interesses maiores da sociedade.

Com efeito, alcançamos, assim, a última década da primeira metade do século XX com apenas uma Faculdade de Direito e uma faculdade de Farmácia e Odontologia, equiparadas ambas de fato e de direito unidades de ensino superior, beneficiando-se da legislação que assegurava a liberdade do ensino aos estabelecimentos particulares que se constituíssem sob esse regime. Contudo, Melo (2021, p.193, grifo nosso) atesta os impactos sofridos por essas instituições na “Era Vargas”.

Com a consolidação das faculdades livres de Direito e de Farmácia e Odontologia, o Maranhão adentra a década de 1930 dotado de um espaço intelectual acadêmico de nível superior estável e interdependente aos poderes político e econômico. **Todavia, tal estágio de desenvolvimento sofrerá uma forte guinada que levará à sua estagnação em decorrência das profundas transformações históricas e estruturais, sobretudo nas esferas política, cultural e educacional, com a ascensão de Getúlio Vargas ao comando político-administrativo do Brasil.**

De fato, com a irrupção do Estado Novo, liderado pelo militar gaúcho Getúlio Vargas, instaura-se no nosso país um Estado centralizador, nacionalista, apoiado pelas Forças Armadas e elites econômicas. Sobre esse período histórico, D’Araujo (1997, p.7) esclarece que a chamada “Era Vargas consiste no conjunto das políticas econômicas e sociais introduzidas no país a partir de 1930, que marcaram de maneira indiscutível e indelével o processo de industrialização, urbanização e organização da sociedade brasileira.” As repercussões dessas iniciativas foram tão fortes que, no limiar do novo século, sua influência ainda é percebida.

No Maranhão, segundo Botelho (2007), a presença de intervenções é reflexo do crescente centralismo autoritário legitimado no governo Vargas que colaborou intensamente para incitar os conflitos e com efeito a inconstância política do Estado. Só entre o período de 1930 a 1936, tivemos seis governadores no Maranhão eleitos indiretamente pela Assembleia Legislativa estadual, cujos mandatos em geral, foram sinalados por conflitos e instabilidades. Esse cenário regional mudou concomitantemente, pois dentre os representantes de Getúlio

Vargas que governaram o Maranhão, destaca-se Paulo Martins de Souza Ramos³⁰ que, de governador eleito de forma indireta - em 1936, passou a interventor federal por nomeação, em 1937. Sobre o governo Ramos (1940, p. 5) assim se manifesta:

Empenhadão também na construção desta era nova de progresso e de felicidade, de trabalho e de realizações, que o Governo de V. Excia., estatuidando o novo regime, comprometeu-se a desvendar e dar vida pela salvação da Republica, cada um dos auxiliares nos Estados, ainda o mais obscuro, experimenta justificável satisfação em demonstrar que, mesmo dentro do círculo estreito em que o detém a própria desvalia, não semeou esforços inúteis que, como a semente do bem, pudesse ter caído entre fráguas, em terreno maninho.

Neste aspecto, de acordo com Rodrigues (1993), essa total adesão ao projeto político ideológico nacional do Estado Novo, pelo interventor Paulo Ramos é um feito que se distingue na história do Estado, que antes deste advento não adotara de modo tão orgânico a nenhum outro regime. Assim, inicialmente segundo Corrêa (2017, p.273-276) ele.

[...] tratou de afastar-se das antigas oligarquias políticas de núcleo familiar “tradicional” e de isolá-las dos aparelhos de estado. Paralelamente, expandiu a máquina burocrática estatal com a instalação do Departamento de Serviço Público, a criação do Instituto de Educação do Maranhão, a fundação do Diretório Regional de Estatística, a inauguração do Instituto de Previdência do Estado do Maranhão etc.

Ao se voltar o olhar para essa conjuntura, Cunha (1980) assinala que o aparelho educacional sofreu impacto de grande envergadura, caracterizadas por um conjunto de reformas educativas que ficaram conhecidas como Leis Orgânicas de Ensino ou Reforma Capanema as quais redefiniam a política educacional brasileira, abrangendo todos os setores e níveis de ensino, não obstante, sem deixar o alinhamento de princípios e finalidades posto pela constituição de 1937, corroborando com o dualismo antidemocrático da educação em nosso país.

Dentre algumas determinações da Reforma Francisco Campos, estava a criação do Conselho Nacional de Educação e organização do ensino secundário e comercial. Este último consubstancia o decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932 que consolida as disposições sobre a

³⁰ Nascido em Caxias-MA, em 4 de maio de 1896, Paulo Ramos concluiu os estudos primários em São Luís e mudou-se para o Rio de Janeiro, onde estudou no Colégio Anchieta de Nova Friburgo. Por problemas de saúde, regressou a São Luís e concluiu o curso secundário no Liceu Maranhense. Depois disso, ingressou na Faculdade de Direito do Recife mas, transferindo-se para Belém/PA, diplomou-se pela Faculdade de Direito do Pará. Aprovado em concurso para o Ministério da Fazenda, prestou serviços em Recife e no Rio de Janeiro, onde obteve projeção ocupando cargos de destaque no Tesouro Nacional, através dos quais estabeleceu amizade com o então ministro da Fazenda de Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha. Indicado por este para conciliar os grupos políticos que se digladiavam no Maranhão, Paulo Ramos foi eleito governador pela Assembleia Legislativa em 17 de julho de 1936, a qual viria fechar após ser nomeado interventor federal, em 3 de dezembro de 1937, assumindo poderes excepcionais no Maranhão durante a ditadura do Estado Novo. (Buzar, 2001).

organização do ensino secundário e dá outras providências, declara em seu “Art. 4º O curso complementar obrigatório para os candidatos; a matrícula em determinados institutos de ensino superior será feito em dois anos de estudo intensivo, com exercícios e trabalhos práticos individuais [...]” Brasil (1932, sem paginação). Portanto, Francisco Campos havia dividido o curso secundário em dois ciclos de cinco e dois anos, nessa ordem, o primeiro fundamental e o segundo complementar, instruído para as diversas opções de carreira universitária. Previa, ainda, a criação de um sistema nacional de inspeção do ensino secundário, a ser feito por uma rede de inspetores regionais, bem como o fechamento dos institutos superiores que não implantassem os Cursos Complementares, para ingresso nos mesmos. Menezes e Santos (2001).

Sobre o referido decreto, Vaz (2021) observa que no Maranhão somente no ano de 1936 os Cursos Complementares foram criados no âmbito da Faculdade de Direito, embora fosse obrigação do Estado a sua implementação. O curso em questão era de determinação da Reforma Francisco Campos, e a não instalação dele faria com que as faculdades fechassem as portas. Desse modo, a Faculdade de Direito elegera uma comissão integrada de três professores para examinar a questão e que apresentaria nos próximos dias ao Conselho Técnico Consultivo a sua instalação. Assim, foi anunciada a criação do Curso Complementar, pela Faculdade de Direito.

Conformem preceituava a reforma do ensino nacional, preparará alunos saídos do ginásio para ingresso em qualquer estabelecimento de ensino superior. A comissão organizadora se comporá de professores da Faculdade de Direito, sendo que a congregação dera plenos poderes aos mesmos para organizarem o curso. Em reunião que seria realizada no dia seguinte – 18/05 – se definiriam os professores que atuariam no Curso Complementar. Ruben Almeida, quando da inauguração, marcada já para a próxima terça-feira, falaria em nome da Congregação. (O Imparcial, 1936, p.2).

Ademais, o Centro Acadêmico da Faculdade de Direito esteve movimentado nesse período, primeiro na organização da embaixada estudantil³¹ ao Recife, depois, na organização da sua nova diretoria. De acordo com Vaz (2021), pela primeira vez no ano de 1936 duas chapas concorriam ao Diretório Acadêmico; após várias discussões, foi assinalado entre as chapas um acordo que foi firmado unindo-se às diretorias, distribuindo-se os cargos.

Termos do acordo celebrado entre os acadêmicos de Direito desta capital:
Aos seis dias do mez de agosto do anno de 1936, em uma sala da Faculdade de Direito do Maranhão, ficou firmado entre os srs. Antonio Pinto Mendonça, Clodoaldo Silveira e Jurandyr de Souza Braun, representantes de uma corrente (Direita), e Costa Fernandes Sobrinho, Evaldo Corrêa Lima e José Oswaldo de

³¹As embaixadas estudantis, tinham como função deslocar-se periodicamente em viagens de visitas de cordialidade ou de intercâmbio cultural entre os jovens acadêmicos do nordeste ao sul do país. (Costa, 2009).

Carvalho, representante de outra corrente (Esquerda), o seguinte acordo: a) O Directorio acadêmico compor-se-á de nove membros;

- b) A chapa apresentada será suffragada por unanimidade
- c) A corrente que tiver quatro membros, ficará com a presidência;
- d) Pertencerão a Direita o Presidente, 1º secretário, 1º thesoureiro e 1º orador;
- e) A Esquerda ficará com os demais cargos em número de cinco;
- f) São os seguintes os demais cargos: Vice-presidente; 2º Secretário, 2º Thesoureiro, 2º Orador e Bibliotecário;
- g) Haverá, de acordo com a lei, três comissões: Scientifica, social e beneficente composta, cada uma, de tres membros;
- h) A comissão scientifica se comporá de dois membros elementos da Esquerda e um da Direita;
- i) A comissão bveneficente se comporá de dois da Direita e um da Esquerda;
- j) A comissão social se comporá de dois membros Direita e um da Esquerda;
- k) Presidirão as comissões scientifica e social, dois elementos da Esquerda;
- l) A presidência da comissão beneficente pertencerá a um membro da Direita;
- m) A eleição do novo Directorio será na segunda quinzena de Setembro.

Jurandyr Brauna
 Clodoaldo Silveira
 Francisco Costa Fernandes Sobrinho
 Antonio Pinto mendonça
 Ewaldo Pinto Mendonça
 José Oswaldo de Carvalho (A Pacotilha,1936, p.1)

No ano seguinte, temos como marco em âmbito nacional: a organização sistemática do movimento estudantil a partir da criação da UNE, em 1937. Indubitavelmente, a sua fundação tornou-se um divisor de águas da participação do movimento estudantil brasileiro ao longo da nossa história, pois a atuação dos estudantes enquanto organização ficava somente no interior das faculdades ou nos espaços daquelas que dispunham de sede, como os centros acadêmicos, grêmios estudantis ou as associações de caráter literário ou artístico, o que se traduzia em ações ocasionais e dispersas. A ideia envolvendo a criação da UNE nasceu através da realização do I Conselho Nacional de Estudantes, em agosto do mesmo ano.

Em quadra agitada da política brasileira, essa entidade unificou as lutas estudantis em escala nacional, tanto aquelas voltadas para questões específicas e regionalizadas, quanto as guiadas por motivações políticas. Ao abordar o fato Poerner (1979, p.128) observa que as organizações estudantis acadêmicas anteriores, “[...] eram transitórias, visavam apenas problemas específicos, com curta duração, por isso não havia prosseguimento, [...] nasciam e morriam. Outro fator era a [...]regionalidade, favorecida pelos isolamentos entre os Estados.” Em setembro do corrente ano, temos a instauração do Estado Novo, quando o debate sobre a

política educacional saía da sociedade civil e passava a ser controlado pela sociedade política, representada por um Estado ditatorial.

Em nome do princípio da autoridade e da disciplina, decisões são tomadas e a autonomia universitária é negada. Entre os objetivos explicitados por essa nova ordenação jurídica e administrativa (Estado Novo) [...] estavam as perspectivas de ordenamento da educação a definição de competências entre os diferentes estratos do governo (municípios, estados e união) articulação entre os diferentes ramos de ensino e a implantação de um rede de ensino profissionalizante. (Cunha,1980, p.14)

No cenário nacional, há uma ostensiva centralização de todos os serviços de educação, decorrendo daí a concepção de que o processo educativo poderia ser objeto de estrito controle legal. Isso posto, no Código da Educação Nacional seriam prescritos de acordo com Rodrigues (1993, p.46) “[...] os princípios gerais da organização e fundamento de todo o aparelho educativo do país. O centralismo e o autoritarismo expresso nessa fala do presidente já constara na própria Constituição de 1937, na qual dedicou um capítulo específico sobre as questões da Educação.” Consequentemente, nos anos que se seguiram, as faculdades ficaram sob o controle explícito dos poderes instituídos. Não obstante, em 1941, o Departamento Nacional de Ensino cassaria a equiparação e autorização de funcionamento das duas únicas escolas superiores em solo maranhense, sendo seus arquivos recolhidos também ao Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro assegurando, uniformemente, a seus acadêmicos, que se deslocassem para escolas congêneres em outros Estados. Sobre o decreto-lei getulista de 21 de outubro, Dino (2014, p.101-102) analisa.

[...] No corpo do decreto cassatório (nº 8. 085/41) não se encontram especificados quais os itens que foram violados pela tradicional Faculdade de Direito do Maranhão. Ademais, é de se registrar que o parágrafo único do art. 4º do Decreto-lei nº 421/38, determinava que a repartição competente poderia realizar diligências necessárias à verificação do cumprimento das exigências ministeriais. A este propósito, já acentuamos que não foi feita qualquer diligência antes da cassação do reconhecimento da nossa Faculdade de Direito.

Sobre esse episódio, Melo (2021, p.196, grifo nosso) revela que as parcas “[...] fontes que tratam do assunto **são uníssonas em seu silêncio**, o que se comprehende face ao aliciamento institucional dos profissionais da escrita e de sua consequente subordinação ao mandatário político, compelidos à pré-fabricação das letras elogiosas[...].” Em relação ao descredenciamento das Faculdades, Vaz (2021) mensura que surgem duas versões. A primeira, de caráter eminentemente técnico-administrativo sobre pressupostas irregularidades encontradas no cumprimento das leis, portarias, resoluções e avisos emanados do Ministério da Educação e seu Departamento Nacional de Educação, bem como da Divisão de Ensino

Superior. A segunda consubstancia-se na conjuntura do Estado-Novo e sua atuação ostensiva nas esferas cultural, econômico e educacional em terras maranhenses. Nesta perspectiva, para Dino (2014, p.102), não houve descumprimento de preceito legal; “Houve, sim, uma manifesta vontade política de cassar a Salamanca maranhense.” Afirma ainda:

[...] No tocante ao arquivo da vetusta escola jurídica, ao que se sabe por informações oficiais, o dr. Soares de Quadros, então fiscal do ensino federal, quando do seu fechamento, houve por bem de empacotar toda a papelada burocrática e a remeter de navio para o Ministério da Educação no Rio de Janeiro. Na mudança do MEC para Brasília, os pacotes e mais pacotes referentes à vida da velha Salamanca foram extraviados ou incinerados. O certo é que, no MEC, já em Brasília, apesar de incessantes tentativas, jamais conseguimos obter qualquer informação satisfatória a respeito. (Dino, 2014, p. 111).

Somente em 19 de julho de 1944, Dr. Paulo Martins de Sousa Ramos resolve instituir a “*Fundação Paulo Ramos*”. Essa entidade foi criada restritamente para subsidiar e administrar as faculdades, agora sob nomenclatura de Faculdade de Direito de São Luís e Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís, sem o designativo “Maranhão”, de acordo com Nascimento *et al.* (2006, p. 24, grifo nosso): “**Para não caracterizar como uma retomada de funcionamento das escolas anteriormente existentes**, os fundadores acrescentaram na denominação das mesmas os termos ‘de São Luís’, em vez de ‘do Maranhão’, antes usados.” A coordenação da Fundação foi confiada ao diretor-geral da Instrução Pública e o presidente nato da instituição, prof.^o Luiz de Moraes Rego, assinalando a iniciação da ação pública “[...] em direção ao ensino superior no Maranhão, reflexo da reorientação que o Estado brasileiro vivia desde os anos trinta, assumindo funções antes esquecidas ou relegadas à iniciativa privada.” Faria e Montenegro (2005, p. 18). Assim, em 1945 tivemos de fato a reabertura das referidas instituições sob o controle direto da Fundação Paulo Ramos por decreto federal, vejamos a tabela 1 abaixo com essa nova configuração.

Tabela 1 – Instituições de ensino superior mantidas pela Fundação Paulo Ramos.

| INSTITUIÇÃO | DIREÇÃO | FUNCIONAMENTO | RECONHECIMENTO |
|---|---------------------|---|---|
| Faculdade de Direito de São Luís | Dr. Salomão Fiquene | Decreto Federal N.17.558 10.01.1945 | Decreto federal N.24.134 28.11.1947 |
| Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís | Dr. Luís Carvalho | Decreto Federal N.17.553 09.01.1945 | Decreto federal N.24.135 28.11.1947 |

Fonte: A autora (2022)

Nesse cenário de reabertura das faculdades, temos a criação em 15 de julho de 1948 da Escola de Enfermagem São Francisco de Assis por iniciativa da ordem feminina cristã Irmãs Terceiras Capuchinhas, ramificação da Ordem dos Franciscanos no Brasil. Essa primeira faculdade católica maranhense tornou-se a terceira unidade de ensino superior, iniciando explicitamente a incursão do catolicismo no âmbito do Ensino Superior no Estado.

[...] a Escola de Enfermagem fora criada no Maranhão colocando em evidência, na esfera pública estadual, a natureza missionária e a relevância da atuação da ordem religiosa para o setor socioeducacional. Não à toa, a criação da faculdade foi encabeçada pelas dirigentes capuchinhas num processo apoiado pela Arquidiocese de São Luís, pelo governo estadual e pelos representantes da elite médica maranhense, que despontava como fração socioprofissional dominante no espaço acadêmico-científico. [...] **O batismo da Escola de Enfermagem em homenagem ao patrono mundial da Ordem Franciscana, São Francisco de Assis, bem como a adoção do “padrão Ana Neri” como referência de qualidade de ensino dessa profissão, evidenciam que o surgimento da escola superior não se deu de forma açodada, mas sim com planejamento, organização e suporte estrutural e financeiro tanto da Arquidiocese de São Luís quanto do Poder Público estadual.** (Melo,2021, p.208-209, grifo nosso).

Nos anos seguintes, a rede federal de ensino superior se expandiu, principalmente com a "federalização" de instituições estaduais e privadas. Esse processo reverberou-se doravante a criação da lei federal nº 1.254 em 4 de dezembro de 1950 sancionada pelo presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, transformando, assim, essas instituições em órgãos da administração pública. E, assim, publicado no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 1950.

Art. 1º O sistema federal de ensino superior supletivo dos sistemas estaduais, será integrado por estabelecimentos mantidos pela União e por estabelecimentos mantidos pelos poderes públicos locais, ou por entidades de caráter privado, com economia própria, subvencionados pelo Governo Federal, sem prejuízo de outros auxílios que lhes sejam concedidos pelos poderes públicos.

Art. 2º Os estabelecimentos subvencionados, na forma desta Lei, pelo Governo Federal poderão ser, por lei, mediante mensagens do Poder Executivo, ouvido o Conselho Nacional de Educação, incluídos gradativamente na categoria de estabelecimentos mantidos pela União, atendendo-se à eficiência do seu funcionamento por prazo não menor de 20 (vinte) anos, ao número avultado de seus alunos e à sua projeção nos meios culturais, como centros unificadores do pensamento científico brasileiro. **Art. 3º** A categoria de estabelecimentos diretamente mantidos pela União compreende:

I - Todos os estabelecimentos integrados presentemente na Universidade do Brasil e nas Universidades de Minas Gerais, do Recife, da Bahia, do Paraná e do Rio Grande do Sul [...].

II - A Faculdade de Direito do Amazonas, a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, a Faculdade de Direito do Pará, a Faculdade de Farmácia de Belém do Pará, a **Faculdade de Direito de São Luís do Maranhão, a Faculdade**

de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão, a Faculdade de Direito do Piauí, a Faculdade de Direito do Ceará, a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, a Faculdade de Direito de Alagoas, a Faculdade de Direito do Espírito Santo, a Faculdade Fluminense de Medicina, os cursos de Pintura, Escultura e Música do Instituto de Belas Artes de Pôrto Alegre, a Faculdade de Direito de Goiás, a Escola de Farmácia de Ouro Preto, o Conservatório Mineiro de Música de Belo Horizonte e a Universidade Rural de Minas Gerais, em Viçosa. (Brasil, 1950, grifo nosso).

Nessa época, no Maranhão, esse decurso coincidiu com as turbulências políticas que advieram com a ascensão do poder político pelo senador Vitorino Freire³². Costa (2006) esclarece que o ex-governador e ex-interventor Paulo Ramos (1936-1945), não foi bem sucedido na construção de um mecanismo que lhe desse base política após a queda do Estado Novo, tendo abdicado ao cargo e afiliando-se no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pelo qual foi eleito para um único mandato parlamentar a deputado federal no período de 1950/1954. Logo, entra em cena o político pernambucano no controle político maranhense, com a posterior formação de sua corrente política, o vitorinismo.

No período de 1949 a 1951, o movimento estudantil se intensificou em razão do clima político estadual. Ser vitorinista ou oposicionista era o dilema. No curso de Direito a corrente situacionista era forte, ativa e liderada por brilhantes estudantes como Eurico Ribeiro, José Bento Neves e José Sarney. Os oposicionistas eram liderados por Walbert Costa Pinheiro, meu irmão mais velho, Reginaldo Teles e Elimar Figueiredo. **Apesar das fortes divergências, em 1949 nos congregamos fundando a União Maranhense dos Estudantes, futuro Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal [...].** (Pinheiro, 1998, p.7, grifo nosso).

Acerca desse cenário e o poder político do vitorinismo, Pinheiro (1998) expõe que no processo de federalização o político que usufruía de absoluta notoriedade junto ao Governo Federal era Vitorino que submeteu o projeto ao Senado, logrando rápida aprovação. Segundo Sales (2017, p.116), esse feito foi vastamente concatenado “[...] pela mídia como algo político de influência de Vitorino Freire, então senador que mantinha certo controle administrativo no

³² Pernambucano de nascimento (Arcoverde), filho de trabalhadores rurais, fez os primeiros estudos no interior de Pernambuco, indo a Recife para fazer curso superior. Antes de adentrar a esfera política, foi funcionário público federal. Chegou ao Maranhão em 1933 por ocasião da nomeação dos interventores estaduais pelo presidente em exercício Getúlio Vargas, ocupando o cargo de secretário-geral do Maranhão, a convite do interventor Martins de Almeida. Tentou eleger-se deputado federal, mas, fracassando, migrou para o Rio de Janeiro, onde oficial de gabinete no Ministério da Viação e Obras Públicas. Retornou ao Maranhão após a queda de Vargas, reestruturou o PSD maranhense e, nas eleições de 1945, foi eleito deputado federal. Na sequência desse mandato, obteve a legislatura de Senador. A partir daí Vitorino Freire passou a exercer a hegemonia sobre a política maranhense, sempre articulando a candidatura e eleição dos governadores ligados a ele. Uma das condições fundamentais de sua hegemonia seria o conjunto de ligações estabelecidas na esfera federal, na medida em que o vitorinismo seria resultante da posição ocupada pelo PSD dentro do sistema político do país. Partido hegemônico na cena nacional, ligado de maneira umbilical às estruturas do Estado brasileiro, o PSD se caracterizava ainda pela sustentação de mandonismos locais contexto que possibilitou ao político pernambucano, um dos coronéis do PSD, posição essa adquirida dado o controle político que exercia no Maranhão. (Costa, 2006).

estado.” Assim, temos federalizadas as Faculdades de Direito, Farmácia e Odontologia, as únicas mantidas pelo governo central. Dessa forma, sob a administração do Estado, os corpos docentes e administrativos integraram-se ao quadro de pessoal do funcionalismo público da União, bem como a nomeação de seus diretores e docentes pelo presidente da República.

A federalização, naquele ano de 1950, das faculdades de Direito e Farmácia e Odontologia, **tirando a Fundação Paulo Ramos a responsabilidade de mantê-las, roubava a esta instituição seu próprio objetivo estatutário**, condenando-a, portanto, ao desaparecimento e obrigando à restituição de seu patrimônio a seus instituidores[...]. (Meireles,1994, p.70).

Sobre o fato, Barbosa (2018, p.41) evidencia que, para impossibilitar a inoperação da Fundação Paulo Ramos, “[...] pessoas de variados segmentos da sociedade maranhense, capitaneados pela Igreja Católica, em vista de melhoria do magistério secundário, transformaram-na em mantenedora da Faculdade de Filosofia.” Não obstante, o governo estadual não se atentou em firmar, legalmente, a cessação dessa Fundação, fato que originou a ideia de criação de uma nova instituição de ensino superior, alentada pelos professores das Faculdades que haviam sido federalizadas e membros da Academia Maranhense de Letras, a criação da Faculdade de Filosofia. Entretanto a Fundação “Paulo Ramos” não dispunha de recursos financeiros suficientes para manter a nova Faculdade, daí era preciso fazer uma agregação de esforço para materializar esse novo sonho.

[...] a diretoria da Academia maranhense de Letras, através de seu Presidente Profº Clodoaldo Cardoso, sabedor de que D. Adalberto Sobral, bispo recém-chegado à diocese de São Luís, trazia um plano de criar uma Escola Normal, resolveu propor-lhe um acordo para criação da Faculdade. Desse modo, com os recursos oriundos da “Fundação Paulo Ramos” e a boa vontade do novo arcebispo, ficou estabelecido um acordo de cavalheiros no qual a Arquidiocese entraria com o prédio para funcionamento da nova escola e os acadêmicos entrariam com os recursos financeiros da Fundação “Paulo Ramos”. Mediante esse acordo, a organização da nova Faculdade estaria sob o controle de ambos os grupos, cabendo-lhes responsabilidades iguais quanto à organização, funcionamento, instalação e direção. **No entanto, esse plano não chegou a ser efetivado, em virtude de D. Adalberto haver sido acometido de uma doença grave que, consequentemente, redundou em sua morte. Assim, os planos quanto à nova Faculdade foram suspensos.** (Tajra,1982, p.31-32, grifo nosso).

Somente no ano de 1952, esse acordo seria ratificado com a assunção do arcebispo D. José de Medeiros Delgado ao comando da Igreja Católica no Maranhão (1951-1963). Segundo Meireles (1994), simultaneamente, foi firmado um pacto de cavalheiros em que se estabeleceu informalmente que o corpo docente seria inicialmente constituído, metade pela Igreja e metade pela Academia Maranhense de Letras e que, na mesma simetria, instituir-se-ia o primeiro Conselho Técnico- Administrativo. Visualizamos a figura 3.

Figura 3 - Dom José de Medeiros Delgado (1951-1963).



Fonte: Brandão (1980).

Com efeito, em data de 15 de agosto do referente ano, a faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão foi fundada na sede da Academia Maranhense de Letras. Sobre o feito, Melo (2021) ressalva que, embora a formação da tríplice aliança (Arquidiocese, Academia de Letras e Fundação Paulo Ramos) ter atingido êxito na inauguração da nova escola de ensino superior, as desavenças entre os representantes dos segmentos citados se tornou patente a partir das disputas pelo comando dos encargos dirigentes e docentes da recém-criada instituição. Rego (1980, p.17) esclarece que:

Substituiu-se o Contrato de Cavalheiros por um Contrato de Comodato, onde D. Delgado, como Arcebispo, assumiria a representação ativa dessa sociedade. Por esse Contrato, a Arquidiocese por D. Delgado, emprestou, gratuitamente, por prazo indeterminado, o edifício denominado Palácio Cristo Rei, de sua propriedade, sito a praça Gonçalves Dias, 351, para nele funcionar a Faculdade de Filosofia. Do contrato de comodato constava a obrigatoriedade da fundação Paulo Ramos de equiparar a Faculdade de Filosofia. E a Arquidiocese, além de ceder o prédio, indicaria a metade do corpo docente.

Nessa tônica, é concedida a autorização para funcionamento da Faculdade de Filosofia de São Luís, com quatro cursos superiores conforme ilustrado na tabela 2 em frente, com publicação no Diário Oficial da União – Seção I em 28 de abril de 1953. Sobre os cursos oferecidos pela Faculdade, Melo (2021) sublinha que a referida instituição foi a pioneira com quatro cursos em funcionamento, o que acarretava um número maior de docentes e de funcionários, bem como de alunos e, por conseguinte, um alcance social da educação católica.

Tabela 2 – Cursos da Faculdade de Filosofia de São Luís.

| INSTITUIÇÃO | CURSOS | FUNCIONAMENTO | RECONHECIMENTO |
|------------------------------------|---|---|---|
| Faculdade de Filosofia de São Luís | Filosofia Letras Neolatinas Geografia e História Pedagogia | Decreto Federal N.32.606 23.04.1953 | Decreto Federal N.40.231 31.10.1956 |

Fonte: A autora (2022)

Evidencia-se, portanto, uma reorganização dos poderes operantes no nível superior de ensino sobre o qual a atuação da Arquidiocese de São Luís constituiu-se de modo significativo e irrefutável. Além disso, o Maranhão passou por transformações históricas e sociais nesse período, as quais asseguraram o surgimento dos quesitos que consolidaram um desempenho mais decisivo e incisivo da Igreja Católica na vida cultural maranhense, constituindo-se como uma das principais estruturas organizadas do Ensino Superior no estado. De acordo com Melo (2021, p.203) ocorre uma:

[...] prodigiosa atuação eclesiástica no âmbito de produção e formação intelectual das elites e das camadas médias maranhenses, cimentada na presença ativa de sacerdotes nas agremiações literárias, nos jornais, nas instituições científicas e culturais, nas escolas primárias e secundárias, bem como na sua conhecida e reconhecida produção intelectual (sobretudo de livros), atuando enquanto mediadores culturais e porta-vozes de causas sociais[...].

Em face dessa conjuntura, a Igreja católica buscava também um protagonismo maior na implantação do ensino superior no Maranhão, o qual fora manifestado na criação da Faculdade de Serviço Social do Maranhão. “Diferentemente da Escola de Enfermagem, fundada pelas Irmãs Capuchinhas, a faculdade de Serviço Social é fruto da atuação direta da Arquidiocese de São Luís. Criada pelo Decreto Episcopal n.º5, de 10/02/1953, sob o báculo do arcebispo Delgado.” Melo (2021, p.213, grifo nosso). Nessa ambiência, por iniciativa da Arquidiocese Metropolitana de São Luís, temos a fundação da *Sociedade Maranhense de Cultura Superior* (SOMACS), em 29 de janeiro de 1955, cuja finalidade era a de promover o desenvolvimento da cultura superior, objetivando a criação de uma universidade católica em terras maranhenses. Barbosa (2018, p.42) assinala que:

O mesmo espírito empreendedor que manifestou a Igreja Católica em nível nacional, ao criar nesse período as universidades católicas, também se fez presente no Maranhão quando, em 29.01.1955, a Arquidiocese de São Luís

fundou a Sociedade Maranhense de Cultura Superior – SOMACS, para servir de mantenedora na criação da Faculdade de Ciências Médicas, em 28.02.1957[...].

Presidida pelo então arcebispo metropolitano D. José de Medeiros Delgado³³, essa Sociedade segundo Tajra (1982) era integrada pela escola de Serviço Social, a Escola de Enfermagem “São Francisco de Assis,” as Paróquias de Nossa Senhora da Conceição, São João Batista, São Vicente de Paula, Nossa Senhora da Vitória, São José de Ribamar, o Seminário Santo Antônio, a Associação de São José Ltda. Ainda as paróquias de Nossa Senhora da Conceição de Viana e Araioses, de São Sebastião da Vargem Grande e São Bernardo, no vale do Parnaíba.

Como primeira iniciativa, a Sociedade Maranhense de Cultura tenta criar no Estado uma Faculdade de Medicina. Justificando o porquê da criação dessa instituição, diz Dom Delgado, em entrevista concedida ao jornalista Nonato Massan, ao jornal o Imparcial (1953, p.3) “Não há médicos no Maranhão em número suficiente para atender as mais comensinhas necessidades do Estado. Os poucos que existem mantém as suas clínicas na capital; sendo que nem 10% dos municípios maranhenses possuem clínicas.”

Essa conjuntura é assinalada por Salgado Filho (2006, p. 35) ao afirmar que “De fato, já naquele tempo, a concentração destes profissionais se dava essencialmente nas capitais. Enquanto em São Luís havia pouco mais de 60 médicos residentes.” Conseguinte, em carta endereçada ao presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC), o arcebispo D. Delgado expõe as condições sociais e sanitárias do Maranhão para fundamentar a criação da Faculdade de Ciências Médicas a qual requisita a contribuição do mencionado órgão, com podemos verificar no trecho abaixo:

Não havendo no Estado uma Escola de Medicina, os rapazes que estudam medicina o fazem em Escolas de outras unidades da Federação e na quase totalidade se deixam ficar nos Estados onde estudam, vindo em reduzido número para seu Estado Natal. [...] Pelo que ficou acima explanado, nada mais oportuna do que a criação da Faculdade de Ciências Médicas do Maranhão, que, dando ensino médico a maranhenses, faria com que ao se

³³ Provado da autoridade de Arcebispo da Arquidiocese de São Luís, e imbuído da vivência de um magistério de ação social católica, delineou para o governo da Arquidiocese de São Luís um programa de melhoria de nível social, educacional e cultural para a população maranhense, sob uma tríplice base, abrangendo a ação católica especializada, o cooperativismo e a constituição de quadros intelectuais de nível superior. A partir da ação católica especializada, Dom Delgado implementou a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Agrária Católica (JAC), como atividades organizativas e educacionais para os segmentos dos trabalhadores urbanos e rurais, apoiadas nas práticas renovadoras do catolicismo, que , nesses anos de 1950 e início de 1960, se valeram, sobretudo, do temário da questão agrária para impulsionar o segmento rural para o cooperativismo e para uma experiência de reforma agrária, com lavradores residentes no Vale do Mearim, que viviam em situação de pobreza total. (Mohana, 1978).

formarem, fossem se instalar nas localidades do interior do Estado. (Melo, 2021, p.232).

Finalmente, em 28 de fevereiro de 1957, foi fundada a Faculdade de Ciências Médicas, mas, apesar do contentamento do clero maranhense com o feito, seu funcionamento foi transpassado por inúmeras dificuldades de ordem financeira, material e de recursos humanos. Esse quadro de obstáculos interpôs a D. José de Medeiros Delgado a necessidade do acionamento de um conjunto de estratégias e da mobilização de seu capital de socializações junto às instâncias de poder político, sobretudo na esfera federal, para assistir-lhe em favor de assegurar a permanência da nova instituição. De fato, segundo relata Salgado Filho (2014, p. 38).

[...] para viabilizar a instalação da faculdade, o governo Juscelino Kubitschek cedeu, a título provisório, um andar do Hospital Presidente Dutra, cuja construção foi iniciada em 1951, pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC) que também o administrava naquele momento. Esta concessão teve o prazo de três anos. Além disso, o presidente da República autorizou um empréstimo de Cr\$ 15.000.000,00 a ser concedido pelo mesmo instituto à SOMACS, a fim de suprir as despesas para a construção de sede própria para o curso de Medicina e, por fim, a autorização para utilizar a Tômbola Universidade em todo o território nacional.

Assim, dispondo de recursos próprios e de outros captados junto ao Poder Público e à iniciativa privada, a SOMACS viabilizou a concretização do antigo sonho acalentado pelos “Novos Atenienses.” Vale frisar que da referida instituição emana boa parte dos grupos agentes a política contemporânea maranhense, disputando assim com as elites leigas jurídicas, cujo eixo gravitacional é a Faculdade de Direito, e com as frações médicas emergentes não religiosas que circulavam, até então, em torno da Escola de Farmácia e Odontologia. Melo (2021). Nessa ambiência de inauguração da última escola superior isolada católica instalada no Maranhão, é que fechamos a composição do nosso primeiro cenário.

3 O EPISÓDIO DA TRANSIÇÃO DA UNIVERSIDADE “CATÓLICA” A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO: cenário II

Em solo maranhense, dada as adversidades e as transformações provindas da expansão do ensino superior no segundo ano da década de 1950, temos no interior das faculdades um ambiente de grande disputa e mobilização no ME, revelados pelo exercício do jornalismo acadêmico. De acordo com Costa (2009), os jornais estudantis tiveram importância ímpar tanto no engajamento político deste movimento, quanto na divulgação de sua organização e participação nos atos da vida estudantil e, ao analisar o movimento estudantil maranhense deste período, a autora emergiu nos impressos produzidos pelos acadêmicos que tiveram como palco essas faculdades. Esses impressos são descritos na tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Jornais Acadêmicos produzidos no ano de 1950.

| IMPRESSOS ACADÊMICOS | DIREÇÃO | REDATORES | ÓRGÃO RESPONSÁVEL |
|--------------------------------|-------------------------|---|---|
| Voz Universitária (1954) | Sálvio Dino Correa Lima | Mário Leal Sebastião Campos Pedro Emanuel Florentino Lima Myrtes Fonseca | (U.M.E.) “União Maranhense de Estudantes” |
| Universitário em Marcha (1955) | Sálvio Dino | José Mario Santos Raimundo Wilson Lopes | (M.R.U) “Movimento de Renovação Universitária” |
| Vigilância (1956) | Alvino Coelho | Jomar Maciel Pires Renato Carvalho Agostinho Santos Raimundo Nonato Sandes Macedo João Leitão | (A.L.A) “Agremiação Liberal Acadêmica” |
| Movimento (1958) | Coaracy Jorge Fontes | José Monteiro Filho Armando Quixadá Joaquim Itapary Filho Fernando Ferreira José Ribamar Heluy Walter Pimentel Renato Carvalho Jomar Pires Lima Filho Denize Matos | (M.N.A.) “Movimento Nacionalista Acadêmico” |
| Universitário (1958) | Otávio Lima Filho | Celson de Oliveira Renato Carvalho | (U.M.E.) “União Maranhense de Estudantes” |

Fonte: Dados adaptados de Costa (2009).

O resgate desses impressos desvela a dinâmica institucional, o processo das intensas discussões na busca da reorganização do ME que vão se consubstanciar na reestruturação da União Maranhense de Estudantes (UME), órgão máximo de representação do corpo discente das Faculdades na época, assim como as iniciativas da comunidade acadêmica para a almejada criação da Universidade no Maranhão.

Das cenas juvenis em nosso estado, podemos verificar que as pautas específicas do movimento estudantil acadêmico tinham como norte a organização e a estruturação da universidade no Maranhão. No entanto, **na década de 50, essa postura, ainda, existentes nos discursos do movimento ganha corporeidade com o processo de federalização das escolas e expansão do ensino superior, já que o ME fortaleceu-se como movimento organizado social, no qual os estudantes apresentavam suas ideias frente as diretrizes nacionais mais gerais e específicas, não apenas nos resultados das eleições da União Maranhense de Estudantes, mas sobretudo no que se refere a institucionalização como movimento mais sistemático dos Diretórios Acadêmicos.** (Costa, 2019, p.10-11, grifo nosso).

As publicações produzidas pelos acadêmicos, nesse período, expressam o rol de suas reivindicações e lutas e, ainda, por vezes, as disputas internas existentes entre eles. Essas publicações podem ser designadas como uma forma específica de imprensa periódica produzida pelos próprios estudantes ou pelos órgãos de representação discente, como grêmios estudantis, diretório central dos estudantes ou centros acadêmicos, “[...] uma imprensa constituída por grupos de alunos que [...] que caracterizam, em seus escritos, ocorrências e imagens diretamente vinculadas aos atores ali presentes, e ao específico momento histórico institucional.” Werle, Britto e Nienov (2007, p.83). Cabe, então, aqui nos reportarmos à matéria publicada pelo Jornal Voz Universitária (1958) que, na edição do seu primeiro número, traz em sua primeira página a importância e os desafios na publicação do impresso estudantil pelo órgão a UME assim se expressam:

[...] sem dúvida alguma, tarefa difícil e ingrata, a de publicar um jornal. E ainda mais difícil se apresenta, quando se trata de jornal estudantil, um trabalho não remunerado e muitas vezes incompreendido, longe dos interesses personalistas ou da notoriedade, dedicando os que o empreendem, longas horas ao bem comum, sem o concurso de uma equipe constante e decidida, pois são poucos os voluntários que se apresenta para uma jornada de tamanho encargo. Felizmente, a atual diretoria da União Maranhense dos Estudantes deu um grande passo, foi uma barreira transpô-la, uma tocha que se ilumina, para não desaparecer nunca, nas campanhas desassombradas que havemos de travar na defesa da legitimidade dos nossos direitos. A U.M.E. tem o seu jornal, ou melhor, o estudante universitário dispõe de um órgão de imprensa onde pode discutir os seus problemas. É grande, caminho andado. Como soa bem aos nossos ouvidos. Mas para isso se fizesse ouvir, que dificuldade experimentamos, quanto esforço dispensamos, quanta luta foi travada, quantas frases de amargura, desespero e angústia foram pronunciadas. Voz Universitária circula novas esperanças

surgem. Entretanto assalta-nos agora uma dúvida atroz. Seremos capazes de conservá-lo? Certamente que sim. Nos Faltará a colaboração do universitário? Cremos que não. Desejamos da vida a imprensa estudantil e não podemos fazê-lo sem o apoio da nossa classe. Que nossos colegas compreendam a situação e nos ajudem, escrevendo artigo, conto, poesia enfim o que for de agrado e esteja na realidade dos dias que correm. Contamos com uma solidariedade em todos os sentidos e esperamos alcançá-la. Vai, portanto, ao colega amigo, nosso abraço de estímulo e de esperança. (Voz Universitária, 1954, p.1, grifo nosso)

É nesta ambiência que se evidenciam as mobilizações por parte de seus Diretórios Acadêmicos (DA's) e a UME, anuído por todos como entidades que articulavam ações de interesse dos estudantes, presente nas lutas estudantis em que propaga a sua força motivadora pela defesa do ensino superior no estado. Também se nota a movimentação da direção da Faculdade do curso de Direito, sob administração do Dr. João Matos, para a constituição da universidade no Maranhão. Na oportunidade, destacamos a matéria sob o título Importantes declarações do Dr. João Matos – A Universidade do Maranhão - Ampliação da Faculdade que dirige na qual entrevistam o diretor da faculdade de Direito sobre a expectativa da criação da referida instituição no estado, como nos aponta a transcrição do trecho abaixo:

Disse-nos inicialmente o Dr. João Matos homem cujo amor à Terra e entusiasmo pela elevação da cultura do seu povo, de há muito conquistou um lugar de relevância nos nossos meios culturais e sociais que o diretor da divisão de ensino superior, Sr. Jurandy Loddi, vê com simpatia a possibilidade de ser criada, brevemente, a Universidade do Maranhão, cujo plano já em adiantados estudos, está dependendo, exclusivamente, para sua concretização, de maior boa vontade e cooperação dos poderes públicos do Estado. Espera o Dr. Jurandir Lodi do Governador do Estado, a doação de um terreno apropriado para a edificação de nossas faculdades satisfazendo as exigências da moderna arquitetônica universitária. Afirmou-nos, ainda, o diretor da faculdade de Direito ter entrado em entendimento com o governador Eugênio Barros, cientificando-os dos elementos propósitos do diretor da divisão do ensino superior, tendo S. Excia. Demonstrado interesse no sentido de ser concretizado o plano que tão grandes benefícios trará a nossa terra. [...] A notícia sensacional da criação da Universidade do Maranhão, repercutiu entusiasticamente nos nossos meios universitários. **Possuindo nosso Estado suas escolas de nível superior: Faculdades de Farmácia e Odontologia, Direito e Filosofia, e Escola de Assistência Social, Serviço Social e Enfermagem é natural que reivindique a autonomia didática, proporcionando-lhe maiores verbas para o aparelhamento das escolas superiores, tornando-as mais úteis ao Maranhão e ao Brasil.** (Voz Universitária, 1954, p.5, grifo nosso).

Já no idos dos anos 50, segundo Costa (2009), é exequível verificar nos impressos estudantis o grande debate sobre as posições políticas envolto a direção a ser dada a UME. Dessa época, se verifica no ME a luta dos acadêmicos em assegurar a consolidação das entidades estudantis, buscando a legitimação e regularização das mesmas. Por conseguinte, em

sua carta-programa de renovação universitária difundida na campanha para eleição na entidade representativa dos estudantes da UME. Os membros do movimento de renovação da entidade destacam entre suas metas na gestão “Tudo fazer pela criação da universidade do Maranhão.” É importante pontuar que essa intensa mobilização da comunidade acadêmica notabiliza-se na organização do I Congresso dos Universitários, abarcando discussões pertinentes ao cenário da educação brasileira. O aludido evento teve “[...] a presença de S.Exa. Dr. Matos Carvalho, Governador do Estado, outras autoridades, presidentes dos diversos Diretórios Acadêmicos de nossas faculdades, dos universitários, em solenidade realizada na Academia Maranhense de Letras”. (Vigilância, 1957, p.1). Os redatores do Vigilância sublinha também que:

[...] na sessão de ontem, tivemos a presença do cônego Ribamar Carvalho, estando programadas diversas conferências subordinadas aos seguintes temas: Problemas do nosso Estado, que será pronunciada hoje pelo Dr.Jadihel de Carvalho; problemas nacionais amanhã, pelo deputado Cid Carvalho; e finalmente, na próxima sexta-feira, o Dr. Bacelar Portela falará sobre o tema Universidade do Maranhão, depois do que serão travados debates bem interessantes e oportunos focalizados nas conferências. (Vigilância, 1957, p.1).

Equitativamente, no congresso, foram pautadas as questões específicas da categoria estudantil como: restaurante universitário, biblioteca, sede da UME, casa do estudante, teatro universitário, laboratórios e o aparelhamento das faculdades. É marcante, também, a defesa das teses que concorrem ao Congresso Nacional dos Estudantes promovido pela UNE. Também nessa fase, temos o Parlamento - Escola que operou na Faculdade de Direito, em frente ao Teatro Arthur Azevedo. Em matéria publicada sobre a solene posse da nova Mesa que dirigira os trabalhos do Parlamento-Escola, temos o registro de que:

[...] Além de inúmeros universitários, estavam presentes à solenidade o Senhor representante do Governador o Estado, representante do Prefeito Municipal, professores, os colegas presidentes dos Diretórios Acadêmicos da Faculdade de Direito e da Faculdade de Filosofia e do Centro Liceista. [...] Falou, então nessa oportunidade o colega Euclides Matos, Presidente do Parlamento que disse dos propósitos que o animam, na esperança de proporcionar ainda melhores dias a Instituição para cuja presidência fora eleito. Prosseguindo, usou da palavra o orador oficial da sessão, o colega Coaracy Jorge Fontes, fazendo um histórico dos dois anos de atividades do Parlamento, sua atuação, nos âmbitos estudantis, municipal, estadual e federal suas realizações e finalizando com uma exortação à classe por uma decisiva participação nas lutas em defesa dos ideais nacionalistas. Franqueada a palavra fizeram-se ouvir os universitários José Maria de Jesus e Silva representante do governador Nonato Castro e Sálvio Dino todos de acordo na defesa dos pontos de vista nacionalistas e na importância e significado do Parlamento-Escola do nosso Estado. Continuando, em vibrante improviso, o Prof. Antenor Bogéa congratulou-se com os parlamentares e com a classe pela existência de tão importante Instituição, cuja vida acompanha,

desde quando foi levantada a ideia de sua criação. (Movimento, 1958, p.5, grifo nosso).

Esse Parlamento ocasionou para classe estudantil e para a sociedade maranhense importantes pautas, questões nacionais, como a defesa e fortalecimento da Petrobrás quando já começava a discutir a política nuclear, a necessidade de reforma agrária, a reforma educacional (o ensino a serviço do desenvolvimento) e a política internacional independente para o Brasil (Costa, 2019). Ressaltamos que, para compreender como o movimento estudantil acadêmico se tornou um importante ator político, é preciso considerar as mudanças que afetaram o sistema de ensino superior público do país; visto que, no fim da década de 1950, ele começou a crescer, com a criação de faculdades e de universidades. Num país em desenvolvimento, o ingresso ao ensino superior passou a ser imperativo para agilizar o processo de modernização, ao mesmo tempo em que abria caminhos para a mobilidade e ascensão social.

Vale observar que a educação superior passa a exprimir a ideologia do desenvolvimento econômico que chegara ao espaço maranhense naquele período, atingindo todos os setores, inclusive o educacional. Assim, a existência de pontos de ligação dessas relações que, longe de serem isoladas, são imbricadas e processadas no referido contexto histórico, Costa (2019). Outrossim, em conexão com as políticas desenvolvimentistas do Governo Federal, na época, o arcebispo Dom Delgado, compôs no estado uma rede de:

Cooperativas de Produtores e fundou a Cooperativa Banco Rural, ambas voltadas para a melhoria da vida da população maranhense do campo, que, nessa época, era mais de 70% em relação ao Estado. A criação da Rádio Educadora do Maranhão Rural (REMAR), para levar escola ao povo do campo, o Movimento de Educação de Base (MEB), bem como a reativação do Jornal do Maranhão (Seminário de Orientação Católica), a promoção da Missão Intermunicipal Rural Arquidiocesana (MIRA) e das Semanas Ruralistas representaram a outra parte do seu plano de melhoria social e educativa da população trabalhadora rural. A MIRA, por exemplo, teve o claro objetivo de reorientar a população campesina para a convivência com o mundo do trabalho moderno. (Brito, 2004, p.44-45).

Quanto aos movimentos decisivos e às providências oficiais para a fundação da Universidade (Católica) do Maranhão, começaram sentenciosamente a serem empreendidas por D. José de Medeiros Delgado no ano de 1958 segundo Tajra (1982). De fato, tal projeto se consolida com a fundação da Universidade do Maranhão em 18 de janeiro de 1958, sem a designação “católica”³⁴.

³⁴ Mesmo sendo conhecida como Universidade Católica, visto ser vinculada à Arquidiocese Metropolitana, foi criada sob a denominação de Universidade do Maranhão. (Bonfim, 2007).

Essa instituição congregaria, originalmente, somente as faculdades existentes de matriz religiosa, ficando de fora dessa primeira estruturação universitária a Faculdade de Direito de São Luís e a Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís, configurando o quadro de “[...] disputas políticas e simbólicas inter e intra frações sociais dominantes, hegemonizadas principalmente entre médicos e bacharéis que monopolizam os espaços de atuação política e de produção cultural.” Melo (2021, p.204). Na tabela 4, podemos visualizar a configuração instituída.

Tabela 4 – Instituições de ensino superior incorporadas a Universidade (Católica).

| INSTITUIÇÃO | DIREÇÃO | CRIAÇÃO | RECONHECIMENTO |
|--|--|---------------------------------------|---|
| Escola de Enfermagem São Francisco de Assis (Irmãs Terceiras Capuchinhas) | Dr. Carlos Macieira Irmã Metildes Maria | 15.07.1948 | Decreto federal N.30.628 11.03.1952 |
| Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras | Monsenhor Luís Alves Madeira | 15.08.1952 | Decreto federal N.24.135 28.11.1947 |
| Escola de Serviço Social (Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado) | Prof. ^a Rose Albernaz | Decreto Episcopal n.º 5 10.02.1953 | Decreto federal N.39.082 30.04.1956 |
| Faculdade de Ciências Médicas | Prof. ^o João Bacelar Portela | 28.02.1957 | Decreto federal N.58.364 09.05.1966 |

Fonte: A autora (2022)

O êxito vultoso do exercício da Igreja Católica no âmbito do Ensino Superior maranhense por intermédio de suas quatro faculdades confessionais livres, norteada “[...] para a formação profissional, cultural e científica da clientela universitária oriunda tanto dos estratos sociais dominantes quanto das classes médias urbanas, levou à consumação dos objetivos da Arquidiocese de São Luís de fundar a primeira universidade no Estado.” Melo (2021, p.239). Além disso, em sua constituição orgânica foram integrados à Universidade Católica, como órgãos complementares, a Rádio Educadora do Maranhão Rural Ltda. que, com a Tipografia São José Ltda., constituiria um Departamento Universitário de Rádio, Imprensa e Livro (DURIL), e mais um Instituto de Líderes e a Escola Normal de Morros, já existente. No que diz respeito à direção da instituição, Meireles (1994, p.78, grifo nosso) relata:

Os arcebispos de São Luís do Maranhão, seriam sempre, cada um por sua vez, o Chanceler da Universidade, com as atribuições de zelar pela ortodoxia

religiosa da instituição, escolher e nomear os reitores e assinar os títulos de nomeação dos docentes. A administração superior da Universidade estaria a cargo, em escala hierárquica ascendente, do Reitor, assistido por um Vice Reitor, do Conselho de Administração, do Conselho Universitário e da Assembleia Universitária; cada uma das unidades, por sua vez, teria um diretor, um vice-diretor, um Conselho Técnico-Administrativo e respectiva congregação.

Vale ressaltar, de acordo com Batista (2001), que, concomitantemente às ações do arcebispo do Maranhão, surgiu também, em razão dos ares de desenvolvimento reverberado no País, por obra do presidente Juscelino Kubitscheck, uma iniciativa do segmento empresarial de São Luís, destinada à criação de uma Faculdade de Ciências Econômicas, idealizada pelo professor Waldemar Carvalho, mas que dispôs com a cabal cooperação da Confederação Nacional da Indústria, então presidida pelo maranhense Haroldo Cavalcanti.

[...] a derradeira escola ainda de iniciativa privada, em São Luís. Foi a Faculdade de Ciências Econômicas, criada a 11/08/1958 pela antiga Academia de Comércio e já então Escola Técnica de Comércio do Maranhão, que no momento estava sob a direção do Prof. Waldemar Carvalho, que seria dela também seu primeiro diretor, funcionando ambas no prédio da Rua Formosa, esquina da Rua Direita, sede desta última. Porque seu primeiro pedido de autorização de funcionamento fosse denegado pelo Conselho Federal de Educação, em 1958, após recurso formulado e a sujeição de seu proposto corpo docente a um curso específico e intensivo, feito ministrar em São Luís, o Decreto nº58.895, de 2/4/1965, o deferiria, acabando a escola por ser formalmente reconhecida através do Decreto federal nº 63.703, de 28/11/1968, quando já incorporada à Universidade. (Meireles, 1994, p.73)

Em 22 de junho de 1961, o Decreto nº 50.832 reconhece a Universidade Católica como Universidade livre, fato solenemente formalizado no teatro Artur Azevedo, no dia 25 de agosto desse mesmo ano, na presença do então Diretor do Ensino Superior Dr. Jurandí Lodi, representante do Ministro da Educação naquela solenidade. Deste feito, Francischetto *et al* (2020, p.38-39) aduz que:

Ao abordar a situação da Educação Superior do Maranhão percebe-se o seu tardio envolvimento no rol dos estados que disponibilizavam o Ensino Superior para a sua população. Somente em 1961 e diante da influência da Igreja Católica, surgiu a primeira universidade no Estado, era, então, uma junção de faculdades isoladas, públicas e privadas.

O Estado, por sua vez, então sob a chefia do governador José de Matos Carvalho (1957/1961), doaria à Universidade a área do sítio Sá Viana, à margem esquerda da foz do Bacanga, com 241 hectares, para a construção do futuro campus. Em sua Carta Pastoral, Dom Delgado, na qualidade de primeiro Chanceler da Universidade do Maranhão, assim declarou: “O território da Universidade Católica será o Estado inteiro. Esta circunstância contribuirá

fortemente para que, no Estado e nas dioceses, nenhuma inteligência e nenhum coração lhe seja indiferentes.” Delgado (1960, p.4).

Logo, a Universidade Católica é erguida perante o primado da Igreja Católica, para atender às necessidades da população maranhense onde se encontrava inserida, sendo concebida pelo seu fundador, “[...] como uma universidade orgânica não apenas porque reunia várias Faculdades, Escolas, Institutos e Cursos, mas pelo fato de que deveria integrar-se na comunidade, harmonizando-se com ela[...].” Tajra (1985, p.51). Dito isto, na qualidade de primeiro Chanceler da Universidade do Maranhão, posicionou-se relatando sua inquietação, perante o fato de:

[...] dotar o Maranhão de um instrumento no estado apto a preparar lideranças competentes para deflagrar no estado a criação de um homem maranhense desenvolvido em todos os níveis de vida, desde o biológico, natural, até o espiritual sobrenatural. **Por isso eu me preocupei desde o início, simultaneamente, com a Faculdade de medicina, entre outras, e com a Faculdade de Teologia. Creio que incluir também uma unidade destinada ao ensino de Teologia numa Universidade, não é querer-la confessional e sim integral. A concepção integral de educação não esfacela o homem.** (Mohana,1978, p.198, grifo nosso).

No curto período de sua existência, que perdurou de 1961 a 1966, “[...] teve apenas dois reitores: D. Antônio Batista Fragoso, Bispo Auxiliar da Diocese e Cônego Ribamar Carvalho, Secretário do Arcebispado. Como Vice-reitor serviu o Prof. José Maria Cabral Marques.” Tajra (1982, p.37). Nesse período, mesmo diante de tantas ações, esforços e investimentos realizados, enfrentou crises financeiras cada vez mais crescentes, para manutenção das suas atividades pois a SOMACS, não conseguia, através das reduzidas subvenções recebidas do Estado, equilibrar as despesas com a receita. E, apesar da luta incessante efetuada por D. Delgado para a sobrevivência dessa instituição que tanto lhe custara, aquela universidade continuava declinando financeiramente.

O arcebispo D. Delgado, em virtude das dificuldades financeiras que se interpunham à continuação das ações da SOMACS no âmbito do ensino superior, pôs-se a buscar auxílio junto às mais variadas fontes de recursos para garantir a existência e o funcionamento da Universidade “Católica”. O chefe da Igreja no Maranhão recorreu tanto ao Poder Público federal e estadual, acionando seu capital de socializações políticas, quanto à iniciativa privada e às instituições financeiras locais, chegando mesmo a lançar mão de uma Tômbola Universitária, espécie de loteria, com a qual julgava adquirir os recursos urgentemente necessários. (Melo, 2021, p.247-248).

Em face de tais circunstâncias, D. Delgado resolveu recorrer ao então Diretor do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, Dr. Dumerval Figueiredo Mendes, que lhe sugeriu doar a Universidade Católica à União, como uma alternativa de elucidação para a

questão, bem como propor a criação de uma fundação que passasse a mantê-la, juntamente com as duas escolas federais existentes no Estado. Deste modo, vencido na luta obstinada pela sobrevivência da instituição, convenceu-se, afinal, de que não tinha outra alternativa senão a de aceitar o conselho que já lhe fizera o então Diretor do Ensino Superior.

Embora apoiada pelo Governo do Estado, que consignava recursos no orçamento, pelos parlamentares maranhenses no Congresso Nacional, não demorou muito tempo para que a Arquidiocese sentisse dificuldades financeiras para mantê-la. **Depois de certa resistência, Dom Delgado curvou-se à sugestão de propor ao Governo Federal a criação de uma Fundação, que englobaria a Universidade Católica e as faculdades de Direito e de Farmácia e Odontologia.** (Batista, 2001, p.67, grifo nosso).

Assim, aderindo à recomendação do Ministério da Educação, o referida projeto foi oficializado em memorial anunciado ao Ministério da Educação e Cultura, pelo Reitor da Universidade Católica, D. Antônio Batista Fragoso, e dele adveio a Lei nº 5.152³⁵ de 21 de outubro de 1966 que concede o poder executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão (FUM), entidade de direito público, que tem a finalidade de implantar a nova Universidade do Maranhão e declara extinta a Universidade Católica do Maranhão, mantida pela Sociedade Maranhense de Cultura Superior. Tajra (1982), conforme consta nos Artigos da lei promulgada descritos abaixo:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Universidade do Maranhão, que se regerá, por estatutos aprovados por decreto do Presidente da República, depois de homologados pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 2º A Fundação será uma entidade autônoma e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual serão apresentados os Estatutos e o decreto que os aprovar, e será dirigida por um Conselho Diretor.

Art. 3º A Fundação **terá por objetivo implantar, progressivamente, a Universidade do Maranhão, instituição de ensino superior, de pesquisa e de estudo em todos os ramos do saber, visando, imediatamente, a contribuir para a solução de problemas regionais de natureza econômica, social e cultural.**

Art. 4º Organizada a Fundação Universidade do Maranhão, e empossado seu primeiro Conselho Diretor, **ficam revogados os efeitos do Decreto nº 50.832, de 22 de junho de 1961, e, consequentemente, extinta a Universidade do Maranhão, mantida pela Sociedade Maranhense de Cultura Superior.** (Brasil, 1966, grifo nosso).

No ano seguinte, temos a fundação da nova Instituição em 27 de janeiro de 1967 com a presença do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) que “[...] ao receber,

³⁵ Alterada pelo Decreto Lei n.º 921, de 10/10/1969 e pela Lei n.º 5.928, de 29/10/1973. (Meireles, 1994).

em São Luís, o título de Doutor Honoris Causa³⁶, com o que o agraciaria ainda a Universidade Católica, enfatizaria, em suas palavras de agradecimento que era essa *a primeira vez que o Governo Federal se unia a uma unidade confessional para fazer surgir uma universidade.*” Meireles (1994, p.79). Na figura 4 abaixo, temos o registro desse fato, do lado direito ao esquerdo temos o cônego José de Ribamar Carvalho³⁷, o bispo Dom João José da Mota Albuquerque, o Presidente da República Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco e o Governador José Sarney.

Figura 4 – Homenagem concedida ao general Castelo Branco em 1967.



Fonte: Arquivo histórico da UFMA (1967).

Sobre essa solenidade de fundação da nova universidade, não temos mais a presença Dom José de Medeiros Delgado, pois com a renúncia do Arcebispo de Fortaleza, D. Antônio

³⁶ A sucessão de universidades brasileiras que revisitaram sua história, especialmente aquela no período em que as instituições colaboraram ou mesmo homenagearam os ditadores entre 1964 e 1985 aponta para as diversas disputas pelo passado que se colocam em evidência. Se a busca por “verdade” pode ou não estar acompanhada de uma demanda social de “justiça” (JELIN, 2002, p. 5), as revogações das homenagens aos ditadores e colaboradores da ditadura aponta para uma tentativa de esclarecimento e repactuação das universidades em seu compromisso com a verdade e democracia.

³⁷ A Universidade Católica, teve curta duração, na sua gestão tivemos dois reitores: Dom Antônio Batista Fragoso, bispo auxiliar da Arquidiocese de São Luís, e o cônego José de Ribamar Carvalho, secretário do arcebispado. (Meireles, 1981).

de Almeida Lustosa, o Papa João XXIII nomeava, a 10 de maio de 1963, Dom Delgado para substituí-lo, partindo, assim, no dia 5 de setembro para o Ceará para assumir a Diocese. Portanto, competiria a Dom João José da Mota Albuquerque, seu sucessor fazê-lo, "[...] diria, então, em seu discurso a Universidade Católica se deixa morrer para dar vida a outra Universidade..., mas não pretendemos aplausos a este gesto de despojamento total." Meireles (1994, p.79).

Para Bonfim (2007), esta expressão compreendida na exposição proferida pelo novo Arcebispo Metropolitano de São Luís, no momento da solenidade de instalação da FUM, a 27 de Julho de 1967, sumariza a história de um processo duradouro transpassado de lutas que tem seu apogeu com o nascimento da, hoje, denominada, Universidade Federal do Maranhão.

A “morte” da Universidade “Católica” deu vida à Fundação. Universidade do Maranhão (FUM), entidade de direito público nascida com a finalidade de implantar progressivamente a nova Universidade Federal do Maranhão, **constituindo-se fato único na história do Brasil a transformação de um estabelecimento eclesiástico de ensino superior numa instituição federal universitária**. Com o apoio decisivo dos senadores maranhenses – Vitorino Freire, Sebastião Archer e Eugênio Barros [...]. (Melo, 2021, p.250, grifo nosso).

De acordo com a lei que a criara, a FUM estabelecia a integração universitária das quatro faculdades católicas e das duas faculdades federais, conforme descriminadas no Art. 8º passam, os seguintes estabelecimentos de ensino superior desde logo, a incorporar a Universidade do Maranhão. São elas:

- I - Faculdade de Direito de São Luiz do Maranhão (Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950);
- II - Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luiz do Maranhão (Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950), que se desdobrará em Faculdade de Farmácia e Faculdade de Odontologia;
- III - Faculdade de Filosofia de São Luiz do Maranhão (Decretos números 39.663, de 28 de julho de 1956, e 40.231, de 31 de outubro de 1956), integrantes da antiga Universidade do Maranhão com a denominação de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras;
- IV - Faculdade de Ciências Médicas do Maranhão (autorizada pelo Decreto nº 43.941, de 3 de julho de 1958), integrante da antiga Universidade do Maranhão;
- V - Faculdade de Serviço Social do Maranhão (Decreto nº 39.082, de 30 de abril de 1956) e Escola de Enfermagem São Francisco de Assis (Decreto nº 40.062, de 6 de outubro de 1956), quer como agregadas, quer como incorporadas sob a administração comum da Universidade criada por esta Lei. (Brasil, 1967).

A administração da FUM ficou a cargo de um Conselho Diretor, composto de seis membros titulares e dois suplentes, nomeados pelo Presidente da República, que entre si

elegeram seu primeiro Presidente e Vice-Presidente, de acordo com o Art. 7º da Lei 5.152/66. Logo, em lista tríplice votada pelo Conselho Universitário, foram eleitos pelo Conselho Diretor, os primeiros dirigentes da nova Universidade, cuja posse se realizou no dia 1 de maio de 1967.

A composição heterogênea desse primeiro Conselho Diretor refletia, a um só tempo, as tentativas de conciliação dos interesses envolvidos nos processos decisórios sobre a gestão da vida universitária, bem como os grupos socialmente dominantes nela inseridos, a exemplo da manutenção dos representantes do clero nas instâncias de poder da Universidade e da presença dos dirigentes estaduais das entidades de classe dos empresários e comerciantes. Não por acaso, foram eleitos para os cargos da primeira Reitoria da UFMA o médico Pedro Neiva de Santana (reitor), o cônego José de Ribamar Carvalho (vice-reitor pedagógico) e o vice-presidente da AML, inspetor federal do Ministério da Fazenda e presidente do Grêmio Lítero Português, Mário Martins. (Melo, 2021, p.251, grifo nosso).

O Decreto n.º 59.941, de 06/01/1967, aprovou o Estatuto da Fundação, cuja criação se formalizou com a escritura pública de 27/01/1967, registrada no cartório de notas do 1º Ofício de São Luís. Por fim, em lista tríplice votada pelo Conselho Universitário, foram eleitos, pelo Conselho Diretor, os primeiros dirigentes da nova Universidade, cuja posse se realizou no dia 01/05/1967. Foram eles o Prof. Pedro Neiva de Santana, Reitor; o Prof. Mário Martins Meireles, Vice-Reitor Administrativo e o Cônego José de Ribamar Carvalho, Vice-Reitor Pedagógico, isso de conformidade com o projeto do Estatuto da Universidade, já aprovado pelo Conselho Diretor e posto em execução, como norma provisória, até sua homologação e aprovação pelas autoridades competentes, o que só ocorreu em 13/08/1970 pelo Decreto Lei n.º 67.047 e Decreto n.º 67.048.

Atentemos para o fato de que a FUM, tem por contexto nacional de gestação e nascimento a Ditadura Civil-Militar, iniciada em 31 de março de 1964 e terminada em 15 de março de 1985. Em 1966, assumia o poder no Maranhão, José Sarney³⁸, na condição de governador eleito, sob as bênçãos do regime militar, o seu cabal patrocinador. Em relação à

³⁸ Ele possui uma forte vinculação com a “geração 45”, formada por jovens políticos, escritores, poetas, jornalistas, estudantes e bacharéis; um grupo considerado renovador em relação à cultura maranhense. Atuavam nesse grupo: Ferreira Goulart, Bandeira Tribuzzi, Domingos Vieira Filho, Nascimento de Moraes Filho além do próprio Sarney. Sua trajetória política se inicia pelas mãos de Victorino Freire, que o indicou ao cargo de assessor do então governador Eugenio Barros, atendendo ao pedido do seu pai, o Desembargador Sarney Costa. Sua filiação inicial foi no PSD do oligarca Victorino, porém fez carreira na UDN ao se eleger Deputado Federal em 1958, pelas “oposições coligadas.” A partir de então ascende politicamente e torna-se um forte opositor de Victorino. E em 1962, foi o Deputado Federal mais votado da oposição e segundo no computo geral. Faltava-lhe o lugar de governador do Estado, o que representava “o golpe de misericórdia” no vitorinismo. Assim, temos a consolidação de José Sarney no Maranhão, a partir da vitória eleitoral sobre o grupo vitorinista, nas eleições de 1965, sob a tutela do regime militar. (Botelho, 2007).

atuação operada pelos militares, na constituição do sarneysismo, Costa (2004, p.20) expressou-se:

Tantas e tão profundas mudanças introduzidas pelo regime militar na política maranhense surtiram o efeito desejado propiciando a vitória oposicionista em 3 de outubro de 1965. Dava-se um salto espetacular do “canguru”, de nacionalista e reformista transformou-se em subordinado civil do regime autoritário [...] a bandeira oposicionista da “moralização dos costumes políticos” foi empunhada pela ditadura militar, que “do alto” determina a mudança das regras do jogo na política maranhense, reestruturando o sistema de dominação oligárquica e provocando a alternância de grupos políticos no poder.

No caso do Maranhão, a trajetória percorrida entre a criação das primeiras instituições de ensino superior, federalizadas entre os anos de 1960 e 1970, com a criação da UFM, em 1966, sob a égide do regime militar, segundo Silva (2008), caracterizou- se como um fato histórico do Estado em que as forças dominantes da elite local lutam pelo domínio de uma instituição de ensino superior, cujo objetivo é reunir faculdades isoladas, criadas por grupos distintos, também com concepções distintas de ensino superior, reunidas por uma articulação política que buscava inserir o Maranhão no processo de expansão das universidades federais promovidas pelo regime militar; portanto, as tensões foram frequentes durante o processo de criação do ensino superior no Maranhão.

No bojo desse modelo, os autores Faria e Montenegro (2005, p.62). “[...] constatam as lutas travadas com a influência da Igreja, do poder político institucionalizado na figura do governador do Estado e os grupos de professores de cada uma das faculdades integradas à nova instituição”. A esse respeito, Silva (2008) assinala que a fusão das instituições concebidas em momentos históricos distintos de diferentes grupos, antes de tudo, significava conciliar interesse específico em prol da criação de uma instituição de ensino superior vinculada ao governo federal, o que para uns significava perda de poder, restrito, mas estruturado; enquanto para outros, representava a possibilidade de expansão do domínio sobre as formas de distribuição de conhecimento.

Para Chauí (2001), cabe correlacionar à agilização no Ministério da Educação e Cultura (MEC), o processo que valida a transformação da Universidade Católica na FUM, com o quadro decorrentes da política da Ditadura que, naquela época, tinha empenho em satisfazer aos grupos oligárquicos locais e regionais. Vasconcelos (2007) sublinha ainda que reunir escolas ou faculdades tornou-se uma das marcas do desenvolvimento universitário em nosso país. Conta-se, ainda, com as iniciativas das elites regionais-oligárquicas na criação das

universidades e os diversos acordos realizados entre o poder federativo e os estados, com finalidades de cunho ideológico e político das mais diversas ordens.

Portanto, na criação da Universidade Federal do Maranhão houve a replicação do mesmo processo de constituição da maioria das universidades brasileiras, desde a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920. Isto é, quando foi feito o ajuntamento de instituições isoladas de ensino superior, as quais possuíam autonomia financeira e administrativa, o que dificultava, no início, a ação coordenada de um reitor, pois quem detinha o poder eram os diretores de escolas e faculdades. (Barbosa, 2018, p.43).

É importante pontuar que, uma vez eleito (1966-1970), Sarney traça um discurso pautado na “libertação do Maranhão”, na “modernização” e no “desenvolvimentismo”; temáticas em voga no período. Segundo Botelho (2007) É a ideologia do novo, do moderno, do progresso e do salvacionismo. Esse discurso é constituído no lema “Maranhão Novo”, como contraposição ao vitorinismo que traduzia o atraso, a fraude, a truculência e o caciquismo. Contudo, de modernidade e ruptura, só mesmo o seu discurso ideológico, pois esse governo exprime o continuísmo, marcado em reformas e na reestruturação do sistema oligárquico e patrimonial de dominação.

Sobre o feito, Barbosa (2018) salienta que o Maranhão, em 1965, com a eleição do governador José Sarney, imergiu-se na aura de criação do “Maranhão Novo”, rompido com a política dos “coronéis” e avançando na política moderna, quimera essa difundida através de um discurso auspicioso reverberado em palanques e em todos meios de comunicação, no rádio, em televisão e em cinema.³⁹ Por conseguinte, o então político José Sarney foi o representante do regime de exceção para conduzir o “[...] desenvolvimento regional” através da implementação de vultosos empreendimentos “faraônicos” na cidade de São Luís, seguidos de uma série de reformas estruturais, urbanísticas e “modernizantes.” Motta (2014, p. 65).

No seu conjunto, porém, o “Maranhão Novo” de Sarney, seguramente criou um clima de euforia que, em certa medida, obscureceu a percepção de que uma ditadura estava em pleno funcionamento no país, ainda mais por que os recursos para essas obras, via de regra, vinham do governo federal e as inaugurações, também via de regra, contavam com a presença dos generais presidentes e patrocinadores. (Borges, 2020, p.83, grifo nosso).

Diante do fato, Bonfim (2007) ressalta que essas mudanças exercem significativa imposição sobre todo o sistema educativo, uma vez que a ele compete, especialmente, atender

³⁹ MARANHÃO 66: posse do governador José Sarney. Produção de Luiz Carlos Barreto. Direção de Glauber Rocha. MAPA, 1966. Um documentário sobre José de Ribamar Ferreira Costa, o José Sarney, discursando a uma Multidão sequiosa de esperança no dia de sua posse aos 35 anos de idade. Esse documentário serviu de base para o filme “Terra em Transe”, que conta a história de um político popular que depois de empossado se volta contra o povo, com traços comuns à maioria dos políticos nordestinos de então. (Barbosa, 2018).

às necessidades advindas do novo regime estabelecido. Esse processo, por seu turno, vai principiar novas concepções de educação e, consequentemente, novas perspectivas de preparação e formação profissional.

Nesse quadro, a educação superior estadual seria de fundamental importância para conferir consistência e delinear os traços desse “Novo Maranhão” em vias de ser moldada. Desse modo, o estado deu início ao desenvolvimento do ensino, singularmente na formação de profissionais de qualidade técnica, com a transmissão de conhecimentos aplicáveis voltados ao mercado local de trabalho em expansão. Para o autor Melo (2021), essa transição na perspectiva sobre a definição de “intelectual” de nível superior, do perfil erudito ao técnico especializado, fez-se sentir no movimento de contratação dos novos agentes para as funções político burocráticas estatais e também na constituição dos perfis sociais que administraram as primeiras faculdades públicas e isoladas no estado.

No período 1966 a 1969 em que José Sarney esteve à frente do Governo do Estado do Maranhão, tiveram início as ações administrativas destinadas à criação das primeiras unidades de ensino superior, que anos mais tarde seriam aglutinadas em torno de uma nova instituição a ser denominada de Universidade Estadual do Maranhão. Pela primeira vez, o Estado se preocupava com a educação universitária, haja vista que o ensino superior até então limitava-se à competência das Faculdades de Direito e de Odontologia e Farmácia, ambas pertencentes ao Governo Federal, e das Faculdades de Serviço Social, de Filosofia, de Ciências e Letras, de Ciências Médicas e a Escola de Enfermagem, todas mantidas pela Sociedade Maranhense de Cultura Superior, as quais a partir de 1967, foram incorporadas à Fundação Universidade do Maranhão. (Batista, 2001, p.68, grifo nosso).

Com a emergência do regime civil-militar, Melo (2021) aborda que os planos de “modernização autoritária” trilhava na valorização da formação profissional de nível superior, de perfil “técnico” e especializado, canalizado às premissas de um mercado de trabalho mais diversificado e competitivo, concernente às vicissitudes estruturais propagada no país. Sobre o período, Batista (2001, p.68) explica que:

Sob a inspiração de uma filosofia de governo que buscava soluções definitivas, a médio e longo prazos, para a formação, capacitação e aperfeiçoamento sistemático de pessoal técnico-administrativo, bem como a instituição de práticas empíricas por modernas técnicas de administrar e operar mudanças de atitudes e de convicções burocráticas por uma mentalidade de participação imediata no processo de modernização, o governo estadual tomou a iniciativa de abrir uma nova perspectiva para o Maranhão, vendo a instalação de unidades de ensino superior não somente como a ampliação de oportunidades para a juventude maranhense, como também a de engajá-la e comprometê-la nas tarefas inerentes ao desenvolvimento.

Logo, a tarefa de implantar o ensino superior estadual foi retomada a partir de 1967, tendo como um dos principais objetivos contribuir para a formação do quadro de pessoal dos órgãos estaduais, conduzindo, assim, esse estado brasileiro rumo à modernização desejada pelo projeto denominado “Maranhão Novo”, projeto do governo de José Sarney (1966-1970).

[...] Essa proposta foi legitimada como contraponto ao que [ele] denominara de ‘Maranhão que é arcaico, que é marasmo, que é ganância’ [...] de estabelecer uma descontinuidade político administrativa [...]” de um período anterior ao seu na história política do Maranhão. (Gonçalves, 2000, p.40-59).

Seguindo a tendência nacional, a ideologia desenvolvimentista conduzia a política governamental desse estado, Bonfim (1985) lembra que nessa ocasião o discurso ideológico do projeto “Maranhão Novo” tomou o campo educacional em seus diversos níveis de ensino. Profusas práticas foram concentradas para conglutinação à “nova” proposta; contudo, ao se cruzar as práticas nos planos e discursos que a constituíam.

Fica demonstrado que, assim como no processo de expansão do capitalismo, o desenvolvimento atingira o espaço maranhense, trazendo a modernização e preconizando a substituição de atores: de Vitorino Freire, o Velho Cacique chega-se a José Sarney, o Novo Líder, prosseguindo a sociedade maranhense no seu processo de continuísmo inalterado na sua essencialidade. (Bonfim, 1985, p. 113).

Devemos lembrar, conforme afirma Silva (2008) que as Instituições de Ensino Superior (IES) criadas sob o signo da obediência, oriundas do processo de expansão do ensino superior brasileiro durante o regime militar, originaram-se como uma forte influência do campo político, o que restringiu em grande parte sua autonomia para criar uma estrutura tanto em nível administrativo quanto acadêmico. Os processos formativos eram estabelecidos pelas oligarquias locais, a serviço do regime militar e de seu projeto de controle das formas de produção, transmissão e distribuição do conhecimento.

Como sabiamente examina Germano (2011), é nesse contexto que a política educacional assume um cunho ditatorial, a economia exprime um forte crescimento em alguns períodos, e os interesses do capital impera sobre as demandas do trabalho. Desta maneira, a política educacional do Regime Civil-Militar foi relacionada à economia da educação de caráter liberal, incumbida pela ideação da chamada “teoria do capital humano”, que, “[...] tenta estabelecer uma relação direta, imediata e mesmo de subordinação da educação à produção.” Germano (2011, p. 103), delineia ainda o autor que essa política educacional otimizou-se em volta dos seguintes eixos:

- 1) Controle político e ideológico da educação escolar, todos os níveis. 2) Estabelecimento de uma relação direta e imediata, segundo a “teoria do capital

humano”. 3) Incentivo à pesquisa vinculada à acumulação de capital. 4) Descomprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar e correndo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformado em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado. (Germano, 2011, p.105-106).

Junto a isso, ressalta-se que no período do governo do marechal Humberto Castello Branco que assumiu o poder poucos dias após o Golpe de 1964, que destituiu João Goulart, e manteve-se no cargo até 1967, temos implantado toda a estrutura de repressão e mecanismos legais para monitorizar o Movimento Estudantil. Com esse fim, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 4.464 de 9 de novembro de 1964 que “[...] dispõe sobre os órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências”. Publicado no Diário Oficial de 11 de novembro de 1964.

Art. 2º São órgãos de representação dos estudantes de ensino superior: a) o Diretório Acadêmico (D.A.), em cada estabelecimento de ensino superior; b) o Diretório Central de Estudantes (D.C.E.), em cada Universidade; c) o Diretório Estadual de Estudantes (D.E.E.), em cada capital de Estado, Território ou Distrito Federal, onde houver mais de um estabelecimento de ensino superior; d) o Diretório Nacional de Estudantes (D.N.E.), com sede na Capital Federal. (Brasil, 1964, p.10169).

A criação do Diretório Nacional de Estudantes (DNE), tinha a intenção de tornar o movimento estudantil imobilizado e a serviço do novo regime. Pois seu Art. 22, legalmente, extinguia a UNE, anulando o Decreto-lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942, que atestava a UNE como entidade coordenadora e representativa dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior de todo o país.

Nessa esteira, coibiu o movimento estudantil, pois promulgava em seu Art. 14 que: “É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.” (Brasil, 1964). Uma censura que deixou os estudantes sitiados. Sobre a restrição e o cerceamento das atividades dos estudantes, Poerner (1979, p.231, grifo nosso) denuncia que:

Lei Suplicy de Lacerda visou especialmente, à extinção do movimento estudantil brasileiro. Para acabar com a participação política dos estudantes, a lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento, deformando as entidades estudantis, em todos os escalões, ao transformá-las em meros apêndices do Ministério da Educação, deles dependentes em verbas e orientação. [...] impedia-se, além disso, através de restrições as mais variadas, o livre curso do diálogo entre os Diretórios Acadêmicos e os alunos..., a Lei Suplicy tornava possível a convocação do Diretório Nacional dos Estudantes pelo Ministério da Educação, ferindo,

assim, o mais elementar princípio de funcionamento de uma entidade de representação - o direito de autonomia.

A situação dos órgãos estudantis da universidade foram intensificadas com a promulgação da supracitada lei, que suprime a entidade nacional de congregação, coordenação e representação dos estudantes brasileiros, substituindo-a por um organismo (DNE) que “[...] somente poderá se reunir nas férias para tratar de assuntos técnicos.” conforme parágrafo do Art.10. Originariamente apartado das bases estudantis, o DNE deixava de representar os interesses dos estudantes, transformado num órgão de tutela das ações do MEC. Romanelli (1985, p. 218, grifo nosso) avalia que:

[...] as práticas repressivas e a “modernização” do ensino faziam parte de uma mesma política praticada pelo governo. Eram complementares ao projeto educacional adotado durante a ditadura. As reformas foram aplicadas com a finalidade de reestruturar o sistema de ensino superior brasileiro, de forma a adequá-lo ao seu projeto de desenvolvimento econômico. Já as práticas repressivas foram impostas para garantir a exiguidade das reformas implantadas de forma centralizada pelo governo autoritário.

Imerso nessa conjuntura, posteriormente à fundação da FUM, a partir de 1967, foram criadas Escolas Superiores no Maranhão mantidas pelo Governo Estadual, segundo Barbosa (2018) com o objetivo de dar suporte técnico ao Governo Sarney, no Maranhão, no que tange à preparação de recursos humanos escassos no Estado, àquela época. Desta forma, emergiram no cenário maranhense as primeiras unidades de ensino de 3º grau, através do poder público estadual.

Durante a administração do Governador José Sarney Costa (1966/1970), o Estado decidiu investir no campo do ensino superior, criando neste período quatro novas escolas deste nível, três em São Luís e uma delas localizada na cidade de Caxias. A primeira foi a Escola de Administração do Maranhão, em 1966; a segunda foi a de Engenharia do Maranhão, [...] a terceira foi a Escola de Agronomia do Maranhão; a quarta escola a ser criada, com caráter isolado, foi a Faculdade de Educação de Caxias. (Santos, 2012, p. 252).

Podemos visualizar na tabela 5, subsequentemente, as supracitadas Faculdades institucionalizadas na época, configurando a nova fase de desenvolvimento ao Ensino Superior local, resultante do processo de “estadualização” das universidades em todas as regiões do país sob o fundamento de uma “modernização nacional-desenvolvimentista” fomentado pela ordem política vigente, com efeitos também em nosso estado.

Tabela 5 – Instituições de ensino superior criadas no governo Sarney (1966-1970).

| INSTITUIÇÃO | DIREÇÃO | AUTORIZAÇÃO | CRIAÇÃO | FUNCIONAMENTO | INSTALAÇÃO |
|--|---------------------------------------|-------------------------------------|---|-----------------------------------|------------|
| Escola de Administração Pública do Maranhão (EPAM) | João Geraldo Bugarin | Lei estadual N. 2.728 22.12.1966 | Decreto estadual N. 3.494 03.03.1967 | Resolução CEE N. 09 14.02.1968 | 02.03.1968 |
| Escola de Engenharia do Maranhão (EEM) | Haroldo Olímpio Lisboa Tavares | Lei estadual N. 2.740 08.06.1967 | Decreto estadual N. 3.574 12.07.1967 | Resolução CEE N. 06 04.12.1967 | 01.07.1968 |
| Faculdade de Formação de Professores de Ensino Médio de Caxias (FFDEM) | - | Lei estadual N. 2.821 23.02.1968 | Decreto estadual N. 4.393 08.03.1971 | Resolução CEE N.02 26.07.1974 | 06.01.1970 |
| Escola de Agronomia do Maranhão | Lourenço José Tavares Vieira da Silva | Lei estadual N. 3.003 03.11.1969 | Decreto estadual N. 4.045 02.12.1969 | Resolução CEE N. 26 26.08.1970 | 07.1970 |

Fonte: Dados adaptado de Barbosa (2011).

Há que identificar na tabela acima, conforme Barbosa (2018), que o deferimento da Assembleia Legislativa, em Lei, para a constituição de uma instituição estadual de ensino superior careceria preexistir no período ao Decreto de criação do governador, tal qual a instalação teria que ser decorrente da resolução de funcionamento. Mas é verificado que esse tempo está divergente. Reportamo-nos, desse modo, à Faculdade de Formação de Professores de Ensino Médio de Caxias e com a Escola de Agronomia do Maranhão, apontando segundo o autor que o enlevo do feito tangível precedeu à formalização legal.

O cenário desenhado, até aqui, por esses episódios que circunscreveram o ensino superior no estado à efetivação de suas primeiras instituições e, consequentemente, a organização do movimento estudantil universitário neste contexto, permitiu-nos vislumbrar os percursos, com suas marcas históricas, suas conquistas, seus percalços e seus dilemas. Logo, não devem ser esquecidas. A esse tempo, segundo Bonfim (2007), a UFMA nasce num momento conturbado, pois o Brasil vivia sob o regime militar desde 1964, arcando com as consequências que poderiam advir do fenômeno que transformava uma universidade de natureza confessional numa universidade estatal. Nasce, pois, “híbrida” e sem maior reflexão sobre as relações de causalidade que a afetavam. Desse modo Delgado (2006, p.35, grifo nosso) delineia:

Na história de uma comunidade estudantil universitária de um determinado país entrecruzam-se temporalidades diversas: a da vida

universitária propriamente dita, a da cidade na qual a universidade está inserida, a do país ao qual está integrada, **a do movimento estudantil em si mesmo com suas heterogêneas vivências e a da vida dos estudantes, sujeitos principais desse processo específico.**

Tomar consciência desse processo permite compreender os alicerces sobre os quais essas instituições se estruturam e ainda compreender as nuances de sua organização, da qual faz parte o ME. Com as devidas ressalvas, arriscamos dizer que, diante de um sistema originariamente elitista, a federalização das primeiras faculdades no Maranhão irá se configurar um divisor educacional em nosso Estado. Posto isso, em nossa próxima seção transitaremos no percurso de institucionalização da UFMA sob o enredo da Reforma Universitária, em regime de obscuridade.

4 ITINERÁRIO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA UFMA NO CENÁRIO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968: em tempos sombrios de repressão e expansão.

“Vivemos tempos sombrios, onde as piores pessoas perderam o medo e as melhores perderam a esperança.”

(Arendt, 1987).

O trecho citado da obra de Arendt (1987), “Homens em tempos sombrios”, cuja inspiração é um poema de Brecht (2012) intitulado “À posteridade”, exprime os eventos do ano intenso de 1968, sucedidas no mundo, e no caso do Brasil, espelhados nos tons e ascensões da violência do regime militar para com os estudantes e com a esquerda, em geral, tanto nos fatos mais reputados, como a morte do estudante Edson Luís, a passeata dos Cem Mil, a Sexta-Feira Sangrenta, nos conflitos da Rua Maria Antônia e no fechamento do XXX Congresso da UNE, quanto no fechamento da Universidade de Brasília (UNB) em Brasília (Martins Filho, 1998; Valle, 1999; Ventura, 1968; Groppo, 2005). E por fim, o atroz Ato Institucional nº5 (AI-5) que vigorou por 17 anos sombrios.

Precisamente, na conjuntura nacional de transformações que abrangem a universidade brasileira, o ano de 1968 iria marcar a universidade pública diante dos novos preceitos que seriam facultados à educação superior, a partir do projeto da Reforma Universitária implementada neste período bárbaro da ditadura militar. A esse fato, Cunha (2007, p. 275) evidencia “[...]a reforma da universidade num tempo de intensa repressão política permitiu ao Estado aumentar o controle sobre as várias atividades universitárias através de vários dispositivos.”

Referindo-se ao Projeto dessa Reforma, Motta (2014) elucida que a lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, encarregada de regular o ensino superior no Brasil, propunha investimentos para modernizar e expandir as instituições universitárias, essencialmente a pós-graduação, com a intenção de fomentar a economia e o progresso do país, em consonância com os interesses do Capital Internacional. Antagonicamente, compunha-se de mecanismo político, para neutralizar críticos e opositores do regime ditatorial, retratado por dirigentes e estudantes universitários.

Os autores Cunha (1988) e Germano (1992) em suas obras examinam as profusas iniciativas pós-64 do regime no sentido de uma extensa reestruturação no ensino brasileiro. Por conseguinte, os autores destacam que o marco inicial da ampla legislação que estipula normas para reformulação das nossas universidades figura, nos Decretos lei n.53⁴⁰, de 18 de novembro

⁴⁰ Em 1966, quando foi empossado Ministro da Educação o Professor Muniz de Aragão, depois de examinado pelo Conselho Federal de Educação, " *O Plano de Reestruturação da Universidade*" foi consubstanciado no

de 1966 e sua complementação de n. 252, de 28 de fevereiro de 1967 pelo Conselho Federal de Educação. “Vale chamar a atenção para o fato de serem decretos, ou seja, medidas elaboradas por funcionários do Estado, sem debate na sociedade ou no Congresso” Motta (2014, p. 78).

Somando-se às forças arbitrárias da época, de acordo com Cunha (1988, p.23), esses dispositivos introduziram as primeiras medidas da Reforma Universitária “[...] com vistas ao pleno aproveitamento das vagas e à racionalização das atividades acadêmicas, à adoção do ciclo básico e à organização de departamentos, agrupando as disciplinas afins de determinada área de conhecimento.” Ao analisar essas reformas que estavam sendo empreendidas, Germano (1992, p. 105, grifo nosso) elenca os fundamentos em que se amparavam, abaixo descritos:

- 1) **Controle político e ideológico da educação escolar**, em todos os níveis [...]
- 2) **Estabelecimento de uma relação direta e imediata**, segundo a “Teoria do Capital Humano”, entre educação e produção capitalista e que aparece de forma mais evidente na reforma do ensino do 2º grau, através da pretensa profissionalização.
- 3) **Incentivo à pesquisa vinculada a acumulação de capital**.
- 4) Dê comprometimento com o financiamento da educação pública e gratuita, negando, na prática, o discurso de valorização da educação escolar e concorrendo decisivamente para a corrupção e privatização do ensino, transformada em negócio rendoso e subsidiado pelo Estado. Dessa forma, **o Regime delega e incentiva a participação do setor privado na expansão do sistema educacional e desqualifica a escola pública de 1º e 2º graus, sobretudo[...]**

É oportuno sublinhar que a reivindicação e o embate sobre a Reforma vinha se prolongando desde a década anterior. Entre os projetos de Reforma Universitária disputados, ressaltamos o projeto da UNE, subsidiado pelos debates, encontros e seminários, que serão tratados em nosso próximo capítulo. Assim, discutiam maior autonomia para as universidades na gestão de seu orçamento, funcionamento interno e o currículo. Além das estratégias empregadas pelo ME pondo em pauta a reforma. Sales (2017, p.106, grifo nosso) relata que “O movimento estudantil [...] já vinha discutindo a reforma universitária desde o governo João Goulart, que incluiu tal debate na pauta nacional, quando houve **o golpe militar e a reforma se processou em outras circunstâncias.**”

É ponto pacífico entre os autores dedicados ao estudo do ensino superior brasileiro que a reforma universitária do regime civil-militar foi formulada diante, sobretudo, das pressões exercidas pelo movimento estudantil, que desde o início da década de 1960, estava concentrado em defender uma reforma universitária como parte de reformas mais amplas da sociedade, a partir da articulação de suas lutas políticas e educacionais[...]. Santana (2014, p.233).

decreto- Lei nº53/66. Este Decreto e mais o Decreto-Lei nº252/67 que o complementou estabeleceram as normas gerais para a reestruturação das Universidades, aplicáveis também as outras universidades públicas e particulares. (Germano, 1992).

Isto posto, temos do outro lado o projeto do governo amparado pelos mecanismos como Plano Atcon⁴¹ e o Relatório da Comissão Meira Mattos⁴², propunha uma reforma com metas práticas e pragmáticas que, aliadas às recomendações acordadas pelo MEC e a United States Agency for International Development (USAID)⁴³, estava longe de ser aquele almejado pelos movimentos estudantis e profissionais da educação. Em síntese, Santana (2014, p.252) diz que a resistência dos estudantes à reforma universitária fomentada pelo regime civil-militar.

[...] é uma questão de conflito entre os projetos idealizados pelos estudantes nos primeiros anos da década de 1960 e aqueles efetivamente implantados pelo governo. Afinal, como já foi dito, os jovens defendiam uma reforma universitária que fosse parte das transformações sociais e econômicas a serem implementadas no País e se viabilizasse com a participação das classes trabalhadoras, **mas a ditadura, ao contrário, impôs uma reforma que, além de ter sido construída a partir de um debate fechado, era dissociada dessas transformações e colocava as universidades brasileiras a serviço do modelo de desenvolvimento econômico do governo; modelo este cujo caráter desenvolvimentista[...].**

Além disso, ao examinar esse tema os autores Martins Filho (1998) e Motta (2014) pontuam que a reformulação dessas instituições pela ditadura foi uma estratégia para reprimir as contestações e responder à reivindicação dos segmentos da classe média que estearam o golpe de 1964 e avistavam no ensino superior a viabilidade de obter notoriedade e ascendência social.

Por conseguinte, Fávero (1991) ressalva que as medidas propostas pelo regime nos supracitados documentos serviram como sustentação à reforma universitária institucionalizada em 1968 e implementada sob a égide dos dispositivos que retratam o regime de arbítrio no país naquele momento. Aludimos, ao plumbéo Ato Institucional nº. 5⁴⁴, editado em 13 de dezembro

⁴¹ O documento é o resultado de um estudo empreendido pelo consultor americano Rudolph Atcon, em 1965, “[...] preconizando a implantação de nova estrutura administrativa universitária baseada num modelo cujos princípios básicos deveriam ser o rendimento e a eficiência”. (Fávero, 2006, p.31)

⁴² O Relatório Meira Mattos resultou do trabalho de uma comissão especial instituída no governo Costa e Silva, pelo Decreto nº 62.024/ 67, para “propor medidas relacionadas com os problemas estudantis”, tendo como finalidade: “a) emitir parecer sobre as reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis; b) planejar e propor medidas que possibilitem melhor aplicação das diretrizes governamentais no setor estudantil; c) supervisionar e coordenar a execução dessas diretrizes mediante delegação do ministro de Estado.” (Disponível em:<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62024-29-dezembro-1967-403237publicacaooriginal-1-pe.html>)

⁴³ Os acordos MEC/USAID, tinha como objetivo de reestruturar a educação pública no país. No entanto, seu real objetivo era implantar o modelo norte-americano nas universidades brasileiras, baseado em uma doutrina mais utilitarista, voltado para as necessidades do mercado, em oposição a uma nova acepção mais humanista, herdada da tradição europeia, através de uma profunda reforma universitária (Lira, 2009). Esses acordos cobriram todo o nível da educação nacional, isto é, o ensino primário, médio e superior, a articulação entre os diversos níveis, o treinamento de professores e a produção e a veiculação de livros didáticos. (Cunha e Góes, 1991).

⁴⁴ A partir do AI-5, o governo militar promulgou a lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, que trata da Reforma Universitária e a lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, que dispõe sobre as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, duas significativas mudanças para a educação no Brasil.

de 1968, esse principal instrumento do regime “[...] foi sem dúvida um divisor de águas na história do regime militar. Ele representou o ponto culminante de tendências autoritárias em vigor desde o golpe de 1964 e, nesse sentido, correspondeu às demandas dos grupos radicais de direita[...].” Motta (2014, p.148). Da mesma forma o Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969 que passou a ser o mecanismo assombroso tanto da política estudantil como do exercício docente.

O decreto foi promulgado nos últimos dias de fevereiro, após tramitação recorde de um mês nos gabinetes da Esplanada dos Ministérios, bem a tempo de chegar ao conhecimento da comunidade universitária no início das aulas [...] isso, gerou inúmeros protestos e críticas, inclusive entre os apoiadores do governo [...] o repúdio gerado [...] devia-se à amplitude e à generalidade das “infrações” nele previstas, bem como ao caráter sumário do processo de inquérito. Funcionários e professores também poderiam ser punidos com base no decreto, mas ele foi concebido em especial para desestruturar as organizações dos estudantes, praticamente os únicos punidos pelo 477. De fato, as infrações previstas remetiam a práticas de militância, sobretudo nos anos de 1967 e 1968. (Motta, 2014, p.156, grifo nosso).

Pela mesma razão, Fernandes (1975) ao abordar o caráter antidemocrático na formulação da reforma universitária pela ditadura e os seus dispositivos, sublinha a necessidade da resistência a este projeto por aqueles que se empenhavam por uma efetiva reestruturação do ensino superior, pois:

[...] ela não flui de nossa vontade, não responde aos anseios que animam as nossas lutas pela reconstrução da universidade e não possui fundamentos democráticos legítimos. Complemento de dois decretos-leis de um Governo militar autoritário e expressão perfeita do poder que engendrou a constituição outorgada à Nação em janeiro de 1967, ela representa uma contrafação de nossos ideais e de nossas esperanças. A ela devemos opor a autêntica reforma universitária, que nasce dos escombros de nossas escolas e da ruína de nossas vidas, mas carrega consigo a vocação de liberdade, igualdade e de independência do povo brasileiro. (Fernandes, 1975, p. 207, grifo nosso).

Em relação ao panorama acima, Santana (2014) esboça que as políticas da ditadura implementadas na esfera educacional, tinham a presunção de facultar a hegemonia daqueles que assumiram o poder após o golpe civil-militar, porque a intenção era reter o poder nas mãos dos grupos conservadores. Esse fato é examinado por Ribeiro (1992, p. 169), ao reiterar que tanto a reforma do ensino superior quanto à de 1º e de 2º graus cumpriam os “[...] interesses das minorias responsáveis pelo golpe de 1964 e estreitamente ligados aos da burguesia internacional”, ambos adversos à ação e aos planos daqueles que ideavam com uma universidade voltada para o homem e sua formação humanística e integral.

De acordo com os estudos da autora Santana (2014, p.239), a principal crítica apontada em relação a essa Reforma foi centrada no processo de sua construção e “[...] às lacunas que apresentava e à adoção de dispositivos considerados equivocados por aqueles que se opunham às políticas educacionais da ditadura, sobretudo no nível superior.” Com efeito, segundo os autores Cunha e Góes (1991), Martins Filho (1998) e Ventura (2010) o Movimento Estudantil se manteve aguerrido, seguindo com suas táticas de lutas contra as duas facetas da política educacional da ditadura: a de controle e repressão e a de reformulação do ensino superior rigorosamente dita. Ressaltam, ainda, os autores que, embora o ME não tenha conseguido êxito ao impedir que a ditadura capturasse para si e realizasse, de cima para baixo, a reforma, nunca se poderá negar o mérito desse movimento social em todo o percurso de luta que culminou nesta reformulação. Assim, compartilhando da mesma visão Sampaio (1991, p. 16, grifo nosso) delineia.

O novo modelo foi implantado, a partir de 1969 sob um regime político extremamente autoritário, que **mantinha as universidades sob intensa suspeita e vigilância policial [...] havia, no fundo, uma contradição insolúvel entre os ideais de democratização e participação estudantil das universidades e o modelo de universidade de elite que havia sido copiado das ‘research universities’ norte americanas**, e implantado, por um ato legal, para todo o país.

Sales (2017) e Martins Filho(1998) elucidam que os estudantes e professores ansiavam pela reforma num intento de apartar a universidade acrítica, a-científica e elitista, não obstante, na realidade estes quesitos não se configuraram e a Lei n. 5540, de 1968, pode ser tida tanto por sua iniciativa de unificação das escolas superiores, quanto por alguns pontos considerados importantes até mesmo entre os setores mais contrários à ditadura, pois envolveu questões como: autonomia universitária; carreira docente e regime de cátedra; participação estudantil nos órgãos de representação universitária; a organização de sua estrutura administrativa; a escolha do reitor e demais dirigentes; exames vestibulares e gratuidade do ensino superior.

É relevante anotar segundo Fávero (1991, p. 12, grifo nosso) que “[...] nenhuma classe consegue se manter no poder, por muito tempo, usando somente a força, **porquanto o exercício hegemônico da classe dominante** supõe o uso conjugado e combinado **do consenso e da coerção**”. Para autora esses dois percursos foram contemplados nesta reforma, o primeiro, de caráter ideológico, encontrava-se nas mãos da USAID e de Rudolph Atcon; o segundo, técnico administrativo e disciplinar, coube ao coronel Meira Matos, do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, mais tarde, general de brigada. A propósito, Minto (2014, p. 299) assevera que:

[...] o que a história revela é que a universidade (e a educação superior em seu conjunto heterogêneo) herdada das reformas de 1968 é de todas as formas restringida pela repressão política e ideológica do regime, a não ser num sentido muito marginal, permanecia servil aos interesses hegemônicos que a instituíram. Não era a reforma pretendida pelas forças de esquerda, almejada pelos críticos, pelos movimentos sociais e pelos estudantes.

Na ótica dos autores Sousa (2008) e Motta (2014), a lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, não só alterou significativamente o cenário do Ensino Superior no país como transformou a configuração de poder no âmago da universidade. Vejamos as mudanças no quadro 2, a seguir.

Quadro 2 - Mudanças presentes na lei da Reforma universitária de 1968.

| TÓPICOS | DESCRIÇÃO |
|---|--|
| Departamentalização | O departamento é formado por disciplinas afins, possibilitando o oferecimento de curso no mesmo espaço, com o menor custo possível, tanto material, quanto de recursos humanos, pois um mesmo professor poderia ministrar o mesmo curso para um quantitativo maior de alunos. Assim, não haveria a necessidade de contratação de novos professores. (Art. 12 § 3º). |
| Matrícula por disciplina | Tinha por objetivo aumentar a produtividade do corpo docente por meio da divisão de disciplinas em duas categorias: obrigatórias e optativas. Isto possibilitaria alunos de cursos diferentes cursarem a mesma disciplina, no mesmo horário, com um mesmo professor, no mesmo espaço físico, visto que as disciplinas obrigatórias em um curso, poderiam ser optativas para outro. |
| Criação do Curso Básico | A criação do curso básico tinha por objetivo o aproveitamento da capacidade ociosa de curso com pouca demanda de estudantes, como também evitar a contratação de novos professores para os cursos de maior demanda. (Art. 23 § 2º). |
| Unificação do Vestibular por Região e Ingresso por Classificação | Esta mudança favoreceria o preenchimento de vagas nos cursos de menor procura, pois visava o ingresso não em um curso específico, mas em uma determinada área de conhecimento. (Art. 21, parágrafo único). |
| Institucionalização da Pós-graduação | Tinha por finalidade a formação de pesquisadores e professores altamente qualificados, como também formação de mão-de-obra qualificada para o mercado. (Art. 17 alíneas b). |

Fonte: Adaptado de Ribeiro (2021).

Quanto ao sistema departamental implantado pela reforma, Chauí (2001) assevera que houve inúmeras críticas a esta mudança e ressalva que ainda hoje este quesito é foco de questionamentos, expõe que a finalidade primordial da departamentalização era a redução de custos, seja com material, infraestrutura e recursos humanos. Assinala, ainda, que este sistema oferecia condições propícias para o “controle administrativo e ideológico”, do corpo docente e discente da universidade. Nessa perspectiva (Fávero, 2006, p.34, grifo nosso), comenta: “[...] Passadas mais de três décadas, observa-se ser o departamento, frequentemente, um espaço de

alocação burocrático-administrativa de professores, tornando-se, em alguns casos, elemento limitador e até inibidor de um trabalho de produção de conhecimento coletivo.”

Cabe aqui observar que a matrícula por disciplina, o curso básico e o vestibular unificado também se voltavam para a redução de gastos e maior produtividade no trabalho do corpo docente. Neste prisma, temos a matrícula por disciplina, instituindo o curso parcelado, sendo estruturado num regime de créditos, e não mais seriado. Essa fragmentação da graduação, originado por estas medidas, é sinalizada por Chauí (2001) ao afirmar que sem turmas fixas, se desfez o sentimento de comunidade acadêmica e, consequentemente obstruiu as perspectivas de comunicação e mobilização no âmbito universitário. Dessa maneira, “[...] a Reforma Universitária procurou apartar e desarticular os estudantes que passavam a frequentar “classes” diferenciadas no decorrer do curso. “Consolidou-se a ‘democracia excludente’.” (Bittar *et. al.*, 2008, p. 95).

Além disso, outros pontos questionados por pesquisadores como Cunha e Góes (2002) reporta-se ao poder conferido ao Conselho Federal de Educação⁴⁵ e o tratamento dispensado à pós-graduação pela Lei nº5.540. Coadunando com os autores Fernandes (1975, p.227) examina que “[...] no momento em que se deveria preparar e estimular uma diferenciação fundamental da universidade [investindo-se no crescimento e expansão da pós-graduação dentro das escolas superiores], engendra-se um processo burocrático tecnocrático, que tolhe o salto para a frente.”

Acerca dessas mudanças previstas no texto da Reforma registramos que não foram postas em prática logo após o ato de sua publicação, seguiram sendo operacionalizadas no transcorrer dos anos subsequente a 1968. Pois, sua efetivação como lei não encerrava as questões levantadas e decisivas para sua elaboração. Além disso, essas disposições que institucionalizaram o ensino superior no país, produziram um novo paradigma na estrutura da educação superior brasileira marcada, até hoje, com seus acertos e desacertos, de forma particular, o feitiço de Universidade.

No Maranhão, a partir do contexto desenhado acima, temos instituída a hodierna entidade de direito público a FUM pelo Governo Federal, em 21 de outubro de 1966⁴⁶, com a função de implantar paulatinamente a Universidade do Maranhão, como já foi sinalado neste estudo. Os autores Faria e Montenegro (2005) registram que no preâmbulo de sua história, a UFMA é sucessora das primeiras instituições de ensino superior do estado. Do mesmo modo,

⁴⁵ O art.84 da lei nº5.540 traça uma limitação não só nos setores de exercício da autonomia, mas nela mesma, concedendo ao Conselho Federal de Educação o poder de suspender, por tempo indeterminado, a autonomia de qualquer universidade por infringência da referida Lei ou dos próprios Estatutos. Santana (2014).

⁴⁶ Legislação alterada pelo Decreto Lei n.º 921, de 10 de outubro de 1969 e pela Lei n.º 5.928, de 29 de outubro de 1973.Buzar (1985).

temos a forte influência da Igreja Católica no Estado e do poder político constituído àquela época.

Conforme Sales (2017), o estabelecimento dessas instituições educativas com suas peculiaridades e transcurso exerceram um papel basilar na formação da educação superior maranhense. Além disso, prossegue a autora “[...] jovens de classe média do Maranhão [...] Piauí, Pará e Ceará, vislumbraram com maior solidez a oportunidade de cursarem o ensino superior. As faculdades e, depois a Universidade, representavam possibilidades de profissionalização com abertura de novos caminhos[...].” Sales (2017, p.112).

Em 6 de janeiro de 1967, com autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, conferida pela Lei nº 5.132/66 em seu art. 99, a FUM elaborou o seu primeiro Estatuto, o foi homologado pelo Conselho Federal de Educação e qual aprovado pelo Decreto Federal n 59.941, logo sua criação se formalizou com a escritura pública no dia de 27 de janeiro do corrente ano. Sobre o feito, o governador José Sarney⁴⁷, manifesta-se em mensagem enviada à Assembleia legislativa felicitando a conquista, vejamos o trecho abaixo:

O ano de 1967 ficará, ainda, gravado na história do ensino em nossa terra pelo êxito de esforços de tantos anos visando à criação da Universidade Federal do Maranhão, constituído pela fusão, em termos realmente novos de união de unidades confessionais e leigas das Faculdades Federais com as escolas anteriormente mantidas pela Igreja... **a Universidade abre uma nova perspectiva ao Ensino Superior, quer pelos recursos de que poderá dispor e ampliação das oportunidades para um número crescente de jovens técnicos maranhenses...** Pela primeira vez o Estado se preocupa com a educação universitária. (Mensagem à Assembleia Legislativa. Gov. José Sarney, 1967, p. 3, grifo nosso).

De fato, conforme Pinto (1982, p. 185) a principal tática de legitimação do regime político constituía-se na difusão da ideologia desenvolvimentista, cujo arauto no Maranhão foi o governador José Sarney eleito em 1965. Este exaltou a chegada da instituição, posto que “[...] era plano do recém-instalado governo [de] recorrer à universidade para a preparação de recursos humanos para preenchimento e expansão do seu quadro de pessoal.” Acerca da ditadura militar no Maranhão nessa conjuntura Borges (2020 p.84, grifo nosso) delineia.

⁴⁷ O governo de José Sarney (1966–1970) transcorreu em fina sintonia com os governos militares, tanto em termos políticos, como na retórica e projeto desenvolvimentista. A chamada modernização do Maranhão, empreendida por Sarney, é comumente associada a grandes obras, como: construção da usina hidrelétrica de Boa Esperança, que passou a fornecer energia a cerca de 40 cidades do interior no MA, PI e CE; as primeiras estradas asfaltadas (cerca de quinhentos quilômetros) e mais dois mil quilômetros de estradas de terra; rede de telecomunicações; implantação de ginásios estaduais (só havia um) e significativa ampliação do número de matrículas escolares; inauguração da ponte do São Francisco e do porto do Itaqui; barragem do rio Bacanga, entre outras. Além das obras, também é destacada a modernização do campo, mediante atração de grandes empresas, e as iniciativas de modernização administrativa, via racionalização, planejamento e reforma administrativa (FGV/DHBB, 2003; Costa, 1997, 2006; Gonçalves, 2000); Borges (2020).

[...] a agenda modernizante do governo Sarney, associada ao uso pioneiro e cuidadoso de marketing e plena cobertura dos governos militares aos projetos do aliado maranhense possibilitou a José Sarney afirmar-se como liderança regional, lastreada em forte inserção no plano federal. A euforia associada às obras e à propaganda de um “Maranhão Novo” dito reformado e em processo de planejado desenvolvimento, se alimentava dos recursos e da presença de generais ditadores [...] Neste contexto, no compasso da construção de imagem heroica para José Sarney, a ditadura ia passando, ora despercebida, ora sublimada em vestes democráticas[...].

Buzar (1982) e Tajra (1985) relatam que a condução da nova instituição ficou a cargo de um Conselho Diretor⁴⁸, composto de seis membros titulares e dois suplentes, nomeados pelo Presidente da República que, entre si, elegeram seu primeiro presidente e vice-presidente. Assim, tomaram posse:

[...] primeiro Conselho Diretor, a quem coube as providências preliminares da implantação da Universidade, foi assim constituído Prof. Clodoaldo Cardoso, Presidente; Prof. Raymundo de Mattos Serrão, Vice-Presidente; Cônego José de Ribamar Carvalho, Prof. José Maria Cabral Marques, Dr. José Antonio Martins de Oliveira Itapary e Sr. Francisco Guimarães e Souza, substituído, por renúncia, pelo Prof. Orlando Lopes Medeiros e suplentes Cônego Benedito Ewerton Costa e Prof. Joaquim Serra Costa. (Buzar, 1985, p.41).

Em seguida, foram eleitos, já mencionados no estudo os seus primeiros dirigentes da gestão de (1967-1968). Entretanto, com a renúncia do primeiro reitor Pedro Neiva de Santana a FUM, assumiu a Reitoria o cônego José de Ribamar Carvalho,⁴⁹ o vice-reitor pedagógico.

⁴⁸ A composição heterogênea desse primeiro Conselho Diretor refletia, a um só tempo, as tentativas de conciliação dos interesses envolvidos nos processos decisórios sobre a gestão da vida universitária, bem como os grupos socialmente dominantes nela inseridos, a exemplo da manutenção dos representantes do clero nas instâncias de poder da Universidade e da presença dos dirigentes estuduais das entidades de classe dos empresários e comerciantes. Não por acaso, foram eleitos para os cargos da primeira Reitoria da UFMA o médico Pedro Neiva de Santana (reitor), o cônego José de Ribamar Carvalho (vice-reitor pedagógico) e o vice-presidente da Associação Maranhense de Letras, inspetor federal do Ministério da Fazenda e presidente do Grêmio Lítero Português, Mário Martins Meireles. (Melo, 2021).

⁴⁹ Jose de Ribamar Carvalho nasceu em Codó, em 6 de agosto de 1923, filho de Benedito Dias de Carvalho e Maria José Vidigal de Carvalho. Ingressou no Seminário de Santo Antônio, em 15 de fevereiro de 1936. Foi ordenado padre por D. Adalberto Accioly Sobral, na Sé, em 08 de dezembro de 1947. Estudou Psicologia e Pedagogia na Sorbonne, em Paris. Fez diversos cursos no Instituto Católico de Paris e em várias cidades do exterior, como Roma, Milão e Washington. Exerceu seu profícuo pastoreio em Pedreiras, Araioses, Codó e, por último, foi pároco de Nossa Senhora da Conceição, no Monte Castelo, de 1956 a 1971. Trabalhou na Ação Católica e com a juventude, na década de 50 e 60, foi secretário do Arcebispo e membro do Conselho Presbiteral. Idealizou, ao lado de Dom José de Medeiros Delgado, uma universidade, a então Fundação Universidade do Maranhão (FUM), mais tarde federalizada e denominada Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde lecionou nos cursos de Filosofia, Pedagogia e Serviço Social. Ainda como educador, lecionou em vários colégios, como o Liceu Maranhense e o Santa Teresa e criou os educandários Ateneu Pedreiraense, em Pedreiras e Ateneu São José, em Araioses. Em 1962, foi homenageado com a Medalha dos 350 anos de São Luís. Em 1963, recebeu do governo francês, as Palmas Acadêmicas, no grau de Cavaleiro. No ano seguinte, foi-lhe concedida a maior comenda do Maranhão, a Ordem do Mérito Timbira. Jornalista de escrita refinada, Cônego Ribamar colaborou em diversos periódicos como, O Combate e o Jornal do Maranhão. Imortal da Academia Maranhense de Letras, onde ocupou a cadeira 19, patroneada pelo poeta Teófilo Dias, sobrinho de Gonçalves Dias e que teve como primeiro ocupante o também poeta Maranhão Sobrinho, Cônego Ribamar foi poeta como seu patrono e seu antecessor. (Melo, 2021).

Que conseguiu conservar-se no topo da hierarquia universitária após a federalização do Ensino Superior (Melo, 2021). Na figura 5 visualizemos a sua imagem.

Figura 5 – Reitor da UFMA Cônego José de Ribamar Carvalho (1968-1972).



Fonte: Silva, Silva e Santos (2011).

José de Ribamar Carvalho ordenou-se padre no ano de 1944, pelo Seminário de Santo Antônio,⁵⁰ em São Luís, preponderante centro de formação de sacerdotes do Maranhão e um dos mais antigos do país. Para Miceli (2009, p. 81), “[...] a ordenação sacerdotal de um filho de camponeses, obtida com apenas 21 anos, no principal centro produtor de recursos humanos dignitários à Igreja aponta para uma provável condição de entrada como oblato.”⁵¹

⁵⁰ Seminário de Santo Antônio fundado em 1 de fevereiro de 1625 constituiu-se como um dos principais centros de formação sacerdotal do Norte-Nordeste, onde estudou e se ordenou boa parte da elite eclesiástica maranhense, recrutada e selecionada amplamente junto aos estratos sociais dominantes, sobretudo dos filhos das famílias ricas que podiam arcar com os altos custos da educação seminarística, vez que também é um estabelecimento de ensino religioso privado. Isso reforça a excepcionalidade da entrada de Ribamar Carvalho na instituição, bem como endossa a suspeita sobre sua condição de “oblato.” (Melo, 2021).

⁵¹Oblato ou seja, aquele que dedica sua vida integralmente à instituição que, em contrapartida, lhe provém as condições materiais e educacionais de subsistência. (Miceli, 2009).

Logo, após sua ordenação, iniciou a exercer atividades internas à burocracia eclesiástica e a se empenhar nos movimentos leigos de juventude, basicamente nos âmbitos especializados da Ação Católica Brasileira (ACB)⁵² no estado, cooperando como assistente eclesial da “Juventude Estudantil Católica (JEC), relativa aos estudantes secundaristas, a JOC e a Juventude Universitária Católica (JUC). [...] sendo a JEC e a JUC, de longe, as mais importantes.” Bruneau (1974, p. 180).

No ano de 1968 “[...] antes da promulgação da Lei n. 5.540, havia sido efetivado no cargo de reitor, o cônego José de Ribamar Carvalho, **que logo tratou de implantar a Reforma na UFMA.**” (Buzar, 1985, p.26, grifo nosso). Em seu discurso de posse, no dia 14 de novembro do referido ano expressa sua concepção sobre Universidade e suas perspectivas sobre a instituição retratadas em seu Estatuto.

[...] a Universidade não pode ser política, partidária, sectária, pois, atuando em um Estado carente de tudo, manterá a cordial colaboração com os poderes constituídos, sem ser caudatária de ninguém, nem tão pouco adversária de alguém, ou até mesmo vanguardeira de qualquer luta, que separe e divida o que deve estar unido, sem subserviência, independente, sem grosseria. A Universidade é parte de um sistema social não econômico. Suas finalidades são fundamentalmente, de ordem educacional e cultural. Uma cultura, porém, não prescinde de fatores auxiliares, vinculados esses recursos a outros contextos, resultando da tecidura pluriforme de uma unidade e metas que se centram no homem, como objetivo imediato e em suas condicionantes, como depositário que ele é beneficiário do desenvolvimento. A Universidade tem que ser, a um tempo, profundamente humanística, para não trair as suas origens e seu objeto – o Homem; e eminentemente tecnológica, para não faltar as suas condicionantes históricas e pragmáticas de ordenadora do progresso total. A meta, a médio e longo prazo, será transformar a face do Estado e da região, fermentando a massa estudantil, fazendo crescer as oportunidades no mercado de trabalho, qualificando a mão de obra dispersa, fomentando a pesquisa por todos os meios. Carvalho (1968, p.23, grifo nosso). Prosseguindo, Buzar (1998) e Bonfim (2007) ao examinarem o discurso acima que permeia a ideia de universidade, observam que as posições ideológicas e a perspectiva sobre a recém-criada instituição, estão assentadas nos objetivos do Estatuto da Universidade do Maranhão, em seu Capítulo I, Art 4º assim ditas:

- Ministrar mantidos os princípios ético humanistas da formação brasileira educação de nível superior de modo a atender ao mercado de trabalho local e regional tendo em vista os planos de desenvolvimento do Estado e da região;
- Estimular em harmonia com a tradição da cultura maranhense os estudos científicos e o conhecimento dos novos padrões tecnológicos;

⁵² A Ação Católica Brasileira consistia numa associação civil católica criada em 1935 pelo cardeal Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, em atendimento às determinações do Papa Pio IX para que fossem fundadas associações leigas vinculadas à Igreja em todo o mundo católico. Todavia, com as novas diretrizes emanadas do Concílio Vaticano II (1962-1965) e retraduzidas no país por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sua existência chegou ao ocaso (Beozzo, 2005; Bruneau,1974).

- Incentivar a pesquisa, sobretudo selecionada com a problemática regional;
- Levar à comunidade através de cursos de Extensão e serviços a cultura universitária;
- Preservar e ampliar o patrimônio artístico-cultural do Maranhão, em comunhão com os órgãos municipais, estaduais e internacionais;
- Incentivar, ainda, o intercâmbio e a cooperação com Institutos educacionais nacionais, científicos e culturais, nacionais e estrangeiros no intuito de e prestar universalidade ao sentido de sua missão. (Estatuto da Universidade Federal do Maranhão, 1967).

Outrossim, os autores Tajra (1985), Buzar (1998), Faria e Montenegro (2005) e Bonfim (2007) corroboram, em seus estudos, que toda a Reforma Universitária está contida nesse instrumento através de suas metas de tão-somente formar profissionais, mas dedicar-se à pesquisa, expandindo seu acervo cultural à comunidade, sempre estatizando um aspecto regional e local a essas atividades. Em vista disso, os autores singularizam que neste reitorado seguindo a tendência nacional, foi dado início o processo de implantação da Reforma Universitária na FUM.

A Fundação Universidade do Maranhão nasceu e cresceu com a Reforma Universitária. Assumiu com prioridade a missão de adequar a Instituição de acordo com os princípios e as normas básicas da Reforma. De imediato, recebeu o impacto dos Decretos-leis nos 53/1966 e 252/1967, a partir dos quais elaborou uma nova estrutura acadêmica baseada na departamentalização do ensino, organizada em ensino básico e profissionalizante. (Campêlo, 2012, p.387).

Recebendo a direção da Universidade, naquela conjuntura, o primeiro cuidado da Reitoria sob administração do Cônego Jose de Ribamar Carvalho foi evitar que fossem restituídos os recursos empregues apenas de um terço e a uma semana de prazo para os últimos empenhos. Para sua fomentação, a nova gestão teve como finalidade basilar, o comprometimento de principiar a Reforma, em virtude da nova legislação. Processo que requereu da instituição uma formulação estatutária e como efeito uma nova estrutura administrativa implementada posteriormente. Nascimento *et al.* (2006, p. 27, grifo nosso).

[...] a administração da recém-criada Universidade passa a seguir a orientação ideológica advinda dos princípios tornados oficiais e proclamados no País, sob o signo de uma pretensa neutralidade, que mais contribui para implantar e consolidar as estruturas autoritárias do poder vigente. Haja vista a forma ágil como a Universidade reformula seus Estatutos, de modo a atender aos preceitos emanados da Reforma Universitária [...].

Consequentemente, a FUM respondendo à legislação vigente, expediu ao Conselho Federal de Educação em agosto de 1967 o seu “Plano de Reestruturação”, que prenunciava a criação de *quatro Institutos Centrais*. Vejamos a estrutura espelhada na tabela 6.

Tabela 6 – Proposta de Reestruturação do Estatuto de 1967 da UFMA.

| INSTITUTOS | DEPARTAMENTOS |
|------------------------------------|---|
| CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS | Matemática e Estatística Física Química Biologia Geociências |
| CIÊNCIAS HUMANAS | Antropologia Sociologia Psicologia Economia Política e Demografia |
| LETRAS E ARTES | Linguística Filosofia Literatura Desenho e Artes Aplicadas |
| TEOLOGIA | FACULDADES |
| | Direito Farmácia Odontologia Ciências Médicas Serviço Social Enfermagem Ciências Econômicas Filosofia e História Engenharia e Administração Biblioteca Central Museu Centro Desportivo Imprensa Universitária Centro Audiovisual Teatro e Casa do Estudante |
| ÓRGÃOS SUPLEMENTARES | |

Fonte: FUM (1969).

Entretanto, o Plano não foi aprovado de imediato pelo referido órgão do MEC, impossibilitando ser posto em execução, já em 1968. Acresceu-se sobre o fato, a inexistência de recursos financeiros e de área física para pôr em prática o exigido pelos decretos-leis já citados. Assim sendo, em 1969, foi exteriorizado um anteprojeto do estatuto da UFMA modelado na lei reformista.

A proposta espelhava a estrutura universitária assentada em departamentos, porém com redução de unidades. A pesquisa e o ensino básico acomodadas em três Institutos Centrais, o ensino profissional e a pesquisa aplicada seriam realizados apenas por oito Faculdades, os programas de extensão caberiam aos Institutos e Faculdades, continuando as sete unidades de Órgãos Suplementares de natureza técnica, cultural, recreativa e assistência aos estudantes. Notemos essa estrutura na tabela 7 a seguir.

Tabela 7 – Organização básica proposta pelo estatuto de 1969 da UFMA.

**RESTRUTURA UNIVERSITÁRIA DA
UFMA (1969)**

| INSTITUTOS | DEPARTAMENTOS |
|-------------------------------------|---|
| CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS | Matemática Física Química Morfologia Ciências Fisiológicas |
| FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS | Geografia Sociologia Psicologia Filosofia História e Ciências das Religiões Letras |
| LETRAS E ARTES | Estudos Lusos Brasileiros Artes e Comunicação |
| FACULDADES | Direito Farmácia Odontologia Educação Medicina Serviço Social Enfermagem Ciências Econômicas |
| ÓRGÃOS SUPLEMENTARES | Biblioteca Central Museu Estádio Universitário Editora Serviço de Rádio, Telecomunicações e Audiovisual Teatro Universitário e Casa do Estudante |

Fonte: FUM (1969).

Em relação aos órgãos suplementares descritos na tabela acima, sublinhamos que são vinculados a Reitoria, exercida por um Reitor, a quem competia coordenar, controlar e supervisionar todas as atividades universitárias. Os autores (Buzar,1982; Tajra,1985) focalizam, ainda, que, embora este Estatuto tenha sido aprovado pelo Conselho Federal de Educação, somente em agosto de 1970, através do Decreto nº 67.048/70, não obstante a Reitoria começou a trilhar progressivamente a sua nova estrutura administrativa, ainda em janeiro daquele ano.

Sobre o fato, os autores apontam, também, que, para estabelecer a referida estrutura administrativa, o Reitor José de Ribamar Carvalho contratou os serviços do escritório carioca Maximus de Estudos Econômicos e Contábeis Ltda. Com efeito, foram assim instituídas três

Superintendências direcionada para a inserção dos preceitos e diretrizes oriundos da dita lei da Reforma. Seguidamente delineadas na tabela 8.

Tabela 8 - Superintendências da Estrutura Administrativa da UFMA (1970).

| SUPERINTENDÊNCIAS | FUNÇÃO |
|---|--|
| Planejamento e Desenvolvimento educacional | Coordenar o programa global do desenvolvimento da Universidade, elaborando planos, bem como proceder estudos e projetos para obtenção de recursos financeiros, através de convênios, subvenções, auxílios e doações dos órgãos de desenvolvimento local e regional e suas entidades governamentais, nacional e estrangeiras. |
| Ensino e Pesquisa e Extensão | Coordenar, promover, incentivar, orientar e controlar as atividades de natureza educacional, científica-cultural e de extensão da Universidade, exercendo funções consultivas normativas e executivas nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão. |
| Administrativa | Orientar, promover, supervisionar, coordenar e controlar a execução das tarefas concernentes a pessoal, material, serviços gerais, contabilidade, orçamento e tesouraria. |

Fonte: FUM (1970).

Instituída a Superintendência de Planejamento e Desenvolvimento Educacional (SUPLAN); desenvolveu, entre outras atividades, uma perquisição atinente à estrutura física vigente, caracterizando as necessidades de reparos e modificações e direcionou os projetos das futuras instalações atribuídas ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Restaurante Universitário, Superintendência de Ensino, Pesquisa e Extensão, Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e Lar Universitário.

Da mesma forma, elaborou um levantamento funcional das salas de aula, intencionando uma adequação de ordenação das turmas e utilização de espaço. Este último estudo subsidiou os projetos das futuras instalações do *Campus*. Campêlo (2012). Os campi universitários, em nosso país, foram conjecturados no Decreto nº 63.341, de 01 de outubro de 1968, que integra a legislação da denominada Reforma Universitária, sob o discurso de outorgar o desenvolvimento dos princípios de integração e organização. No entanto, essa posição é muito criticada por ser vista como mais um formato de distanciar e isolar, do que de integrar a comunidade universitária. (Chauí, 2001).

Ajustando-se à Lei da Reforma, “[...] estabeleceu que a estrutura acadêmica fosse organizada em centros, mediante a futura eliminação dos níveis intermediários de institutos e faculdades, quando então os departamentos passariam a vincular-se diretamente aos respectivos centros.” FUM (1969a, p.9). Com esse propósito, previu, em estágio provisório, a formação de três *centros de coordenação* formados por unidades de áreas afins, responsáveis pelo planejamento, coordenação e controle dos cursos a eles vinculados. De acordo com a tabela 9 estavam assim constituídas.

Tabela 9 – Centros de Coordenação proposta pelo Estatuto de 1969 da UFMA.

| CENTROS | DESCRIÇÃO | FUNÇÃO |
|---|--|--|
| Estudos Gerais | Constituído pelos Institutos de Ciências Físicas e Naturais; Filosofia e Ciências Humanas e Letras e Arte. | Planejar, coordenar e controlar o Ciclo Básico da Universidade. |
| Coordenação da Área Médica | Integrado pelas Faculdades de Farmácia, Odontologia, Enfermagem e Medicina. | Programar, coordenar e controlar o ciclo profissional desses cursos. |
| Coordenação de Estudos Sociais Aplicadas | Composto pelas Faculdades de Direito, Educação, Serviço Social e Ciências Econômicas. | Programar, coordenar e controlar as atividades didático-pedagógicas e administrativas dos cursos a ele vinculados. |

Fonte: FUM (1969).

Avançando, com o Estatuto remodelado, a Reforma Universitária foi institucionalmente oficializada. Criou-se os institutos básicos comuns às áreas diferenciadas do ensino e departamentalizou o ensino em todos os setores de conhecimento. De acordo com Araújo (1985), o complexo acadêmico, a ser formado por centros e departamentos, era adotado como condição basilar para a evolução da Universidade. Na realidade “O agrupamento dos departamentos em unidades, institutos e faculdades, representava uma etapa de transição entre a velha estrutura universitária, baseada na cátedra, e a do sistema Departamental, tendendo a desaparecer à medida que os centros de coordenação se tornassem atuantes e produtivos.” (FUM, 1971, p.24, grifo nosso).

Com relação ao movimento estudantil, considerando esse quadro de reformulações da UFMA afinadas com a reforma, Borges (2020, p.90) notabiliza a ingerência da vigente

administração com as entidades estudantis ao historiar que “Com base no Decreto nº 477, o reitor, Cônego Ribamar Carvalho interveio nos (DAs) e nomeou Comissões Provisórias para substituí-los por outras organizações, atreladas à Reitoria, situação só superada em 1983, com as eleições livres convocadas pelos estudantes.” O referido dispositivo para o regime, foi substancial com o fim de criar condições propícias para pôr em prática medidas propostas pela Reforma logo “[...] foi necessário para deixar o caminho livre da contestação dos docentes e estudantes. **Houve até universidades que inclui a maior parte dos dispositivos do Decreto 477 em seus status.** (Santana, 2007, p.129, grifo nosso).

No que se refere a organização do ensino, cumprindo as disposições da Reforma Universitária, a UFMA, instaurou, ainda em 1970, o primeiro Ciclo Básico. Intentando reparar as elementares incorreções evidenciadas pelo concurso vestibular, a fim de instruir para decisão futura a opção da profissão e propiciar estudos básicos para ciclos pospositivos. Coordenado pelo Centro de Estudos Gerais, o Ciclo Básico, conforme ilustrado na tabela 10, foi disposto em duas áreas são elas:

Tabela 10 – Ciclo Básico coordenado pelo centro de Estudos Gerais/UFMA (1970).

| 1º CICLO BÁSICO | FUNÇÃO | SUB-ÁREA | CURSOS |
|-------------------------------|--|------------------------|--|
| ÁREA MÉDICA | Destinado a preparar os alunos que ingressariam nos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Odontologia. | Ciências Exatas | Química Física Matemática |
| ÁREA SÓCIO-HUMANÍSTICA | Finalidade de capacitar os alunos para os cursos de Direito, Serviço Social, Economia, Filosofia, Geografia e Pedagogia. | Letras e Artes | Letras Modernas, Biblioteconomia , Desenho e Comunicações. |

Fonte: FUM (1970).

Em se tratando dessa iniciativa na área da saúde, temos o “Básico70” instituído pelo reitor cônego Ribamar Carvalho, essa experiência é rememorada pelo professor Raimundo Manoel Ramos Martins, na obra Memória de Professores de Faria e Montenegro (2005, p. 494-495) onde relata:

Logo na implantação da Universidade, todos os professores que ensinavam as disciplinas básicas da área médica passaram a integrar um bloco, havendo também, é lógico, a integração das disciplinas. Em 1970 [...] havia o “Básico 70”, movimento do qual fui membro ativo. Tratava-se de um vestibular único

para toda área da saúde, sem opção, isto é, quem se inscrevesse na área da saúde e, de acordo com o seu rendimento no mesmo, fazia a opção. Então a opção era pela classificação. Por exemplo, um aluno obteve média 8,0, fez opção por Medicina, mas, acima dele, há um número correspondente às vagas com média superior a 8,0, então o aluno não fica em Medicina. Evidentemente, isso classificava, criando uma certa hierarquia dos cursos. [...] o “Básico 70” foi corajosamente implantado pelo cônego Ribamar Carvalho. [...] Os cursos mais valorizados na sequência, eram: Medicina, Odontologia, Farmácia e Enfermagem. Era essa a preferência. Os alunos adquiriam conhecimento no Básico comum e, posteriormente, os diversificavam de acordo com cada curso. Os professores davam aula para cento e cinquenta ou cento vinte alunos numa turma só. Dava-se a aula teórica num anfiteatro onde ficava o ILA [...] Na hora da prática, separavam-se os alunos e ministram-se o conhecimento.

Avançando com as disposições cabíveis da reforma, em 1971 a reitoria “[...] adotou o regime de créditos e no ano seguinte implantou o CRUTAC, outro tento da UFMA no seu plano de Reforma.” (Buzar, 1982, p.32). O referido CRUTAC/MA⁵³ configurou-se segundo Tajra (1985, p.55) numa “[...] tentativa de interiorização da Universidade Brasileira, objetivando sua integração às realidades nacionais, regionais e locais e, tendo como filosofia de trabalho e Ação Comunitária”, constituiu-se em um Programa que atuava no interior da estrutura geral da Universidade, ligado à Superintendência de Ensino Pesquisa e Extensão. Concomitantemente, temos a postura decisiva da Reitoria de edificar o seu *Campus*⁵⁴, pois a construção do seu território físico era uma das realizações a ser executada na sua reestruturação. Logo, para dar configuração a uma instituição integrada e funcional, a UFM, otimizou projetos para materializar a sua realização.

Como resultado, temos, no Maranhão, construído o Campus universitário no sítio Sá Viana, com área de 271ha, situado a sudoeste da cidade de São Luís e tendo como divisor natural a presença do Rio Bacanga, em área doada pelo Governo do Estado em 1958⁵⁵ à extinta Universidade Católica e que havia sido incorporado ao patrimônio da FUM em 1966, distando três quilômetros, aproximadamente, do centro de São Luís. Sobre a iniciativa Meireles (1981, p.32) assevera que 1986 com uma receita “[...] em que 92,8% eram recursos orçamentários da

⁵³ Calcado na experiência da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o CRUTAC/MA surgiu através da Resolução no 90/69, do Conselho Diretor da Fundação Universidade do Maranhão. Embora as relações entre a Universidade e o aparelho governamental, naquele momento sob a chefia do governador José Sarney, não fossem das melhores, a iniciativa teve apoio integral dos organismos estatais, sobretudo da Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SEDEMA), a qual teve uma participação técnica, fundamental na etapa de “estudos básicos para a definição e aplicação de critérios seletivos das áreas de aplicação de treinamento e para a caracterização das mesmas” (Plano de Atividades do CRUTAC/MA, 1969, p. 21).

⁵⁴ O termo campus designa a área onde se localizam as instalações de uma universidade. “O conceito está ligado a uma concepção de universidade como um todo integrado e formando uma comunidade de mestres e alunos, situada fora das grandes cidades.” (Sucupira, 1968 *apud* Ruas, 1978, p. 149).

⁵⁵ Naquele ano, o governador do Maranhão era José de Matos Carvalho (1957-1961).

União, já se encomendava ao escritório de arquitetura de Wit-Olaf Prochnik, do Rio de Janeiro, o planejamento da construção do **Campus** do Bacanga.”

Na prática, Campêlo (2014, p.470) observa que o anunciado arquiteto Wit-Olaf Prochnik⁵⁶ “[...] já estava trabalhando, a convite do governo do Estado, na elaboração do Plano Diretor do Porto do Itaqui e no projeto do Aterro do Bacanga⁵⁷[...].” Isto posto, iniciou-se em julho de 1970, conforme Tajra (1985, p.57, grifo nosso) “[...] a edificação de 4.000 metros quadrados de área útil, destinada ao Ciclo Básico. Pretendia - se, com isso, atender 540 alunos nos anfiteatros para aulas teóricas, 144 alunos nos laboratórios para aulas práticas, perfazendo um total de 684 alunos por turno.”

Sobre o feito, os autores Fonseca Neto (2002) e Luz (2004) constituem em suas obras vestígios de que a concretização do *Campus* naquela gleba foi canalizada pelos grandes projetos implementados pelo governo José Sarney (1966/1970), com medidas políticas e econômicas de modernização, que deram base ao seu plano de desenvolvimento do Estado. Temos, dentre eles a área de expansão urbano-industrial hoje integrada pelo eixo Itaqui/Bacanga sendo elegida como um espaço estratégico para o processo de inovação.

Nesta ocorrência, eram assim incorporados projetos industriais, a construção do Porto de Itaqui e de conjuntos habitacionais que contornariam aquela região, destinando a mão de obra vindicada pelas indústrias que ali viriam se instalar. Decerto a “[...] construção da ponte São Francisco sobre o rio Anil, a barragem do Bacanga e as obras de construção do Porto de Itaqui, situam o **Campus da Universidade no centro de desenvolvimento urbano da própria cidade.**” (FUM, 1971, p.71, grifo nosso). Como se vê, a concretização da universidade na gleba do Sítio Sá Viana foi beneficiada pela implantação da barragem do Rio Bacanga no sistema viário urbano da cidade que efetivou o eixo viário São Francisco – Bacanga – Itaqui, viabilizando a conexão da instituição com o centro urbano. Campêlo (2014, p.399, grifo nosso) destaca que “[...] A localização às margens do lago artificial criado pela barragem **deu origem ao nome de Campus do Bacanga.**” Com relação ao fato assim expõe o reitor:

[...] E veio a barragem do Bacanga, e começou a brotar em graça de flor, em graça de menino que cresce, em graça de casa que se faz, em graça de edifício

⁵⁶ Prochnik era profissional atuante na cidade de São Luís, tendo realizado projetos na área escolar a Escola Normal (1967) e a Escola de Engenharia (1969) e de planejamento urbano como o Plano de Transportes e desenvolvimento de São Luís (1975), Anel Rodoviário de Contorno de São Luís (1975), Terminal de Transporte Marítimo do Porto de Itaqui (1971) e o primeiro Plano Diretor da Cidade de São Luís em 1977.

⁵⁷ O arquiteto Wit-Olaf Prochnik elaborou para a cidade de São Luís projeto de um aterro ao lado do Centro Histórico, que saía do Jenipapeiro até encontrar o Terminal de Ônibus. Tratava-se de uma solução para problema semelhante ao do Aterro do Flamengo, projetado para resolver a passagem da praia do Flamengo, no Rio de Janeiro. Sobre o novo espaço, seriam desenhadas pistas de velocidade e jardins, completando o projeto de urbanização. Pereira, (2005, p.51).

que se ergue, [...] e em graça de esperança que tira a realidade, e a ideia se fez casa, [...] e nós estamos na ideia feito casa, na ideia feito edifício, na ideia que foi sonho e que hoje é o edifício Presidente Castelo Branco - Primeira Unidade do CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARANHÃO. (Carvalho, 1972, sem paginação, grifo nosso).

Dito isso, em 14 de novembro de 1972, o cônego José de Ribamar Carvalho, em seu último ato como reitor, entregou “[...] à classe universitária do Maranhão, o edifício Castelo Branco, primeira unidade do ‘campus’ do Bacanga, onde [funcionária] o Instituto de Ciências Físicas e Naturais” (O Imparcial, 1972, p.12), tornando irreversível, a partir daí, a transferência gradual das outras unidades. Vejamos a figura 6 do empreendimento executado.

Figura 6 - Instituto de Ciências Físicas e Naturais/ Vista da fachada principal (1972).



Fonte: Campêlo (2012).

Sales (2017) comenta que as demais unidades ficaram esperando as deliberações em relação à transição de suas instalações. Deste modo, elas ficaram reunidas em um só local, a fim de organizar os roteiros de trabalho e comunicação precisos ao decurso da reforma universitária ora implantada. De acordo com Campêlo (2012) para a Reitoria a edificação do *Campus* constituía-se em um componente integrador das funções universitárias. Essa questão se traduz no discurso proferido pelo reitor, quando da inauguração da obra, em 1972.

[...] vencer uma barreira aparentemente insignificante, mas que na realidade apresenta o maior obstáculo ao “processo de mudança”: a descentralização das unidades de ensino [...] devido a distância entre as unidades acentua -se a falta de entrosamento entre os estudantes dos diversos cursos ou áreas de conhecimento não lhes propiciando uma mentalidade interdisciplinar uma

melhor compreensão interprofissional e o espírito universitário. (Carvalho,1972, sem paginação).

Em relação aos eventos acima, Mota (2021) aborda que foi durante a gestão do padre reitor que a UFM se estruturou fisicamente e organizou-se administrativamente, gozando de um período de avanço custeado por recursos orçamentários ocasionado pela sintonia dos elos entre a Igreja católica e o governo vigente. Vale sublinhar ainda que essa unidade recém- inaugurada da sede definitiva da instituição foi cognominada oportunamente de Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, o afamado prédio “Castelão”, o primeiro presidente da Ditadura Militar que sancionou a lei 5.152/66 que autorizava a existência e o funcionamento da UFMA.

Nessa perspectiva, Campêlo (2012) e Melo (2021) examinam em seus estudos a patente relação estabelecida entre a Igreja e a ditadura sob o prisma material e simbólico no que se refere ao desenvolvimento da Instituição Universitária Federal e as inaugurações em tributo aos militares de 64, do ponto de vista político. Prosseguem, ainda, os autores que a aparição do ministro da Educação exclusivamente para a inauguração da “parte básica” do Campus da Universidade reflete tanto a influência pessoal do cônego Ribamar Carvalho quanto a consistência dos vínculos entre o clero e os militares.

Para Melo (2021), os acontecimentos acima supracitados exibem a política de investimento do governo militar na expansão do ensino superior e que se efetiva na execução do campus universitário. Segundo Bonfim (2007), os campi universitários no Brasil, foram conjecturados no Decreto nº 63.341, de 01 de outubro de 1968, que integra a legislação da denominada Reforma Universitária, ante argumentação de facultar o desenvolvimento dos princípios de integração e organização. No entanto, essa posição é muito criticada por ser considerada mais uma estratégia de distanciar e isolar, do que de integrar a comunidade universitária (Buzar,1982).

A transferência gradativa da UFMA para o Bacanga contribuiu para aumentar a distância, também, entre a comunidade acadêmica e a administração da instituição que continuará no Centro, assim como para o esfacelamento dos grupos que se formam no meio universitário, visto alunos e professores ficarem divididos, entre as atividades desenvolvidas nas antigas instalações e as realizadas no Campus. (Bonfim,2007, p. 167).

De imediato, os eventos alusivos para “[...] criação da UFMA chamam a atenção tanto pela natureza da sua origem confessional, que difere das instituições congêneres do Nordeste, bem como pela convicção do seu papel como agente renovador, onde o campus era estratégico para a concretização dos ideais almejados.” Campêlo (2012, p.461). Estava captada de acordo

com a (FUM, 1968, não paginado, grifo nosso) uma nova percepção de universidade e da sua incumbência no desenvolvimento do Maranhão.

[...] acorda o Estado para uma nova realidade econômica acelerada com o advento da energia de Boa Esperança, o petróleo de Barreirinhas e o Porto de Itaqui. **Cabe por isso mesmo, à Universidade o preparo dos quadros humanos, que dinamizarão e disciplinarão o progresso vertiginoso imposto pela necessidade de recuperar o tempo perdido.** Criar esse profissional em número e qualidade exigidos pelo desenvolvimento maranhense tornar-se o catalisador do processo sócio cultural da nova civilização timbira, eis os objetivos a curto e longo prazo que a Universidade do Maranhão está visando. Para tal urge preparar-se física, administrativa e didaticamente, para responder ao desafio[...].

A partir desses eventos descritos, provém o aumento consecutivo da procura e da oferta de vagas na UFMA, nos períodos compreendidos entre 1967 a 1972 na gestão do Reitor José de Ribamar Carvalho. Esse crescimento de ingresso ao ensino superior pode ser verificado no quadro 3 que segue:

Quadro 3 - Matrícula na Universidade Federal do Maranhão (1967-1972).

| REITOR JOSÉ DE RIBAMAR CARVALHO (1967-1972) | |
|--|----------------------------------|
| EXERCÍCIO | Nº DE ALUNOS MATRICULADOS |
| 1967 | 1.132 |
| 1968 | 1.500 |
| 1969 | 1.932 |
| 1970 | 2.872 |
| 1971 | 3.207 |
| 1972 | 3.758 |

Fonte: BRASIL. Universidade Federal do Maranhão. SEPLAN, Divisão de Informações Básicas, 1981.

Conforme Sales (2017), os dados em tela notabilizam o aumento substancial de alunos, onde a universidade transforma-se em palco de visibilidade na cidade, gerando novos empregos e a dinamização socioeconômica provocada pela industrialização, o comércio, as atividades financeiras e o fluxo de crescimento das cidades.

Em 20 de novembro de 1972, assume a Reitoria, em substituição ao cônego José de Ribamar Carvalho, o professor e acadêmico Josué de Sousa Montello. Em relação a essa mudança de gestão, o Chefe do Departamento de Medicina I na época, Carlos Alberto Salgado

Borges em entrevista concedida à Regina Faria relata as reações e estratégias políticas sobre o episódio:

Em 1972, houve uma eleição para escolha de um novo reitor. O então reitor, cônego Ribamar Carvalho, querendo fazer seu sucessor, o professor Bacelar Portela articulou o movimento no Colégio Eleitoral[...] reagimos, visando a neutralizar as manobras feitas na eleição. Nesse ínterim, o professor Neiva de Santana assumiu o Governo do Estado. Convocou-me ao palácio para tratar da sucessão do cônego Ribamar Carvalho, seu adversário desde a sua renúncia, em 1968. Naquela época os governadores tinham uma influência muito grande na escolha dos reitores das universidades federais. Ocorre que a lista sétupla, elaborada no Colégio Eleitoral, foi manipulada [...] não havia um só nome na lista sétupla que fosse do nosso grupo político. Só restava a nomeação de um reitor *pro tempore*. Fui então convidado para uma reunião com o ministro da educação, Jarbas Passarinho, na casa do deputado federal João Castelo [...] sugeriu, então, [...] de ser aprovada uma lei, permitindo a nomeação de um reitor *pro tempore* quando ficasse vago o cargo de reitor. Na legislação em vigor só era facultado esse tipo de nomeação em caso de inquérito administrativo, que não era o caso. Estava no Rio de Janeiro, em novembro de 1972, quando li no Jornal do Brasil a publicação de um Decreto-lei, nos termos por mim sugeridos, e em seguida a nomeação do professor Josué Montello para o cargo de reitor *pro tempore* da UFMA. (Faria; Montenegro, 2005, p.56-57, grifo nosso).

Em seu exercício interino na Reitoria, Josué de Sousa Montello deu seguimento as obras do Campus Universitário, constituindo também uma Comissão de Legislação e Implantação da Reforma Universitária (CLIRU). Sem tardar, no dia 29 de novembro de 1973, passa o aludido posto ao Prof. Manuel Soares Estrela Vice-Reitor em exercício. Sobre sua gestão, Buzar (1982, p.55, grifo nosso) descreve:

[...] o professor Manoel Soares Estrela, em continuidade ao plano de implantação da Reforma Universitária, **adotou o Concurso de Vestibular Unificado, idêntico para todos os cursos ou áreas de conhecimentos afins; criou os cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia Eletrônica, tendo em vista atender às 'necessidades do mercado de trabalho', bem como impulsionou a construção do Campus Universitário do Bacanga**, com a edificação de mais um prédio de quatro pavilhões o que duplicou a capacidade de salas de aula.

Em face do exposto, decorre a evolução de matrícula na UFMA que, em 1975, apresentava, segundo estudos da Secretaria de Planejamento (SEPLAN)/UFMA, um total de 4.971 alunos matriculados. Abaixo, no quadro 4 é possível observar esse crescimento.

Quadro 4 - Matrícula na Universidade Federal do Maranhão (1973-1975).

| REITOR MANUEL SOARES ESTRELA (1973-1975) | |
|--|----------------------------------|
| EXERCÍCIO | Nº DE ALUNOS MATRICULADOS |
| 1973 | 4.235 |
| 1974 | 4.674 |
| 1975 | 4.971 |

Fonte: BRASIL. Universidade Federal do Maranhão. SEPLAN, Divisão de Informações Básicas, 1981.

Conforme pode ser verificado através dos dados acima, houve um incremento significativo no quantitativo de matrículas na graduação, no período transitório da administração, o professor Manoel Soares Estrela. Nesse cenário, em 20 de junho de 1975, assumiu a Reitoria da UFM o professor José Maria Ramos Martins. Ao tomar posse do cargo assim, pronunciou sua acepção de Reforma Universitária.

[...] a Reforma tem que ser concebida como algo equilibrado harmônico e basicamente democrático [...] o processo tem que ser assumido principalmente a partir da base da Instituição pois é dos alicerces que depende a segurança da estrutura [...] a Reforma tem que se verificar no sentido de que a Universidade seja fiel ao momento histórico que vive e interprete as necessidades do meio e as exigências da sociedade em que se insere[...] A Universidade Nova ou a Universidade Renovada, além de suas funções básicas de ensino, pesquisa e extensão tem que estar comprometida com a perspectiva da formação integral do homem" [...]. Buzar (1982, p.68).

Sobre a nova administração, Buzar (1982), Tajra (1985) e Faria e Montenegro (2005) anotam a subsequência dada às medidas condizente da Reforma, em 1975, adotou o exame de vestibular unificado, idêntico para todos os cursos ou áreas de conhecimento, objetivando firmar um poderio centralizado.

Art. 45 – O Concurso Vestibular será uniforme em seu conteúdo para todos os cursos ou área de conhecimentos afins e centralizado em sua execução, abrangendo os conhecimentos comuns à diversas formas de educação do segundo grau, sem ultrapassar este nível de complexidade, para avaliar a formação recebida pelos candidatos e sua aptidão intelectual para os estudos superiores (Universidade Federal do Maranhão, 1970|).

Em novembro de 1978, a reitoria vigente estendeu seus serviços ao município de Imperatriz com a implantação dos Cursos de Pedagogia e Direito, por meio de convênio entre a Universidade do Maranhão e a Fundação do Ensino de Imperatriz. Porque concebia que:

[...] nossa Universidade não é de São Luís, mas o Maranhão; suas atividades não podem ficar restritas à cidade de São Luís. Temos de expandi-las pelo

Estado inteiro, levar os seus benefícios ao interior. É claro que não podemos fazer isso simultaneamente em todas as cidades, mas podemos escolher aquelas que polarizem determinadas regiões e, através delas, dinamizar as áreas respectivas. E, realmente, assim procedemos; escolhemos, inicialmente, as cidades de Imperatriz, Caxias, Codó, Pinheiro e Balsas. (Faria; Montenegro, 2005, p.350).

No que diz respeito ao seguimento da implantação da Reforma, pela gestão do Reitor José Maria Ramos Martins, Buzar (1982, p.56) pontua que ela foi assinalada pela conversão absoluta da estrutura da UFM que, em conformidade com os estudos produzidos pela “[...] Comissão de Legislação e Implantação da Reforma Universitária no reitorado do professor Josué Montello, **não apresentava os suportes necessários para consolidar as inovações implantadas** ao longo dos anos e as que se seguiriam em função da Lei nº 5540/68.”

Nesse sentido, concebeu o Plano de Restruturação da UFMA que deu viabilidade à formação de um novo Estatuto, o qual, segundo a Instituição, se moldava mais à estrutura organizacional da Reforma em 1979. Assim, descreve (Tajra, 1985, p.59).

[...] tendo presidido uma Comissão de Legislação e Implantação da Reforma Universitária, pretendia na sua administração, dar à universidade o espírito de universidade e **extinguir a duplicidade e de sua personalidade jurídica fundação mantenedora/universidade mantida**, o que na sua concepção havia sido escamoteado no Estatuto, em vigor. A sua intenção, portanto, era **reformar radicalmente a estrutura da universidade, ou seja: - extinguindo os institutos e faculdades que ainda a integravam, com a finalidade de distribuir suas atividades entre os Departamentos.**

Tal intento, foi apreciado e aprovado pelo Conselho Federal de Educação, através da Portaria nº 45/79, de 19 de novembro de 1979, passando à denominação para UFMA, funcionando sob o regime de Fundação, cuja administração ficou estabelecida em três níveis descritos no quadro 5 em tela:

Quadro 5 – Nova Estrutura Administrativa da UFMA (1979).

| NIVEIS DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA UFMA (1979) | |
|---|---|
| NIVEL | COMPOSIÇÃO |
| 1. SUPERIOR | Constituído pelos Órgãos Deliberativos (Conselho Diretor, Conselho Universitário, Conselho de Administração e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) e pelo Órgão Executivo (Reitoria). |
| 2. INTERMEDIÁRIO | Formado pelos Centros de Estudos Básicos, de Ciências Sociais, de Ciências da Saúde e Tecnológico, com os respectivos Conselhos e Diretoria, com a função de realizar a integração da |

| | |
|-------------------------|--|
| | Administração Superior com as coordenadorias de Cursos e os Departamentos. |
| 3. DEPARTAMENTAL | Constituído pela Assembleia Departamental e Chefia Departamental. |

Fonte: A autora (2023).

De acordo com o referido estatuto aprovado, haverá uma Coordenadoria geral encarregada pelos órgãos suplementares, que auxiliam toda a organização de ensino, pesquisa e extensão. Em concomitância a essa reforma acadêmica, estrutural e política da instituição, o Grupo de Planejamento Acadêmico da SEPLAN otimizou “[...] um trabalho de conscientização junto **aos discentes e docentes** da instituição, visando desenvolver, **principalmente nos primeiros uma nova percepção de Universidade e do seu papel como agente renovador** no processo da Reforma Universitária.” (Buzar, 1982, p.58, grifo nosso).

Nessa ambiência, o estatuto estabelece que “O corpo discente constituído dos alunos regulares e especiais matriculados em seus cursos terão direito de representação, associação, assistência e candidatura a monitoria. **Haverá na universidade as seguintes associações estudantis: Diretório Universitário Central e os Diretórios Setoriais, um para cada centro.**” Tajra (1985, p.60-61, grifo nosso). Nesse afã, de implantação desse estatuto temos também a edificação de dois novos prédios no *Campus* do Bacanga, do mesmo modo a aquisição de um grande imóvel na periferia da região, o que oportunizou ao Reitor, ao deixar o cargo em 19 de junho de 1979, amostrar a evolução da matrícula na UFMA, em sua administração. Apresentado no quadro 6 abaixo.

Quadro 6 - Matrícula na Universidade Federal do Maranhão (1976-1979).

| REITOR JOSÉ MARIA RAMOS MARTINS (1976-1979) | |
|--|----------------------------------|
| EXERCÍCIO | Nº DE ALUNOS MATRICULADOS |
| 1976 | 5.344 |
| 1977 | 5.647 |
| 1978 | 5.901 |
| 1979 | 6.227 |

Fonte: BRASIL. Universidade Federal do Maranhão. SEPLAN, Divisão de Informações Básicas, 1981.

Nesse contexto, esboçado acima, é eleito o novo reitor pelo Presidente da República, o Prof. José Maria Cabral Marques (1979-1983) no dia 26 de junho de 1979. De modo que, prosseguindo a efetivação desenvolvimentista da instituição, instaurada pelas gestões anteriores, esteia substancialmente a expansão das instalações do campus, intentando incorporar todos os órgãos administrativos e acadêmicos do complexo universitário, igualmente fomenta as atividades de pesquisas, por meio da execução de convênios com outras unidades e instituições, pois concebe que a Universidade deva se constituir em um agente contribuinte, integrador, estimulador, catalizador e, sempre que necessário, orientador das ações desenvolvidas e a serem desenvolvidas em todo o Estado (Buzar, 1982).

Arrematamos, assim, o itinerário traçado até aqui, cujos fatos e episódios da institucionalização da UFMA, em momento tão delicado da vida nacional, conduz-nos à discussão e à reflexão dessa geração trazendo ao palco o ME e atuação dessa juventude em nosso próximo capítulo, pois de acordo com os autores Carneiro, Braga e Bianchi (2008, p. 25), “A história da universidade é também a história do movimento estudantil e de suas ocupações[...].”

5 NO PALCO O MOVIMENTO ESTUDANTIL: reflexões acerca das categorias juventude e estudante.

“Quero falar de uma coisa, Adivinha onde ela anda,
Deve estar dentro do peito ou caminha pelo ar. Pode
estar aqui do lado, Bem mais perto que pensamos,
A folha da juventude. É o nome certo desse amor.”
(Milton Nascimento; Wagner Tiso,1983).

O trecho acima da canção “coração de estudante” nos convida a pensar o movimento estudantil e incluir nesta reflexão o debate sobre a categoria “juventude”, dado que esse movimento social é constituído por jovens, que se assemelham pela condição transitória de “estudante”, mas que se diferenciam pelos diferentes perfis sociais, políticos e econômicos.

O movimento estudantil é um movimento social sui generis, sobretudo em razão do caráter transitório que os estudantes vivenciam na universidade e, consequentemente, no próprio movimento. Entre as características próprias desse movimento, tradicionalmente encontra-se uma composição de classes médias; posicionamentos ideológicos que variam desde a esquerda mais radical à socialdemocracia; e demandas que incorporam para além da política universitária, temas amplos da política nacional. Em suma, pela diversidade na sua composição, o movimento estudantil é tido como policlassista. (Bringel, 2009, p.101).

Para Simão (2015, p.29), a compreensão desses elementos é fundamental para ampliarmos nossos conhecimentos acerca desse movimento social que é composto: “[...] por uma multidão de organizações, com e sem vínculos partidários, e por estudantes que não se vinculam formalmente à organização alguma, mas que exercem a militância convergindo ou divergindo das organizações dependendo da pauta em questão[...].”

Por sua vez, os autores Albuquerque (1977; Fávero, 2009; Foracchi; 1965; Santos, 2010) ao abordarem a característica policlassista do ME em sua concepção focalizam o seu “[...] caráter pequeno-burguês, pois além da origem de classe dos estudantes, em sua maioria, classe média, o teor de suas reivindicações é, muitas vezes, de cunho corporativista, visando quase sempre apenas seu futuro profissional. A origem de classe, portanto, é bastante elucidativa para compreensão dessa questão.” (Ferraro, 2011, p. 210). Essa característica policlassista não é exclusiva do movimento estudantil.

Na escola ou na instituição universitária, os estudantes são uma categoria social formada por indivíduos oriundos de diversas classes sociais, inclusive antagônicas do ponto de vista dos seus interesses, papéis e objetivos na sociedade. **O resultado dessa característica na atuação do movimento estudantil é que os conflitos internos**, necessários para a definição das pautas reivindicatórias, da concepção de educação, de projeto de universidade e, principalmente, de opções ideológicas (que determinam seu funcionamento e princípios da ação política), assumem uma proporção muito mais intensa que

os movimentos sociais classistas. As opiniões em disputa ultrapassam o limite das divergências táticas, estratégicas ou mesmo de plataforma política, e chegam ao nível do antagonismo de classe. (Fonseca, 2008, p.31-32, grifo nosso).

Acrescente-se, ainda, o fato de que o ME é formado por entidades representativas de estudantes de nível médio, técnico e superior com presença em todo território nacional ou coletivos estudantis, essa militância para Mesquita (2003) que se diferenciam em relação aos posicionamentos político-ideológicos, condições de acesso a direitos sociais e educação, levando para as instituições de ensino novos debates, pautas de lutas e práticas militantes que, por vezes, entram em conflito com as organizações de representação estudantil tradicionais e com o poder constituído no âmago das instituições de ensino.

Decorre disso que a “juventude” não possui um caráter homogêneo, nas palavras de Sanfelice (2013, p. 70). “[...] não há uma única juventude local, regional ou mundial. Não há, portanto, movimento jovem ou dos jovens tomados em uma forma abstrata. Mas com certeza, há movimentos da juventude das periferias, dos centros urbanos, das juventudes das classes médias, da juventude burguesa[...].” Daí resulta a já mencionada pluralidade interna do movimento que agrupa juventudes que se distinguem, deste modo Mesquita (2003, p. 120, grifo nosso) afirma que analisar o ME é:

[...]analisar um movimento plural, capaz de se expressar através de vários grupos que se potencializam no cotidiano da condição estudantil. **Poderíamos afirmar que este não se limita as suas organizações estudantis e formais, mas se manifesta na própria dinâmica de criação de interesses e pautas que transformadas diariamente pela realidade estudantil, pelas relações universitárias e pela sociedade civil pode ser capaz de mobilizar os estudantes.** Assim, acreditamos que não exista um movimento estudantil unitário, mas movimentos estudantis que se inter-relacionam e se intercruzam.

Nesse quadro, emerge o debate sobre a visão norteadora das demandas que se incorporam nas pautas das lutas estudantis, já que os movimentos estudantis não se ordenam em volta de uma única perspectiva política e ideológica. Isto posto, eles podem se alinhar às pautas progressistas, conservadoras ou corporativistas, para o autor:

[...] da mesma forma que nem todo movimento social é de esquerda, nem todos os movimentos estudantis têm caráter transformador (ou radicalismo absoluto como chegou a ser mistificado de forma equivocada), adquirindo, muitas vezes, esse caráter quando a esquerda está no poder num marco mais amplo, como é o caso atual de muitas lutas estudantis de direita [...]. (Bringel, 2012, p. 32).

De fato, Ferraro (2011) destaca que as tendências ideológicas no ME, podem se compor em torno dos interesses associados às classes dominantes ou dominadas. Observa,

ainda, que esses interesses são atravessados por uma expressiva pluralidade de posições políticas de esquerda e de direita que influenciam o teor das manifestações, as reivindicações e os projetos defendidos por esse movimento.

De acordo com o autor Martins Filho (1987), o movimento estudantil não detém uma única forma de atuação e de concepção política durante o decorrer de toda a sua história. Observa, além disso, que a visão de um estudante como agente defensor das camadas menos favorecidas não passou de uma “mitologia” estudantil e que é preciso superar a ideia de que o estudante no Brasil sempre esteve ao lado da classe trabalhadora em todas as suas lutas, evidenciando, assim, a necessidade de realização de uma análise histórica concreta para atingir uma compreensão de suas distintas práticas em conjunturas diferenciadas.

Já afirmei anteriormente a impossibilidade de conferir ao movimento estudantil um caráter invariável e imutável. Diante das considerações acima, coloca-se com ainda mais força a importância da análise histórica concreta para a compreensão dos objetivos e práticas da participação universitária. (Martins Filho, 1987, p.30).

Já Poerner (1979) em seu livro *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros* é um dos estudiosos a pensar a “categoria estudantil” como símbolo de “resistência política.” Para o autor, o estudante, é parte de “[...] uma juventude rebelde, nacionalista e consciente que deve ser enaltecidada pelo engajamento histórico que desempenha em prol da democracia e da resistência civil [...]” (Poerner, 1979, p.23). O autor, por sua vez, comprehende o “jovem” e o “estudante” incorporado nesta categoria permanente das lutas sociais travadas no país.

Mais que isso, o jovem de Poerner (1979) é vanguarda nacional de todos os processos democráticos e nacionalistas. A construção de sua obra é provido de muitos dados, fatos e evidências que procuram exprimir o protagonismo do estudante na sociedade brasileira. Contudo, Silva (2016) observa que a categoria “jovem” e “estudante” contém um elemento quase mítico, principalmente na perspectiva do autor alçar o estudante a condição de “oposicionista nato.”⁵⁸

A força da juventude perpassa o tempo e mantém sua vitalidade contra a tirania e o caos político. **Sua visão, neste caso, é essencialista: o jovem mantém sua combatividade no tempo, a despeito do aspecto contextual e das particularidades de cada época.** Tampouco é considerada a infinidade

⁵⁸ Esse “oposicionismo nato” se explicaria pela condição específica do estudante brasileiro: primeiramente, tem que passar pelo processo altamente excludente do vestibular, para depois ingressar numa universidade arcaica, gerando uma unânime decepção no primeiranista; o estudante percebe, então, que a universidade arcaica é um reflexo da estrutura arcaica do País – “precisamos renovar a estrutura para que a Universidade também se renove.” (Poerner, 1979).

de diferenças entre jovens de classes sociais distintas ou pertencentes às mais variadas origens étnicas. Todos os estudantes parecem ter algo em comum: o espírito combativo. (Silva, 2016, p.269).

Sublinhamos que, historicamente, o movimento estudantil vinculado às entidades organizativas como a UNE buscava articular demandas pela educação com pautas que contestaram o Estado e suas políticas. No entanto, houve cenários em que os jovens expressaram posicionamentos políticos alinhados aos interesses da classe dominante. Cabe aqui, destacarmos a chamada “[...] fase de domínio direitista da UNE” (Poerner, 1979, p. 182). Logo, o enaltecimento do jovem como protagonista da história homogeneizou a imagem do estudante, como se “juventude” fosse sinônimo de engajamento político de forma quase universal.

Dessa forma, a direita estudantil pouco é expressada na narrativa do autor. Quando aludida, a direita é correlacionada ao pior momento da história da UNE. Em conformidade com as autoras Braghini e Cameski, (2015, p.946) “Fosse para fazer empecilho e contraponto aos movimentos estudantis contrários à ditadura, fosse atuando de formas “modelares”, por meio de comportamentos considerados ‘aceitáveis’, pudemos perceber que, oculto e apagado, esse movimento também teve um passado para ser historicizado.”

Hilsdorf e Peres (2009) analisaram os estudos históricos sobre a juventude entre 1999-2006. Segundo esse levantamento, há uma concentração de estudos sobre a década de 1960-1970, dando ênfase aos aspectos ligados ao movimento estudantil. O foco dos trabalhos **está centralizado na atuação política dos estudantes contra o autoritarismo militar**, desconsiderando tanto o aspecto “estudantil” do movimento, quanto a existência de grupos juvenis que se posicionassem a favor do governo militar. Além disso, as pesquisadoras apontam para um bloco de análises que formaliza uma **imagem monolítica dos estudantes, como se todos eles fossem rebeldes e militantes, desconsiderando a existência de um contingente juvenil que não se manifestava nas ruas ou, simplesmente, se comportava de outras maneiras.** (Braghini; Cameski, 2015, p.947, grifo nosso).

Abramo (1994) nos adverte que, no Brasil, o interesse da sociologia voltou-se aos estudos sobre a juventude somente a partir da década de 60, como consequência das mudanças sociais que fizeram com que esse grupo tivesse mais expressividade, caracterizados por sua origem na classe média e por se beneficiar das novas opções que a sociedade moderna oferecia, como o acesso à universidade. Esses estudos tiveram como foco principal a participação política do jovem através do movimento estudantil. Martins Filho (1987) assinala que esses jovens universitários, seriam oriundos, principalmente, da classe média, decorrente da expansão do ensino superior a partir do segundo governo Vargas.

Como componentes oriundos dessa classe, os “estudantes” expressam a sua própria ambiguidade, divididos entre posições políticas mais à esquerda e mais à direita. Há que se esclarecer, como ressalva, as autoras Braghini e Cameski, (2015, p.957-958, grifo nosso) que:

[...] Existiam jovens dispostos a atitudes pouco progressistas ou totalmente reacionárias. **O conservadorismo não é uma característica adstrita aos mais velhos.** Nem todos os estudantes pareciam dispostos a defender os atos revolucionários de vertente socialista. Não faziam coalizões com os estudantes que tinham em Fidel e Che Guevara, exemplos de líderes históricos. **Mesmo que houvesse consenso em benefício de causas consideradas maiores, como a melhoria do ensino público, havia discordância quanto às formas de reivindicação.** Uma tendência juvenil desqualificava as manifestações de rua; desdenhava da juventude rebelde; concentrava as suas perspectivas para as ações que estivessem ligadas à rotina estudantil mais imediata e, por fim, como sonho futuro, vislumbravam muito mais o desenvolvimento nacional como resultado do trabalho.

Neste cenário, ressaltamos que a contextualização histórica do ME, institucionalizado nas principais entidades representativas, indica que as reivindicações sofreram variações de acordo com a conjuntura social e política brasileira. Assim, a ascendência da classe média às universidades nesse período expõem que muitas das reivindicações do movimento refere-se aos interesses de sua classe de origem, uma vez que, como sendo as primeiras gerações dos grupos médios a alcançarem ao nível de ensino superior, trazem consigo a esperança de sua família, e numa proeminência maior, de seu círculo social, de ascender seu status e nível de vida através de sua formação. (Martins Filho, 1987).

A partir desse quadro Bringel (2009, p.102-104) história que esse movimento social é carregado de especificidades e particularidades responsáveis por caracterizar e criar sua forma e conteúdo apresentando como insígnias:

o curto prazo das suas lutas, que dificulta a construção de uma identidade coletiva profunda, pois as lutas são marcadas pelo ritmo do ano letivo acadêmico e pela dinâmica de transição de estudantes, que rompe com a sequência das ações coletivas (dependendo da conjuntura e da política pode existir lutas de médio ou longo prazo); a falta de uma organização concreta, pois pode contar com diferentes graus de estrutura e organicidade; a predominância de membros da camada média brasileira que o diferencia dos movimentos populares; a habitual convergência de militantes que atuam em outros movimentos sociais (negro, feminista, etc.) com as ações do ME; a variação ideológica interna, que pode fazer o movimento oscilar entre uma radical esquerda ou uma radical direita, fazendo com que nem todas as lutas sejam de caráter transformador; e as reivindicações que podem oscilar entre o caráter interno, defendendo apenas demandas que são imediatas aos estudantes, e entre o caráter externo, quando as lutas vão além das demandas internas, atingindo discussões de maior alcance político e social.

Contudo, segundo Fonseca (2008, p.32) “[...] a transitoriedade é uma característica quase que exclusiva do ME. Devido à alta rotatividade das lideranças e participantes, o movimento estudantil tem extrema dificuldade na transmissão de sua cultura, isto é, de sua história, seus métodos de organização e suas pautas.” Nessa linha, Bringel (2012, p. 81) analisa que “[...] a renovação constante de quadros militantes é um fator impeditivo do acúmulo de experiências de outras lutas, que o autor chama de ‘capital militante’ [...]”

Acentua, ainda o autor que frequentemente, os membros do ME pertencem a outros movimentos sociais ou partidos políticos, uma vez que a transitoriedade é um impeditivo para a formação de uma identidade coletiva profunda dentre os estudantes. Isso acaba por fragmentar o próprio movimento em grupos menores ligados a questões específicas, que podem convergir ou divergir entre si, a depender da conjuntura.

O movimento estudantil constitui os temas que, de início, tornaram Marialice Foracchi⁵⁹ afamada, especialmente após a publicação, em 1965, da sua obra intitulada “*O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*,” a autora busca aprofundar a análise para além do que é aparente nas movimentações estudantis assim evidencia que um de seus objetivos é “[...] desvendar tanto aquilo que nas representações dos estudantes surge como motivo real da ação, quanto aquilo que, no contexto da situação global, impõe-se, objetivamente, como o resultado da ação” (Foracchi, 1965, p. 4).

Para esse intuito, o seu primeiro movimento é a caracterização sociológica do estudante, a partir daí analisa o ME. A tese central da socióloga é que o ME está imerso na luta de classes e representa a sua classe de origem, a classe média⁶⁰.

[...] Uma das principais tarefas da abordagem sociológica é, pois caracterizar o conjunto de mecanismos e processos que presidem à constituição do estudante como categoria social. Isto significa que o estudante deve ser focalizado tanto em termo das condições sociais que balizam o seu

⁵⁹ A temática da Juventude e do Estudante Universitário compõe uma particularidade da produção intelectual da socióloga considerada clássica que muito se deve a essa forma de construir e mobilizar sociologicamente o objeto de análise. O estudo em destaque corresponde à Tese de Doutorado de Foracchi, defendida no ano de 1964 e publicada em 1965. Nela, as concepções de família, classe social, trabalho, socialização, ideologia, mobilidade social, entre outras, são articuladas conferindo originalidade à interpretação do alcance social e político do movimento estudantil universitário no início dos anos 1960 e no pós-1968. Além disso, a análise acompanha e enfrenta tensões fundamentais da sociedade brasileira do período, como aquelas que antecederam o Golpe de 1964 e as que se desdobram ao endurecimento do Regime Militar, no final dos anos 1960. (Augusto, 2005).

⁶⁰ A classe média é, para a autora, uma classe social intermediária entre a classe dominante (burguesia) e as classes oprimidas (proletariado e campesinato). É esta posição intermediária que possibilita a identificação da classe média com as classes mais oprimidas, identificação esta que se dá pela condição (de ambas as classes) de assalariada, insegurança permanente (diante das posições adquiridas) e pela dificuldade que a classe média tem em romper com a classe dominante. Todavia, Foracchi (1965) não descarta a possibilidade de um engajamento da classe média com a classe dominante, por conta da aspiração da classe média à burguesia. A esta condição Foracchi chama de condição ambígua da classe média, sendo esta uma característica muito forte no movimento estudantil, pela análise da autora.

comportamento, vinculando-o à ordem social existente, quanto em termos das modalidades possíveis de ampliação do seu horizonte de ação. [...]. (Foracchi, 1965, p. 3).

Para Foracchi (1965), a relação estabelecida entre as duas dimensões temporais que demarcavam a vida de estudante presente e futuro, evidenciando as perspectivas e as alternativas disponíveis para as trajetórias juvenis, já naquele momento constituía um ponto a ser realçado, considerava também que as relações de classe representam objetivamente “[...] os padrões de pensamento e de experiência inerentes ao estilo de convivência da sociedade moderna[...]” Foracchi (1965, p. 66), avaliando como constitutivos do comportamento e das ações estudantis, os vínculos entre o estudante universitário estrato focalizado e a classe média.

Por esse motivo, a noção de classe aparece como forte suporte para a análise em seus escritos. “Menos do que uma etapa cronológica da vida, menos do que uma potencialidade rebelde e inconformada, a juventude sintetiza uma forma possível de pronunciar-se diante do processo histórico e de constituí-lo.” (Foracchi, 1965, p. 303).

Desse modo, ao trabalhar com uma caracterização classista do ME e dos estudantes, a socióloga pauta, para esse objetivo, o vínculo familiar e o projeto de carreira como eixos de sua análise. Ao tentar aparta-se do que designa como “mitologia do movimento estudantil”, que corresponde a “[...] todo o arcabouço teórico que se estabelece através da autoimagem do ME, não se aprofundando numa caracterização mais concreta dos interesses e consequências das movimentações estudantis.” (Foracchi, 1965, p. 4).

Isto posto, nos conduz a ênfase da análise dos seus estudos que se concentra na origem de classe. Desse modo, ela observa que ao reagir contra a influência conservadora sobre as universidades “[...] os estudantes estão tentando desatar os vínculos que prendem sua camada de origem a este tipo de ingerência conservantista e indicando, de certo modo, as potencialidades ‘revolucionárias’ da situação de classe em que se encontram.” (Foracchi, 1965, p. 224).

Já em sua obra intitulada “*A juventude na sociedade moderna*” (1972), em que propõe-se a “[...] analisar, sociologicamente, a rebeldia da juventude, como manifestação da crise da sociedade moderna, na forma predominante de que o fenômeno se revestiu que é o movimento estudantil.” Foracchi (1972, p. 11), desenvolve ao longo de seus trabalhos, a noção de “juventude” que se constituiria como categoria histórica e social por intermédio do movimento de juventude. Nessa perspectiva, para a autora compreender a juventude como categoria social específica, em um processo “geracional” é essencial, para analisar suas atitudes no meio social. Concebendo o ME como um específico movimento social da modernidade, que se constitui

como um dos movimentos de juventude, e que detém especificamente a atuação e presença de jovens estudantes. (Foracchi,1972).

Como a própria autora esclarece, ser jovem na sociedade moderna é mais do que uma condição, é resultado de um processo social-histórico. É parte de uma expansão temporal da vida pré-adulta, ultrapassado o momento de infância e de adolescência. Esta tensão juvenil não pode ser simplesmente qualificada pela questão de faixa etária, ou geracional: “A noção de juventude impõe-se como categoria histórica e social, no momento em que se afirma como produto histórico, isto é, como movimento de juventude.” (Foracchi,1972, p. 12).

Em seus estudos sobre a juventude, Foracchi (1972) caracteriza o ME como resultado de três fatores. O primeiro abordado pela autora seria a necessidade da expressão do descontentamento do jovem sobre o comportamento imposto pela vida adulta, rejeitando padrões sociais através da identificação com outros jovens que veem a possibilidade de organização para manifestar sua opinião.

Já o segundo fator, corresponde à dificuldade de identificação dos jovens à universidade em crise, que já não atende às necessidades de formação, fazendo com que o jovem encontre espaço para manifestação de suas insatisfações em grupos estudantis organizados, que acabam sendo responsáveis pela formação política, complementares à instituição.

Enfim, o terceiro fator, corresponde à preocupação do jovem com a carreira profissional, manifestada diversamente pelas diferentes áreas do conhecimento, sendo que os cursos voltados à ciência e tecnologia como os cursos da saúde demonstram maior preocupação com o avanço da formação por serem áreas que apresentam possibilidade imediata de inserção no trabalho; já as áreas humanísticas, culturais e literárias, em que a inserção no trabalho é mais difícil, ou, muitas vezes, demorada, as manifestações estudantis podem se apresentar de forma mais contestadora sobre a formação ou incentivar a permanência do jovem por mais tempo na condição estudantil e juvenil.

O ingresso na universidade e a participação da vida universitária abrem novos horizontes ao jovem, e muitos de seus dilemas, críticas e concepções de mundo agudam um novo momento de crise. Desta forma, o ME, com suas entidades representativas de base como o Centro Acadêmico (CA), DA, DCE e UNE são os espaços grupais juvenis institucionais e organizados que se apresentam como uma oportunidade de participação da vida acadêmica e de possibilidade, ou não, de contestação dela.

Todavia, entende-se que estão inseridas no mesmo processo histórico, em uma mesma perspectiva juvenil perante a sociedade, podendo tomar atitudes políticas distintas de acordo,

ou não, com seus interesses de classe diante da conjuntura apresentada. Logo, a diversidade de posições políticas entre os estudantes se deve a dois elementos, primeiramente por ser uma categoria social cujos sujeitos têm origens de classe diferenciadas e o segundo porque, no contexto analisado, a maioria dos estudantes é oriunda da classe média, cuja posição é historicamente ambígua.

Sobre o ME, João Roberto Martins Filho, em suas obras (1996a, 1996b, 1987)⁶¹, traça uma análise sociológica quando se preocupa em esclarecer as razões para o movimento e as relações de seus integrantes com outras esferas sociais nas quais, inevitavelmente, também estão inseridos, ou seja, conferindo-lhes um caráter de classe, ainda que a própria autoimagem do estudante a rejeite. Da mesma forma, o autor justifica que é preciso levar em conta o duplo caráter dessa condição de estudante – jovem, e de classe média para compreender-se o ME.

Aqui, cabe destacar que o sociólogo Martins Filho (1987) em seus estudos sobre os estudantes, apropria-se da formulação de *categoria social* de Nicos Poulantzas (1973) na qual, segundo o autor, “[...] estaria ligada às origens de classe de seus membros (*adscrição de classe*), ou seja, não está nem à margem das classes, nem se confunde com elas, o que não significa submissão político ideológica. Existe, na categoria social, uma espécie de autonomia relativa, resultado da sua vinculação com os aparelhos de Estado.” Poulantzas (1973, p.25). Desse modo, para examinarmos o ME, teríamos de nos remeter à origem de classe dos estudantes, mas atentando para as vinculações desses com o Estado através da escola e, portanto, a sua autonomia relativa.” (Martins Filho, 1987).

Em suas análises, Martins (1987) aborda o equívoco tanto em considerar-se a radicalidade do estudante fruto prioritariamente dos conflitos geracionais⁶² característicos da juventude, quanto ignorar que, para esses jovens de classe média, o momento da juventude é aquele em que projetam a sua inserção na sociedade, por meio da aspiração a uma carreira, ou

⁶¹ João Roberto Martins Filho, em sua obra Movimento estudantil e ditadura militar (1964 - 1968). Martins atencioso leitor das obras de Foracchi não retém apenas, ao analisar o movimento estudantil brasileiro entre 1961 e 1968, nos seus trabalhos a categoria estudantil no Brasil, como também os resultados obtidos pela autora ao operar com essa categoria na pesquisa sociológica. Esta indica que, em 1955, aproximadamente 75% dos estudantes universitários paulistas são filiados à classe média. Utilizando dados recolhidos da bibliografia posterior, Martins sustenta a validade dessa conclusão também para a década de 60: em 1965, aproximadamente 80% dos universitários paulistas seriam filiados à classe média. (Saes, 2015).

⁶² Esta tese do conflito entre gerações tem que ser reavaliada em um contexto sociológico, considerando as gerações, coortes ou estágios da vida (incluindo a juventude) como criações socioculturais sustentadas por valores e instituições sociais. Não se deve considerar a juventude como naturalmente propensa à revolta, assim como não se deve conceber a maturidade biologicamente propensa ao conformismo. Essa contradição momentânea, jovens revoltados versus adultos conformistas, que se observou realmente naquela época, passou a sustentar um mito da relação jovem/adulto que é ainda hoje presente. Contudo, esta contradição era fruto de contextos socioeconômicos e culturais definidos. A experiência geracional dos que eram adultos em meados daquela época, principalmente os das classes médias, criou expectativas e visões de mundo muito diferenciadas das interpretações construídas pelos jovens universitários. (Groppo, 2022, p.33).

seja, a um papel específico na organização do trabalho na sociedade. As transformações identitárias alusivas aos significados de “ser estudante” e “ser trabalhador” do mesmo modo surgem com mais perceptibilidade.

Logo, os tensionamentos historicamente erigidos e expressos entre capital e trabalho, começam a elaborar reflexos sobre a mobilização coletiva fomentada pelos movimentos jovens, que agora tem que gerir os discursos pragmáticos e imediatos pertinentes a demanda e aspirações dos estudantes. (Groppi; Zaidan Filho; Machado, 2008). Entretanto, Foracchi (1972) observa que o movimento dificilmente consegue alcançar a totalidade dos estudantes em sua estrutura de organização e participação, mas consegue o apoio da maioria segundo a capacidade de mobilização das lideranças e militantes, em alguns momentos de crise e manifestação, sofrendo por isso momentos de fluxo e refluxo em sua trajetória.

Por fim, as reflexões tecidas até aqui visam ressaltar uma das características desse movimento que é sua composição juvenil, em sua maioria universitários, com formas específicas de representação e organização e reivindicações próprias do grupo e da realidade de classe da juventude universitária, grupo que deve ser compreendido para aproximação e compreensão do fenômeno, o ME. “Menos do que uma etapa cronológica da vida, menos do que uma potencialidade rebelde e inconformada, a juventude sintetiza uma forma possível de pronunciar-se diante do processo histórico e de constituí-lo.” (Foracchi, 1965, p. 303). E assim retomamos a canção coração de estudante colocando em cena a UNE em nossa próxima seção “[...] Já podaram seus momentos, desviaram seu destino, Seu sorriso de menino, tantas vezes se escondeu. Mas renova-se a esperança, Nova aurora a cada dia, E há que se cuidar do broto pra que a vida nos dê flor e fruto.”

5.1 Em Cena a União Nacional de Estudantes (UNE): desafios e lutas de uma geração.

Na história do Brasil, tem sido fundamental a atuação dos estudantes nas lutas políticas e sociais já que sua história tem como marco o seu poder de mobilização, organização, luta e resistência em defesa do país, conforme Sanfelice (1986, p.11) “A UNE durante os anos de sua existência, assumiu diferentes posições face aos momentos conjunturais da história do Brasil e, em alguns momentos de sua própria, teve relevante papel de liderança no movimento como um todo.” Fundada em 1937, torna-se porta-voz com autoridade e representatividade junto ao movimento estudantil, ao Estado, aos governos e na relação com a sociedade civil.

O seu reconhecimento só ocorre em dezembro de 1938 durante o 2º Congresso de Estudantes. De acordo com Fávero (1999, p.18) “[...] nele fica demonstrada a necessidade e a

urgência de ser criada oficialmente uma entidade, congregando os estudantes.” A memória dos seus feitos revela a importância dessa entidade nas lutas estudantis em escala nacional; tanto aquelas voltadas para questões específicas do ensino, quanto as guiadas por motivações políticas (Martins Filho, 1981). Por consequência, sobretudo a UNE não foi isentada pelos golpistas em 1964 nem pelo regime civil-militar. Com a intenção de entender este processo, passemos a discorrer sobre as lutas estudantis no início dos anos 1960 até o golpe de 1964.

Apesar de reconhecida oficialmente pelo presidente Getúlio Vargas como a única entidade de representação estudantil a nível nacional e ligada por decreto ao ME, desde do início a UNE, preocupou-se em tomar posição e influir nas discussões relativas aos grandes problemas nacionais, de modo especial, no que diz respeito à educação. Essa preocupação, sem dúvida, aplicava-se ao contexto histórico brasileiro, cujo sistema educacional tinha um papel bastante definido: o de expressar princípios fascistas, já que o país vivia sob a égide do Estado Novo e vários de seus dirigentes já haviam se declarado partidários do fascismo.

A UNE, no entanto, realiza, em 1942, sua primeira campanha de grande alcance, que teve por objetivo pressionar o governo brasileiro para que declarasse guerra às potências nazifascistas. Nos anos seguintes, passou a lutar pelo fim do Estado Novo e pela redemocratização do país. A queda do governo Vargas em 1945 resultou das grandes manifestações pela anistia realizada em vários pontos do país. Dentro das faculdades, professores e alunos se irmanaram na defesa da liberdade e na restauração do regime democrático. Em 1947, a UNE colocou em cena, de maneira bastante objetiva, a questão do nacionalismo, ao iniciar a campanha que, sob o título “o petróleo é nosso”, mobilizou a opinião pública nacional. Sobre o feito os autores Romagnoli e Gonçalves (1979, p.14) afirmam que: “[...] essa mobilização seria responsável pela criação da Petrobrás.”

Esse período, que data de 1947 a 1950, marca a ascensão dos estudantes socialistas com o apoio dos comunistas na direção da UNE, mas as forças de direita se organizaram e conquistaram a presidência da UNE em 1951. Com o apoio do Departamento dos Estados Unidos, que criou a Coligação Acadêmica (CAD), essa ala direitista ocasiona o esvaziamento do ME, conhecida como “a fase negra” da UNE. Somente a partir de 1956, a esquerda assume a liderança no movimento estudantil nacional, consolidada pela aliança que se estabelece entre católicos e marxistas da UNE para evitar o retorno da direita a direção daquela entidade. A essa nova gestão Poerner (1979, p.14) refere-se como “[...] fim do período negro da UNE, dando início à recuperação democrática da entidade.”

Embora nesse primeiro momento o ME convivesse com diversas tendências políticas na direção das entidades estudantis, União Estadual de Estudantes (UEE) e DCE, os socialistas

e comunistas perdem espaço para a liderança católica representada pela JUC que constituía um dos ramos de apostolado da Ação Católica Especializada (ACE). Souza (2006) observa que a “Ação Católica” para chegar a se estabelecer como movimento da Igreja Católica, trilhou um longo caminho e sua expressão universal foi assumida dentro do pontificado de Pio XI.⁶³

A Ação Católica no Brasil foi marcada por dois momentos distintos. O primeiro, com a chamada Ação Católica Geral (de 1932 a 1950), e o segundo momento, a Ação Católica Especializada (de 1950 a 1960). A Ação Católica Especializada e os seus grupos JAC (Juventude Agrária Católica), JUC (Juventude Universitária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica) e JOC (Juventude Operária Católica) percebemos o início de um novo modelo de pastoral com os jovens. A Pastoral de Juventude herdou muita coisa deste período, como o método Ver-Julgar-Agit; uma prática transformadora a partir da realidade; a descoberta da dimensão política da fé; o protagonismo dos jovens e a presença do Deus Libertador nas lutas do povo. (Souza,2006, p.50, grifo nosso).

A UNE entra em nova fase de sua história, elegendo para a presidência da entidade o jucista Aldo Arantes. Vale observar a expansão da atuação preponderante da JUC, conforme estudo realizado por (Souza,1984) nas informações representadas na tabela 11 a seguir.

Tabela 11 – A JUC em cursos superiores, Brasil (1950-1960).

| ANO | CIDADES COM CURSOS UNIVERSITÁRIOS | CIDADES COM JUC | % |
|------|-----------------------------------|-----------------|--------|
| 1950 | 45 | 13 | 28,9 % |
| 1952 | 49 | 18 | 36,7% |
| 1955 | 61 | 28 | 45,9% |
| 1957 | 71 | 35 | 49,3% |
| 1958 | 75 | 37 | 49,3% |
| 1960 | 88 | 52 | 59,1% |

Fonte: Souza (1984, p.90).

⁶³ Pio XI é conhecido como o “papa da ação católica” e o “papa das missões”. Estes serão os dois eixos que acompanharão o pontificado de Pio XI. Neste enfrentou o final do século XIX e início do século XX, com o terrível pós-guerra que abalou o mundo ocidental. Foi um período de profundas transformações econômicas, políticas e sociais: por um lado temos o crescimento dos estados liberais que veio associado ao desenvolvimento do capitalismo, com o avanço das indústrias e a urbanização das cidades; por outro lado temos a marginalização da classe operária e o crescimento da pobreza, especialmente nos grandes centros que possibilitou o avanço das ideias socialistas e comunistas. Todas essas mudanças terão suas repercussões na Igreja Católica que, desde o século XVIII, em consequência da difusão das ideias liberais e iluministas, vinha perdendo a sua hegemonia na sociedade. (Souza,2006).

Os dados acima, segundo Souza (1984), revelam que a presença universitária católica era bem significativa nas IES da época, num processo de crescimento entre os anos de 1950 e 1960, variando entre 28,9% e quase 60% dessas instituições. Mas, devido ao processo de radicalização política que a JUC imprime em sua ação, agravam-se as tensões e crises com a CNBB. “Pouco depois, a esquerda católica rompe com a hierarquia da Igreja e funda a Ação Popular (AP), daí em diante a principal organização do movimento estudantil brasileiro.” como aponta Martins Filho (1998, p.15).

Seu surgimento ocorre num momento muito favorável, tanto no plano político nacional quanto no plano estudantil. A AP assinalaria presença intensiva no meio estudantil, tendo visibilidade em suas fileiras, fundamentalmente na cidade de São Paulo e na UNE, em que elegeu dez presidentes. (Silva,1987).

É nessa década que a universidade começa a crescer aceleradamente, caracteriza Groppo (2008, p. 93), “[...] crescimento que atingiria o auge nas décadas seguintes, demonstrando que a ‘democratização’ das universidades nos anos 1960 era apenas o início de um processo de multiplicação das vagas e proliferação dos cursos superiores.” Sobre esse processo de crescimento Siqueira (2011, p.314-315, grifo nosso) relata que:

A partir da década de 1960, o número de universidades no Brasil aumentou consideravelmente, bem como o processo de federalização dessas instituições. Mesmo com o aumento de vagas e de cursos oferecidos, a procura foi bem superior, em virtude do crescimento populacional das cidades e da consolidação de uma classe média urbana, causando crescente tensão no meio estudantil secundarista que desejava ingressar na universidade [...].

Diante dessa conjuntura, segundo Sampaio (1991) torna-se oportuno examinar a universidade brasileira em termos de seu crescimento e expansão mostrada na tabela 12.

Tabela 12 - Evolução das Matrículas no Ensino Superior - Brasil (1940- 1960).

| ANO | TOTAL DE MATRÍCULAS | % DE CRESCIMENTO |
|------|---------------------|------------------|
| 1940 | 27.671 | --- |
| 1950 | 48.999 | --- |
| 1954 | 64.645 | --- |
| 1955 | 72.652 | 12% |
| 1956 | 78.659 | 8% |
| 1957 | 79.505 | 1% |
| 1958 | 84.481 | 6% |
| 1959 | 87.603 | 4% |
| 1960 | 93.202 | 7% |

Fonte: Levy (1986 *apud* Sampaio,1991).

Acerca dos dados acima apresentados, Sampaio (1991, p. 14, grifo nosso) esclarece que esse processo do crescimento de matrículas “[...] não significa que houve uma expansão intencional do sistema; o que estava ocorrendo nesse período era antes um ajustamento entre a demanda crescente dos setores médios, produto do processo de desenvolvimento urbano-industrial, em um modelo de ensino superior que, longe de ser único, estava processando sua própria diversidade.”

O país vivia numa fase de ebulação social resultante das intensas manifestações em favor das reformas de base, que partiam de diferentes setores: camponesas reivindicavam a reforma agrária; estudantes protestavam contra a política educacional; trabalhadores urbanos começavam a exigir melhores condições de trabalho. Como se vê, “[...] intensificou-se a mobilização popular tanto no campo quanto nas cidades. Sindicatos e outras organizações de trabalhadores multiplicaram-se por todo o país. ‘Reformas de base’ era a palavra de ordem de muitas dessas organizações e de grande número de manifestações públicas.” (Piletti, 1996, p.284). Este quadro é importante para entendermos o movimento de massas, em geral, e a participação da juventude no ME.

Sob a direção da JUC, a UNE, no período pré-64, impulsionou a sua participação na vida nacional: mobilizou uma grande campanha nacional contra a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que postulava o fortalecimento da escola privada e reduzia o dever do Estado para com o ensino público e gratuito; participou intensamente da campanha pelas reformas de base; organizou 3 seminários, onde pela primeira vez, formula opinião sistemática sobre a situação universitária; promoveu greves que atingiram a maior parte das universidades brasileiras.

Porém, Groppo (2008, p. 95), ressalva que “[...] enquanto a UNE e as entidades estudantis ingressavam na Campanha da Reforma Universitária, o Congresso Nacional discutia e aprovava em 1961 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)”, a qual foi amplamente condenada pela UNE através dos documentos Carta da Bahia (1961) e Carta do Paraná (1962) resultantes dos Seminários Nacionais realizados pela entidade.

Quanto aos seminários supracitados, a autora Foracchi (1972) descreve que eles tinham como tema a Reforma Universitária, que vinha sendo discutida em toda América Latina.⁶⁴ Além disso, evidencia que a UNE e a União dos Estudantes da Bahia, promoveram o

⁶⁴ “É dos fins do século XIX o início da movimentação pela reforma universitária nas universidades dos países hispano-americanos: desde 1899, professores peruanos reivindicavam a renovação do ensino. Os estudantes não ficaram atrás. Em 1908, realizou-se em Montevidéu o 1º. Congresso de Estudantes Latino-Americanos [...]. Reivindicou-se, aí, a substituição das aulas-conferências por seminários; a abolição dos exames; a participação dos estudantes na direção das universidades; a preparação especial para a carreira do professor; a instituição da

1º Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, na Bahia em maio de 1960, o evento contou com o contributo de delegações de todas as Uniões Estudantis Latino-Americanas. Conforme (Cunha,1989), sua inspiração mais antiga é a Carta de Córdoba (1918)⁶⁵, dentre outros documentos nela principiados. Em relação a reforma de Córdoba, sublinhamos que, pela primeira vez na América Latina, temos a inserção dos estudantes no debate da função e missão de uma universidade. Como acentua Mesquita (2006, p. 65, grifo nosso).

A experiência de Córdoba, certamente, foi paradigmática para o movimento estudantil latino-americano. As consequências dessa luta ressoaram em vários outros países, sob diferentes formas e tempos. **A concepção de representatividade estudantil na gestão da universidade, a criação de entidades estudantis institucionalmente formalizadas, entre outras, serão algumas das heranças deixadas por este movimento em alguns países latino-americanos.**

A particularidade desse evento, serviu de instigação para que, em 1961, o ME se debruçasse nas antecedentes reivindicações de reforma em nosso país. Como afirma Cunha (1989, p.207) “[...] uma das principais bandeiras que animou o ME nos primeiros anos dos sessenta foi lutar pela reforma universitária que democratizasse o ensino superior.” Nessa perspectiva, emergiu com intensidade o aceno para o 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária (SNRU), em Salvador, onde as entidades estudantis se reuniam para discutir a Reforma e os direitos dos estudantes, adotando como metodologia de trabalho, a execução e convocação desses eventos, como espaço de debates e estruturação de seu programa político, onde os estudantes “[...] representantes de vários estados trariam suas sugestões, problemas e críticas sobre os mais importantes assuntos relacionados ao meio universitário [...]” (Mendes Júnior, 1982, p. 63).

Daí formulou a “Declaração da Bahia”, classificada por Poerner (1979, p.195) como “[...] um dos mais importantes textos programáticos do Movimento Estudantil, equivalendo, em importância, ao que havia significado as conclusões do II Congresso Nacional de Estudantes durante o Estado Novo.” Já [...] Nas primeiras palavras deste documento, já se podia notar a

livre-docência. Logo após o término do congresso, o governo instituiu a representação estudantil na universidade, talvez a primeira iniciativa do gênero na América Latina.” Cunha (1989, p.209).

⁶⁵ Em 1918, [houve o] [...] nascimento da Federação Universitária Argentina [...]. Seu primeiro congresso foi realizado no mesmo ano, em Córdoba, sendo aprovada a Carta Magna da reforma Universitária, consagrando a expressão. A Carta de Córdoba, evocada durante décadas pelo movimento estudantil latino-americano, definia princípios gerais contra um regime administrativo, contra um método docente, contra um conceito de autoridade vigentes na universidade oligárquica e clerical”. (Cunha, 1989, p.210).

tendência da UNE a aprofundar sua visão crítica da universidade Brasileira. (Santana, 2007, p.26).

No seminário, os estudantes debateram a situação da universidade e formularam críticas estruturais. Uma primeira se referia ao elitismo da universidade. Apenas 0,2% da população brasileira à época tinha acesso ao ensino superior e o conhecimento produzido se distanciava dos setores populares. O elitismo estava no acesso à universidade e no tipo de conhecimento produzido não conectado com as demandas da maioria. Por fim, não havia democracia interna nas instituições. Os estudantes opinavam e influenciavam muito pouco nos rumos das decisões. Poerner (1995, p.213).

Em relação a esse documento, Fávero (1977) designa os conteúdos dos três fundamentos de debate do Seminário: Realidade Brasileira, Universidade no Brasil e Reforma Universitária.

Sobre a realidade brasileira, os (as) estudantes enxergam o Brasil como um país capitalista em desenvolvimento, com uma infraestrutura agrária e com uma economia que é dominada por grupos estrangeiros, principalmente pelos Estados Unidos. O documento propõe a criação de uma sólida indústria de base, reforma agrária e eliminação das disparidades regionais. Também defende a superação da economia liberal-burguesa para uma economia planificada que vise a satisfação das necessidades do povo, socialização de setores fundamentais da economia e eliminação do trabalho humano explorado pelo capital particular e pelo Estado oligárquico. Pinto (2010, p. 127).

De acordo com a autora Pinto (2010, p.128), o ME “[...] além de planearam suas análises acerca da conjuntura das universidades no país, efetuavam estudos e discussões que tinham por finalidade apontar diretrizes [...] de reformas necessárias e que deveriam conduzir as ações e demandas do movimento estudantil brasileiro.” Prossegue, ainda, a autora que, no referido evento, os estudantes expressaram sua indignação diante do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases, tramitado no congresso à época, nos artigos que cita sobre a participação estudantil na gestão da universidade.

As entidades criticavam o artigo nº 78 que afirmava a participação estudantil nos Conselhos Departamentais e Congregações das universidades, mas não definia o percentual desta participação, ficando em cargo das reitorias esta definição. Também rejeitavam a indicação do cargo de reitor pelo Presidente da República, reivindicando maior democracia interna e autonomia universitária.” (Pinto, 2010, p.128, grifo nosso).

No ano seguinte, no período de 20 a 27 de março de 1962, em Curitiba, é realizado o segundo SNRU. Considerando a importância de se aprofundar o tema da reforma universitária, o evento “[...] trazia como eixo os seguintes temas: *Fundamentação teórica da Reforma Universitária, Análise crítica da Universidade brasileira e Síntese final: esquema tático de luta*

pela Reforma Universitária [...]" (Fonseca, 2008, p.18) que resultou na elaboração da Carta do Paraná. Mantém a mesma linha anticapitalista do I Seminário, fazendo um aprofundamento na crítica à situação de dependência do Brasil ao contexto externo capitalista como gerador de desigualdades no país. Nestas contradições sociais e econômicas, o proletariado urbano e rural, somado ao estudantil, poderia tornar-se frutiferamente revolucionário. Era, portanto, a compreensão da missão histórica e revolucionária da universidade, como espaço de crítica, de manifestação do livre pensamento e da vanguarda na construção humanista da sociedade. (Pinto, 2010).

Após o II Seminário no final de 1962 os (as) estudantes seguiram para a luta direta pela Reforma Universitária, as práticas do encaminhamento tirado no seminário, referindo-se à realização de uma grande mobilização em nível nacional pela democracia universitária. E para tal modificação na obsoleta estrutura universitária, era compreendido como necessária uma greve geral de estudantes. (Mendes Júnior, 1981, p.66, grifo nosso).

Em 1963, um ano antes do golpe militar, o III SNRU referendou a Carta do Paraná. Nesse movimento, a principal deliberação foi reivindicar a representação estudantil nas instâncias de direção da universidade, visando “[...] alterar a composição dos órgãos de direção universitária, os colegiados, os conselhos e as congregações inserindo neles estudantes e funcionários com um percentual de voz e voto” (Araújo, 2007, p. 103).

O movimento ficou conhecido como “a greve de um terço”, pois era solicitada a paridade, representada pela porcentagem participativa de 1/3 dentre as três categorias da comunidade acadêmica (estudantes, professores (as) e técnicos (as) universitários) nos órgãos colegiados de direção das Faculdades e Universidades: nas congregações, conselhos universitários e nos conselhos técnicos. Paralisaram 40 universidades no Brasil (23 federais, 14 particulares e 3 estaduais) e colocou em debate a questão da universidade brasileira, ocasionando vários embates. (Martins Filho, 1998; Groppo, 2007). Representado na figura 7.

Figura 7 - Policiais e universitários se enfrentam durante "a greve do um terço."



Fonte: O Cruzeiro (1962).

Nesse incerto cenário de progressos e recuos, esta mobilização “[...] significava a possibilidade de os estudantes universitários conseguirem um instrumento de decisão nos órgãos colegiados das instituições de ensino superior, podendo participar da estrutura administrativa das escolas, e adquiriu ‘ares geracionais’ [...]’” Groppo (2007, p. 242). Além disso, contou com o componente artístico nos métodos de luta. Nesse momento, a UNE realizava grande atividade na área cultural, em conexão com o Centro Popular de Cultura (CPC) que levava teatro, cinema para os estudantes, com o objetivo político de levar proposições dos seminários às massas do ME, difundindo o teatro popular para aproximadamente cinqüenta mil pessoas (Mendes Júnior, 1981).

Na prática, a caravana da UNE-Volante visitou 250 faculdades em todo o país, realizando assembleias, atividades culturais e debates sobre a importância da reivindicação de 1/3, bem como reuniões com as lideranças para detalhar o plano de ação, e das “[...] propostas de intervenção dos estudantes na política universitária e na política nacional [...]’ envolvendo a ruptura com o subdesenvolvimento e a afirmação da identidade nacional do povo.” Ridenti (2014, p. 90). Tradição da entidade, a primeira UNE-volante foi realizada em 1962, com a liderança de Aldo Arantes, ilustrado na figura 8, transitou pelo país para tratar sobre uma reforma universitária no cerne das reformas de base propostas por Jango e levar o então recém-criado CPC para toda a federação.

Figura 8 - Primeira edição da UNE volante realizada em 1962.



Fonte:<https://www.une.org.br/noticias/nova-edicao-da-une-volante-vai-pautar-a-reforma-universitaria-pelo-brasil>

Ridenti (2014) detalha ainda que o CPC consubstanciou um movimento que envolveu artistas e ativistas dedicados em idear uma “cultura popular” no teatro, cinema, música e literatura. A realização dessas atividades artísticas lançaram sementes que muito contribuíram, segundo (Dick ,1990, p.35), “[...] para a formação do teatro político, para a música do protesto e para o cinema novo.” Do (CCP) surgiram, entre outros, Ferreira Gullar, Carlos Diegues e Geraldo Vandré.”

Esse grupo promoveu também discussões sobre cultura e educação popular às diversas regiões do país. Não obstante, apesar do vigor inicial desse movimento, a greve do 1/3⁶⁶ acabou derrotada e desgastando a entidade estudantil. Sobre o episódio, Groppo (2007) explana que em face do movimento e das proposições da reforma no âmbito das universidades e a reivindicação para implantá-las revelou-se o clima do conflito geracional, dado o enfrentamento estudantes versus professores e autoridades acadêmicas que replicariam contrapondo que “estudantes precisam é de estudar.”

⁶⁶O movimento estudantil não era homogêneo, pois a segmentação da sociedade em classes se denota prontamente no âmago da Universidade. A direita, divergente à greve do 1/3, hostilizou intensamente a UNE, com a abrangência de grande parte da imprensa, sobretudo o jornal *O Estado de São Paulo*. Denunciavam a UNE de ser um antrio de comunistas, apoiavam a intervenção militar e reiteravam que a Juventude Universitária Católica (JUC) era uma dissimulação para os comunistas se abrigarem na esfera da Igreja. A direita estudantil se acomodava, capitalmente, na chamada Frente da Juventude Democrática (FJD). (Araújo, 2007).

Esse fato, instaurou segundo Lima e Arantes (1984) um cenário díspar na história do movimento estudantil. Movida pelo entusiasmo com a polarização política que começava a dominar o País. A partir daí, a UNE e demais setores da sociedade organizaram uma série de projetos e campanhas de educação popular, com o firme propósito de contribuir para a conscientização do camponês e operário, principalmente na região Nordeste, através de vários movimentos, entre eles estão: o Movimento de Cultura Popular (MCP), nascido na experiência de Paulo Freire, que, mais que ensinar a leitura das palavras, conscientizava para uma leitura de mundo; o Movimento de Educação de Base (MEB); os CPC; a campanha “de pé no chão também se aprende a ler.” Estas experiências procuravam desenvolver a politização dos alunos, paralelamente ao processo de alfabetização.

Mas, com a instauração do Golpe Militar no dia 31 de março de 1964, as organizações civis e movimentos são abalados profundamente. Não foi diferente com os estudantes que se manifestaram contrários aos ideais daquele movimento de 64 e foram enquadrados como “subversivos”, isto é, “perigosos” para o momento político que então se vivia. Sobre esse fato, Arns (1985, p.132) observa que: “A UNE desempenhou expressivo papel na conjuntura de crescimento das lutas nacionalistas e das campanhas em prol das reformas de base. Entende-se, dessa forma, porque as elites conservadoras, na agitação a favor do golpe de Estado, não vacilaram em persegui-la.”

Assim, no dia 1º de abril de 1964, o Golpe militar mostrou instantaneamente sua disposição com os estudantes, invadindo, saqueando e queimando a sede da UNE, efetivando também inúmeras prisões de líderes estudantis. Além desses instrumentos punitivos militaristas de intimidação e pressão, foram criadas várias medidas sob a forma de leis, decretos e atos institucionais para controlar o ME. A respeito dessas medidas, Gadotti (1984, p.116) classificou como “[...] medidas jurídico-repressiva.”

A primeira medida tomada foi de iniciativa do MEC do governo militar, Sr. Flávio Suplicy de Lacerda, autor da Lei 4.464, que extinguiu as entidades de representação estudantis universitárias (UNE e UEE) e secundaristas União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), conforme já mencionada. Essa lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento deformando as entidades estudantis em todos os escalões, transformando-as em meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependentes em verbas e orientação.

Porém o mentor da lei Suplicy ou do suplicio, conforme denominou o ME, não contou com a união de estudantes na luta pela extinção dessa lei repressiva. É inegável o esforço do Estado para submeter o ME ao seu controle, buscando transpor para o mesmo sua intervenção, a exemplo do que ocorreu com o sindicalismo brasileiro, com a Lei nº 4.330 de 1º de junho de

1964, que reprimia o direito de greve e outros instrumentos, que temporariamente calou essa categoria considerados pelos estudantes uma ameaça à autonomia universitária, os acordos firmados entre o MEC e a USAD despertaram a indignação dos mesmos. Fonseca (2008, p.23, grifo nosso).

Nos anos 64, 65 e 66 não havia muita sintonia entre os estudantes politizados que queriam a derrubada da ditadura e que atuavam distribuindo panfletos, denunciando arbitrariedades, pichando muros; e a massa de estudantes que buscava na universidade uma boa formação profissional. Os politizados tinham a simpatia da maioria dos colegas, mas não deixavam de ser um corpo estranho nas faculdades. **No ano de 1967 a situação começa a mudar quando parte do acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a agência USAID dos Estados Unidos vem a público. O projeto da ditadura militar previa a privatização do ensino superior, a introdução de pagamento de mensalidades nas escolas públicas, a formação voltada às demandas das empresas privadas, a abolição da autonomia universitária, etc. Mudanças estas que batiam de frente com os interesses dos estudantes. Neste momento a ditadura abre um confronto com os estudantes universitários.**

Aliás, segundo Groppo (2005) além da pauta da reforma universitária e da denúncia dos acordos MEC-USAID, outra questão importante a considerar nessa época são os *excedentes*, que mobilizaram as entidades estudantis. Os denominados *excedentes* constituíam os “[...] estudantes aprovados com nota acima de 5,0 no concurso para a universidade e que ficavam fora dela por ausência de vaga (33,3% do total de estudantes aprovados, em 1962, para 58,3%, em 1968).” Martins Filho (1998, p. 17).

De acordo com a autora, Braghini (2014), ao historicizar esses alunos *excedentes*, identifica a questão da superlotação universitária⁶⁷ como um fenômeno escolar, ocorrida no país no referido período, focalizando os desafios relativos à disposição dos estudantes concluintes do Ensino Médio. Essa questão toma dimensão, segundo Alves (1993, p. 117-118) no final daquela década, já que “[...] Entre 1964 e 1968, o número de vestibulandos cresceu 120%, ao passo que o de vagas aumentou apenas 56%. Não conseguiram vagas, em 1968, 125 mil candidatos aprovados.” Como se vê:

Já 1968 começou efervescente para o ME reivindicando a matrícula dos “excedentes”: estudantes aprovados no vestibular em classificação inferior ao número de vagas. **O número de matrículas já havia subido de 27.253 (1945) para 278.295 (1968)**, mas os universitários representavam ínfimos 0,2% da

⁶⁷ Vale dizer que a questão dos “excedentes” não era matéria nova nos anos 1960, já que a Lei 1.392, de 11 de julho de 1951, estabelecia exatamente as normas para o aproveitamento de “excedentes” em escolas particulares. Essa lei, assinada pelo então Presidente Getúlio Vargas, pedia pelo aproveitamento dos alunos aprovados e não classificados nas escolas superiores públicas pelos cursos das escolas privadas, levando em conta a capacidade das instalações e a possibilidade de atendimento de seu corpo docente. Se em 1960, 29 mil estudantes prestaram os vestibulares e não conseguiram vagas nas instituições para as quais tinham sido aprovados, esse número aumentou consideravelmente em 1969, com 162 mil estudantes perdendo as vagas. (Braghini, 2014, p.127).

população brasileira [...] Sem descuidar da luta pela ampliação de vagas nas universidades, o ME criticou a política educacional do governo que, dentre outros aspectos, “reduziu ainda mais o percentual dos recursos consignados à Educação no Orçamento da União, fixando para 1968 em 7,7% do total – quando apresentara 11% em 1965, 9,7% em 1966 e 8,7% em 1967.” (Brito, 2018, p.13, grifo nosso).

A propósito, esses alunos *excedentes*, considerados intelectualmente qualificados para o curso superior, mas sem vaga, elevaram os protestos estudantis⁶⁸, que iam aos pátios do MEC, às secretarias de Educação ou às faculdades para reivindicar mais vagas, muitas vezes, reprimidos pela polícia. “[...] Surgia, assim, uma questão capaz de mobilizar a classe média, defensora das possibilidades abertas para a “ascensão social”, portanto, facilmente sensibilizada com slogans do tipo: “Fomos aprovados; queremos estudar.” Dirceu e Palmeira (1998, p. 89).

[...] Não raro, nos anos 1960, as manifestações juvenis tocavam nesse assunto e parte das reivindicações estudantis daquele período estava diretamente relacionada a esse “ponto de estrangulamento” na trajetória escolar dos estudantes brasileiros: havia jovens buscando o ensino superior, eles atingiam as médias pedidas nos vestibulares e, ao final, por conta da insuficiência de postos universitários, não assumiam a vaga requerida. A questão dos “excedentes”, portanto, pode ser compreendida como um ponto importante dentro do que era apontado como “crise educacional” que se estendeu ao longo da década de 1960 e que foi disparadora de uma série de movimentos estudantis universitários de contestação. Ponto histórico destacado, porque revelou uma deficiência na articulação do ensino superior em relação ao ensino médio[...]. (Braghini, 2014, p.125).

A partir daí o movimento estudantil⁶⁹ se constitui no maior opositor do regime militar. A “setembrada” de 1967, com muitas greves e passeatas em todo o Brasil, é o aquecimento da grande explosão que foram as manifestações nos fins de março de 1968. Para Alves (1984) as apreciações e lições sobre o ensino superior, desenvolvidas por intelectuais no início da década de 1960, impulsionaram profusos debates que precederam a resolução da reforma advinda com a Lei nº 5.540.

Segundo Morosini (2005, p. 313), “[...] a política educacional superior constituiu o período de 1945-64 como uma fase de construção do próximo período, que se instaura com a

⁶⁸ Esse problema só seria “resolvido” em 1970, quando o regime militar instituiu o vestibular unificado e classificatório. Deixava de haver formalmente a figura do “excedente”, o que não significava que todos os postulantes ao ensino superior, mesmo que capacitados, tinham conseguido vagas. (Oliveira,1998, p.149).

⁶⁹ Em decorrência deste confronto, a liderança do movimento estudantil passa a mobilizar e a organizar as faculdades a partir dos problemas específicos da universidade, como: melhorias das condições de ensino, aumentos de verbas para educação, melhorias nos restaurantes universitários, aumentos de vagas; e consegue fazer a interligação destas questões específicas às questões mais gerais da sociedade, como: censura, falta de liberdade, repressão, etc. Nesse processo o movimento conscientiza grande parte dos estudantes sobre a importância da luta contra a ditadura militar. O movimento começa a receber maior apoio dos estudantes e tem a simpatia da classe média, crescendo tanto que adquire caráter de massas. Os estudantes politizados de esquerda, antes vistos somente como agitadores, ganham respeito e assumem a liderança do movimento. (Fonseca, 2008, p.23).

reforma universitária de 1968". Sob tal prospectiva, a modernização em especial se estabelecia pela busca da força de trabalho de nível universitário para, de um lado, atender ao capital monopolista e, de outro, atender aos anseios de mobilidade social das camadas médias. (Morosini, 2005).

Além do caráter autoritário dessa política educacional, o regime impôs o projeto da reforma sem discussões e debates sendo institucionalizada em 1968, como já foi abordado neste estudo. Logo, a reforma universitária de 1968 adequou-se ao projeto hegemônico de classe, sendo que a principal mudança ocorreu no nível do ensino privado, com o apoio do governo federal, por meio do Conselho Federal de Educação (CFE). Temos, assim, a proliferação de novos cursos com o pretexto de atender a demanda, contudo não atendiam aos interesses da classe trabalhadora⁷⁰.

Decorrente disso, o CFE “[...] passou a autorizar um número crescente de novas instituições particulares que satisfizessem exigências mínimas quanto à presença de recursos financeiros e humanos para abrir seus estabelecimentos.” Neves e Martins (2016, p. 98). Isto posto, o governo buscou uma expansão com base na ampliação de vagas do sistema público e, paralelamente, no investimento do setor privado. Consequentemente, houve um intenso aumento no número de matrículas no ensino superior. Na tabela 13, é possível verificar esta evolução, tal como aferir seus dados nas esferas pública e privada. (Sampaio, 1991).

⁷⁰ A crise universitária dos anos 1960 é, na verdade, o confronto entre um modelo tradicional/elitista de universidade (formador de elites intelectuais, apoiado em relações pedagógicas autoritárias e com uma concepção contemplativa do saber e da ciência) e um novo modelo tecnicista/profissionalizante (formador de técnicos especializados em dadas áreas de ciência aplicada, com base numa pedagogia que valoriza a ciência no seu aspecto tecnológico e instrumental). Ao mesmo tempo, a universidade é invadida por multidões de estudantes das novas classes médias que esperam, com o diploma universitário, ascender socialmente para além do que conseguiram seus pais. Na verdade, as próprias famílias apostavam na ascensão econômica e social de seus filhos, investindo grandes recursos durante um longo prazo para mantê-los na escola. Logo se percebeu, entretanto, que o graduado não alcançava imediatamente o topo social, ou seja, a universidade não era mais uma produtora instantânea de elites dirigentes. Tornava-se cada vez mais uma geradora de mão-de-obra especializada, qualificada e técnica. (Groppi, 2022, p.47-48).

Tabela 13 - Evolução das Matrículas em Estabelecimentos Públicos e Privados no Brasil.

| ANO | TOTAL DE MATRÍCULAS | % DE CRESCIMENTO | MATRÍCULAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS | % DAS MATRÍCULAS PRIVADAS SOBRE O TOTAL |
|------|---------------------|------------------|----------------------------------|---|
| 1961 | 98.892 | 6% | 43.560 | 44,0% |
| 1962 | 107.299 | 9% | 43.275 | 40,3% |
| 1963 | 124.214 | 16% | 47.428 | 38,2% |
| 1964 | 142.386 | 15% | 54.721 | 38,4% |
| 1965 | 155.781 | 9% | 68.194 | 43,8% |
| 1966 | 180.109 | 16% | 81.667 | 45,3% |
| 1967 | 212.882 | 18% | 91.608 | 43,0% |
| 1968 | 278.295 | 31% | 124.496 | 44,7% |
| 1969 | 342.886 | 23% | 157.826 | 46,0% |

Fonte: Levy (1986 *apud* Sampaio, 1991, p.17).

De acordo com a tabela acima pode-se perceber um aumento acelerado do final da década de 60 para o início da década de 70. Entretanto, segundo Durham (2003) o setor privado acolhe efetivamente os investimentos de expansão das IES, atendendo a demanda crescente no país. Neste período, o número de instituições privadas cresceu significativamente. A partir daí “Houve, de fato, uma mudança de patamar. O setor privado, cuja participação oscilava em torno dos 45,0% até 1965, atingiu 50,0% em 1970, e, a partir desta época, alcançou e manteve uma participação superior a 60,0% [...]” (Durham, 2003, p.18). Nesse ínterim, e, apesar de todas as condições adversas daquele momento, a UNE conseguiu realizar o seu XXIX Congresso secretamente em São Paulo, onde realizou uma análise de ME que resultou numa carta política. Nesse documento, podia-se perceber, segundo Mendes Júnior (1981, p.18), “[...] uma tendência à radicalização dentro do movimento estudantil.”

Nos anos seguintes, a UNE, a partir daí, viabiliza, em número cada vez maior, os estudantes, através de intensas manifestações que revelavam uma organização bem maior do ME, adotando várias táticas de mobilização, inicialmente com rápidos comícios conhecidos como comícios-relâmpagos a fim de evitar o confronto policial e, nos anos seguintes, com grandes manifestações. A nível local, simultaneamente, os estudantes continuaram a se organizar, protestando contra as injustiças cometidas pelo governo.

Mas foi a repressão em 1968, no Rio de Janeiro, a luta dos secundaristas a partir da morte do estudante Edson Luís, em 28 de março, no Restaurante Calabouço que fez a força do movimento estudantil e as suas mobilizações ganharem envergadura. Valle (1998, p.56)

observa que “O enterro de Edson Luís é a maior mobilização popular após o golpe de 64, concentrando mais de 50 mil pessoas.” Marcada, segundo a autora, pela disposição política da população em participar daquele ato. Sobre o episódio temos a narração, em abril de 1968 no periódico *O Metropolitano* órgão oficial da União Metropolitana dos Estudantes (UME).

[...] o governo usou de todos os recursos, inclusive o de deixar a cidade às escuras. Mas, nada disso adiantou. Das janelas jornais eram jogados e, embaixo, acesos. Outras pessoas, com lanternas, iluminavam o caminho do cortejo. A adesão total do povo ficou aí patente. Mais de 20 mil pessoas, com jornais ou velas acesas, clareavam o caminho por onde passava. Perto do cemitério o silêncio passou a predominar. Murmurando o hino nacional e a valsa do Adeus os manifestantes chegaram no São João Batista. Em nenhum momento o significado político do ato que se realizava foi esquecido. Quando o caixão de Edson Luís desceu para sempre, ouviu-se um juramento “neste luto, começa a luta.” (*O Metropolitano*, 1968, sem paginação).

Este acontecimento teve como desdobramento “[...] uma série de manifestações e de protestos que iriam culminar com a lendária passeata dos 100 mil, três meses depois, que ficou na história como um marco.” Ventura (1998, p.165). O ME, agora abertamente apoiado pela Igreja, a imprensa e, de modo geral, as classes médias do Rio de Janeiro, catalisou a indignação do povo da polícia, em aberta oposição ao governo militar. Esse fato confirmava o aumento da violência policial contra os estudantes, que se agravou em decorrência do cerco militar à Igreja da Candelária, por ocasião da celebração da missa do 7º dia em sufrágio da alma do estudante Edson Luís, que não tinha nenhum dos componentes míticos para sonhar em ser o que acabou sendo: um mártir.

Em outubro desse mesmo ano, a UNE tenta realizar o seu XXX Congresso em Ibiúna, onde os estudantes são fortemente reprimidos e aprisionados. A partir daí, muitos líderes estudantis começam a se associar em organizações clandestinas da luta armada, perseguidos pela repressão, que se intensificará com a decretação do AI-5 em dezembro de 1968, para fechar o Congresso, e do Decreto –Lei nº 477, em fevereiro de 1969, que proibia qualquer participação política dos estudantes, cessando assim todas as manifestações no meio estudantil. Dispositivos já discutidos em seção anterior.

Nesse contexto, o regime militar consegue evitar qualquer possibilidade de contestação, onde a UNE, até a sua organização após 10 anos, foi obrigada a se recolher na clandestinidade, os partidos enfraquecidos e os demais setores da sociedade civil, sob o medo, silenciaram-se. Segundo Fico (2009), as passeatas, manifestações e protestos dos estudantes a partir de 1964 e que teve como ápice 1968, foram decisivos para uma mudança de rumos do regime civil-militar e do movimento estudantil. “Por mais de uma década, as universidades, consideradas focos de subversão, foram mantidas sob severa vigilância.” (Durham, 2003, p.14).

Do mesmo modo, à medida que se intensificou a luta dos estudantes, os agentes da DOPS passaram a distinguir seus líderes e a vigiá-los, formando e arquivando centenas de registros, conhecendo os locais que iam, com quem tinham se reunido, lugar onde residiam, conduta e notas em seus respectivos cursos universitários, dentre uma série de dados. Zaparte (2011). Com base dessas informações, a polícia designava seus inimigos, concebendo-os como perigosos ao progresso da nação e, dando seguimento, usavam o poder da força, a eles facultado institucionalmente. Em face disso e, por tudo isso, “Não é possível falar do movimento estudantil durante a ditadura militar sem nos remetermos à repressão institucionalizada através de órgãos como a DOPS.” Arns (2001). Assim, trilharemos o nosso percurso, no próximo tópico. “Naquela época a juventude vivia um tempo fervilhante de ideias e ideais, era um tempo aguerrido, um momento [...] da História onde pulsava fortemente corações e mentes. (Fonseca, 2008, p.21).

6 DESCRIÇÃO DO FUNDO DOPS/MA NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO: lugar de memória e resistência.

“O arquivo age como um desnudamento; encolhidos em algumas linhas, aparecem não apenas o inacessível como também o vivo. Fragmentos de verdade até então retidos saltam à vista: ofuscantes de nitidez e de credibilidade. Sem dúvida, a descoberta do arquivo é um maná que se oferece, justificando plenamente seu nome: fonte.”

(Farge, 2009).

As palavras citadas pela historiadora francesa contemporânea nos remetem à compreensão da vitalidade do arquivo uma vez que as fontes documentais ali presentes estão vivas e repletas de informações sobre o cotidiano, o comportamento e os pensamentos de gerações. “Mais do que registros imparciais do tempo, os documentos são uma seleção, nada aleatória, de vestígios do passado” (Le Goff, 1990, p. 535). Critérios subjetivos encaminham não apenas a sua produção, acumulação e preservação, mas também a sua significância no presente, seus usos científicos, históricos e sociais.

O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará história. [...]. (Farge, 2009, p. 14).

A autora assinala, ainda, que a partir dos documentos arquivados é possível captar condutas, identificar os modos de pensar, circunscrever atos e seus significados. Entretanto, cabe ao pesquisador contextualizá-las e interrogá-las, como sublinha Marc Bloch (2001, p. 79) “[...] os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los.” Para Le Goff (2003, p. 538) o documento não é inócuo:

É [...] o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época e da sociedade que o produziram, mas também as épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado, desmistificando lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.

Por este ângulo, o documento é produzido com desígnios, dentro de um período histórico, revelando as relações de poder, com determinadas escolhas e significados. Portanto,

segundo Bacellar (2010), no desenvolvimento de pesquisa, é basilar perceber o contexto em que os documentos foram produzidos, quem os produziu, com quais propósitos e que conteúdos e significados guardam. Diante do exposto, é factível interagir com Farge (2009, p. 13), que examina o arquivo como “[...]vestígio bruto de vidas [...] que foram coagidas a isso e porque um dia se confrontaram com as realidades da polícia e da repressão.” Assim, essa documentação originada no contexto das lutas desse período de sombras, “[...] tanto a que ostenta o timbre estatal, como aquela outra, muitas vezes clandestina, saída dos mimeógrafos da resistência, aparece como requisito para a recuperação de parte da memória coletiva que se pretendeu censurar, desaparecer, isto é, se apagar da história.” (Stampa; Neto Sá, 2013, p.10).

Indubitavelmente, os arquivos DOPS-MA selecionam e guardam os documentos que irão constituir uma memória oficial das ações do Estado e, neste sentido, o referido órgão pode ser considerado um “lugar de memória” (Garcia, 2011; Le Goff, 2003; Nora, 2009). A memória “[...] é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado” (Nora, 1993, p. 9). Para Le Goff (2003, p. 466), a memória é um elemento essencial da identidade individual ou coletiva e também um “[...] instrumento e um objeto de poder.” Logo, “O povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la,” afirma sabiamente (Burke, 1997) e se tratando da ditadura militar, seria uma condenação terrível.

Paralelamente à tomada de poder, através de um Golpe Civil-Militar no Brasil, é criado, em 13 de julho de 1964, através da Lei nº 4.3146, o SNI com o objetivo de coordenar as atividades de informação e contrainformação relativas às questões internas e externas no que diz respeito à segurança nacional. A atuação repressiva do SNI tem como precedente a DOPS, fundado em 30 de março de 1924, abrangendo o controle e a fiscalização de atividades políticas, movimentos de organização dos trabalhadores e o combate ao comunismo a nível estadual.

Reputado comumente como DOPS, as Delegacias de Ordem Política e Social foram constituídas durante o Governo Vargas (e em diferentes momentos históricos pelos governos estaduais), subordinado às Secretarias de Segurança Pública mesmo antes da Ditadura Militar (1964 -1985), essas delegacias já se encontravam à disposição dos governos para vigiar, aprisionar, combater e estigmatizar indivíduos em função de seus comportamentos sociais e políticos tidos como nocivos sob a alegação de manter a ordem e a segurança pública. Posto isto, Aquino (2002) assevera que entre a ditadura Vargas e a ditadura civil-militar, apresentavam-se minimamente existentes mecanismos peculiares da Doutrina de Segurança

Nacional e Desenvolvimento⁷¹, que eram, em geral, voltados aos interesses do governo e eram efetivados através das funções da chamada polícia política. Desse modo, conforme Xavier (1996, p.32) “A polícia política designava uma modalidade especial da polícia responsável por desempenhar uma função preventiva e repressiva no país, para fins de coibir reações políticas adversas à ordem estabelecida pelo governo em vigência.”

O aproveitamento dessa estrutura coercitiva pós-1964, segundo Jofilly (2014, p.96), apresentava-se limitada devido a sua “jurisdição restrita”, sendo necessária a criação de outros órgãos e mecanismos de informação e investigação sobre os movimentos contestatórios de parte da sociedade sobre os rumos do regime. Como afirma Sodré (2006, p.8) “Tais atividades de vigilância e repressão tinham como fundamentos a lógica da desconfiança e a Doutrina de Segurança Nacional.”

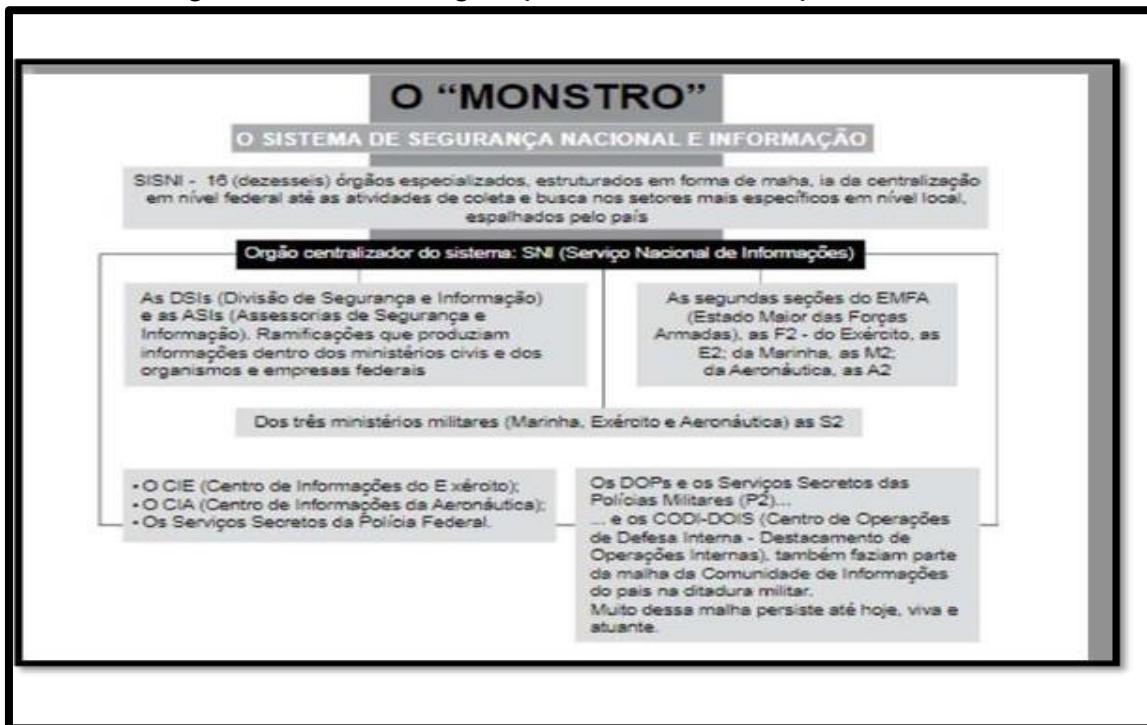
Dentro de tal aparato, estão inseridas as DOPS. Nesse cenário repressivo instaurado no país pós- 1964, “[...] as DOPS mantiveram suas atividades de polícia política, mas com a diferença de estarem, a partir de então, subordinadas ao SNI e fazerem parte da “comunidade de informações”⁷² rede de informação e contrainformação dentro do regime militar.” (Sodré, 2016, p.94).

O SNI contava ainda com ramificações presentes em agências regionais, nas Divisões de Segurança e Informações (DSI), em cada ministério civil e nas Assessorias de Segurança e Informação (ASI), criadas em cada órgão público e autarquia federal, todos atuando conjuntamente na elaboração de estratégias e levantamento de informações em todos os níveis da sociedade (Sterling, 2015). A figura 9 a seguir, produzido por Campos Filho (2013), apresenta de forma esquemática como funcionava o Sistema de Segurança Nacional e Informações (SISNI) durante a Ditadura de 1964, sistema que o autor denominou de “o monstro” delineando os órgãos que faziam parte da complexa malha que compunha o sistema agrupado por 16 órgãos especializados.

⁷¹ O termo *desenvolvimento* foi abrangido legalmente na Doutrina de Segurança Nacional após Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967. A doutrina política já vinha sendo elaborada pela Escola Superior de Guerra desde a década de 1950, com raízes no primeiro governo Vargas. A Lei apenas formalizou as ações do governo que deveria encarar simultaneamente o desenvolvimento econômico-social e a segurança nacional. (Fragoso *apud* Gurgel, 1975, p.10).

⁷² *Comunidade de informações e segurança* é uma expressão criada na época pelos seus próprios integrantes, sendo mencionada em vários documentos produzidos por esses órgãos. Essa expressão faz referência a um dos mais importantes pilares para a construção e consolidação da ditadura brasileira, que foi a política de criação, ampliação, desenvolvimento e sofisticação de órgãos da administração pública, em âmbitos federal e estadual, com o objetivo de espionar milhares de brasileiros que poderiam de alguma forma ser considerados contestadores do regime vigente, e, em alguns casos, aplicá-los punições, que variavam entre demissões, exonerações, prisões, torturas e, até mesmo, assassinatos. (Sodré, 2016; Campos Filho, 2013).

Figura 9 – Sistema de Segurança Nacional de Informação “O monstro.”



Fonte: Campos Filho (2013).

Como podemos visualizar na figura acima o SNI, “[...] era o cérebro de um sistema montado desde o golpe de 1964 para manter o controle do poder político e o domínio do Estado brasileiro, nas mãos dos militares. Era a espinha dorsal do regime militar, que estava sob o comando e o pulso firme dos oficiais generais, na presidência da República e no Estado Maior das Forças Armadas (EMFA).” Campos Filho (2013, p.79), corroborando com o autor (Garcia, 2013, p.147), descreve as funções desses órgãos do sistema:

Constituía-se de dezenas de órgãos com competências muitas vezes bastante distintas. Tinha ramificações em universidades de todo o país, no interior de vários ministérios, em empresas públicas, sociedades economia mista, autarquias, unidades do Exército, Marinha e Aeronáutica, além de nas demais forças policiais como Polícias Civil e Militar dos respectivos estados, além da própria Polícia Federal e do SNI. Esses órgãos, portanto, exerciam funções muito diferenciadas. Alguns deles estavam mais direcionados para o desempenho de atividades voltadas para a burocracia do próprio ambiente no qual estavam instalados (Assessorias de Segurança e Informações – ASI – instaladas em empresas públicas e universidades, por exemplo); outros, para atividades de inteligências mais amplas, direcionadas para diversos setores da vida política nacional (é o caso do SNI); ainda outros, além das próprias atividades de inteligência, desempenhavam ações de repressão política, lançando mão de métodos extremamente violentos para calar as vozes dissidentes (como é o caso dos Destacamentos de Operações de Informações – DOI-Codi).

Para efetividade da estrutura coercitiva ditatorial em todo território nacional, especificamente no Maranhão, é criada em 10 de junho de 1969, por meio da Lei Delegada nº 239, a DOPS-MA, através da transformação da Divisão de Ordem Política e Social em DOPS⁷³. Esse órgão tinha como objetivo prevenir e reprimir delitos considerados de ordem política e social contra a segurança do Estado.

Para isso, desenvolveu um grande aparato para monitoramento das atividades de pessoas e grupos considerados potencialmente perigosos à ordem vigente. Posteriormente, foi regulamentada pelo decreto nº 4.077, de 12 de janeiro de 1970⁷⁴, expressando suas competências de:

[...] a) coleta, classificação e interpretação de informações; b) arquivamento de documentos e informações reservadas ou secretas; c) levantamento e processamento de informações penais relacionadas com a ordem política e social; e d) organização e manutenção atualizada de fichário individual de personalidades políticas, sociais e de pessoas adeptas de ideologias proibidas pela Constituição Federal e outras leis. (Sodré, 2016, p. 107).

Era subordinada ao Departamento de Segurança Pública/Divisão de Polícia Judiciária, com sede na própria Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão (SSP-MA).⁷⁵ De acordo com Alencar (2016, p. 112-113) “[...] Dentro das ramificações do Serviço Nacional de Informações a SSP-MA, era diretamente ligada à Agência de Fortaleza, até a criação do escritório do SNI com sede em São Luís, entre os anos de 1985 e 1986.” Prossegue o autor, que a atuação da DOPS/MA pode ser observada através da extensa documentação produzida por seus agentes ao longo de mais de vinte anos, atravessando distintas conjunturas históricas políticas, sociais e econômicas. Após a sua extinção no ano de 1991⁷⁶, com a aprovação da Lei

⁷³ MARANHÃO. Lei Delegada nº 23, 10 de junho de 1969. Cria a Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão.

⁷⁴ MARANHÃO. Decreto nº 4.077, de 12 de janeiro de 1970. Regulamenta as atribuições da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão.

⁷⁵ A Secretaria de Segurança Pública foi criada através da Lei Estadual nº 2.295, de 1 de agosto de 1963. Sediada até os dias de hoje na Avenida dos Franceses, no bairro da Vila Palmeira, em São Luís – MA (MARANHÃO. Lei Estadual nº 2.295 de 1 de agosto de 1963. Cria a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão).

⁷⁶ Conforme os autores (Braggio e Fiúza, 2012) as DOPS foram extintas entre os anos de 1983 e 1984, embora o controle das informações arquivadas não tenham sido publicizadas e esclarecidas neste período. Há fortes indícios de que, por cerca de mais uma década, as Secretarias de Segurança Pública tenham continuado com seu trabalho de vigilância política. No caso da documentação da DOPS maranhense, somente no dia 30 de dezembro de 1991, com a aprovação da Lei Estadual nº 5.332. Extingue a Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão.

nº 5.332, o acervo foi custodiado ao APEM⁷⁷ no ano de 1992.⁷⁸ Como já referido em nosso estudo, esse acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão, integra o “Projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional.” Constitui-se em um *Fundo*⁷⁹ do APEM,⁸⁰ com 1.364 pastas de documentos, acondicionados em 152 caixas arquivos, e 16.748 fichas individuais (de pessoa física ou instituição investigada). Observemos a descrição na tabela 14.

Tabela 14 – Descrição sumária dos documentos de caráter sigiloso do APEM.

| Fundo | Datas-limite | Conteúdo/Tipologia | Períodos de recolhimento |
|---|--------------|--|--------------------------|
| Fundos DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) | 1967-1991 | Dossiês contendo ofícios, memorandos, pedidos de busca, informes, informações, relatórios, listagens e outros documentos; e fichas contendo identificação das pessoas. | 1992 |

Fonte: Hott (2005).

⁷⁷ Criado pelo Decreto no 339, de 14 de novembro de 1932, em julho de 1933 foi anexado à Biblioteca Pública por determinação do Decreto nº 462. No ano de 1974 o órgão foi recriado como Arquivo Público do Estado do Maranhão, pelo Decreto nº 5.266, de 21 de janeiro. Em 1978, foi inaugurada a atual sede definitiva, que está da subordinada à Secretaria de Estado da Cultura e tem sob sua guarda o maior acervo documental do Estado, oriundo da Secretaria de Governo (1750-1914) e suas sucessoras (1914- 1975), além do Arquivo da Secretaria de Polícia (1842-1962). (Hott,2005).

⁷⁸ Não instituiu Comissão Permanente de Acesso aos Documentos Sigilosos, nem de Avaliação de Documentos Sigilosos. O acesso é facultado ao cidadão no que diz respeito a sua pessoa, de interesse particular ou coletivo, mediante requerimento ao diretor do órgão. No caso de o cidadão requerer acesso sobre outrem, deve anexar no requerimento a autorização dessa pessoa, cabendo ao diretor autorizar ou não o acesso. Adota os dispositivos legais da Lei no 8.159/1991. Cf. (Hott,2005).

⁷⁹ Fundo, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivista, é uma “[...] unidade constituída pelo conjunto de documentos acumulados por uma entidade que, no arquivo permanente passa a conviver com arquivos de outras” (Arquivo Nacional, 2005, p.97).

⁸⁰ O arquivo da DOPS, período da Ditadura Militar, custodiado pelo Arquivo Público do Estado do Maranhão. Recebe o Certificado de MEMÓRIA DO MUNDO, conferido pelo Comitê Internacional da UNESCO. O Certificado foi entregue ao Arquivo Público, na sua sede, por um representante do Arquivo Nacional dia 16 de junho de 2015. O Programa MEMÓRIA DO MUNDO, é um projeto UNESCO, que teve início em 1992 com os seguintes objetivos: facilitar a preservação, o acesso e despertar uma maior consciência coletiva desse patrimônio que é interesse da humanidade. O título concedido hoje, tem uma grande importância para os acervos documentais, tal qual o conferida em 1997 à Cidade de São Luís, reconhecimento como Patrimônio Cultural da Humanidade, em referência à preservação do conjunto arquitetônico aqui existente.

Diante do exposto, destacamos também a garantia de seu acesso pela lei n. 12.527/2011 a Lei de Acesso à Informação (LAI) (Brasil, 2011). Esses documentos apresentam uma relativa padronização comumente adotada pelos órgãos de informações na época ditatorial, “[...] se refere a um cabeçalho que contém, frequentemente, os seguintes pontos: assunto, origem, classificação, difusão, difusão anterior, anexos e referências” (Quadrat, 2012, p. 30).

Trata-se de uma forma de padronização semelhante, mas não necessariamente idêntica, visto que alguns desses pontos podem ser omitidos ou mesmo apresentar variações sutis de nomenclatura de órgão para órgão, ou ainda de documento para documento. No caso do SNI, são utilizados, frequentemente: data, assunto, referência, avaliação, difusão, origem e anexo.

Essas informações contidas no cabeçalho são valiosas para a análise historiográfica. Com elas, o historiador pode acompanhar a trajetória desses papéis – pela apresentação da difusão anterior e da difusão -, assim como a confiabilidade dada pelo órgão ao seu conteúdo – pela classificação/avaliação através do sistema letra-número, que consiste na qualificação da idoneidade das informações apresentadas através da variação das letras de A a F e da veracidade com a utilização de uma numeração de 1 à 63 [...]. (Garcia, 2013, p.150-151, grifo nosso).

Observa, ainda, o autor que a análise se dava através dos níveis de sigilo, bem como a própria importância que era dada pelos agentes ao conteúdo das informações ali contidas, assim como sua natureza. De acordo com Baffa (1989, p.14), o regulamento para salvaguarda de assuntos sigilosos, criado em 1967, no governo Castelo Branco, estabelecia as seguintes definições para os documentos:

Sigilosos – de conhecimento restrito, requeriam medidas especiais de salvaguarda para sua custódia e divulgação.

Confidenciais – sigilo mantido por interesse do governo e das partes.

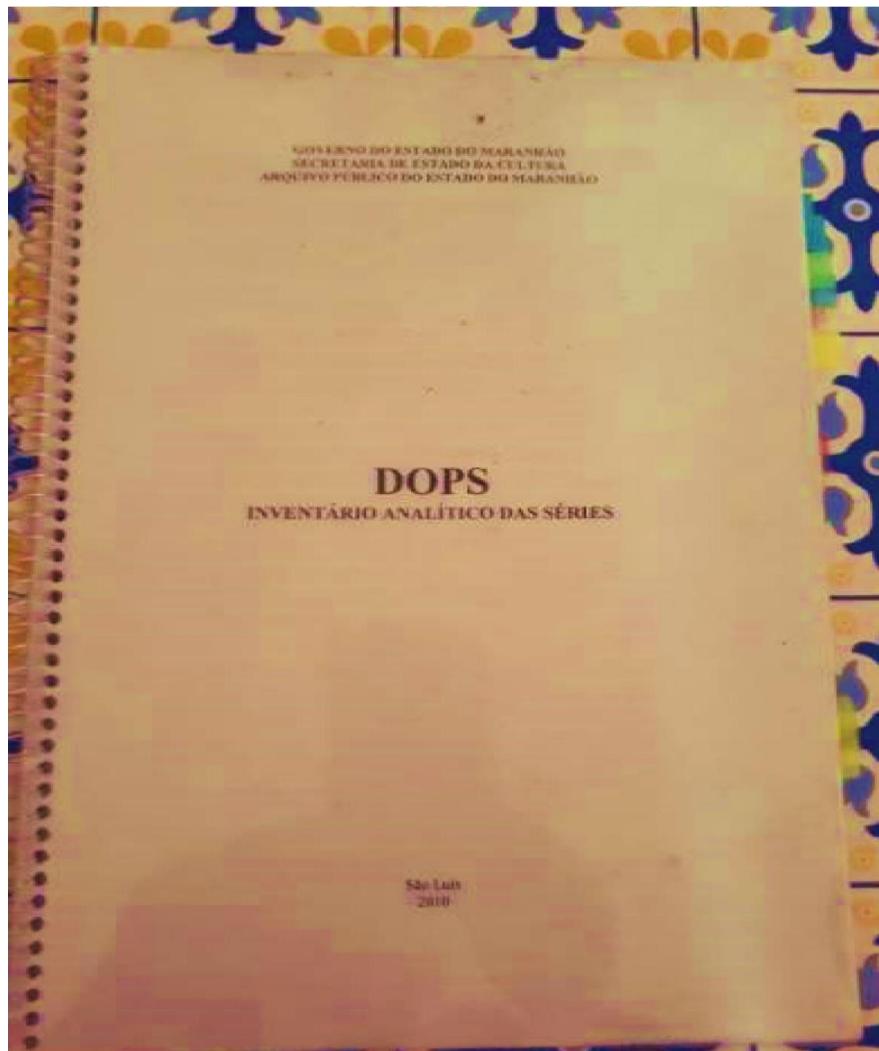
Reservados – sigilo vedado ao público em geral.

Ultra-secretos – somente assim classificados pelo presidente e vice-presidente da República, pelos ministros de Estado, secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, chefe do EMFA, SNI, do Estado Maior das Forças Armadas e de cada uma das Armas.

A busca nos códices da documentação armazenada no acervo DOPS/MA no qual se encontra o *corpus* documental elegido para esta pesquisa, amostrou que foi preservado a organização original empreendida pelo próprio órgão a documentação, com ínfimas modificações, como a alteração da nomenclatura pasta, por dossiês, no que concerne aos conjuntos organizados de documentos. Sodré (2016, p.142) relata que quando os documentos foram “[...] recebidos pelo custodiador [...] estavam ordenados por códigos, numerados à medida que os itens eram recebidos/produzidos.” O instrumento de pesquisa utilizado por quem

acessa esse acervo, com vistas a localizar as fontes, é o Inventário. Subsequentemente temos a figura 10 desse instrumento.

Figura 10 –Inventário Analítico das Séries da DOPS, 2010.



Fonte:http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/sgc/módulos/sgc_00/instrumento/instrumento_livro/arq/livro_i_2_n_01_1_8.pdf

Segundo Bellotto (2007, p. 197), o inventário “[...] é o instrumento de pesquisa que descreve conjuntos documentais ou partes do fundo. É um instrumento do tipo parcial, trazendo descrição sumária.” No inventário, são descritas as ações de cada titular, as séries, datas-limite, volume documental, classificação, ordenação e abarca todo o acervo de modo resumido, constituindo, assim, um instrumento prévio de busca e pesquisa, auxiliando, dessa forma, a identificação da informação nos arquivos, como também no trabalho de recuperação da fonte documental, por permitir ao possível pesquisador o conhecimento prévio das fontes.

De acordo com Lopez (2002), os inventários, de modo geral, são difundidos em duas divisões. A primeira com a introdução, descrevendo sumariamente o conjunto; a segunda delineando de forma mais específica o conteúdo de cada série. Para o autor na introdução deve conter:

nome do fundo, da coleção ou do conjunto documental; pequeno histórico contendo a identificação e trajetória do titular (quando cabível); trajetória do conjunto documental em si (quem gerou, acumulou, custodiou, etc) até a sua incorporação ao acervo (modo e data de aquisição, pessoas e instituições envolvidas); caracterização sumária do perfil do fundo ou da coleção; tipos documentais mais frequentes (quando for relevante e possível determinar); documentos complementares (indicar os fundos e as coleções na mesma ou em outra instituição que possam complementar o conjunto em pauta); condições físicas gerais do acervo, indicando não apenas o estado de conservação dos documentos, mas também a existência de microfilmes e de cópias para a consulta, se for o caso; estágio atual da organização; quantidade aproximada de documentos e datas-limite; condições de acesso; condições de reproduzibilidade e instrumentos de pesquisa; indicação da importância dos documentos inventariados para a pesquisa; explicação da forma e dos critérios de classificação adotados na organização dos documentos em pauta; delineamento e explicação do plano de classificação adotado e a definição terminológica dos conceitos empregados. (Lopez, 2002, p. 28-31)

Já para Heredia Herrera (1991), os seguintes instrumentos são os mais adequados para cada divisão dentro de um acervo (do instrumento mais geral para o instrumento mais específico): 1) Guias para descrever um arquivo, fundo, seção de um fundo ou seção de um arquivo; 2) Inventário para séries documentais; 3) Catálogo para peças singulares. Desse modo, a autora afirma que o objetivo do inventário é:

[...] descrever globalmente cada uma das séries documentais de um fundo sem descender à particularização das peças ou unidades arquivísticas que as integram. “[...] O inventário descreve as séries geradas orgânica ou funcionalmente no curso da gestão de uma instituição, no caso de um arquivo administrativo, ou é o resultado da descrição de séries que integram uma seção histórica ou um fundo documental em um arquivo histórico.” (Heredia Herrera, 1991, p. 334-335, tradução nossa).

Prossegue, ainda, a autora, eles buscam: Oferecer um quadro sumário de um ou mais fundos ou coleções. O objetivo é descrever as atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume dos documentos, as datas-limite e os critérios de classificação e de ordenação. Para Lopez (2002, p. 29). “[...] os inventários devem necessariamente, abordar conjuntos documentais com algum nível de organização [...] A descrição das séries documentais de cada fundo é uma atividade fundamental para permitir o pleno acesso aos documentos de arquivo.” Vamos exibir como esta série é organizada para que se possa visualizar com clareza os campos que observamos na identificação das fontes, conforme a tabela 15, em seguida um extrato com

os cinco primeiros dossiês⁸¹ da lista desta série⁸² e do número de documentos produzidos pela DOPS/MA.

Tabela 15 - Dossiês da Série *Subversão*.

| Nº Dossiê | Descrição | Nº documentos | Localização |
|--------------|---|------------------|----------------------|
| 1 | Não foi transferida para o Arquivo Público | - | - |
| 2 | Delegacia de Costumes: contém documentos sobre repressão aos tóxicos e entorpecentes e tentativa de assassinato (ofícios, pedidos de busca, circulares). Contém o Dossiê 02-B, com recortes de Prat.01 jornais; Declarações da DOPS ao Cartório; Notas da CPT-MA e da OAB-MA; Portaria da DOPS; Relatório do Del. de Urbano Santos. | 27 | Cx.01-Est.01-Prat.01 |
| 3 | Delegacia de Costumes: contém documentos sobre o Ministério do Exército, além de Pedidos de busca, boletins, informativos, fichas da DOPS e recortes de jornais. | 39 | Cx.01-Est.01-Prat.01 |
| 4 | Delegacia do Segundo Distrito da Capital: contém documentos relacionados à agressão, estupro e assassinato, além de documento da DOPS sobre falsidade ideológica (Corpo de delito, termo de declarações, relatório e informativos). | 30 | Cx.01-Est.01-Prat.01 |
| 5 | Ofícios da Delegacia de Capturas de Pernambuco: Pedidos de busca, mandado de prisão, recortes de jornais sobre homicídios, formação de quadrilhas, fotografias, notas e despachos da Decretaria de Justiça de São Luís. | 54 | Cx.01-Est.01-Prat.01 |

Fonte: Inventário Analítico das Séries da DOPS/MA,2010.

Podemos observar na tabela acima a organização dada as séries e seu *corpus documental*. Assim, temos na primeira coluna o número do Dossiê que, vai do nº 1 ao 441 dessa série intitulada *Subversão*, a qual corresponde ao número de dossiês originalmente produzidos por aquele Órgão. Contudo, quatro deles não foram transferidos para o APEM, são os dossiês de números (1),(33),(40) e (45). Além disso, sessenta e sete não foram encontrados.⁸³ Essas

⁸¹ Dossiê: unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa para uma finalidade específica; conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto), que constitui uma unidade de arquivamento. (Dourado e Alves,2018).

⁸² Série: subdivisão do quadro de arranjo, que corresponde a uma sequência de documentos relativos à mesma função, atividade, tipo documental ou assunto. (Dourado e Alves,2018).

⁸³ Dossiês não encontrados da série Subversão: (51), (52), (54), (56), (57), (64), (109), (124), (136), (140), (201), (218), (222), (241), (246), (325), (355), (375), (394), (395), (396), (397), (398), (399), (400), (401), (402), (403), (404), (405), (406), (407), (408), (409), (410), (411), (412), (413), (414), (415), (416), (417), (418), (419), (420),

informações são anotadas no campo da “descrição” que caracterizam o conteúdo do dossiê e apresentam também as observações realizadas durante o processo de organização da documentação pelo APEM. Em relação ao campo da “localização”, temos a indicação do posicionamento do dossiê no arquivo. Quanto a segunda coluna, refere-se ao número de documentos e folhas que compõem os dossiês. Outro elemento identificado em alguns deles é o registro do Ano Inicial e Ano Final, que marcam as datas do primeiro e do último documento arquivados no mesmo. Ponderamos que, à exceção dos campos “descrição” e “localização”, todos os outros pertencem a organização original do arquivo do DOPS. A tabela 16 abaixo, demonstra as 12 séries e a quantidade de dossiês pertencentes a cada um.

Tabela 16 – Lista das Séries da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-MA).

| | Título das Séries | Classificação | Ano Inicial | Ano Final | Quantidade de Dossiês |
|-------------------------|---------------------------------------|----------------------|--------------------|------------------|------------------------------|
| 001 | SUBVERSÃO | Código 07 | 1966 | 1985 | 392 |
| 002 | ESTUDANTES | Código 06 | 1971 | 1989 | 38 |
| 003 | MINISTÉRIOS | Código 05 | 1966 | 1989 | 231 |
| 004 | ENTIDADES RELIGIOSAS | Código 12 | 1972 | 1986 | 13 |
| 005 | ATIVIDADES POLÍTICAS | Código 09 | 1972 | 1990 | 85 |
| 006 | DOCUMENTOS DIVERSOS | Código 03 | 1965 | 1985 | 47 |
| 007 | SINDICATOS | Código 10 | 1971 | 1982 | 219 |
| 008 | DOCUMENTOS EXPEDIDOS | Código 13 | 1972 | 1990 | 75 |
| 009 | DOCUMENTOS RECEBIDOS | Código 14 | 1970 | 1990 | 82 |
| 010 | ATESTADO DE IDEOLOGIA POLITICA | - | 1970 | 1992 | 84 |
| 011 | RECORTE DE JORNais | - | 1974 | 1989 | 81 |
| 012 | DOCUMENTOS AVULSOS | - | 1964 | 1992 | 10 |
| TOTAL DE DOSSIÊS | | | | | 1.367 |

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos do Inventário Analítico das Séries da DOPS/MA,2010.

Cabe salientar, ainda, segundo Fiúza (1993) que os órgãos de informação detinham uma classificação própria quanto à fidedignidade de suas fontes. Um informe poderia receber

(421), (422), (423), (424), (425), (426), (427), (428), (429), (430), (431), (432), (433), (434), (435), (436), (437), (438), (439) e (440).

classificação de A até F, sendo A o nível mais alto de confiabilidade, ao passo que recebia também a numeração de 1 a 6, quanto a veracidade da informação. Quanto maior o número, mais chances da informação ser falsa. No entanto, mesmo com o risco de uma informação falsa, o documento era arquivado e aguardava-se a ordem para sua destruição. Outra questão observada, foram as normas estabelecidas pelo órgão afim de instruir os agentes no processo de elaboração dos documentos de informação, descritas na tabela 17 a seguir:

Tabela 17 - As normas de elaboração dos documentos de informação pela DOPS.

| Nº | Normas | Nº | Normas |
|----|---|----|---|
| 1 | Antes de redigir estruture o documento | 29 | Certifique-se dos nomes corretos das Entidades e suas siglas |
| 2 | Evite estilo literário | 30 | Utilize sempre gráficos, mapas, anexos, histogramas, quadros, relações ou quaisquer outros dados que possam completar as informações. |
| 3 | Use de preferência a ordem direta. | 31 | Resguarde suas fontes de informação ao redigir. |
| 4 | Não construa períodos longos | 32 | Cite o dia, evitando expressões tais como: ontem, As. feira. |
| 5 | Não use palavras de significado pouco conhecido. | 33 | Quando citar legislação, confira antes. |
| 6 | Não abuse de termos técnicos | 34 | Livros, jornais e outras publicações devem ser mencionados de forma a não deixarem dúvidas [...] |
| 7 | O verbo deve exprimir exatamente a ação. | 35 | Verifique a nitidez das cópias e anexos. |
| 8 | O ponto parágrafo [sic] serve para dar destaque a um elemento de análise. | 36 | Use terminologia que defina exatamente a ideia que se quer exprimir. |
| 9 | Grupe os elementos de análise, não os dispares[.] | 37 | A Informação deve ter início, meio e fim. |
| 10 | Não inclua dados supérfluos, não omita, no entanto, dados importantes. | 38 | As conclusões devem ser objetivas. |
| 11 | Use o máximo de advérbios para completar, o sentido da Informação. | 39 | Elimine o subjetivismo. Seja frio, abandone sua opinião pessoal. |
| 12 | Não entre em divagações. Seja objetivo claro e sintético. | 40 | Procure estabelecer as causas e estimar os efeitos. |
| 13 | Não junte, vários assuntos em um só documento importantes de sua área. | 41 | Baseia-se [sic] somente nos fatos existentes. Conheça os problemas mais importantes de sua área. |
| 14 | Não use gíria, nem regionalismo | 42 | As referências estatísticas são importantes, quando usadas corretamente. |
| 15 | Observe se a frase está inteligível e não faltam complementos | 43 | Consulte os especialistas (engenheiros, advogados, economistas e outros que possam auxiliar). |

| | | | |
|----|--|----|--|
| 16 | O problema deve ser bem exposto inicialmente, faça um histórico ou preliminar, se for necessário. | 44 | A Informação deve ser elaborada visando a utilização pelo cliente. |
| 17 | Procure facilitar ao destinatário a | 45 | Não sature os canais de informação com |
| 18 | Enumere os anexos de forma a facilitar leitura. | 46 | Considere o nível (escalão) que vai utilizar a informação. |
| 19 | Use aspas quando for transcrever textualmente expressões de outros. | 47 | Verifique se as idéias [sic] estão inteligíveis para quem as lê. |
| 20 | Utilize o ponto de interrogação, quando não puder comprovar um nome, data ou outro dado qualquer. | 48 | Considere o grau de conhecimento do problema pelo destinatário. |
| 21 | Não abuse das vírgulas. | 49 | Pense como o cliente pode aproveitar o documento. |
| 22 | Obedeça uma ordem cronológica, alfabética, hierárquica ou natural. | 50 | Procure correlacionar o documento com outro já de conhecimento do destinatário. |
| 23 | Em citações numéricas escreva as quantias por extenso, entre parênteses. | 51 | Utilize seus arquivos. |
| 24 | Utilize as datas usando 00 (seis) algarismos - exemplo 01/02/74. | 52 | Procure conhecer a personalidade do destinatário, para amoldar-se ao seu estilo |
| 25 | Ao preencher quadros, como fichas individuais, anule as casas que não tiveram dados para registrar. [A anulação é realizada por meio da atribuição da letra X] | 53 | Não indique decisões a serem tomadas. Restrinja-se a fornecer algumas indicações. |
| 26 | Confira sempre os números (de carteiras, documentos, etc.). | 54 | Não deixe a informação ser ultrapassada pelo tempo. Faça dois documentos, caso esteja aguardando outros dados. |
| 27 | Verifique se os endereços estão completos. | 55 | Conclua seu documento fazendo projeções nos diferentes campos. |
| 28 | Nomes próprios de pessoas ou entidades, em caixa alta. | 56 | Após a redação final leia o documento, em caixa alta pois pode faltar algum retoque. |

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos da (DOPS-MA. Normas para elaboração de documento de informação. Dossiê 093.).

Assim, foram produzidos os documentos constantes nas Pastas Temáticas DOPS/MA pelos sujeitos investigados, coletados e arquivados como provas documentais de suas ações pelos agentes da polícia política.⁸⁴ Conforme Xavier (1993, p. 32) o objetivo principal da DOPS era o desempenho da função de polícia política, entendida como “[...] um tipo especial de modalidade de polícia [...] criadas com fins de entrever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a ordem e segurança pública.”

⁸⁴ O termo polícia política tem sido utilizado para denominar a especialização da polícia que desempenha uma função preventiva e repressiva, visando principalmente coibir atividades políticas contrárias à ordem e segurança pública: Apesar da imprecisão da fronteira entre o crime político e outros tipos de crime, a polícia política organizava fichários/arquivos dos criminosos tentando distinguir os malandros e vadios comuns dos subversivos que pretendiam subverter a ordem política e desestabilizar o regime vigente. (Monteiro; Gandra, 2007).

Nesse ínterim, vários setores da sociedade também eram mobilizados na contribuição do controle sobre indivíduos considerados suspeitos de inimigos do status quo e caberiam aos agentes do DOPS criarem um sentido às informações que tanto eles produziam ou recolhiam, como pelas que chegavam a eles por outros órgãos, "[...] não podemos nos esquecer de que o DOPS foi, *par excellence*, um órgão gerenciador de informações que, acumuladas num arquivo geral e cruzadas entre si, garantiam a sustentação dos mitos, vistos aqui como uma das técnicas de controle das massas.[...]" (Carneiro, 2014, p.5).

Portanto, além da própria DOPS, outros órgãos e instituições como o SNI, os Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica, a Polícia Militar do Estado do Maranhão, Secretaria de Segurança Pública do Maranhão e de outros Estados, Polícia Federal, o serviço público estadual e federal, a Capitania dos Portos do Maranhão, o Ministério da Justiça, FUM, Tribunal de Justiça, Ministério do Trabalho, Ministério da Agricultura e Assessorias de Serviço de Informação, concediam informações ou permitiam que agentes dos órgãos de informações entrassem disfarçados entre os seus funcionários. (Carneiro, 2014).

[...] a técnica de infiltração consistia em suspeitar, em princípio, de todos, coletar e arquivar quaisquer dados obtidos e entregá-los, por escrito, à polícia. Ali estes seriam classificados com palavras-chave extremamente sugestivas, por caracterizarem uma graduação em que se colocava num extremo o inimigo mais perigoso, e em outro, aqueles que estariam, provavelmente, dispostos a cooperar. Obedecendo a esta ordem, cite-se um exemplo desta técnica de arquivamento: *terrorista, fanático comunista, esquerdista ou socialista, subversivo, autor de atos indiretamente subversivos, inocente útil, idôneo ou confiável.* (Magalhães, 1997, p.3).

No arquivo da DOPS, não há somente documentação produzida pelos investigadores, pois a polícia, além de circundar as mais variadas associações, organizações, movimentos em todo o Maranhão, também aprendia material produzido pelos próprios sujeitos investigados e suas organizações. Nesse ponto, está a especificidade do acervo da DOPS, a sua incessante atividade vigilante resultou em um vasto acervo documental, composto por documentos de produção própria, documentos disseminados por outros órgãos da repressão e por delatores da sociedade civil, e, também, de documentos apossados nos espaços vigiados. Esta documentação produzida pelos investigados é importante na medida em que demonstra como pensavam e como agiam as pessoas, os estudantes e os militantes comuns anônimos protagonistas das investigações da DOPS. (Pádua; Gama, 1998).

Segundo Longhi (2002) estas memórias se materializaram na forma de panfletos e jornais, trazendo suas bandeiras e reivindicações, e também circulavam de forma restrita, mas ganham a luz ao serem manuseadas e divulgadas pelos pesquisadores. Isso mostra a necessidade

de conhecimento do teor dos arquivos públicos e “[...] de uma profunda mudança política e uma revisão autocrítica do passado” (Pollak, 1989, p. 5). Entre os setores sociais que estiveram sob a mira constante dos órgãos do Estado e, mais especificamente, do DOPS maranhense órgão sobre o qual recai o nosso olhar, a categoria estudantil foi singularmente visada, no âmbito universitário.

Certamente que, lidar com o Inventário Analítico das Séries oportunizou o nosso encontro com as fontes documentais contida no acervo do DOPS/MA, onde notamos essa ênfase no olhar vigilante do órgão, sobre a categoria estudantil universitária, com foco no período que abrange os anos de 1966 a 1979, de nossa investigação. Por conseguinte, identificamos o ofício n.º 0142, expedido pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS/MA) que traz atribuições relativas ao controle e vigilância contra atentados a ordem política e social. Assinado pelo delegado Francisco Florismar de Almeida, destinado ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Maranhão, essa lista de atribuições deveriam orientar o setor de segurança pública do Estado, datado de 3 de novembro de 1977.

1 - Manter o Secretário da Segurança e o Diretor do Departamento de Segurança Pública informados sobre tudo que se relacionar com a Ordem Política e Social.

2 - Empregar os meios policiais colocados à disposição para reprimir e controlar todas as atividades que visem a perturbação da Ordem Política e Social.

3 - Prevenir os crimes contra a Ordem Social, assim considerada e estabelecida pela constituição e leis, relativamente aos direitos e garantias individuais e sua proteção civil e penal, ao regime jurídico da propriedade, da família [sic] e do trabalho, à organização e ao funcionamento do serviço público ou dos serviços de interesses coletivos, aos direitos e deveres das pessoas de direito público para com os indivíduos [sic] e reciprocamente [sic].

4 - Determinar a abertura de Inquérito concernentes a crimes contra a Ordem Política ou Social e contra a Segurança Nacional, bem como sobre crimes de natureza comum, cuja apuração lhe foi atribuída, por delegação expressa [sic], da autoridade superior.

5 - Organizar e manter serviços de Informações, Vigilância e Investigações especializadas do ponto de vista político e social, coordenando suas atividades.

6 - Manter e conservar serviços de fichários e arquivos relativos e antecedentes políticos e sociais de nacionais e estrangeiros em condições de prestar, sempre que solicitadas, informações que careçam as autoridades competentes. 7 - Fiscalizar e controlar o comércio, propriedade e uso de armas, munições, explosivos, matérias químicas agressivas e artigos pirotécnicos e, bem assim conceder licença a pessoas físicas ou jurídicas devidamente autorizadas pelo Ministério do Exército, para fins de fabricação, aquisição, venda transporte ou emprego do material acima referido, de acordo com determinação dos órgãos competentes.

8 - Conceder e cancelar registros, transferências e portes de arma, na forma da legislação em vigor.

9 - Manter xadrezes destinados ao recolhimento das pessoas presas ou detidas por crimes da competência da divisão e dos funcionários da Polícia Civil deste Estado que venham a ser presos por crimes que não desonre a instituição, a critério do Secretário da Segurança Pública.

10 - Apurar e processar infrações penais relacionadas com a extinta Delegacia Marítima e Área e Crimes contra a economia popular.

11 - Investigar os crimes contra a incolumidade pública, desde que resultem morto ou lesão corporal de natureza grave ou, ainda, dano ao patrimônio da união do Estado ou do município, ou prejuízo considerável para a vítima:

11.1 - explosão (CP - art. 251)

11.2 - uso de gás tóxico ou asfixiante (CP - art. 252)

11.3 - fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico ou asfixiante [sic] (CP- art. 253)

11.4 - perigo de desastre ferroviário (CP - Art. 260)

11.5 - atentado contra a segurança de outro meio de transporte (CP - Art. 262). 11.6 - atentado contra a segurança do serviço de utilidade pública (CP - Art. 265).

11.7 - interrupção ou perturbação [sic] de serviço telegrafico [sic] ou telefônico (CP - Art. 266).

(Série Documentos Expedidos, DOPS/MA- Dossiê nº093.APEM).

Em suma, as onze orientações pautam à missão de manter o secretário de segurança pública informado a respeito de tudo que tenha vínculo à ordem política e social. Notabiliza-se nesse documento que o órgão não abriria mão de empregar de meios policiais para prevenção, repressão e controle de atividades “subversivas,” organizar os serviços de informação, além de solicitar, junto a Secretaria de Segurança materiais e equipamentos necessários para a execução de tais atribuições. Somado a elas, a DOPS possuía algumas funções permanentes, que são caracterizadas pelos autores Pádua e Gama (1998, p.28-29) em atividades meio e atividades fim. Veremos a seguir a tabela 18 com a descrição dessas funções.

Tabela 18 – Funções Permanentes das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS).

| Âmbito | Função | Descrição |
|---|--|--|
| Atividades-Meio São os procedimentos administrativos | Gerenciamento dos serviços, a burocracia da documentação e sua relação com outras instâncias do poder não somente local, como também nacional. | Os registros das comunicações entre os órgãos de segurança e todo o funcionamento administrativo como ofícios expedidos e recebidos, comunicações internas, portarias, protocolos, relatórios, escalas de serviços, informes de armas e explosivos, exames de balística, entre outros. |
| Atividades-Fim Estão as atividades norteadoras de todo o processo de investigação | Geração de toda a documentação carregada de informações sobre indivíduos e instituições. Em meio a esta categoria destacam-se as funções de investigação, censura e repressão, sendo praticamente um roteiro pré-estabelecido pelo órgão de vigia. | Quando a atividade de alguma pessoa física ou jurídica, – principalmente relacionadas com alguma entidade alvo de investigação, era suspeita, o primeiro passo consistia em averiguar, pesquisar e diagnosticar o suposto delito, através de acompanhamento sistemático, coleta de dados e vigilância preventiva do objeto da investigação, gerando uma documentação característica, com pedido de busca, sindicância, parte de serviço, radiogramas, fotografias, recortes de jornais, que passariam a fazer parte ou não do prontuário funcional ou individual da entidade ou indivíduo. |

Fonte: Pádua e Gama (1998)

Como se vê, os elementos ilustrados na tabela acima explicam a quantidade de documentos produzidos no âmbito das DOPS visto que, além de gerar documentos que descendiam de suas atividades administrativas, também tinham os documentos oriundos da sua atribuição investigativa. Entretanto, Araújo *et al.* (2001, p. 35, grifo nosso) observa que a DOPS para além da formalização dos inquéritos policiais, a autora ressalta o viés repressivo, presente na sua atuação, como delineia abaixo:

Além da tarefa preventiva, tinha[m] a função de investigar crimes eventualmente cometidos, instaurando inquéritos policiais para serem remetidos ao Poder Judiciário. Dessa maneira, [os órgãos] exercia[m] simultaneamente atividades ligadas à prevenção (atuando antes do crime) e à repressão (colaborando com o Judiciário para a punição do crime). Obviamente, que tanto na prevenção quanto na repressão de crimes, [as DOPS destacaram-se] pelo emprego de métodos ilegais e mesmo violentos.

Como podemos observar, todas as atividades da DOPS dependiam de seu arquivo documental como assevera Monteiro e Gandra (2007, p.62, grifo nosso) “[...] **o coração da DOPS era seu arquivo**, dependia dele para poder funcionar uma vez que lidava basicamente com o gerenciamento de informações.” Assim, a documentação não se apresenta por divisões administrativas, mas por assuntos e indivíduos. Referente às divisões por assuntos são

nominadas pastas temáticas, onde cada uma contém um assunto investigado, analisado e processado.

O procedimento da ação dos investigadores se movimenta conforme a conjuntura política e social vivida; no entanto, existem assuntos que são foco contínuo de vigilância como, por exemplo, os estudantes. Vale sublinhar que, para Araújo *et al.* (2001), a vigilância não era ampla e irrestrita, mas seguia uma lógica em que algumas esferas sociais seriam “mais perigosas” que outras. Sobre esse fato os autores Negro e Fontes (2001, p.163) esclarecem ainda que “[...] as entidades consideradas mais “perigosas” recebiam monitoramento mais detalhado. Assim, o cotidiano de várias delas foi sistematicamente observado e registrado em alguns casos, ininterruptamente ao longo de décadas.”

Já as pastas individuais além da identificação (com foto), da filiação, da data e local de nascimento de cada investigado, apresentavam um histórico de suas ações, recolhidos através de recortes de jornais, bem como através de relatórios produzidos por infiltrados entre os investigados. Neste âmbito, a agilidade e a organização da documentação em fichas individuais ou temáticas arquivadas pela DOPS era questão crucial para toda a execução das atividades de investigação, censura e repressão. O referido órgão possuía fundamentalmente um roteiro preestabelecido para vigilância, que constituía-se nessas funções.

- a) investigação:** ocorria por meio de coleta de dados e vigilância preventiva daquele considerado suspeito e os dados coletados poderiam ou não fazer parte de um prontuário da instituição ou indivíduo investigado; os documentos coletados eram: radiogramas, fotografias, recortes de jornais, entre outros;
- b)censura:** caracteriza-se no procedimento adotado após a investigação ou paralela a ela, quando averiguada a existência de alguma atividade que representasse subversão, era então feito controle político-cultural ou de qualquer forma de expressão que significasse ameaça à ordem estabelecida;
- c)repressão:** digamos que essa seria a última instância de atuação da polícia política e que ocorria após constatado que havia atividade subversiva, sendo que as ações poderiam ser a princípio através de perseguição política até a ações de castigos físicos, caracterizados como tortura. (Schmitt, 2011, p. 89, grifo nosso).

Entretanto, “Esta prática de arquivamento realizada pelo aparato repressivo não foi exclusiva do regime militar. O que ocorreu no período ditatorial foi a monopolização deste aparato pelas Forças Armadas.” (Longhi, 2002, p.57). Simultaneamente às atividades de elaboração e fluxo de informações, muitas vezes através da atuação de agentes infiltrados em organizações e movimentos contestatórios, a DOPS/MA era frequentemente requerida para declaração e emissão de pareceres sobre os “[...] pleitos apresentados a instituições públicas, como concessão de documentos, participação em chapas para representação profissional ou

corporativa, empregos etc. A condição de ‘fichado no Dops’ era equivalente à cassação da cidadania” (Borges, 2021, p. 89). Logo, constar uma *ficha individual* nos arquivos das Delegacias em seu nome:

[...] representava grandes problemas. No mínimo, dificuldade para arrumar emprego, pois numa fase da ditadura iniciada em 1964 muitas instituições e empresas exigiam do candidato a seus empregos uma coisa chamada “Atestado de Antecedentes Políticos e Sociais”, mais conhecido como “Atestado Ideológico”, fornecido pelo Dops aos que não tinham ficha em seus arquivos. Para fichados suspeitos de envolvimento com organizações de esquerda, era pior. Podiam ser – e eram – presos sob qualquer pretexto e acusados de qualquer coisa. (Benedito, 2012, p.20, grifo nosso).

No caso das tipologias produzidas no trato das atividades das DOPS, são mais conhecidos os *Atestados de Antecedentes Políticos e Sociais*, também considerado como Atestado Ideológico ou Atestado de Ideologia Política, era um documento expedido pelas DOPS e concedidos àqueles que não eram fichados pelo órgão, em outras palavras, não eram tidos como ‘subversivos’. Este documento era exigido por muitas empresas durante o regime militar como requisito para a contratação de funcionários e era obrigatório para a escolha de dirigentes sindicais. O nosso *corpus* documental foi a série Estudantes, identificadas originalmente por números e pelo código 06 pela DOPS. Observemos na tabela 19 a descrição de seus elementos.

Tabela 19 – (Série Estudantes) Sistema de Informação do APEM.

| Série Estudantes | Procedência dos documentos | Tipos de documentação | Temas |
|---|--|--|---|
| Constituída por 38 Dossiês | Ministério do Exército, do SNI, do 24ºBatalhão de Caçadores, do próprio DOPS/MA, Secretarias de Segurança Pública do Maranhão e de outros Estados, MEC, Fundação Universitária Maranhense. | Fichas de pedidos de busca, informações, fotografias, cópias de comunicação, fichas encaminhamentos, informes, recortes de jornais, relatórios, elações de estudantes eleitos Maranhão e de outros panfletos, revistas, boletins e inquérito | Subversão e subversivos, Congressos e Encontros Brasileiros de Estudantes e Universidades, fraudes em vestibulares, eleições estudantis na UFMA, XII CONEG/UNE em BH/MG, relações de estudantes eleitos Maranhão e de outros panfletos, revistas, para o DCE, Movimento Estudantil no Maranhão e outras localidades, Projeto Rondon, contestação ao Regime, reconstrução da UNE, protestos de estudantes, dos Portos-MA. Diretório acadêmico, repressão policial, anistia, greve de 79, FUM/ASI, agressões policiais a estudantes grevistas, Diretórios Centrais de Estudantes, denúncias, Movimento de Integração e Luta, críticas ao governo e ao regime, influência da Igreja nos movimentos estudantis. |

Fonte: MARANHÃO, Arquivo Público do Estado do Maranhão. DOPS, inventário analítico das séries. p. 36

Convém destacar que essa documentação está disponível digitalmente. Lembramos, que na manhã do dia 26 de janeiro de 2021 o APEM, disponibilizou em seu site as sete (7) série digitalizadas do acervo da DOPS. O feito assume significância gerado pelo livre acesso à documentação da DOPS, Seção Maranhão. Ademais, Carneiro, (2005. p.1) evidencia que: “[...] os pesquisadores têm a oportunidade de avaliar não apenas o mundo da repressão, como também, de reconstituir o mundo fantástico da resistência que, felizmente, não se calou durante os momentos de autoritarismo.” Vejamos a figura 11 a seguir.

Figura 11 - Tela dos sistemas de consulta do acervo digital do APEM.

The screenshot shows the homepage of the 'Acervo Digital' (Digital Archive) of the Arquivo Público do Estado do Maranhão (State Public Archive of Maranhão). The header features the archive's logo and the text 'Acervo Digital'. Below the header is a navigation menu with links to 'Principal', 'Instrumento de pesquisa', 'Sobre', 'Exposição', and 'Contato'. A search bar labeled 'Buscar' is positioned below the menu. The main content area is titled 'Inventário' (Inventory). Underneath this, there are three categories: 'Avulsos' (selected), 'Códices', and 'Coleções'. A section titled 'Fundos:' lists several archival collections:

- COLEÇÃO DAS LEIS, DECRETOS, RESOLUÇÕES E REGULAMENTOS DO MARANHÃO 1835 - 1889
- 1 - SECRETARIA DO GOVERNO 1728 - 1914
- 35 - DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL / DOPS 1966 - 1992
- 38 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS 1645 - 1973
- 50 - ACERVO JOÃO MOHANA -

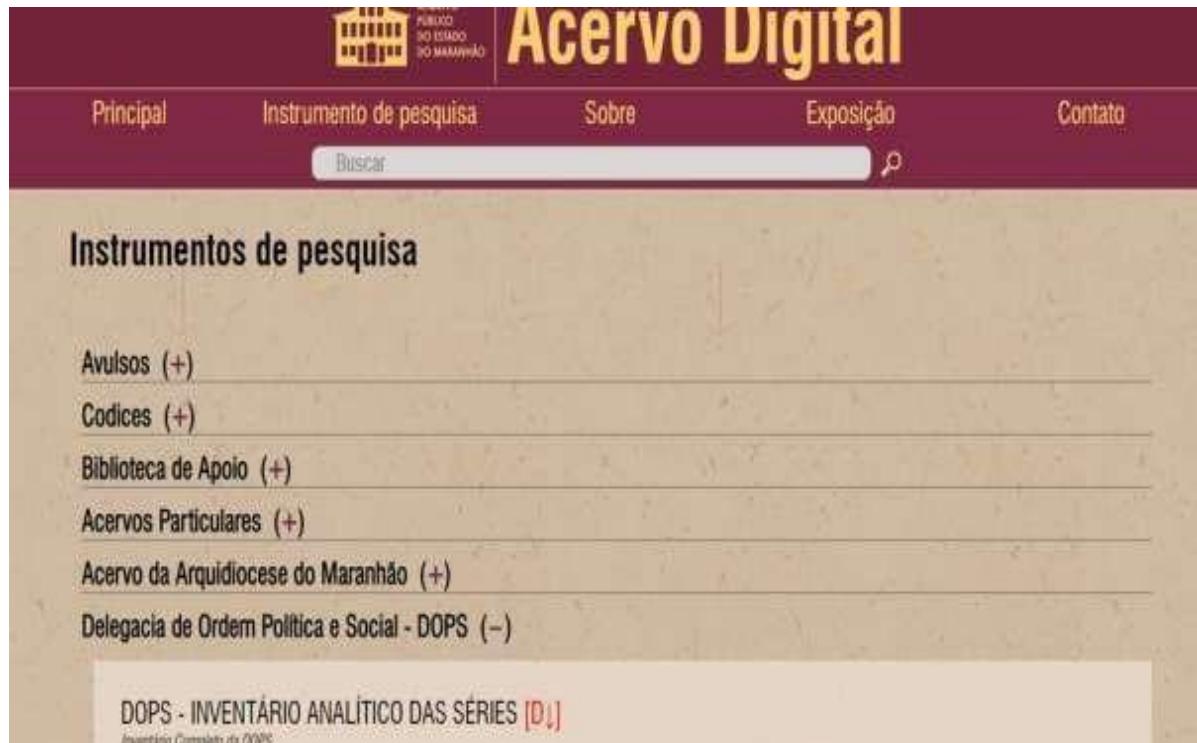
Fonte: <http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/index.php>

Sobre a busca de informações acerca do acervo e a consulta a essa documentação na íntegra acessamos o Inventário Analítico das séries preliminar do Fundo no site, como visualizamos na figura a seguir. Essa disponibilização em caráter virtual do Inventário Analítico das séries permite que pesquisadores de todas as partes do país e do mundo possam ter em suas mãos, de forma rápida, uma fonte rica de informações acerca do titular e de seu acervo, sem ter a necessidade de se deslocar até a instituição de guarda desse arquivo. Já é um passo a mais na promoção de acesso remoto às fontes documentais.

Ressalta-se que, para além de um instrumento de pesquisa, cujas funções principais é apontar a localização exata e em que item documental se encontra dentro do acervo, facilitando a identificação e consulta dos documentos, o inventário traz em seu bojo uma gama de outras informações que contribuem para estudos e pesquisas acerca do fundo em questão.

Seguindo-se de uma descrição arquivista minuciosa, baseada nos padrões e normas, abrangendo a descrição das séries documentais. Acrescenta-se o fato de ser uma referência para todos os pesquisadores preocupados em conhecer a história dos movimentos sociais do século XX, durante os períodos democráticos e ditoriais. Avistemos a seguir a figura 12 da página de acesso desse instrumento.

Figura 12 – Tela do Instrumento de pesquisa o Inventário Analítico das Séries do DOPS (Acervo Digital).



Fonte: <http://apem.cultura.ma.gov.br/siapem/index.php>

Diante do que foi descrito até aqui, é preciso analisar esse corpo documental considerando seu contexto de produção, fazer a crítica das fontes e as operações de ocultamento/revelação próprias desse material. De modo que, segundo Chartier (2002, p. 13). “[...] os documentos não são mais considerados somente pelas informações que fornecem, mas são também estudados em si mesmos, em sua organização discursiva e material, suas condições de produção, suas utilizações estratégicas.”

Por fim, Braggio (2012, p.15) assinala “É notório, como podemos observar em pesquisas que apontam para esta direção temática, que a DOPS, como um serviço de segurança pública, na função de manter a ordem política e social, via no ME uma ameaça ao governo vigente da época, fazendo com que o movimento fosse passível de vigilância política. [...].” Ressalta, ainda, o autor que, consequentemente, a produção de informações advindas deste órgão, ao apontar os estudantes e outros segmentos da sociedade como possíveis ameaças/inimigos da ordem pública, preconiza a diversidade de significados desses registros.

Logo, segundo os autores Renk, Ilkiu e Cândido (2022), eles permitem fazer inferências à trama que envolveu os sujeitos e suas estratégias de resistência ao regime ditatorial. Assim, a acareação, a interrogação dos registros documentais que compõem as fontes

de pesquisa propiciam captar as acusações imputadas aos sujeitos, as astúcias e as formas de resistências destes envolvidos ante a situação política, mas também as táticas desenvolvidas pelos agentes do Estado para monitorar e reprimir esses envolvidos. Partindo desse horizonte de compreensão teceremos no próximo tópico o olhar vigilante do DOPS sobre o ME da UFMA.

7 SOB VIGILÂNCIA DA DOPS O MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFMA: “para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça.”

“[...]o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”
 (Bloch, 2001, p. 75)

As palavras citadas pelo historiador francês nos acalentam quanto à empreitada de apresentar, nesta seção a nossa interação com as fontes documentais da antiga DOPS/MA que retratam a constante atividade vigilante empreendida pela polícia política no sentido de controlar e de registrar as ações dos estudantes universitários durante o regime ditatorial, por meio de suas entrevistas/depoimentos.

Le Goff (1996) argumenta que a história, tal como a memória coletiva, não se limita a reproduzir o conjunto do passado. Ao investigarem documentos e monumentos, os historiadores fazem opções que moldam a narrativa histórica, resultando numa história que não é a totalidade do passado, mas sim uma versão selecionada e interpretada.“[...] mas a escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.” (Le Goff, 1996, p. 535). Remete-nos à compreensão de que a preocupação com as fontes não pode prescindir da ideia de que “[...] uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente.” Certeau (2006, p. 34). “A leitura dos documentos não serviria, pois, para nada se fosse feita com ideias preconcebidas. A sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm [...]. (Le Goff, 1996, p. 536).

Desse modo, é preciso ter em mente também que toda a história se faz no presente mediada por documentos, mas de igual modo pela construção do/a pesquisador/a e, principalmente, pelas questões feitas às vozes do passado que “[...] está sempre retornando ao presente para transformá-lo, diuturnamente, como força viva que atua no presente.” (Barros, 2013, p. 180). As fontes investigadas e os depoimentos dos ex-militantes estudantis, possibilitaram o acesso aos episódios sobre o ME que trazem vestígios do processo de vigilância exercida sobre os jovens universitários, descritas nas fontes. Logo, as informações extraídas e integradas ao objeto de investigação, foram delineadas ao longo da divisão construída nesta seção.

7.1 O subversivo (ILA): prelúdio pela retomada dos diretórios estudantis da UFMA.

A partir do ano de 1975, um grupo de estudantes do Instituto de Letras e Artes (ILA), setor da UFMA, que reunia os cursos de Comunicação Social, Letras, Desenho Industrial e Artes Plásticas, iniciaram a articulação de encontros para debater as questões nacionais, apesar da vigilância contínua da ASI⁸⁵ vinculada à administração da UFMA.

Ao rememorar episódios de sua militância estudantil neste período, o estudante de comunicação Cícero da Hora em depoimento a Matias (2004) em sua obra “A revolta da meia passagem” assevera que *“A vigilância era tão grande, era o instituto que tinha mais policiais federais, civis e militares estudando, gente que veio não sei se foi através do vestibular (...), sobretudo no Curso de Comunicação [...]”*. Entretanto, no ano seguinte essa:

[...] célula estudantil, em um trabalho de formiga, atuando nos bastidores, ampliou o raio de influência até o Centro de Área Médica, ao Centro de Estudos Básicos, que funcionavam no Campus do Bacanga, distante do centro cerca de 2 km [...]. Os alunos da Federação das Escolas Superiores (FESM), que funcionava na área do Bacanga, próximo ao campus da Universidade Federal, também começam a discutir com o grupo os problemas nacionais[...] **Esse grupo passou a atuar, também junto à direção da universidade, cobrando a organização dos diretórios estudantis. As organizações estudantis da UFMA haviam sido desbaratadas em 1968, pelo regime militar, na onda autoritária do AI-5.** (Matias, 2004, p.29, grifo nosso).

Entre esses jovens universitários estavam Josemar Pinheiro, Maria Ignez Martins Guimarães e Marcos Igreja (Direito), Aldionor Salgado, Raimundo Nonato Coêlho Neto e Cícero de Abreu da Hora (Comunicação). A maioria dos participantes abrigava-se no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e muitos atuavam nos movimentos culturais, dentro da universidade, nos grupos de teatro, música, cinema e dança.

Na solenidade de posse do novo reitor José Maria Ramos Martins (1976-1979), esses estudantes realizaram a primeira manifestação pública em defesa da reorganização do ME e pela volta das eleições estudantis, discursaram Maria Ignez e Josemar, mas os agentes da Polícia Federal e da DOPS, reprimiram “[...] as manifestações no prédio da reitoria, no Palácio Cristo

⁸⁵ As Assessorias de Serviço e Informações (ASIs) foram criadas a partir de janeiro de 1971, depois que o MEC aprovou seu Plano Setorial de Informações. [...] Em 1975 pelo (Decreto n.75.640) foram reformuladas, e, a partir daí, para ocupar a chefia das ASIs era necessário ter feito o curso de informações da Escola Superior de Guerra (ESG), o curso A da Escola Nacional de Informações (EsNI), ou o curso da Escola de Comando do Estado Maior do Exército(Eceme). Os registros revelam que houve tanto civis como militares à frente desse órgão, UFMG, UnB, UFF, UFRJ, Ufam, UFMT e UFMA tiveram civis como chefes das respectivas ASIs. Quanto à estrutura, elas deveriam ter um chefe, responsável por coordenar as atividades e representa-las à DIS/MEC e aos outros OIs, e mais duas seções, de informações e administrativas. Segundo as normas estabelecidas em 1975(Decreto nº75.524). (Motta, 2014).

Rei. Saiu preso da manifestação Josemar Pinheiro e foi levado para a sede da DOPS, onde foi interrogado. Ignez escapou de ser presa, mas ficou marcada como “*Agitadora*.” Matias (2004, p.30).

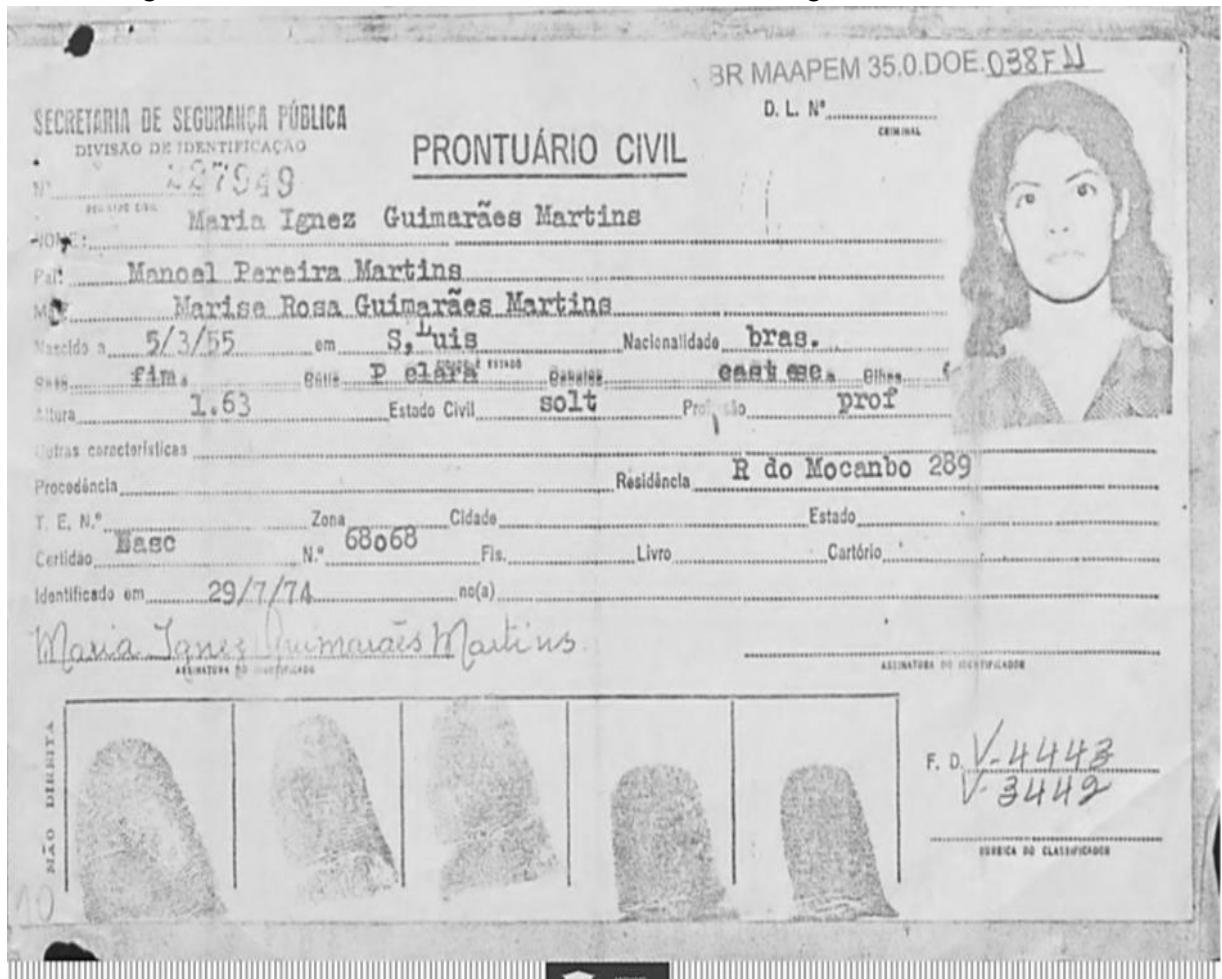
Após esse episódio, o Conselho Universitário, composto por representação de todos os órgãos universitários, assim como a presença constante do SNI, através da ASI, elaboraram as normas das eleições estudantis universitárias. Registra-se o fato de as entidades, nesse período, ainda estarem emparelhadas à administração da universidade, que realizava as eleições e determinava as atividades, limitando a entidade a um “Grêmio Cívico.” (Silva, 1997). Nesse momento, segundo Borges (2008), a principal preocupação do ME era a participação dos estudantes na reestruturação de suas unidades representativas, para que juntos pudessem lutar.

[...] a retomada do movimento estudantil já era preocupação dos estudantes universitários maranhenses. Uma limitação era que, naquele período, o Ministério da Educação, através das universidades, ainda tutelava as entidades estudantis (Diretório Central e Diretórios Setoriais), mantendo-as, atrelados à sua estrutura, despolitizando-as e impedindo que se constituíssem em autênticos espaços de representação dos interesses do segmento estudantil. (Borges, 2008, p.51).

Logo, os representantes do Conselho Universitário supracitado apresentaram a proposta de regulamentação das eleições estudantis, à luz do decreto 477, pela qual criaram o Diretório Universitário Central (DUC) e três Diretórios Setoriais das áreas, médica, técnica e humana, em vez do DCE e dos diretórios por curso. Pela regulamentação, foram estabelecidas as seguintes regras para os candidatos aos novos órgãos: os universitários não poderiam ter reprovação, a média de aproveitamento deveria ser alta e não poderiam ultrapassar um determinado número de faltas, por semestre. ‘Ainda, não poderiam ter registro na DOPS, nem na ASI. Esta regra, excluía as principais lideranças estudantis, pois quase todos estão fichados como agitadores e subversivos, como o caso da líder estudantil Ignez. Assim, localizamos sua ficha na série de *Documentos Expedidos*, que estão classificados sob o código 13, de ordem original do DOPS/MA.

Os referidos documentos são produzidos pelo próprio departamento, abrangendo informações, relatórios de sindicâncias, mandados de prisão, relação de elementos subversivos, atestados e certidões, memorandos, ofícios, inquéritos policiais, relação de procurados, solicitações de informações. Nesta série, abordam-se assuntos referentes aos militantes de movimentos subversivos, crimes, encontros estudantis, atividades políticas, dentre outros assuntos, que certificam a atuação do departamento em comunicação articulada entre os DOPS de diversos estados. Visualizemos, a figura 13 a seguir.

Figura 13 - Ficha na DOPS da estudante de Direito Maria Ignez Guimarães Martins.



Fonte: Série Documentos Expedidos pelo DOPS/MA- Dossiê nº56. APEM.

A ficha de Ignez ilustra o caráter autoritário do regime, em sua repressão e na tentativa de controle dos estudantes que atuavam contra a Ditadura, classificados como subversivos inimigos do Estado. Ignez recebeu a classificação de *Agitadora*. Segundo Garcia (2013) a constituição de um prontuário, dava-se a partir das práticas cotidianas dos agentes do DOPS que arquivavam as informações que consideravam relevantes para comprovarem a periculosidade de um indivíduo ou grupo.

Nesse processo Fico (2001, p.101) assinala que: “A reiteração era a principal técnica de inculpação da comunidade de informações. Consistia em lançar uma primeira dúvida, baseada em indício aparentemente insignificante, que, posteriormente (mesmo anos depois) poderia ser usada como dado desabonador da vida pretérita de alguém.” Essa citação é pertinente ao verificarmos vários documentos que constituem o *Prontuário Civil de nº 227949* da militante Ignez. De acordo com Carneiro (2005, p. 4) “[...] mesmo prontuário expressando uma verdade aparente” a saber: o discurso da ordem (o policial), o discurso da desordem (o da

resistência) e o discurso colaboracionista (o do delator e da grande imprensa).” Conforme a autora, esses discursos são fundamentados sob a marca da desconfiança e direcionam a lógica da ação de atos “justificados” de violência, tortura e violações de direitos e muitas vezes devemos realizar a avaliação “inversa” dos sentidos das palavras, datas, fatos e imagens que revelavam mais do agente do que com o delito propriamente.

E, apesar das adversidades colocadas pela Administração da UFMA e o contexto dessa legislação autoritária, os estudantes, entre eles Ignez, lançaram a chapa *Decisão* liderada pelo estudante de comunicação Raimundo Nonato Coelho Neto e Raimundo Medeiros membro do grupo de cinema Super-8⁸⁶ para concorrer às primeiras eleições do DUC, contra a chapa do estudante de medicina João Melo e Sousa Bentivi. Vence as eleições, em outubro de 1976, a chapa de Coelho Neto (presidente do diretório).

Logo, o grupo eleito retomou os debates acerca da política nacional e a realidade política do Maranhão, ainda em reuniões pequenas e realizadas fora do Campus, uma vez que, conforme o decreto 477, estudante não podia falar em política. Além disso, o diretório resolveu fazer uma desobediência civil às normas do referido decreto e às normas da universidade para as organizações estudantis.

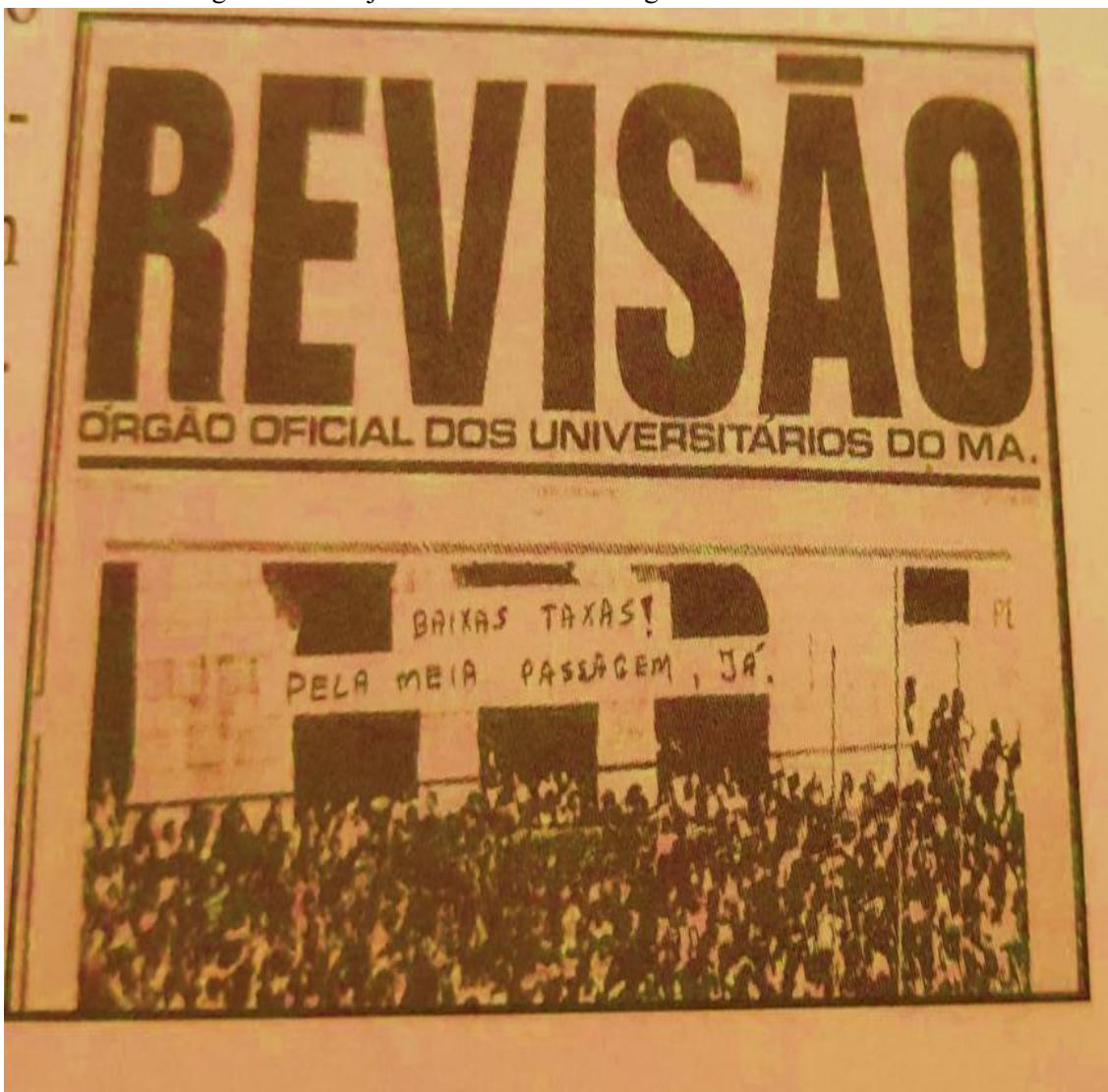
Raimundo Nonato Coelho Neto em seu depoimento a Matias (2004) relata que “*A primeira coisa que nós fizemos, depois das eleições, foi mudar o nome da entidade para Diretório Central dos Estudantes (DCE), que passou a ter um nome oficial, que vinha nas correspondências oficiais da universidade, e nós assinávamos Diretório Central dos Estudantes.*”

Na UFMA, apesar do controle institucional exercido pela reitoria, da vigilância contínua da ASI (Assessoria de Segurança e Informação) e do clima de pouca liberdade vigente no país, o grupo que assume o DCE (Diretório Central dos Estudantes) em 1977, tendo à frente o estudante Coelho Neto, conseguiu imprimir certo radicalismo (para os padrões da época) à sua gestão. (Borges, 2008, p.51).

Em outubro de 1977, o Diretório Central do Estudantes gestão *Decisão* edita o jornal *Revisão*, órgão oficial dos universitários do Maranhão, com um balanço das atividades desenvolvidas pelo diretório. Segue a figura 14.

⁸⁶ Em 1977 a cidade de São Luís vivia um período de efervescência cultural. Cerca de 100 filmes de super- 8 são realizados no Maranhão entre os anos de 1973 e 1981. Na mesma época temos a Jornada Nacional de Cinema no Maranhão que tem início como nome de *Jornada Maranhense de super-8* na década de 1990 receberia a denominação de Festival de Cinema e Vídeo, sob a coordenação do obstinado Euclides Moreira Neto. (Lima, 2003).

Figura 14 – O jornal Revisão do DCE gestão *Decisão* em 1977.



Fonte: Matias (2004).

Destacam-se, na avaliação editada pela diretoria nesse impresso, as atividades artísticas⁸⁷, teatrais e de cinema, vinculadas ao órgão estudantil. Pautadas também pelas bandeiras políticas gerais, como os dias nacionais de luta, conduzido pela clandestina UNE, a luta pela Anistia ampla, geral e irrestrita e a defesa pelas eleições diretas em todos os níveis no Brasil.

Nessa ambiência, realizaram a II Semana dos Calouros, concursos, seminários e assembleias estudantis, encaminhando também as discussões e reivindicações locais, como a redução das taxas universitárias, a melhoria das condições de ensino, a ampliação e melhoria

⁸⁷ Mirza Pellicciotta (1997) ressalta que, na primeira fase dos anos 1970, as atividades culturais tornaram-se parte da vida das entidades estudantis, ocupando um espaço de complementação da experiência formativa, o que não pode ser considerado uma novidade, já que a incorporação de linguagens artísticas aos atos políticos foi a maior herança deixada pelo CPC.

do restaurante universitário. Da mesma forma, temos a atuação do DCE referida pelo jornal da época que descreve:

O DCE teve uma participação muito significativa na política maranhense quando aderiu ao 1º dia nacional de luta, realizado em todo o Brasil, realizou várias assembleias gerais em prol da meia passagem; mantinha uma certa cultura e o sabor a independência de acesso ao restaurante universitário e impulsionava a cultura e o saber através de seminários, concursos e contatos com autoridades responsáveis pela educação, em agosto de 1977 também desafiou a posição do reitor quando este proibiu a realização da 1ª Semana dos Calouros, que acabou acontecendo fora do Campus. (O Imparcial, 1978, p.5).

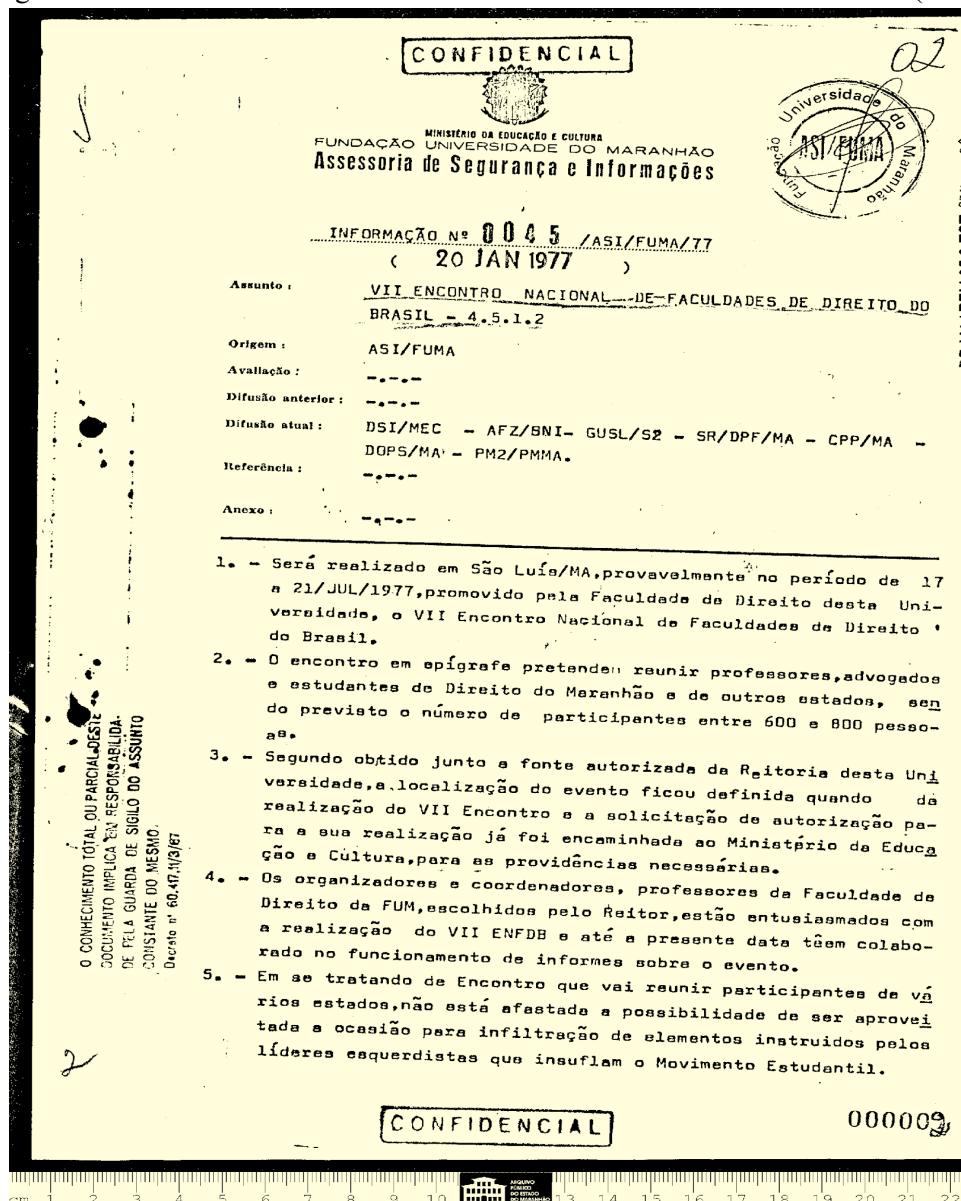
Todas essas ações foram monitoradas pelos espiões da ditadura da ASI, da DOPS e da Polícia Federal. Tantos agiam infiltrados nas salas de aula, bem como controlavam as atividades e os eventos. A exemplo, nós temos a Semana dos Calouros, em 27 de setembro de 1977, onde o agente da ASI/MA registra a hora, o local e os participantes do encontro. Neste documento, como carimbo de *Confidencial* encontra-se o relato sobre a tentativa de realização do evento no Auditório Jarbas Passarinho, mas o reitor José Maria Ramos Martins recusou-se a ceder o espaço.

Baseou-se o mesmo no fato evidente de que a escolha de Maria Ignez Guimarães Martins dentre cerca de 5.000 (cinco mil) estudantes disponíveis na UFMA, caracterizava uma afronta às autoridades superiores daquela instituição. Comprovava, além disso, a baixeza de caráter do referido estudante (Coelho Neto N.A.), tendo em vista que, recentemente, o próprio reitor da UFMA houvera propiciado todas as facilidades para a sua ida a BRASÍLIA e provido todos os entendimentos para que lá fosse atendido por autoridades do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, inclusive o próprio MINISTRO. (Série Expedidos pelo DOPS/MA- Dossiê nº56)

Deste modo, a Semana dos Calouros teve lugar nas dependências do Centro de Treinamento de Líderes, que funcionava no Seminário Santo Antônio com a presença de cerca de 200 universitários. Sobre o episódio, Matias (2004) expõe que o padre Marcos Passerini religioso progressista da Igreja Católica, que desenvolvia formação para jovens e colaborava com os movimentos populares buscado pelos estudantes Coelho Neto, Marcos Igreja, Raimundo Medeiros e Cícero da Hora, convida os estudantes para visitar a igreja e conhecer um grupo de jovens católicos. A contar dessa época, o DCE passou a realizar alguns eventos nos espaços da Igreja São João Batista.

Era rotineiro que esses eventos fossem vigiados por agentes da DOPS. Logo, localizamos na série documental denominada “*Estudantes*”, outra fonte de caráter Confidencial que informa a realização do VII Encontro Nacional de Faculdades de Direito do Brasil na UFMA. Na figura 15, podemos ver que este é um documento, oriundo da ASI da UFMA, pelo subtítulo “origem” inscrito na fonte.

Figura 15- VII Encontro Nacional de Faculdades de Direito do Brasil na FUM (1977).

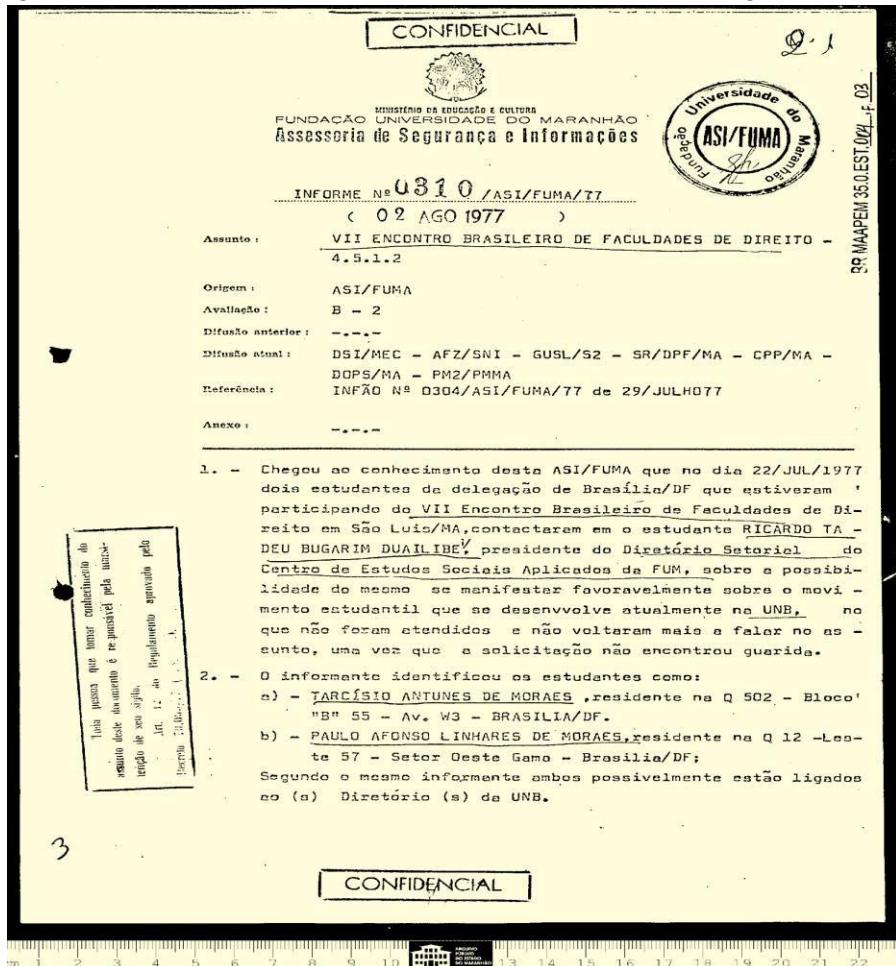


Fonte: Série *Estudantes* DOPS/MA- Dossiê nº004. APEM.

Observa-se, na fonte acima, o controle da Reitoria da UFMA sobre a realização do evento. Ao selecionar os membros participantes da organização, também temos sinalizada a menção da possibilidade de subversão da ordem instituída pelos “líderes esquerdistas” no evento, demonstrando a prática autoritária dos agentes de repressão baseada na suspeita generalizada de que os historiadores (Carneiro, 1999; Fico, 2001) intitulam de lógica da suspeição ou da desconfiança. Essa suspeição se mostra em vários documentos à disposição nos Dossiês da Série *Estudantil*. Outra fonte retirada dessa série, evidencia a atuação dos informantes, no que se refere à vigilância aos militantes estudantis, é o Informe (figura 16) denunciando o estudante Ricardo Tadeu Bugarim Dualibe, presidente do Diretório Setorial do

Centro de Estudos Sociais Aplicados da FUM. A sua classificação “B-2” segundo a SNI nos indica que é uma fonte de idoneidade desconhecida e com reduzida probabilidade de confiabilidade.

Figura 16 - Informe da ASI sobre o estudante Ricardo Tadeu Bugarim Dualibe.



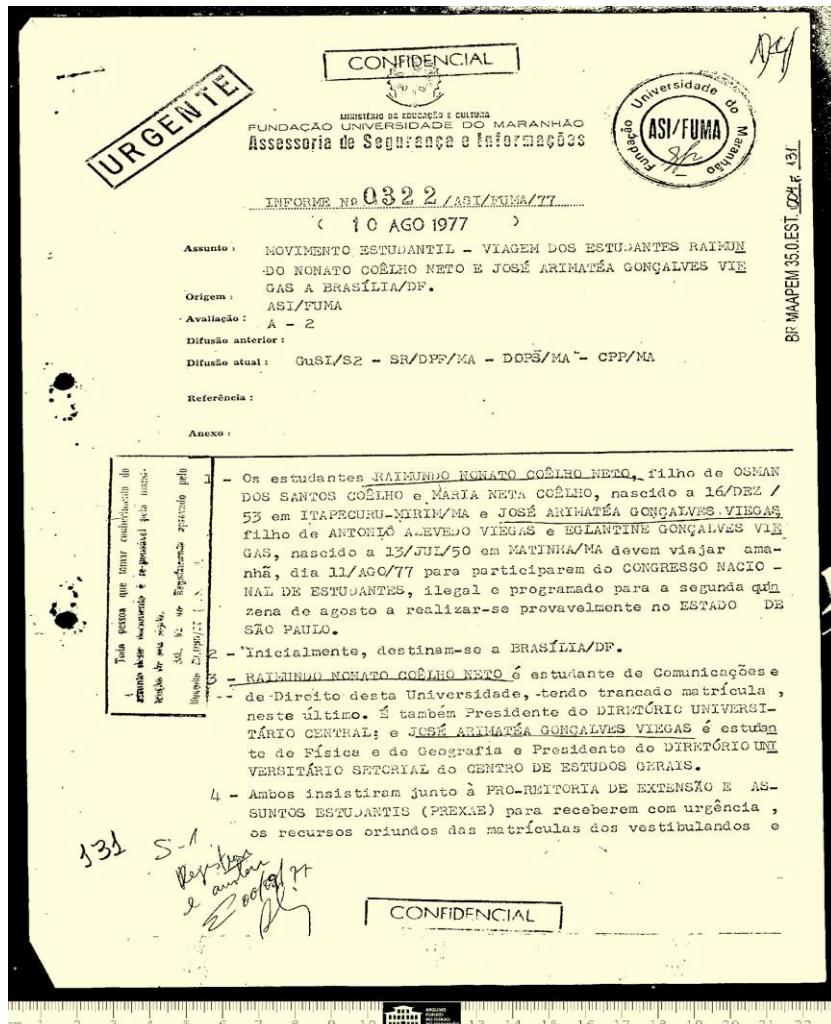
Fonte: Série Estudantes pelo DOPS/MA- Dossiê nº004.APEM.

A realização de espionagem na ditadura se fundamentava na suposição de que havia suspeitos em todos os lugares e a “Comunidade de Informações” existiu para reprimir qualquer manifestação que ocorresse, ou tendesse a ser contrária a ela. Os informantes cooptados ou agentes infiltrados conheciam o cotidiano do seu grupo porque conviviam com eles, logo seus informes facilitavam o trabalho dos agentes da repressão (Campos Filho, 2013; Garcia, 2013). Nessa ambiência, o DCE, sob a gestão *Decisão*, pauta, no segundo semestre de 1977, a questão da Meia Passagem. Assim, realiza uma assembleia estudantil no auditório Jarbas Passarinho. O agente do DOPS relatou o evento, transscrito abaixo.

Contando com uma plateia muito grande, isto é, com quase todo o auditório lotado, o presidente do DCE, sua secretária Fátima e outros assessores mais ligados deram início ao debate que fora tão propalado, a meia passagem para o estudante universitário, aberto o plenário pelo presidente, as atenções foram-lhe dadas já que o assunto era de interesse(sic) de toda a classe, enfocou na oportunidade que o DCE vinha lutando arduamente com o intuito de dar a classe melhores dias dentro da própria conjuntura da universidade e que não vinham medindo esforços para tal, mas que o aludido órgão às vezes sentia-se frustrado por não contar com o apoio maciço daquela massa que naquele instante encontrava-se ali reunida, terminada a fase preliminar o expositor partiu para a meta principal daquela reunião. (Matias,2004,p.34).

Na mesma época, a Reitoria alegando irregularidades no uso de recursos destinados ao órgão estudantil, denuncia os líderes estudantis Raimundo Nonato Coêlho Neto e José Arimatéa, ambos sob vigilância, por suposto uso do recurso em atividades suspeitas em viagem à Brasília. Como se pode observar na figura 17 do documento confidencial, com o carimbo de “Urgente”

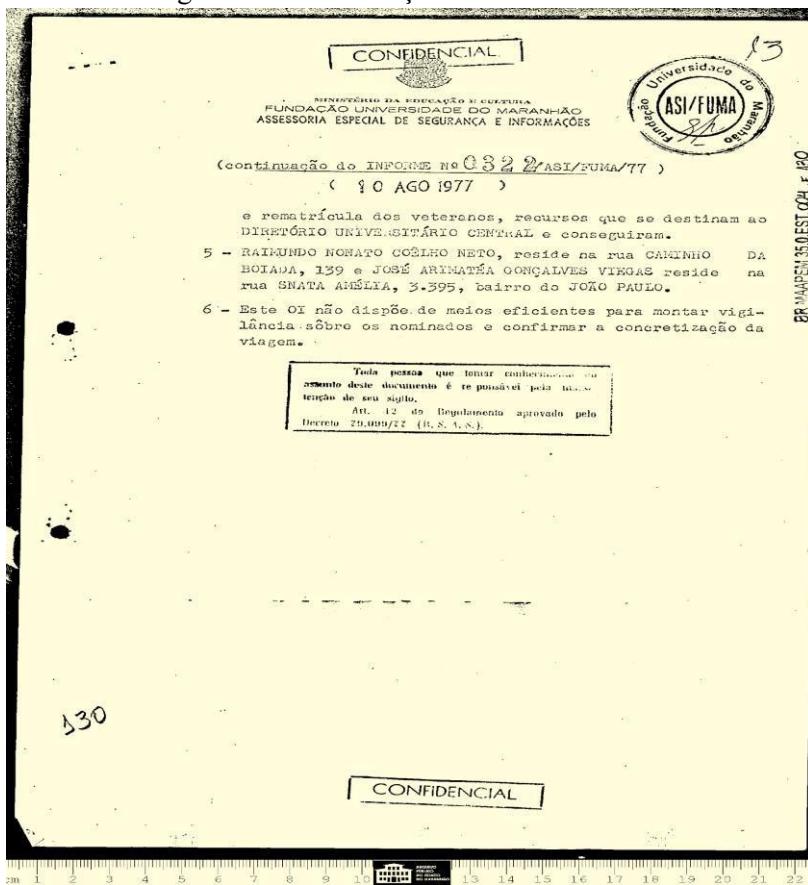
Figura17 - Informe da ASI sobre os líderes estudantis Coelho Neto e José Arimatéa.



Fonte: Série Estudantes pelo DOPS/MA- Dossiê nº004.APEM.

Segue o Informe nº 0322 na figura 18, onde observa-se a solicitação de investigação sobre o fato bem como o apoio para manutenção da vigilância sobre os citados estudantes ao referido órgão. A classificação “A-2”da fonte caracteriza sua procedência idônea registrada pela SNI. Nota-se, também, que ao nominar a entidade estudantil utiliza a nomenclatura (DIRETÓRIO UNIVERSITÁRIO CENTRAL) já que não reconheciam o DCE, questão já abordada anteriormente.

Figura 18 – Continuação do Informe nº0322.



Fonte: Série Estudantes pelo DOPS/MA- Dossiê nº004.APEM.

“Coelho Neto foi suspenso das atividades acadêmicas e respondeu a inquéritos no DOPS e na Polícia Federal, período por ele considerado como *um verdadeiro inferno.*” (Matias, 2004, p.34). Assim, a Reitoria intervém no DCE, nos diretórios setoriais e consequentemente nas eleições estudantis com o término do mandato em outubro de 1977 da gestão Decisão. Não houve eleição, na entrevista concedida a Silva (1997, p.38) o estudante Coelho Neto esclarece que; “[...] a reitoria fez uma legislação para intervir na eleição estudantil. Eles fizeram uma eleição indireta no auditório para uma mandato pró-tempore para o período de outubro a

março. Dessa forma, eles conseguiram eleger estudantes ligados à administração, que estavam a serviço da Reitoria.”

7.2 O advento e a ousadia do Grupo Unidade

O ano de 1978, é marcado pelo surgimento do grupo que inaugura a presença profusa e organizada de estudantes ligados à Igreja Católica na vida política da Universidade e, por extensão, da cidade. (Borges, 2008). Trata-se do *Grupo Unidade*, que foi originado no seio da Pastoral da Juventude/Universitária com o objetivo de atuar no ME, direcionando as lutas deste segmento. Em sua entrevista, Agenor Gomes relata esse processo de constituição do *Grupo Unidade* em suas palavras explana.

Em 1978 foram promovidas novas eleições. Houve um grande encontro, aqui em São Luís da Pastoral da Juventude. Havia à igreja católica uma grande aliada da sociedade e da luta pela redemocratização aqui em São Luís. Então, a igreja católica promoveu encontros, treinamentos para lideranças. E em 1977, haviam um grupo expressivo de jovens que estavam participando dessas iniciativas, chamadas de Treinamento de Liderança Cristã. É a sigla TLC e eu tive a oportunidade de participar em um desses treinamento de liderança aqui em São Luís, me lembro de muitos outros colegas. Por exemplo, Juarez Medeiros é me lembro de Renato Dionísio de Oliveira, me lembro de José Maria Medeiros e tantos outros jovens que estavam entrando na universidade e que participavam também desses encontros promovidos pelos chamados leigos, é da igreja católica. Então, nesses encontros era discutidos problemas sociais. Assim nesse ano de 78, no final de um desses encontros houve uma proposta de que os estudantes, militantes desses movimentos da igreja católica pudessem se mobilizar para integrar uma chapa na Universidade Federal do Maranhão. para diretoria do DCE e para os outros diretórios setoriais, nessa época não havia diretórios por curso. Decidimos chamar o grupo de Unidade, nós então resolvemos fazer uma mobilização entre estes jovens todos e montamos uma chapa para os diretórios setoriais. (Agenor Gomes).

Assim, o *Grupo Unidade*, com o apoio das lideranças do DCE de 1977, monta a chapa para as eleições liderada por Juarez Medeiros, do curso de Direito, e ainda Agenor Gomes, Maria José (Mazé), Ivanhoé Leal e outros. Então, tivemos Juarez Medeiros para a presidência do DCE e outros colegas. Renato Dionísio para diretório do Centro de Estudos Básicos, José Maria Medeiros para o diretório da área humanística. E para área médica a estudante Luzia. Sobre a mobilização e a organização da chapa para o pleito Juarez Medeiros em seu depoimento relata.

Quando surgiu essa eleição, em 78, a direção do Movimento estudantil estava na mão de um chamado grupo pró- tempore, instituído pela reitoria. Aí o que acontece, nós partimos para a eleição, estruturamos todo o nosso grupo, né? Eram 3 diretórios setoriais. Então, discutimos e montamos chapa. A chapa

*não era exclusiva de pessoas ligadas à igreja, mas a coordenação, o encabeçamento a dinâmica, era nossa. Era desses jovens que estavam ali a partir de algumas convicções. Religiosas, sociais, com o desejo de participar. E então, agregamos outras pessoas, né? Em todas as chapas entraram pessoas que cada um de nós conhecia como colegas de universidade. Ah, fulano de tal, do curso de odontologia, fulano de tal, do de enfermagem, fulano de tal, do curso de direito, fulano de isso foi formando como é natural, formando chapa, tentando é somar fazendo composições com lideranças nos seus cursos, né? Pessoas que tinham força e identidade, é, vamos dizer assim, enquanto pessoas que estavam cursando, em suas academias. E aí conseguimos montar. É as 3 chapas muito, muito competitivas. E em 78 a eleição do diretório central era indireta. Então é quem elegesse a maioria dos diretórios setoriais elegeria o diretório central. E nós formamos então o movimento chamado *unidade* e fizemos pichações no asfalto do campus, fizemos pichação no asfalto em alguns pontos da cidade e fizemos musiquinha. Eu me lembro que a estudante Maria José a (Mazé) fez um Painel imenso de letras recortadas, era a nossa artista. Nossa, é designer, né? Era a pessoa que pensava a comunicação visual do grupo dentro dos limites que a gente tinha. (Juarez Medeiros).*

Na figura 19, identificamos os membros da chapa, temos sentados, da direita para esquerda: Zé Maria, Cintia, Agenor Gomes, Cunha Santos, Maria José, Ademir Santos. Sentados, na segunda fila: Lauriano, Ivanhóe Leal, Juliano, Iraneide, Renato Dionísio, Glória. Última Fila: Antonio José, Rosa Almeida, Juarez Medeiros.

Figura 19 - Líderes estudantis da chapa *Unidade*. UFMA, 1978.



Fonte: Acervo de Juarez Medeiros.

Inicialmente, lançam a campanha pela criação dos diretórios acadêmicos por curso, onde conclamam a classe estudantil a encampar a luta pela melhoria das condições de ensino e em defesa das liberdades democráticas, não só no âmbito da universidade. Assim, o diretório conforme Borges (2008, p.52) “[...] passou a integrar as frentes políticas que reuniam os movimentos existentes na cidade, abraçando lutas contra a carestia, contra as desocupações urbanas, contra violência rural, pela anistia, pela meia passagem, etc.[...] mesmo que não passasse, às vezes, de uma declaração formal de apoio, cooperação financeira ou trabalho de militantes.” Vejamos os depoimentos transcritos abaixo;

O movimento estudantil era convidado a participar de diversos eventos, que também estavam se inaugurando, que estavam nascendo. O movimento estudantil estava tendo um renascimento e movimentos como a Defesa da Anistia, a Sociedade dos Direitos Humanos, o Movimento contra Carestia estavam nascendo. Éramos todos parceiros que mutuamente se conheciam na inauguração desses espaços, dessas bandeiras. (Juarez Medeiros).

Nós participamos diretamente da luta pela anistia ampla, geral. Participamos da sociedade maranhense dos direitos humanos. Da luta dos vizinhos, da luta do povo pobre da periferia, de São Luís, por moradia, enfim, a gente tava em todo lugar, na verdade. Onde era necessário defender os direitos humanos e defender a liberdade contra a ditadura a gente estava lá também. (Mazé)

Ao delinear o cenário da participação da gestão junto a esses movimentos, José Medeiros narra.

É aquele período ali, 78 nós estamos vivendo ali o início do fim da ditadura, né? Do fim do regime militar. Então a sociedade está se mobilizando muito. Não só os estudantes toda a sociedade, está tendo a campanha da anistia, está tendo campanha das diretas. Tem vários movimentos acontecendo ali. Movimento popular que nós estamos aqui na luta contra a grilagem, está muito forte naquele período, as lutas camponesas. Movimento contra a carestia também, que é um movimento mais urbano. E nós somos jovens naquele tempo. E a partir dessas discussões, todos nós resolvemos intervir no movimento estudantil da Universidade Federal que já tinha uma certa representação, com uma turma anterior, que era gestão de Coelho. É a primeira representação que tem a anterior a essa nossa. Nesse tempo, muitos de nós somos de grupo de jovens da igreja e ligados mais ao movimento da teologia da libertação. E é com essas ideias que a gente chega na universidade e aí a gente faz uma chapa, chama-se. “Unidade.”(José Medeiros).

Conforme os entrevistados, eles se reuniam nas dependências da Igreja São João colocado à disposição pelos padres Pacini e Passerini às entidades e aos militantes estudantis, espaços físicos para a realização de reuniões, assinaturas de jornais e revistas de circulação nacional, contribuía, ainda, com resmas de papel, com stencils, tinta para mimeógrafo e o próprio mimeógrafo para que rondassem os panfletos e jornais alternativos. Reunidos numa

sala no 1º andar, que tinha janela para a rua das Flores, identificamos na figura 20 posteriormente, os membros do grupo *Unidade*, da esquerda para a direita Mazé, João Bosco, Renato Dionísio, José de Ribamar e Agenor Gomes.

Figura 20 – O grupo Unidade na sala da Igreja São João. (1978).



Fonte: Acervo de Juarez Medeiros.

Ao tratar desse fato, Juarez Medeiros esclarece “*Era o contato com a cidade, em vez de estar isolado lá num Barracão no fundo do campus universitário, isolado da cidade, isolado dos estudantes, já que a parte da manhã, principalmente, era pouco frequentada no Campus.*”

Em sua entrevista Mazé relata as razões para o funcionamento da *Gestão Unidade* na Igreja São João.

Então era um período muito complicado, era ditadura militar. A gente vivia sob ameaça, O tempo inteiro tinha os informantes da Assessoria de Segurança e Informação da UFMA que nos seguiam. Que estava sempre querendo se infiltrar nas nossas reuniões para além disso, os informantes da própria ditadura do Dops que atuavam. Então a gente se reunia na igreja de São João na época, o pároco era o Padre Marcos Passerini. E ele nos permitiu que fizéssemos as reuniões lá por um tempo, o DCE que era o Diretório Central dos Estudantes passou a funcionar lá por vários motivos. Um deles era que era mais fácil acesso aos estudantes, né? Por ser mais no centro de São Luís. E uma ou 2 vezes a gente precisou fazer reuniões escondidas mesmo em outros lugares, né? Como a gente tinha que redobrar os cuidados para não ter nenhum infiltrado entre nós que pudesse. Enfim, atrapalhar o nosso processo, de implementação da luta pela meia passagem. (Mazé).

Sobre a vigilância da ASI, no âmbito do Campus da UFMA, Jomar Fernandes relata:

Quando eu entrei em julho 77. Fomos informados assim que entramos que existia a Assessoria de Segurança e Informações. Que era uma espécie de filial do SNE dentro das universidades brasileiras. Então a gente via, eu conhecia dois, eles não faziam questão de se esconder. Eles caminhavam pelo Campus. Para que todos soubessem que eles eram do serviço de informações, né? Mas além desses, que eram os ostensivos, haviam, estudantes estranhos que entravam no curso, passavam 6 meses aí, Ham sumiam. Que também a gente acreditava que eram desse Serviço de Informações espiões, dos serviços de informações para monitorar o movimento. (Jomar Fernandes).

Assim, como estratégia para enfrentar as medidas restritivas impostas pelo AI-5 e pelo Decreto-lei 477, que colocaram os estudantes diante da necessidade de buscar caminhos alternativos para se organizar e resistir, bem como para mobilizar e engajar mais estudantes. Temos a produção de jornais e outros tipos de publicação: murais, cartazes, panfletos. Então, o grupo *Unidade* inicia um processo de permanente mobilização, de ação de rua, com protestos, distribuição de panfletos e do jornal *Veja Isto* reproduzidos em mimeógrafo e do uso do megafone em mini-comícios relâmpagos em colégios, auditórios, ginásios e esquinas.

Nós tínhamos um jornal mimeografado pelas dificuldades econômicas, o nome do jornal era, Veja Isto, impresso em folhas de papel chamex, mas em grande quantidade. Era o nosso jornal para mobilizar em 78 e 79. A Universidade Federal lá no Campus do Bacanga, mas o restaurante universitário era aqui no Centro, então nós ficávamos assim, nessa dificuldade da mobilização. Então qual era a máxima? Olha, estudante, é pra estudar, não é pra fazer política. Era isso que a gente ouvia dos órgãos oficiais. (Agenor Gomes).

A DOPS/MA realizava uma intensa vigilância sobre as atividades dos estudantes e nessas ações apreendiam muito desses materiais. Assim, identificamos várias publicações do ME no Brasil e no Maranhão desde 1978 até 1982 constituídas no *Dossiê n°35*. Segundo Muller (2016), essas publicações foram um importante via para a articulação de novas formas de resistência e de engajamento político, levando à criação de estratégias de organização e luta, na medida em que permitiam a circulação de ideias e de informações entre os estudantes. “*Então o jornal Veja Isto começa a criar esse elo de conversa com a comunidade estudantil. E ali a gente. Começa a criar uma identidade de comunicação e Mazé era a nossa grande artista que realmente fazia isso. Este veículo de Ação, vamos dizer assim a criar essa identidade do movimento com a comunidade estudantil*”. (Juarez Medeiros). Em seu relato Mazé expressa sua contribuição no ME com suas produções.

Desde que eu iniciei minha participação sempre foi mais voltada para o que eu faço de melhor, né, que é a ilustração, enfim, toda essa parte gráfica. Enfim, de fazer a diagramação e a impressão do jornalismo. Enfim, todos os

panfletos, tratados, folhetos e atividades Olha nosso jornal, que a gente tentava manter ali numa periodicidade semanal. Ele transmitia exatamente os nossos pensamentos na época, a gente era um bando de estudantes, jovens, quase todos de origem católica, que tinha consciência do que acontecia no nosso país em relação à ditadura militar, que, aliás, por coincidência, o golpe militar, tá fazendo 60 anos né. mas enfim, era um período, então, que a luta de ideias, as nossas conversas, os nossos interesses eram muito amplos, né?. Até os carros dos estudantes na época, tinha carro com a logomarca lá da nossa chapa, criar gibi também, Enfim, interessante que eu não tinha guardado nada disso. Mas eu encontrei tudo isso guardado pelos militares lá no arquivo do Dops, quando eu fui em 2000. E eles tinham gravado tudo o que eu tinha feito. Estava tudo lá. Todas as nossas carteiras, todos os nossos jornais, do DCE. Tudo, tudo o que eu tinha feito na área, como ilustradora e tal, estava tudo lá (Mazé).

Entre as publicações estudantis que foram interceptadas pela DOPS-MA e o SNI localizamos na série *Estudantes* algumas publicações à época do jornal *Veja Isto*, ilustrado na figura 21 abaixo.

Figura 21 - Jornal *Veja Isto* do grupo Unidade (1978-1979).



Fonte:Série Estudantes pelo DOPS/MA- Dossiê nº035.APEM.

Em suas publicações temos noticiado a “Caminhada pelo peregrino da paz” realizada em 27 de agosto de 1978 pelos estudantes, movimento monitorado e registrado pela

DOPS/MA⁸⁸. Para Matias (2004) foi um batismo dos jovens católicos no movimento político. É um evento “[...] bem representativo da disposição dos estudantes não limitarem sua ação ao espaço universitário entre a fé católica e a atividade política no âmbito do ME. É reveladora também do grande potencial de arbítrio, e mesmo de violência, que os órgãos de segurança pública reservaram aos chamados *provocadores*.” (Borges, 2008, p.52).

Isso foi 1978, se não me engano. No segundo semestre. Nós éramos muitos jovens e muito, muito valentes, muito ousado, né? A gente resolveu é homenagear o papa João Paulo Segundo que tinha falecido. Ele se chamava o peregrino da paz, né? E nós éramos jovens católicos a gente aproveitou essa oportunidade para mobilizar as pessoas da UFMA numa caminhada pela paz é exatamente contra a ditadura. E então a gente usou esse tema da caminhada da paz. Para nos posicionar politicamente, então, a ideia era sair da Universidade Federal do Maranhão, lá do Campus do Bacanga atravessar a barragem do Rio Anil e ia chegar na praça da Catedral da Sé. Aí o reitor da UFMA e o secretário de segurança mandaram nos avisar que não ia ser permitido, fomos então na casa do telegráfico avisar que iríamos fazer a caminhada. E então assim foi muito tenso, mas mesmo assim nós fomos e nós éramos poucos. E aí, o reitor de alguma forma conseguiu recorrer a direção da UFMA. Enfim, conseguiram amedrontar os estudantes. Então no fim, antes de nós, éramos 20 e poucos nós. Aí nós saímos do campus do Bacanga já na hora que a gente estava descendo ali a avenida em direção à barragem. Vimos um pelotão de choque atravessado de lado a lado nas 2 pistas. E a gente parou. Começou a cantar. Juarez era um bom líder nesses momentos. E aí a gente caminhava em direção a eles. Eles caminhavam em direção à gente. Aí aconteceu, eles começaram a jogar a bomba de gás lacrimogêneo em cima da gente e foi um corre, corre. A gente teve que se esconder dentro da universidade, horas depois, escondida, na parte de trás do carro de um estudante que eu não sei quem foi, e vários foram levados, eu consegui escapar o Juarez, eu pensei que tinha sido preso também, mas ele conseguiu escapar também. E aí a gente ficou ouvindo ameaças nos próximos dias. Foi um inferno assim. Eu lembro que eu tinha muito medo que todo o carro que parava na frente da casa dos meus pais eu já achava que era a polícia. E a vida era muito difícil. (Mazé).

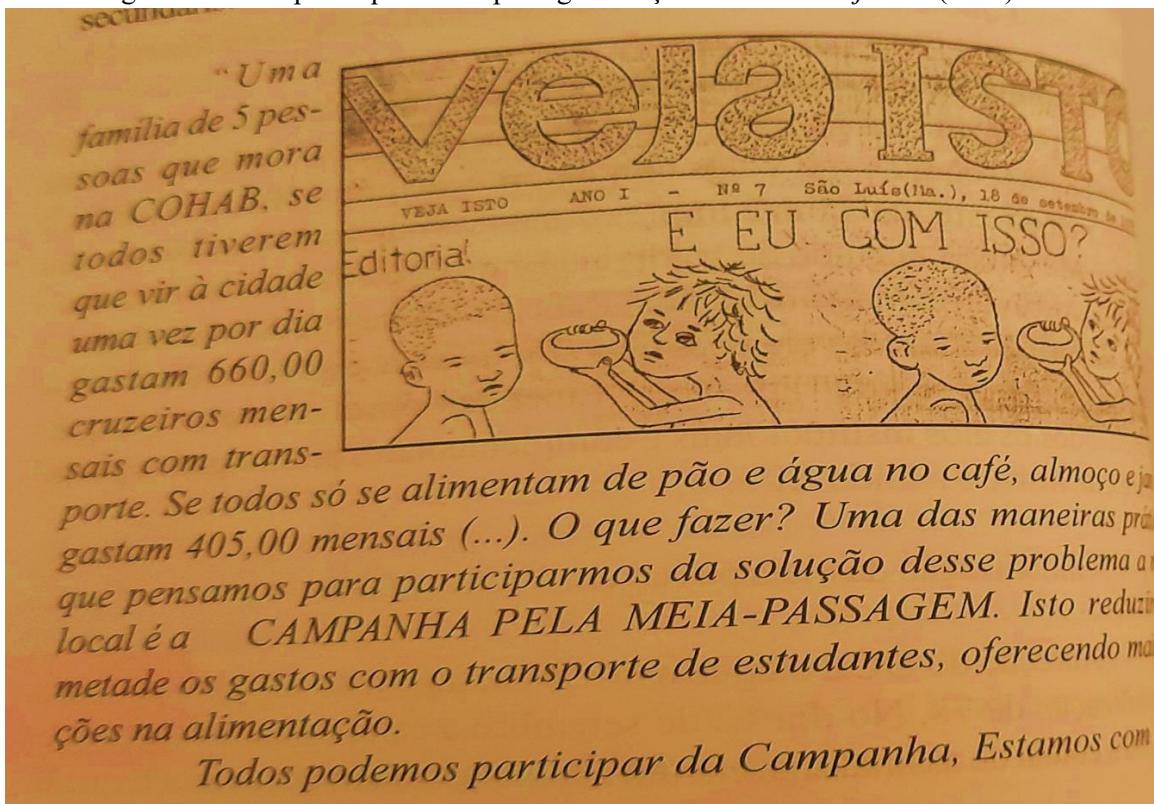
Este episódio acabou sendo denunciado pela imprensa, pela classe política de esquerda e, principalmente, pela Igreja devido ao aparato policial utilizado, como fuzis, metralhadoras, bombas de gás lacrimogêneo, além do grande contingente policial, número superior à quantidade de manifestantes. A polícia, por sua vez, justificava a sua ação alegando que “[...] passeatas estão proibidas e que aquela, mesmo de cunho religioso, não era procissão, pois não levava andor e, assim sendo, era uma provocação!” (O Imparcial, 1978, p.1-3). “*O confronto promovido pela estupidez do regime que via ameaça em tudo, evidência a questão da própria repressão e a censura. Em evidência, todo o mal. Estava concretado, né? Isso faz com que as*

⁸⁸ Informe nº0235 /ASI/FUMA 14/09/1978- Movimento Estudantil: caminhada pelo peregrino da paz.

pessoas passem a ter a leitura da realidade de forma diferenciada. Então 78 temos essa iniciação. (Juarez Medeiros).

No mês seguinte, a direção do DCE elegeu a meia passagem como a grande pauta de mobilização de 1978. Assim, em 12 de setembro do corrente ano, a campanha foi lançada e iniciou a coleta de assinaturas em um abaixo-assinado em defesa da meia passagem para todos os estudantes retratada na matéria “E eu com isso” (figura 22) publicado pelo jornal *Veja Isto*. A campanha saiu do Campus, espalhando-se pelos diversos espaços sociais, com o apoio dos professores, muitos estudantes universitários e de secundaristas. *O movimento ganhou a simpatia da cidade. Mas ela ganhou porque é fruto de todo um trabalho que existia. Visitamos as escolas da cidade turma por turma falando da meia passagem e pedindo assinatura. Então, os estudantes sabiam, tinham conhecimento daquela luta.* (Renato Dionisio).

Figura 22 – Campanha pela meia-passagem lançada no Jornal *Veja Isto* (1978).



Fonte: Matias (2004).

A campanha mobilizou também lideranças universitárias de outras instituições, como João Batista Ribeiro. *Eu era estudante de Engenharia Mecânica na antiga Federação das Escolas Superiores do Maranhão (FESM), que depois se transformou na UEMA. Eu militava no movimento naturalmente daquela instituição, mas nós tínhamos uma ligação muito grande*

com o movimento estudantil da UFMA (Joãozinho). Nos relatos dos entrevistados este episódio alicerçaram o caminho para o estabelecimento de ações conjuntas entre as instituições e os secundaristas.

Em 9 de novembro, um ato público no coreto da Praça Deodoro, com aproximadamente 500 pessoas, celebrou a entrega do abaixo-assinado pela reativação da meia passagem estudantil, com cerca de 34.000 assinaturas. Visualizamos a Figura 23 abaixo.

Figura 23 - Entrega do abaixo-assinado com 35.000 assinatura pela meia-passagem(1978).



Fonte: Matias (2004).

A tática do abaixo-assinado junto aos estudantes dos estabelecimentos de 2º grau segundo os entrevistados foi fundamental para a divulgação da causa, ao mesmo tempo que a mobilização nas feiras, mercados e bairros também angariava simpatia. Contudo, mesmo com o respaldo das milhares de assinaturas colhidas na cidade, a entrega do documento⁸⁹ não produziu o efeito esperado, no sentido de uma decisão favorável à classe estudantil, naquela época. Ainda no mesmo ano de 1978, os estudantes se mobilizaram para a realização da

⁸⁹ O documento foi entregue ao chefe de gabinete, Tirony Silva pois o Prefeito Loreno Nunes não compareceu na audiência com os estudantes. A mobilização estudantil leva o vereador Edvaldo Holanda a apresentar um projeto de lei pleiteando a meia passagem para os estudantes. O projeto encontra um terreno árido e não prospera. Na Assembleia Legislativa, no período, é aprovado por unanimidade um requerimento do deputado Carlos Guterres (MDB), solicitando ao Prefeito, através do Governador do Estado, a concessão da meia passagem aos estudantes. Também não houve qualquer encaminhamento da questão. (Matias, 2004, p.49).

comemoração do 30º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, segundo o documento da DOPS/MA⁹⁰, a promoção dos Direitos Humanos pelo DCE/UFMA contava com o apoio do clero local nas pessoas dos padres Passerini, Rejan Racine, Dom João da Motta e Albuquerque entre outros. Motta (2014) chamou atenção para o fato de que essa tríplice relação (Igreja Católica, ME e Ditadura) teria ocorrido em todo o país com nuances específicas. No Maranhão, os documentos da comunidade de informação e segurança mostraram preocupação tanto com a capacidade de mobilização do movimento estudantil quanto com a atuação do clero e sua inserção no meio social.

Até 1979, o setor ideológico com maior força no Movimento Estudantil da UFMA era a Igreja Católica. Entretanto, era ambígua a orientação, pois ela vinha de duas fontes bem diferenciadas. Uma, era a JOAC Juventude Autêntica Cristã (conhecida como o grupo de jovens da Igreja da Sé), dirigida pelo padre João Mohana; a outra era a PU – Pastoral Universitária, acompanhada pelos padres Rejan Racine e Marcos Passerini da Igreja São João. Enquanto o Pe. Mohana era mais preocupado com questões de ordem religiosa, moral e com a preparação de lideranças, estes últimos acentuavam questões políticas, a denúncia ao regime autoritário e a importância da unificação das forças oposicionistas. (Borges, 2008, p.54).

De acordo com os entrevistados, em 1979, três questões davam o rumo para o ME maranhense: as eleições para as entidades estudantis, a reconstrução da UNE e a luta pela meia passagem nos transportes coletivos urbanos de São Luís. Na acirrada eleição, o grupo *Unidade* vence em todos os diretórios, assume a direção do DCE/UFMA o estudante de direito Agenor Gomes, no dia 8 de junho de 1979, mantendo a maioria dos membros da direção anterior. Sai derrotado o grupo Movimento, liderado pelo estudante de direito Paulo Marinho, apoiado pela reitoria.

O autor Rodrigo Patto Sá Motta em sua obra “As Universidades e o Regime Militar” (2014), ao tratar sobre o respectivo pleito, observa que como agentes de informação, os funcionários das ASIs tendiam a desenvolver atuação discreta, evitando expor-se à comunidade universitária. Justamente, por isso, ao serem indicados, seus nomes não eram publicados no Diário Oficial. Inobstante isso, alguns deles tiveram atuação mais ostensiva e opressora, tornando-se notáveis dos estudantes e sendo alvos de denúncia. Foi o caso do chefe⁹¹ da ASI/UFMA que:

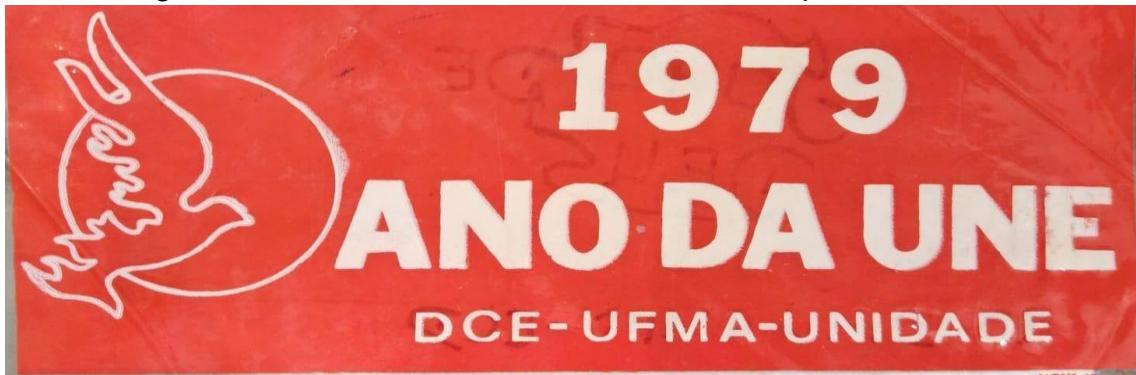
⁹⁰ Informe nº0419/ASI/FUMA 07/12/1978 - DCE/UFMA Programa ao público em comemoração ao 30º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

⁹¹ O analista da Agência de Fortaleza (AFZ) do SNI que registrou o caso considerou infeliz a atuação do chefe da ASI/UFMA, pois seu empenho acabou atraindo atenção e má publicidade para a assessoria, “cuja tendência

[...] envolveu-se em polêmica com os estudantes, no contexto de acirrada eleição para o DCE. Ele engajou-se para derrotar a chapa Unidade, considerada subversiva, e ajudou o grupo concorrente. Uma das manobras foi disseminar a informação de que a Unidade tinha apoio da ASI, na tentativa de comprometê-la aos olhos dos estudantes, curiosa e realista admissão da própria impopularidade. Além disso, escreveu artigos na imprensa (O Estado do Maranhão) denunciando manipulações de caráter “totalitário” praticadas pela esquerda estudantil. Furiosos, os estudantes revidaram com panfletos agressivos, e o caso foi parar nos jornais e na Assembléia Legislativa. Entre outras coisas, o chefe da ASI/MA foi chamado de “Goering dos dias atuais.” (Motta, 2014, p.202, grifo nosso).

Na pauta da gestão eleita, conforme os relatos dos entrevistados temos o processo de organização do 31º Congresso da UNE. Os representantes dos DCE’s da UFMA e da FESM participam dos últimos encontros preparatórios ao congresso. Para garantir uma delegação maranhense ao encontro em Salvador/Bahia, era preciso eleger os delegados, assegurar recursos da viagem e manutenção durante os dias do encontro e, ainda, adotar medidas de segurança para evitar infiltrações, retaliações e repressões das forças da ditadura. Na figura 24, temos retratado a grande bandeira do DCE para reconstrução do ME.

Figura 24 - Adesivo do DCE-UFMA no ano de reconstrução da UNE 1979.



Fonte: Acervo de Agenor Gomes

As lideranças estudantis participavam dos eventos nacionais para reconstrução da UNE. A comissão nacional pela reconstrução da UNE(Pró-UNE) era integrada por 27 DCE’s.

1979 foi o ano de reconstrução da União Nacional dos Estudantes na Bahia. Então, os estudantes de todo o Brasil estavam se mobilizando para reconstruir a sua entidade nacional, que havia sido extinta pela ditadura. Então, em 1979, eu me recordo, eu participei de vários encontros que nós chamávamos, encontros pró- uni, eram encontros no país inteiro, a gente se organizando, mobilizando para a organização do Congresso de reconstrução da UNE em Salvador. Então isso aconteceu no mês de maio, foi uma grande mobilização.

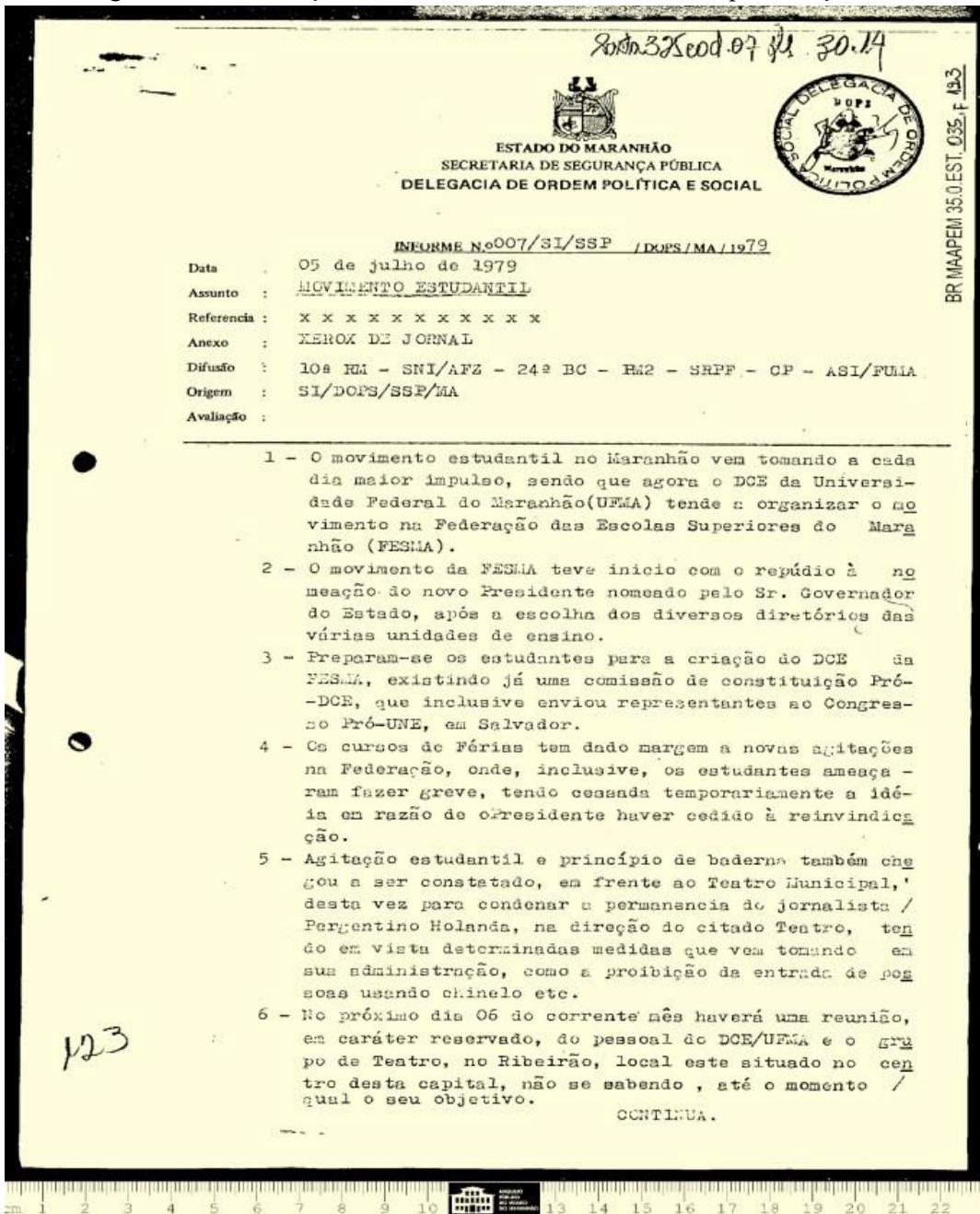
naturalmente é estender-se aos demais órgãos de informações do governo” (informação n.113/116/AFZ/79,jul 1979, ACE 180/79, Fundo SNI, NA-Coreg).

Nós realizarmos a eleição para os delegados do Maranhão, a terem voto no Congresso de reconstrução da UNE. Então foi um momento muito importante. claro que nesses momentos de mobilização, novamente a meia passagem é uma grande Bandeira. Então nós fomos a Salvador, na Bahia, um grupo de 40 estudantes eleitos como delegados do Maranhão ao Congresso da UNE em Salvador.(Agenor Gomes).

Entre uma ação e outra, segundo os relatos dos entrevistados, as lideranças estudantis participam dos eventos mobilizados pela sociedade naquela época, como a criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA), aqui no Maranhão, o CBA era presidido pelo advogado Reginaldo Telles, tendo como representação do ME, o presidente do DCE, Agenor Gomes. Acontece a sessão de posse da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH) que contou com a participação de 56 pessoas, todas identificadas pelos agentes infiltrados da ASI e do DOPS. “[...] Entre os participantes da nova entidade estão Maristela de Paula Andrade, Celso Veras e José Policarpo Costa Neto, além da estudante Maria Ignez Guimarães Martins e das lideranças do DCE Juarez Medeiros e José Medeiros.” (Matias, 2004, p.51).

Temos também o ato de criação do DCE/FESM, que consolida uma aliança entre as entidades estudantis, articulação que tinha também como base a amizade construída na militância católica. João Batista Ribeiro Filho foi o primeiro presidente do DCE/FESM. Participam do evento os estudantes Juarez Medeiros, Renato Dionísio, João Bosco e José Francisco (Matias, 2004). A fonte retirada da série documental de *Documentos Expedidos (código 13)* ilustra o monitoramento da DOPS, sobre os diretórios no que se refere às ações coexistentes das entidades, vejamos a figura 25 a seguir.

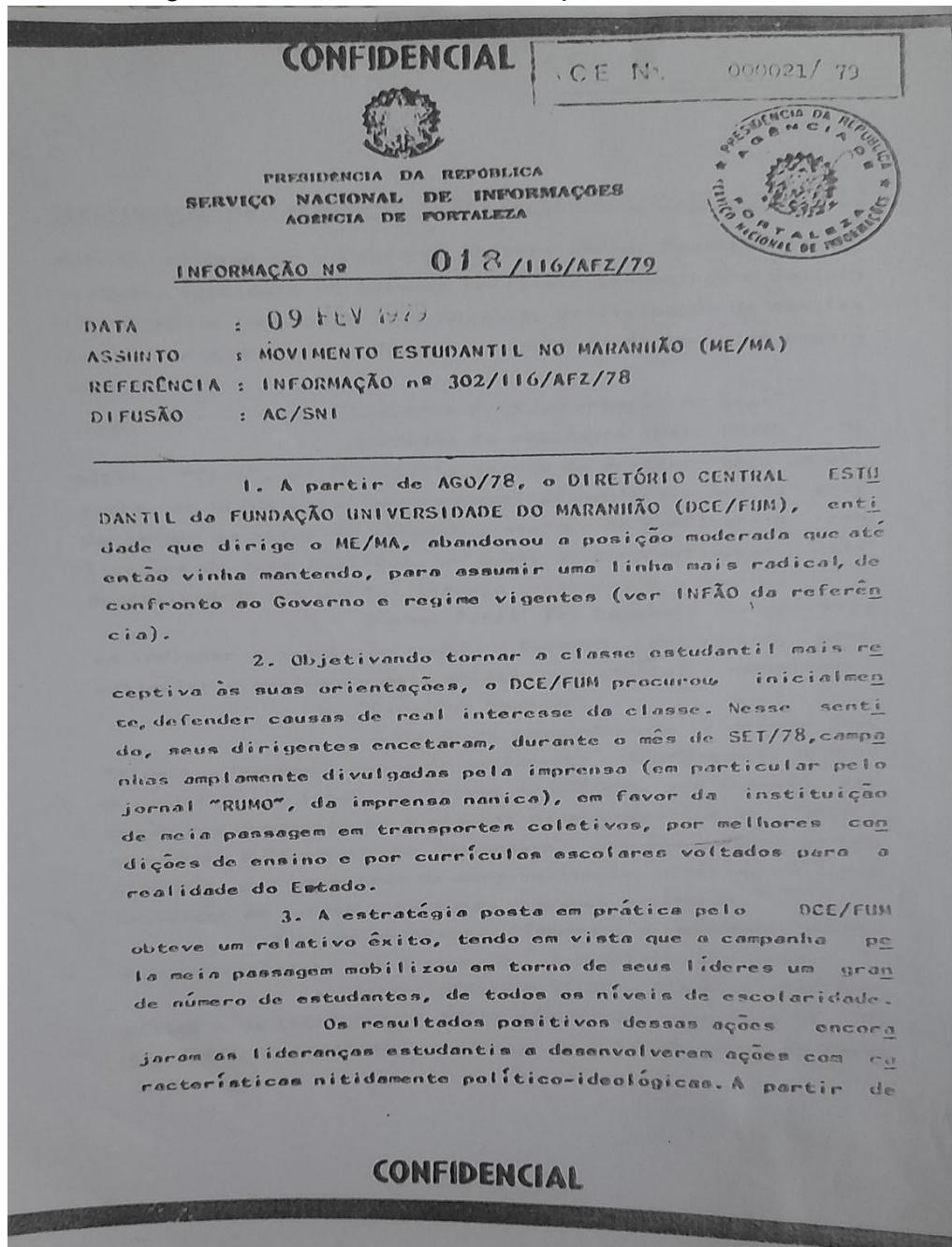
Figura 25 - Mobilização dos estudantes da UFMA e FESM para eleição do DCE.



Fonte: Série Documentos Expedidos, DOPS/MA- Dossiê nº035.APEM.

No relatório, os agentes registram a preocupação com o entusiasmo do ME a partir de seus feitos. A exemplo disto, é o relatório confidencial do SNI, datado de 9 de fevereiro de 1979 que aqui se apresenta, na figura 26. Esta fonte refere-se à descrição das ações ao DCE da UFMA e à sua mobilização junto aos estudantes monitoradas pelo órgão apontadas como subversivas e de enfrentamento à ordem vigente.

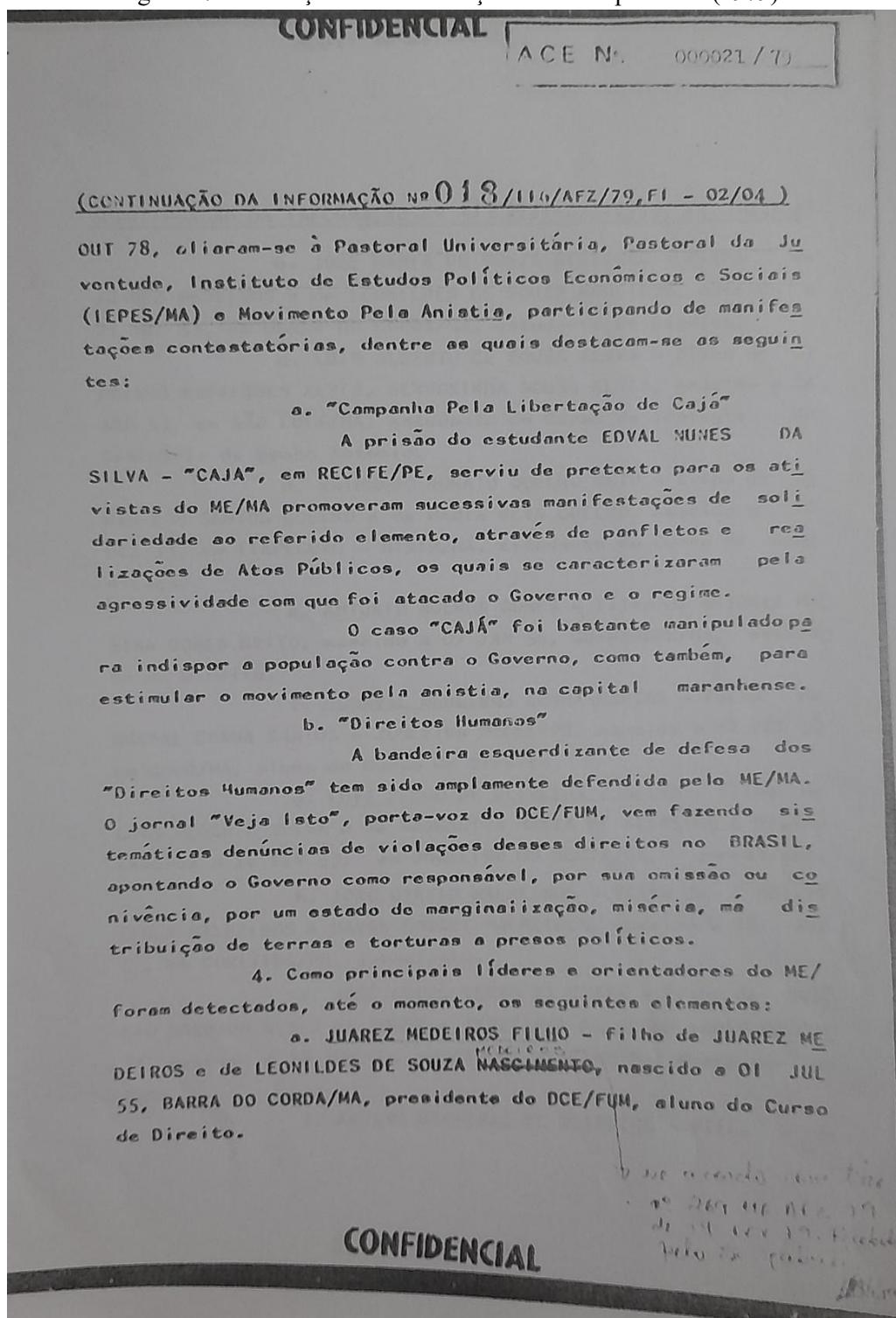
Figura 26 – Informe sobre a mobilização do DCE da UFMA.



Fonte: Série Documentos Expedidos, DOPS/MA- Dossiê nº056.APEM.

Na figura 27, a seguir, prosseguem as informações do SNI, tecendo críticas à articulação do DCE com as pastorais universitárias e da juventude, bem como outras organizações nas bandeiras pautadas pelo movimento estudantil publicado pelo Jornal “Veja Isto.”

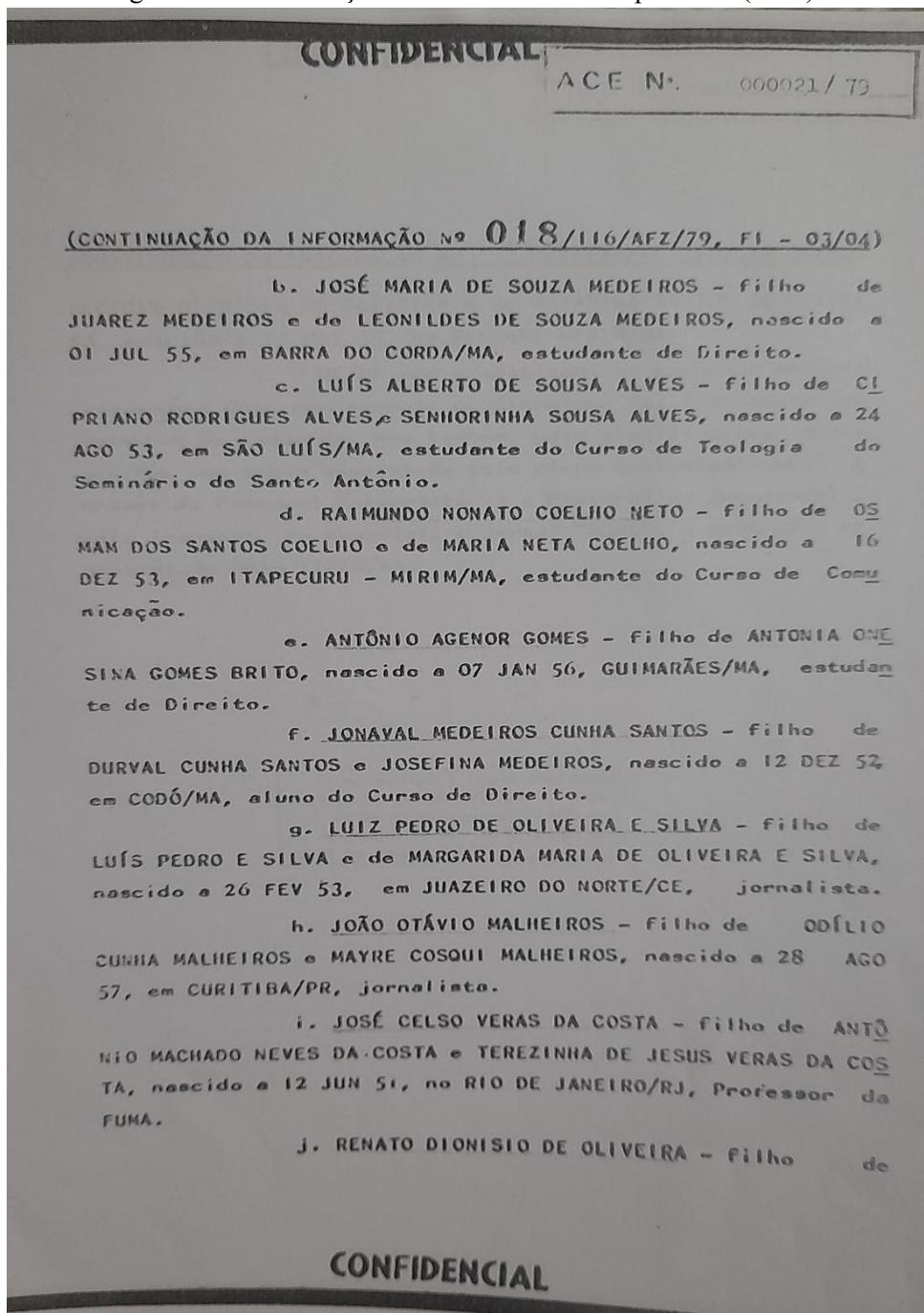
Figura 27 - Descrição das mobilizações do DCE pelo SNI (1979).



Fonte: Série Documentos Expedidos, DOPS/MA- Dossiê nº056.APEM.

O SNI lista os principais líderes do movimento estudantil, apresentando informações familiares, data e origem de nascimento e o curso dos investigados, que eram alvo de estreita vigilância dos órgãos de informação. Atentemos a figura 28.

Figura 28 - Identificação dos líderes estudantis pelo SNI (1979).



Fonte: Série Documentos Expedidos, DOPS/MA- Dossiê nº056 APEM.

O agente atesta, no relatório, que o ME vem gradativamente ganhando maiores proporções face não somente ao dinamismo das lideranças de esquerda, mas também, pelo significativo apoio que lhe vem sendo emprestado, pelo clero, principalmente através da Pastoral universitária e Pastoral da juventude, pela imprensa, o jornal "Rumo" e pelo MDB. Nessa ambiência, temos, assim, o controle da ASI e a DOPS/MA sobre o ME e a sua adesão às

diretrizes do XXXI Congresso da UNE e a afinidade entre os núcleos estudantis da FESM e da FUMA. Assim, o acompanhamento do Congresso é expresso no seguinte informe:

Esta Assessoria de Segurança e Informações – ASI, conjuntamente com a Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS/MA, patrocinou a ida de 3 (três) agentes da DOPS/MA, estudantes da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, a Salvador para participação no Congresso ou cobertura de externa para estudantes que “certamente estariam no interior do Centro de Convenções. (Série Documentos Expedidos, DOPS/MA - Dossiê nº 035.APEM).

Borges (2008) ressalta que, nas ações de reconstrução da UNE, as lideranças estudantis maranhenses eram presenças certas nas atividades ou eventos regionais e nacionais. “O ápice desses esforços foi o XXXI Congresso da UNE, realizado após oito anos de proscrição da entidade, em Salvador/BA, com a participação direta de dez mil estudantes, dentre os quais, [...] representantes do ME maranhense.” (O Estado do Maranhão, 1979, p.2). Na figura 29, identificamos sentados (esquerda para direita): Joãozinho Ribeiro, Lourival, Agenor Gomes, Lauriano, Iramir e Antônio José. Em pé: José Francisco Pestana, Clério, José Maria, Ivanhoé, João Bosco, Ivan Teles, Eliane Moraes, Afonso Domingos e Maria José.

Figura 29 – Estudantes maranhenses no XXXI Congresso da UNE (1979).



Fonte: Acervo de Juarez Medeiros.

Essa delegação do Maranhão foi monitorada e identificada pelos agentes do DOPS, que enumeraram numa lista os representantes da UFMA e FESM (ANEXO A), assim, constituíram a identificação dos delegados do Centro de Ciências Sociais (ANEXO B) da mesma forma registraram informações sobre os delegados da FESM (ANEXO C) e por fim, os estudantes do Centro de Ciências da Saúde (ANEXO D) para manutenção do controle sobre as entidades estudantis do Maranhão.

Matias (2004, p.55) relata que a “Rosa Almeida chorava descontroladamente na abertura do 31º Congresso Nacional da UNE, em Salvador. Começou a chorar ao ouvir, após meia hora de atraso, a frase que há 16 anos não era pronunciada: “*Declaro aberto o 31º Congresso da União Nacional dos Estudantes.*” Rosa Almeida, uma estudante da UFMA que estava ali, juntamente com outros companheiros, para participar do encontro, via na mesa de abertura, uma cadeira vazia. Era um lugar reservado ao presidente da UNE assassinado pela ditadura, o goiano Honestino Guimarães.

Eliane Moraes em sua entrevista relata que “[...] *o momento marcante do encontro foi quando Raul Medrado, vice da UNE de 1968, leu uma lista com os nomes dos estudantes mortos ou desaparecidos. A cada nome, a multidão respondia presente.*” Essa emoção foi expressa nos relatos dos entrevistados que evidenciaram o significado histórico, que era a reconstrução da principal organização dos estudantes brasileiros, extinta pelo regime em 1964, e também a primeira entidade de massa a ser reestruturada em nosso país. No caminho de volta, aqueles jovens reviam as imagens de um evento extraordinário, desses que são únicos e que jamais se repetem. “*Sim, eu estive lá.*”(Matias, 2004).

Em 14 de setembro de 1979, o prefeito Mauro Fecury sanciona o terceiro aumento do ano na tarifa dos transportes. Naquela manhã de sexta-feira, estudantes universitários protestaram na porta do Campus universitário contrário a mais um abusivo aumento da tarifa no transporte público e em prol da meia-passagem. O início do movimento foi liderado conforme acentuado pelos entrevistados por estudantes da engenharia elétrica. Observemos a figura 30.

Figura 30 - Paralisação e manifestação dos estudantes pela meia-passagem.



Fonte: Jornal o Imparcial (1979).

“Essa faixa pela meia passagem. Chega de exploração foi pintada no velho prédio do DCE, que ainda era de madeira, um antigo depósito de materiais da UFMA. Essa mesma faixa foi hasteada no coreto da Praça Deodoro no dia 17 de setembro de 1979. (Agenor Gomes). O DCE chamou para si a direção do movimento, convocando uma assembleia geral que oficializou a deflagração da greve dos estudantes da UFMA.

Na figura 31 temos reunidos o comando da greve da meia passagem dos líderes estudantis da UFMA e FESM. 1979. Joãozinho Ribeiro, Renato Dionísio, Luís Carlos Cintra, Geraldo Medeiros, Agenor Gomes, Gentil (em pé). Sentados, de costas, o jornalista Ademir Santos, Juarez Medeiros, Ivan Telles, Kika Maceira e Gentil (em pé).

Figura 31 - UFMA e FESM na luta pela meia-passagem em 1979.



Fonte: Acervo de Agenor Gomes.

Nos relatos dos entrevistados, foram rememorados os momentos marcantes desse movimento liderados pelo grupo acima de jovens estudantes: início da revolta no dia 14 de setembro, no campus da UFMA, com paralisação e greve de estudantes universitários, culminando na primeira onda de repressão da polícia; reunião na Praça Deodoro e os conflitos entre manifestantes e forças policiais nos dias 17 e 18 de setembro; assembleia dos manifestantes no dia 19 de setembro, no Estádio Nhozinho Santos, com determinação de um prazo de 05 dias para uma resposta do Governador acerca da questão sobre a meia passagem; a comemoração da vitória no dia 24 de setembro, na Praça Deodoro da Fonseca.

Percebe-se pelas falas dos entrevistados que o dia 17 de setembro se constituiu como o ápice do movimento, pois naquele dia a Ilha conheceu uma das maiores aglomerações de massas de sua história. Cerca de 15 mil pessoas lotavam a Praça Deodoro. A tática de 4 frentes para chegar ao palácio é rememorada pelos ex-militantes estudantis.

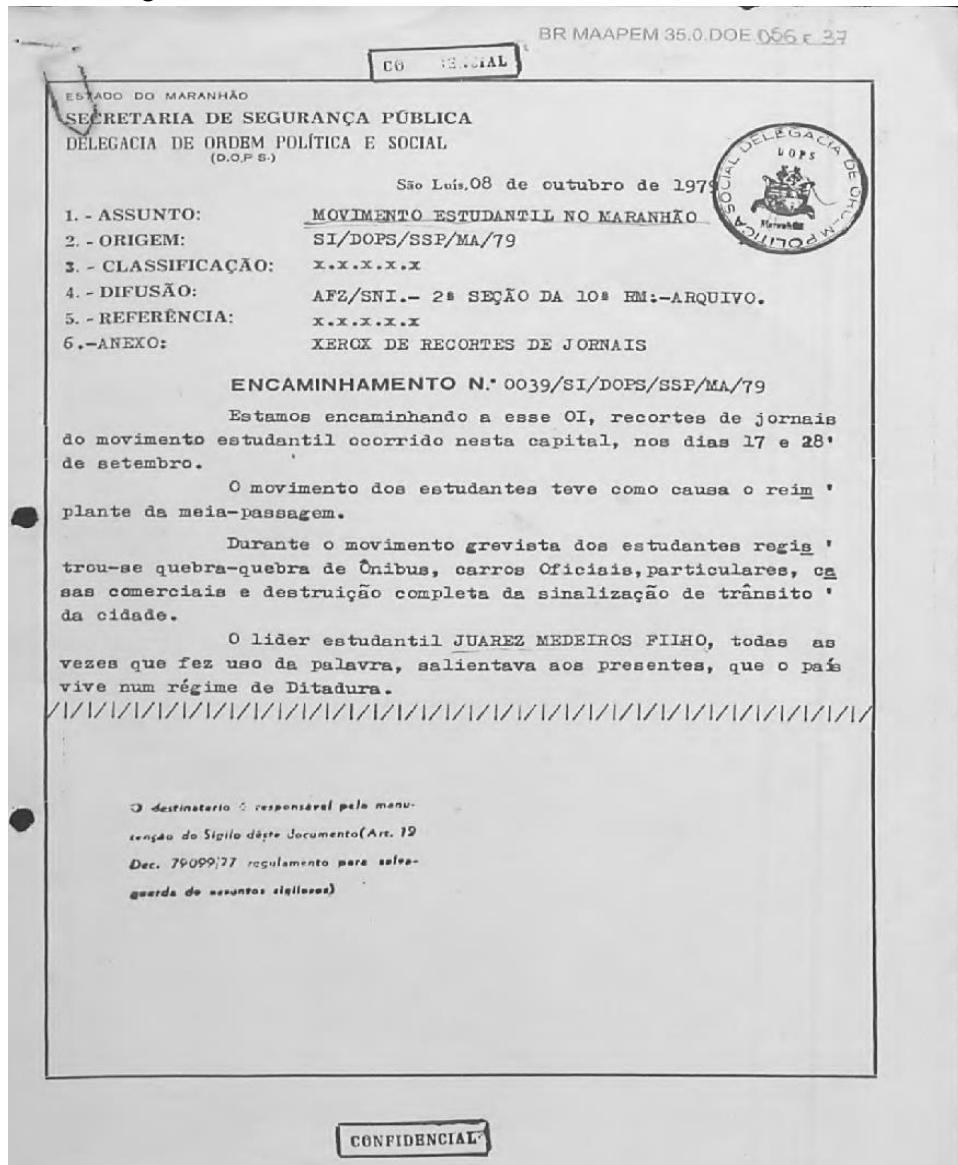
É na noite do dia 17 de setembro e toda aquela repressão das forças de segurança da noite, lá estava Rosa discursando, porque depois do grande encontro à noite do dia 17, na descida, para nós entregarmos as nossas reivindicações mais desta vez não a prefeitura, que já havia dito não para o movimento, mas a nossa intenção, descendo para praça do Palácio, que era praça Pedro segundo, era ali entregar mas desta vez para o próprio

governador. Na época o governador era João Castelo. Então descemos em 4 frentes, todos os estudantes que estavam na praça Deodoro. Nós descemos em 4 frentes, a frente da rua do Sol, a frente da Rua Da Paz, à frente da rua dos Afogados e a frente da rua Grande. Então descemos em 4 frentes para a gente se encontrar na praça João Lisboa e da praça João Lisboa, a gente descer até a praça do Palácio e bem ali. É, nós não conseguimos passar da praça João Lisboa para frente. Nós não conseguimos passar para Benedito Leite e chegar até a praça, a praça Pedro Segundo, então, me recordando, nesse trajeto, na hora que houve impedimentos, houve comícios relâmpagos em cima de toneis de lixo. Então, viraram os toneis de lixo de cabeça para baixo. A pessoa podia ficar em cima e fazer comício relâmpago de mobilização dos colegas de estudantes e que uma das grandes expressões desses comícios relâmpagos neste momento, era Rosa Almeida, a nossa colega militante do grupo Unidade. (Agenor Gomes).

Após diversos dias de confronto, muita visibilidade na mídia e denúncias de autoritarismo do governador, a meia passagem estudantil foi garantida de forma legal aos estudantes do Maranhão. O sistema de vigilância e repressão montado pelo governo federal e assimilado pelo estadual esteve, por conseguinte, muito ativo nos dias anteriores, durante a greve, bem como nos dias posteriores.

“Apesar de ter havido uma promessa tácita do governador João Castelo de parar com as prisões, e do reitor, José Cabral Marques, de não punir os manifestantes, vão ocorrendo fatos de grave repressão e punição nas diversas lideranças dos movimentos grevistas, nos meses subsequentes.” (Matias, 2004, p.122). Vejamos o encaminhamento registrado pelo DOPS na fonte apresentada da figura 32 de caráter confidencial sobre a ação do estudante Juarez Medeiros na greve da meia passagem.

Figura 32 – O líder estudantil Juarez Medeiros sob a mira do DOPS.

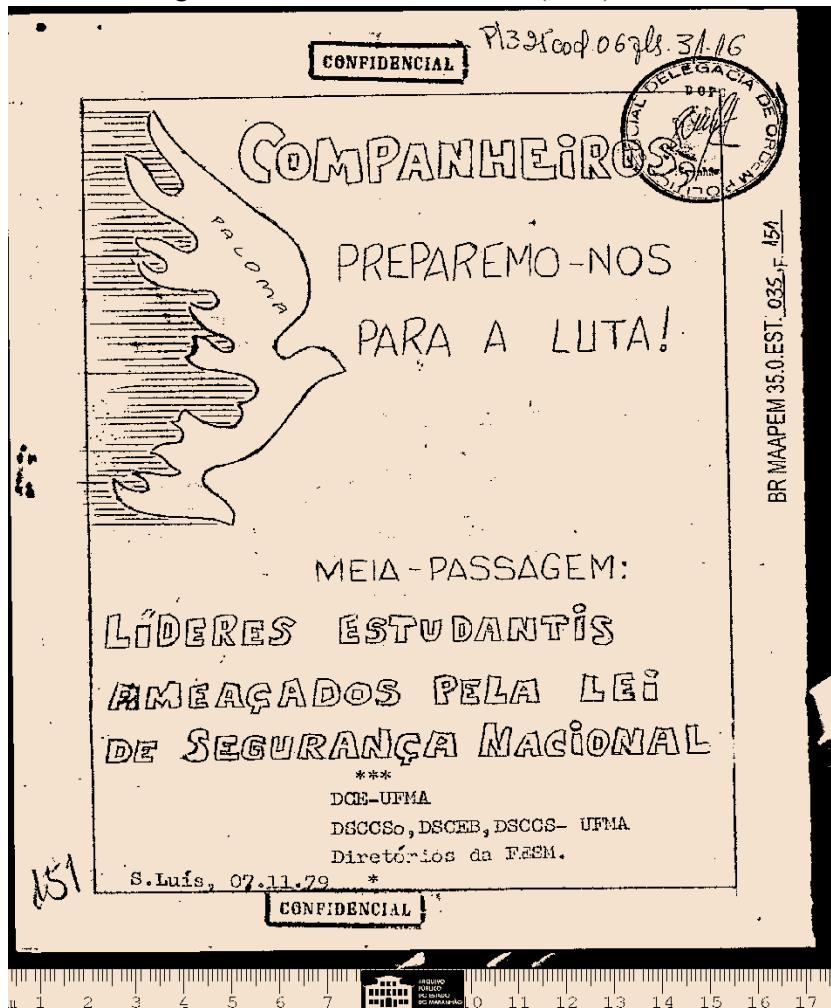


Fonte: Série Documentos Expedidos, DOPS/MA- Dossiê nº035.APEM.

A Superintendência Regional da Polícia Federal abre inquérito para apurar possíveis infrações à Lei de Segurança Nacional, durante a greve estudantil. Foram intimados o presidente do DCE da UFMA, Agenor Gomes, e a universitária Rosa Almeida. Contra esta atitude dos órgãos militares e de segurança nacional, a classe estudantil protestou veementemente.

A FESM lançou um Manifesto, ilustrado na figura 33, onde afirma que “[...] é hora de prestarmos nossa solidariedade aos 20 líderes estudantis, que estão sendo chamados pela Polícia Federal. Precisamos nos lembrar de que não foram somente eles que lutaram. Nós todos participamos da luta e a vitória foi nossa. Não vamos permitir a prisão de nossos companheiros.” (Diário do Povo, 1979, p.3).

Figura 33 – Manifesto da FESM (1979).



Fonte:Série Estudantes pelo DOPS/MA- Dossiê nº035.APEM.

O Inquérito Policial nº 044/79, de origem na Polícia Federal, indiciou 7 estudantes Antônio Agenor Gomes, Ivan Soares Telles de Sousa, Ivanhoé Albuquerque Leal, Juarez Medeiros Filho, Gilvan Furtado de Queiroz, Jomar Fernandes Pereira Filho e Luís Carlos dos Santos Cintra, que seriam ofensores do art. 27 da Lei nº6.620, de 17 de 12.78, onde estão configurados crimes contra a Segurança Nacional. O referido inquérito foi arquivado em 10 de março de 1980.

Por fim, o itinerário percorrido até aqui a partir das fontes documentais e das fontes orais foi possível revelar as questões educacionais, culturais, políticas e sociais do ME, no contexto de vigilância e repressão do regime. Ao coletar as pistas presentes em várias fontes ou versões, o trabalho do historiador é análogo ao do detetive (Ginzburg, 1989); no entanto, o trato com as informações é diferenciado, pois o historiador não está preocupado unicamente em construir uma narrativa encadeada e linear do fato. Sem dúvida, um desafio, que se estabelece ao analisarmos tais produções, dado que nos aproximamos das muitas histórias e memórias desses atores sociais, apresentados nessa seção.

8 CONCLUSÃO: *palavras finais.*

Dissertar sobre o tema ME e Ditadura civil-militar é um desafio, muito disso tem a ver com as marcas cravadas nas memórias dos ex-militantes e também com as memórias construídas acerca do regime. Da mesma forma analisar as fontes provenientes dos acervos da polícia política, pois cabe a nós pesquisadores, sabermos problematizar as informações, avaliando-os no sentido inverso do raciocínio policial.

Segundo Certeau (2002) quando manuseamos esses documentos o pesquisador faz a operação historiográfica, em que tudo começa pelo gesto de manusear, separar e reunir as fontes documentais, e isso está relacionado com a escolha das fontes, o lugar do pesquisador e com a própria escrita historiográfica que possibilitam múltiplos direcionamentos e olhares no processo de construção do objeto de pesquisa. Todavia, a leitura sobre as fontes nos permitiu realizar o exame das questões levantadas na introdução deste estudo, compreendendo que a entidade estudantil (DCE) apesar da repressão, bem como as estratégias e as condições para organização dos estudantes adversas a época, foi um momento de mobilização e retomada dos seus diretórios.

A partir da análise dos documentos emitidos da ASI/UFMA e a DOPS, observamos em seus registros a concentração de suas atividades na vigilância e monitoramento, censura e repressão política, sobretudo no interior dos campi, no cotidiano das atividades do DCE da UFMA, pois viam, no movimento estudantil uma ameaça à ordem estabelecida. Como reação, os estudantes, praticaram atos de resistência contra esse regime através de diferentes meios que implicaram gestos de transgressão, seja nas mobilizações, nos encontros, na produção de panfletos ou jornais.

Portanto, esse tipo de documentação está eivado de parcialidade, e voltado diretamente à construção e invenção do inimigo político do Estado, devendo ser frequentemente colocado em suspeição, mas em momento algum deve ser desconsiderado. As informações deste tipo de acervo, apesar de terem sido produzidas pela polícia política, devem ser levadas em consideração, já que esta as selecionava, arquivava e classificava como subversivas.

Como aponta Nunes (2005, p.73), é preciso “[...] compreender que, se a fonte tem uma referência precisa, seja pela origem, pela autoria ou pela finalidade, múltiplos podem ser os seus níveis explicativos, tanto no aspecto explícito quanto no que diz respeito às significações implícitas que o historiador vai procurar desvendar.” Destas significações implícitas, os documentos da DOPS/MA estão carregados. Inclusive a ausência de documentos, que foi

observada em determinados períodos, também é um indicativo de como se procedia às ações de vigilância da polícia política.

Verifica-se, o abrangente acervo constituído, então, por conjuntos documentais que foram coletados, apreendidos, produzidos e difundidos para órgãos de todo o país de âmbito local, nacional e até internacional. Os graus de sigilo dos documentos elaborados por essas instituições foram bastante variados, nas fontes analisadas ressaltamos o caráter confidencial da Informação, do corpus documental que trata sobre o ME da UFMA. Observamos que, os órgãos de informação acumulavam os mais diversos tipos de indícios das mais variadas fontes e que o mecanismo usado como recurso de comunicação interna, consistia numa troca de informações entre a DOPS e ASI/UFMA.

Constatamos ainda que houve momentos em que a polícia política, representada pela DOPS e ASI/UFMA, foi mais minuciosa na observação das atividades estudantis, entre o final da década de 1970 e que, após esse período, foram registrados, muitas vezes, os eventos estudantis apenas por meio de recortes de reportagens de jornal, como exemplo o Jornal *Veja Isto* produzidos pelos estudantes do DCE da UFMA. O emprego dos jornais para obtenção de informações foi constantemente empregado nas atividades de investigação.

Das cenas juvenis, podemos verificar que as bandeiras específicas do ME tinham como norte a organização e a estruturação dos diretórios acadêmicos da UFMA. No processo de abertura política que se estabeleceu no país a partir de meados dos anos 1970 houve participação dos estudantes maranhenses, até mesmo por meio da reconstrução da entidade de representação em âmbito nacional, reorganizar sua entidade representava claramente sua proposta de luta democrática, pois era necessário derrubar o decreto que colocava a UNE na ilegalidade, reconstruindo sua frente de luta e suas bases.

Também, percebemos com as falas dos entrevistados e os documentos que os estudantes conseguiram tornar o DCE-UFMA um espaço de representação estudantil e de apoio a setores da sociedade civil oposicionista à ditadura no estado. As fontes documentais e as entrevistas foram essenciais para descrever este período da história dos estudantes acadêmicos da UFMA. Revelando atuação feminina no ME nos DA, já que em várias páginas dos jornais, encontramos, notas sobre a atuação dessas militantes no universo acadêmico.

Bem como, a articulação do DCE com a Igreja Católica encenada de várias maneiras nas fontes. Através dos resultados foi possível perceber o importante papel dos estudantes no processo de luta democrática, tanto no âmbito regional quanto nacional, seja na troca de experiências com estudantes de outras instituições com a FESM ou com organizações ligadas aos Direitos Humanos e pró-anistia. Portanto, a análise das fontes oferece, sem dúvida, uma

visão panorâmica das interações ocorridas no âmbito da UFMA, constituindo-se, em importante fonte para a história da Educação.

Estas são iniciativas que privilegiam o uso de fontes como os documentos do DOPS e a pertinência de pesquisas em História da Educação. Deste modo, o Arquivo Público pode ser caracterizado como um repositório de memória que possibilita a reconstrução da História, os documentos nele guardados são produzidos pela sociedade segundo as relações de força dos sujeitos históricos que detinham o poder. Essas instituições de guarda possuem a função de recolher, preservar e conservar esses materiais, além de compartilhar essas informações com a comunidade.

Temos a certeza de que há muito a ser estudado sobre o ME da UFMA no Arquivo do DOPS, porque, apesar dos desafios enfrentados ao se utilizarem de fontes primárias para realização de uma pesquisa, as descobertas que podemos fazer com elas são únicas e merecedoras do esforço dispensado. Dessa forma, este estudo aponta para a relevância de se encontrar novas fontes oficiais nos arquivos da repressão e encontrar novos testemunhos que trarão novos olhares e debates tanto no âmbito da academia quanto da sociedade. Ao democratizar os acervos da polícia política, e esmiuçá-los em todas as suas perspectivas, identificando cenas de um período tão nefasto da história contemporânea brasileira, serve de exemplo para que esse período de sombras não mais se repita e jamais se esqueça.

Assim, ao finalizar este itinerário, a pesquisa revelou-se inesgotável, pois, a partir de alguns dados do ME foram adquiridos outros de maior ou igual relevância que contribuem para o resgate da história do movimento estudantil e da educação superior na UFMA sob a égide do regime militar. Esse caráter de inesgotabilidade das fontes históricas, sempre que a elas retornamos, tendemos a descobrir novos elementos, novos significados, novas informações que nos tinham escapado por ocasião das incursões anteriores. A imersão nas fontes, mais precisamente esses *lugares de memória*, é uma experiência muito intensa e valorosa, tanto no âmbito acadêmico, quanto pessoal. Indubitavelmente, a relevância dessas fontes que trazem indicativos para a história do ME e do Campus UFMA decorre de seu conteúdo, de seus personagens, dos espaços que circulam, de abordagens e ênfases que oferecem aos fatos. Expressam temporalidades, interações, ajudam a descontinar um cenário, selecionam e mapeiam acontecimentos, reúnem memórias de uma geração.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Elizabeth S. De Normalistas a Doutoras: a trajetória feminina de acesso ao ensino superior no Maranhão republicano. In: BARROS, Antonio E. A. et al (org.). **Histórias do Maranhão em tempos de República**. São Luís: Ed. UFMA; Jundiaí, SP: Paço Editorial, 2015.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed., São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-80, p. 155.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE, J. A. G. **Movimento estudantil e consciência social na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ALVES, M. M. **68 Mudou o Mundo**. A explosão dos sonhos libertários e a guinada conservadora num ano que valeu por décadas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- ALVES, M. H. M. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- AMADO, J.; FERREIRA, M.de M. Apresentação. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.de M. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- AQUINO, M. A. No coração das trevas: o DEOPS/SP visto por dentro. In: AQUINO, M. A. et al. (org.). **No coração das trevas**: o DEOPS/SP visto por dentro. São Paulo: Arquivo Público do Estado; Imprensa Oficial, 2001. p. 15-19.
- ARAÚJO, Maria Paula. **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.
- ARAÚJO, L. et al. O Acervo DEOPS/SP. In: AQUINO, M. A. et al. (org.). **No coração das trevas**: o DEOPS/SP visto por dentro. São Paulo: Arquivo Público do Estado; Imprensa Oficial, 2001. p. 23-35.
- ARENKT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ARNS, D. Paulo Evaristo. **Brasil nunca mais**: um relato para a história. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Lisboa: Edições 70, 1996.
- BAFFA, Ayrton. **Nos porões do SNI**: o retrato do monstro de cabeça oca. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1989.
- BARBOSA, Roldão Ribeiro. **Da Faculdade de Formação de Professores ao Centro de Estudos Superiores**: uma história da instalação e consolidação do ensino superior em Caxias

(1968-1994). 2011. 292 p. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina-PI, 2011.

BARBOSA, Roldão Ribeiro. **De escolas superiores e federação a universidade:** uma história da Universidade Estadual do Maranhão (1966-1994). 2018, 290 f. Tese (Doutorado em História) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

BATISTA, Luiz Celso Cutrim. **Trajetória e perspectiva institucional:** o caso UEMA.2001. 91f. Dissertação. (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História:** da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História:** a Escola dos Annales e a Nova História. Petrópolis:Vozes, 2012. v. 5.

BARROS, José D'Assunção. **História e memória:** uma relação na confluência entre tempo e espaço. Mouseion, v.3, n.5, 2009.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (orgs.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes:** tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BENEDITO, M. **Até Marx era fichado no Dops.** 2012. Disponível em:
<http://www.revistaforum.com.br/blog/2012/02/ate-marx-era-fichado-no-dops/>.
 Acesso em: 6 out. 2024.

BLOCH, Marc. **História e historiadores:** textos reunidos por Étienne Bloch. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

BONFIM, Maria Núbia Barbosa. **Do velho ao novo:** política e educação no Maranhão. São Luís: Edufma; Secretaria de Educação, 1985. (Coleção Ciências Sociais: Série Educação, v.12).

BONFIM, Maria Núbia Barbosa. **Na contramão do currículo:** invertendo-se os caminhos de análise. Tese de doutoramento em Ciências da Educação (Formação de Professores) apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra. 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/955>. Acesso em: 18 out. 2021.

BORGES, Arleth Santos; BARRETO, Renata Caldas. Ditadura, controle e repressão: revisitando teses sobre os governos militares no Brasil. **Revista de Ciências do Estado**, v.1, n. 2, p. 107-129, 2016.

BORGES, Arleth Santos. Ditadura militar no Maranhão. In: DIAS, José Alves; SANTOS, Ana Elizabeth. **Diálogos com a memória:** reflexões sobre as experiências contemporâneas na América Latina. 1ª edição eletrônica. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.p.77-103.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. **Revista Psicologia USP**, São Paulo, n.4, v.1, p.277-284,1993.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 7.ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: A revolução da historiografia. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

BUZZAR, Benedito. **O vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965. São Luís: Lithograf, 1998.

BUZZAR, Benedito. **Vitorinistas e oposicionistas**. São Luís: Lithograf, 2001.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A história dos estudantes “excedentes” nos anos 1960: a superlotação das universidades e um “torvelinho de situações improvisadas.” **Educar em Revista**, Curitiba, n. 51, p. 123-144, jan./mar. 2014.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim; CAMESKI, Andrezza Silva. “Estudantes democráticos”: a atuação do movimento estudantil de “direita” nos anos 1960. **Educ.Soc.**, Campinas, v.36, n.133, p.945-962, out./dez.,2015.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. **Juventude e pensamento conservador no Brasil**. São Paulo: EDUC: Fapesp, 2015.

BRANDÃO, Jose Ribamar Fernandes. **A verdade sobre Dom Delgado**. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

BRASIL. Ministério da Saúde (MDS). O que é COVID-19. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/> acesso. Acesso em: 19 set. 2024.

BRECHT, Bertolt. **Teatro completo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1990.

BRINGEL, B. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. **EccoS Revista Científica**, v. 11, n. 1, p. 26, 2009.

BRITO, Paula Sônia de. **A luta do bispo Dom José de Medeiros Delgado por educação escolar para todos (Caicó-RN, 1941-1951)**. 2004,166f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte,2004.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. **O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)**.2008,243f. Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2008.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. O movimento estudantil universitário no brasil: entre a luta pela reforma universitária e a resistência à ditadura (1960-1968). **Contenciosa**,n. 8, v.6, p.120, 2018.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. Araguaia – depois da guerrilha uma outra guerra: A luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela Ideologia de Segurança Nacional (1975-2000). 2013. 299 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

CAMPUS ganha novos pavilhões. **O Estado do Maranhão**, São Luís, p.8, 30 jan.1975.

CARNEIRO, H.; BRAGA, R.; BIANCHI, A. O Movimento estudantil e as ocupações. In: BIANCHI, A. (Org.). **Transgressões**: as ocupações estudantis e a crise das universidades. São Paulo: Sundermann, 2008.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o DOPS e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 327-340.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Os Arquivos da Polícia Política Brasileira**: uma Alternativa Para os Estudos de História do Brasil Contemporâneo. São Paulo: PROIN – Projeto Integrado Arquivo Público do Estado/USP, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP,2001.

CHARTIER, Roger. **A Nova História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 2003.

CORRÊA, Rossini. **Formação social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís: Engenho, 2017.

CORREA, Adelman. **Os meus dias de cadeia**: origens e memória. 2 ed. São Luís: AML, 2016.

CORTES, S. M. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v. 9, p. 11-47, 1998.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís:EDUFMA,2006.

COSTA, Marcia Cordeiro. Marcos do Movimento Estudantil e a Política Educacional no contexto de federalização do Ensino Superior no Maranhão na década de 50. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICA, 9, 2019, São Luís. *Anais* [...], São Luís 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br> › pdfs › eixo13 › agen. Acesso em: 19 jun.2023.

COSTA, Alexandre Bernardino. Lei n. 5.540/68 - A Reforma do Ensino Superior: um projeto de hegemonia. **Sequência**: Estudos Jurídicos e Políticos. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina. v. 12,n.23,p. 85-95, 1991.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 11 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade crítica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporânea**: o ensino superior da colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

D'ARAUJO, Maria Celina. **A era Vargas**. São Paulo: Editora Moderna, 2000.

DELGADO, José de Medeiros. Carta Pastoral Coletiva dos Exmo. Revemos. Srs. Arcebispos metropolitanos e demais Bispos da Província Eclesiástica do Maranhão. São Luís: Tipografia São José, 1960.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DINO, Sálvio. **A Faculdade de Direito do Maranhão (1918-1941)**. São Luís: EDUFMA, 2014.

DIRCEU, J.; PALMEIRA, V. **Abaixo a Ditadura**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Garamond, 1998.

DURHAM, Eunice R. **O ensino superior no Brasil**: público e privado. 2012. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo – NUPES. 2012. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9602.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Lisboa: Teorema, 1999.

FARGE, Arlette. **O sabor do Arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FARIA, Regina Helena M. de; MONTENEGRO, Antonio T. (Orgs.). **Memória de professores**: histórias da UFMA e outras histórias. São Luís: Universidade Federal do Maranhão/Departamento de História; Brasília: CNPq, 2005.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**. Curitiba: Editora UFPR, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira**: Reforma ou revolução? São Paulo: AlfaÔmega, 1975.

FERRARO, Karina Perin. **Movimento estudantil, gestão democrática e autonomia na universidade**. 2011, 209 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-graduação em Educação, Marília.2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Farias; MATA, Sérgio da. (org.) **Tempo presente e usos do passado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 101-124.

FICO, Carlos. Como eles agiam. **Os subterrâneos da Ditadura Militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, Record, 2001.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p.56, jan./jun. 2012.

FIEGENBAUM, Jones; SCHNEIDER, Patrícia; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. **Movimento Estudantil Universitário**: história do Diretório Central de Estudantes da Univates 1. ed. Lajeado: UNIVATES, 2012.

FIUZA, Alexandre Felipe; BRAGGIO, Ana Karine. Acervo da DOPS/PR: uma possibilidade de fonte diferenciada para a história da educação. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 430 - 452.

FIÚZA, Adyr de Castro. 1993. Depoimento. In: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ari Dillon; CASTRO, Celso. **Os anos de Chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FONSECA, Mônica Padilha. O movimento estudantil como espaço dialógico de formação. Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/recent>. Acesso em: 18 set.2023.

FONSECA NETO, Hermes da. **Potencial de integração de uma área periférica ao centro histórico**: o caso do Aterro do Bacanga em São Luís – MA. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

FORACCHI, Marialice Maria. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1965.

FORACCHI, Marialice Maria. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1972.

FUNDAÇÃO Universidade do Maranhão. **O Imparcial**, São Luís, p.3, 27 jan.1973.

FUNDAÇÃO Universidade do Maranhão. **O Estado do Maranhão**, São Luís, p.2, 24 jan.1974

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO. **Relatório de atividades**. São Luís. 1978.

FRANCISCHETTO, Bruna. *et al.* Evolução do ensino superior no estado do Maranhão. **Revista Humanidades e Inovação**, Taubaté, v. 7, n. 6, p. 35-45, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php>article>view>. Acesso em: 17 ago. 2021.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, Autores associados, 1984.

GARCIA, Vitor. Os documentos da comunidade de informações e segurança nos anos ditatoriais (1964-1985): uma análise crítica. In: STAMPA, Inez Terezinha; NETO SÁ, Rodrigo de Sá (org.). **Arquivos da repressão e da resistência**: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013, p.146-154

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada:** as ilusões armadas. São Paulo: Cia. das Letras. 2002.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985).** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação.** São Paulo: Cortez, 1994..

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão dinástico.** São Luís: UFMA; PROIN,2000.

GROOPPO, Luís Antônio. A questão universitária e o movimento estudantil no Brasil nos anos 1960. **Impulso,** Piracicaba, n.16, v.40, p.117-131, 2005.

GROOPPO, Luís Antônio. **Autogestão, Universidade e Movimento Estudantil.** Campinas: Autores Associados, 2006.

GROOPPO, Luís Antônio. “As novas esquerdas e o movimento estudantil no Brasil: 1961-1967”. In: ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio Luís (org.). **Movimento estudantil brasileiro e educação superior.** Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2007.p. 231-260.

GROOPPO, Luís Antônio. **1968:** retratos da revolta estudantil no Brasil e no mundo. Piracicaba: Biscalchin,2008

GROOPPO, Luís Antônio; ZAIDAN FILHO, Michel; MACHADO, Otávio L. (org.). **Movimentos juvenis na contemporaneidade.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

GROOPPO, Luís Antônio. **Uma Onda Mundial de Revoltas:** movimentos estudantis de 1968. 2. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo; Centauro,2006.

HEBLING, Milene Cristina. **Memória e resistência:** os professores no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985). 231f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2013.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística General:** teoría y práctica. 5. ed. Sevilla, 1991.

HOLLANDA, Francisco Buarque de. Apesar de você. Rio de Janeiro: Phillips, 1978.
Disponível em:
<https://open.spotify.com/track/2GAFZG9Z7UGS1iMm4Idmr?si=1691e3d5e70a4bb0>.
Acesso em: 9 fev.2022.

HOBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos:** O breve século XX: 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

I SEMINÁRIO NACIONAL DE REFORMA UNIVERSITÁRIA. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. v.36, n. 83, p. 235-242, Jul./set., 1961.

INAUGURADO solenemente o “campus” universitário. **O Imparcial**, São Luís, p.12, 15 nov.1972.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, 1995.

JOFILLY, Mariana. “O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento”. In: AARÃO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; PATTO, Rodrigo (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 93-101.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**; os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). São Paulo: EDUSP, 2013.

LE GOFF, Jacques. Documento e monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: UNICAMP, 1990, p.535-553.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da ação popular da JUC ao PC do B**. São Paulo: alfa-omega,1984.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. Reflexões sobre a legislação de educação durante a ditadura militar (1964-1985). **Histórica - Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n.36, p.1-10, 2009.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. As bases da Reforma Universitária da ditadura militar no Brasil. **Anais**. do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, 23 a 27 de julho de 2012, p. 3. Disponível em:

http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338430408_ARQUIVO_Asbasesd aReformaUniversitariadaditaduramilitarnoBrasil.pdf. Acesso em: 18 jul.2024.

LONGHI, Carla Reis. O SNI e seus tentáculos: representações de um projeto de sociedade. In: AQUINO, M. A. de; et. al. **Em busca do crime político. Família 50**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. Coleção Dossiê Deops – São Paulo: radiografias do autoritarismo republicado brasileiro. 4.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como Descrever Documentos de Arquivo**: elaboração de Instrumentos de Pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa oficial, 2002. Disponível em:http://www.arquivoestado.sp.gov.br/pdfs/texto_pdf_15_Como%20descrever%20documentos%20de%20arquivo_elaboracao%20de%20instrumentos%20de%20pesquisa.pdf Acesso em:20 abr. 2024.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUCA, T. R. de. História dos, nós e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014, p. 111-153.

LUZ, Josinaldo Santos da. **Lutas por moradia e expansão do espaço urbano na cidade de São Luís.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

MACHADO, Otávio Luiz. Casas de estudantes e educação superior no Brasil: aspectos sociais e históricos. In: FILHO ZAIDAN, Michel; MACHADO, Otávio Luiz. **Movimento Estudantil brasileiro e a educação superior.** Pernambuco: Universitária da UFPE, 2007. p.191-207.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brephohl de. A Lógica da Suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Rev. bras. Hist.** São Paulo, v. 17, n. 34, p. 1997.

MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves Maia. **Memórias de luta:** ritos políticos do Movimento Estudantil universitário: Fortaleza (1962-1969). Fortaleza: UFC, 2008.

MARANHÃO, Arquivo Público do Estado do. **DOPS:** inventário analítico das séries, 2010.

MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **1968:** Faz 30 anos. Campinas: Editora UFSCarlos; Mercado das Letras, 1998.

MATIAS, Moisés. **A revolta da meia passagem:** a história da greve estudantil em 1979. São Luís: Estação Produções, 2004.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral.** 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MELO, Hugo Frietas de. **O dominium universitário:** Grupos dirigentes e a sociogênese do espaço acadêmico-científico no Maranhão (1918-1970). 372f.Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MARANHÃO. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governador José Sarney Costa. São Luís, 1967.

MEMORIAL “CRISTO REI”. Documentos históricos da Universidade Católica e da Fundação Universidade do Maranhão. Caixa 21 B, Estante 1, Arquivo do Palácio Cristo Rei. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1993.

MINTO, Lalo W. **As reformas do ensino superior no Brasil:** o público e o privado em questão. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

MOHANA, João. Pelo Maranhão passou um homem preocupado com o maranhense inteiro. In: DELGADO, José de Medeiros (Org.). **Memórias da graça divina.** São Paulo: Loyola, 1978.

MONTEIRO, Claudia; GANDRA, Edgar Ávila. Arquivo DOPS - PR: fontes para história social no Paraná. **Analecta.** Guarapuava, Paraná, v.8, n. 1, p.57-66 jan./jun. 2007.

MOROSINI, Marília Costa. O ensino superior no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil:** século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 296-323.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda Memória: os arquivos das ASI universitárias. Acervo, **Revista do Arquivo Nacional**. v. 21, n. 2, jul./dez. 2008. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008a.

MOTTA, Rodrigo Patto. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**. v.9, n.16, jan-jun.2008b.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica. **O movimento estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

NASCIMENTO, Ilma *et al.* Educação superior no Maranhão 1991-2004. In: INEP. **Educação superior brasileira: 1991-2004**. Brasília: INEP, 2006. p.21-81.

NEGRO, A. L.; FONTES, P. Trabalhadores em São Paulo: ainda um caso de polícia. O acervo do DEOPS paulista e o movimento sindical. In: AQUINO, M. A.; MATTOS, M. A. V. L. de; SWERNSSON Jr., W. C. (org.). **No coração das trevas**: o DEOPS/SP visto por dentro. São Paulo: Arquivo Público do Estado; Imprensa Oficial, 2001. p. 157-179.

NEVES, C. E. B.; MARTINS, C. B. **Jovens universitários em um mundo em transformação**: uma pesquisa sino-brasileira. Brasília. IEPA, 2016. Ensino Superior no Brasil: Uma visão abrangente. P.95-124.

NORA, Pierre. Entre a história e a memória: a problemática de lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.1-22, dez.1994.

NUNES, Clarice. História da Educação: espaço do desejo. **Em aberto**. Brasília, v.9, n.47, p.3745, jul./set. 1990.

NUNES, A. d'A. **Fontes para a História da Educação**. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 2, n. 2,p. 187-206,2006. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/387/417>. Acesso em: 10 out. 2022.

OLIVEIRA, T. Reflexões sobre a Reforma Sucupira e as Cartas de D. Dinis: é possível um diálogo da universidade na história. **Série-Estudos**. Campo Grande/MS, v. 22, n. 46, p. 137154, set/dez. 2017. Disponível em: <http://www.serieestudos.ucdb.br/index.php/serieestudos/article/view/1096>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PÁDUA, Mônica; GAMA, Marcília. DOPS - do recolhimento ao acesso: o caso de Pernambuco. **Quadrilátero**: revista do arquivo público do Distrito Federal. Brasília, v.1, p.27-40, mar./ago. 1998.

PELLICCIOTTA, Mirza Maria Baffi. **Uma aventura política**: as movimentações estudantis dos anos 70. 1997. 282 f. Dissertação. (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.1997.

PEREIRA, Cecília Ribeiro. **O estudo preliminar de Wit-Olaf Prochnik**: planejamento urbano e enunciados do Recife. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

PINHEIRO, Jerônimo. História da UFMA. Jul. 1998. Entrevistador: Regina Helena Martins de Faria. São Luís. Entrevista concedida ao Projeto Memória de Professores da UFMA. 1998.

PINTO, Magda Oliveira. **A reforma universitária como política estudantil:** A UEE na luta universitária no Rio Grande do Sul (1960-68). URGES, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POERNER, Arthur. **O poder jovem:** história da participação política dos estudantes brasileiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PROST, Antoine. **Doze lições Sobre a História:** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

QUADRAT, Samantha Viz. **Poder e informação:** o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2000.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n° 47, p. 19-41: jan./jun.2012.

RAMOS, Paulo Martins de Souza. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas:** Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. Estado do Maranhão, Imprensa Oficial, 1940.

REGO. Luiz de Moraes. **Cultura e educação.** São Luís:SIOGE,1980.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão.** São Luís: UNIGRAF, 2007.

RENK, Valquíria Elita; ILKIU, Julia Aliot da Costa; CANDIDO, Rivaldo Dionizio A importância dos arquivos dops-pr na construção de uma memória da educação. **Revista Educação**, v.17, n.1, p.74-90, 2022.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da Educação Brasileira:** a organização escolar. 12. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução: Alain François *et al.* Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro:** artistas da revolução, do CPC à era da TV. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

RODRIGUES, Maria Regina Nina. **Maranhão:** europeísmo ao nacionalismo. São Luís: SIOGE, 1993.

ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil:** 1930-1973. Petrópolis: Vozes,1985.

TEIXEIRA, Anísio. Notas para a história da educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.37, n.85, jan./mar. 1962. p.181-188.

SALES, Tatiane da Silva. **Graduandas da Ilha:** um estudo sobre a presença feminina nos cursos de Farmácia, Odontologia e Direito em São Luís/MA (1940 - 1979).282f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

SALGADO FILHO, Natalino. **Faculdade de Medicina do Maranhão: uma história de 59 anos.** São Luís: Ed. UFMA, 2016.

SALES, Tatiane da Silva. **Graduandas da Ilha:** um estudo sobre a presença feminina nos cursos de Farmácia, Odontologia e Direito em São Luís/MA (1940-1979). 2017. f.282. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Doutorado em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, 2017.

SANTANA, Flávia de Angelis. Atuação política do Movimento Estudantil no Brasil: 1964 a 1984. São Paulo, 2007. 248 f. **Dissertação** (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTOS, J. de S. **A atuação das tendências políticas no movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da ditadura militar dos anos 70.** 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

SANTOS, Sandra Regina dos. Cidade das Letras: o ensino superior em São Luís. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa; SANTOS, Sandra Regina dos (Org.) **São Luís do Maranhão:** novos olhares sobre a cidade. São Luís: UEMA, 2012.

SANTOS, Maria José Albuquerque. **A Universidade Federal do Maranhão e o Projeto Prata da Casa:** as ações e as contradições. 200f. 2011. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil:** A UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.

SCHMITT, Silvana Lazzarotto. **Encontros e Desencontros do Movimento Estudantil Secundarista Paranaense (1964-1985).** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011.

SEBASTIÃO, Jorge. **A imprensa no Maranhão no século XIX (1821-1900).** São Luís: Litograf, 2008.

SILVA, Antônio Ozai. **História das tendências no Brasil (origens, cisões e propostas).** São Paulo: Proposta Editorial, 1987.

SILVA, Franklin Leopoldo e. **Universidade:** a ideia e a história. Estudos Avançados, v. 20, n. 56, p.191-202, 2006.

SILVA, Itan Pereira. **Da Universidade:** tópicos da trajetória da Universidade Brasileira. Campina Grande: Gráfica da Secretaria de Estado da Educação e Cultura-PB, 1994.

SILVA, Clores Holanda; DA SILVA, Maria Celina; SANTOS, Niza Polianna. **Os reitores da Universidade Federal do Maranhão:** gestão Cônego Ribamar Carvalho (1969-1972). Memorial Cristo Rei: UFMA, 2011.

SILVA, Maria O. da S. *et al.* O protagonismo do Maranhão no Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 95, ano XXIX, 2008, São Paulo: Cortez Editora.

SILVA, Rosemay Ferreira da. **As políticas curriculares no curso de filosofia da Universidade Federal do Maranhão**: relações de poder e a regulação do currículo. 2008, 170p. Tese de educação. Faculdade de Educação de São Paulo, 2008.

SILVA, Renato K. M. **Academia Maranhense de Letras**: produção literária e reconhecimento de escritoras maranhenses. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

SODRÉ, Caroline Almeida. **Descrição, acesso e difusão dos acervos da DOPS no Brasil**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

STAMPA, Inez Terezinha: NETO SÁ, Rodrigo de Sá. Documentar a Ditadura, uma reflexão coletiva sobre uma história que não pode se repetir. In: STAMPA, Inez Terezinha: NETO SÁ, Rodrigo de Sá(orgs.). **Arquivos da repressão e da resistência**: comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013, p.10-21.

STARLING, Heloisa. Silêncios da Ditadura. **Revista Maracanã**, Rio de Janeiro, n.12, p. 3746, jul. 2015.

SOUSA, Paulo Roberto Carvalho de. A reforma universitária de 1968 e a expansão do ensino superior federal brasileiro: algumas ressonâncias. **Cadernos de História da Educação**, n. 7, jan./dez. 2008.

TAJRA, Leda Maria Chaves. **O primeiro ciclo da Universidade Federal do Maranhão**: uma análise crítica. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

TEIXEIRA, Anísio. **O ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.

THIESEN, Icléia (org.). **Documentos sensíveis**: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7 letras, 2014.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **Reforma universitária e mudanças no ensino superior no Brasil**. Brasília, DF: UNESCO, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

UNIVERSIDADE. **O Estado do Maranhão**, São Luís, p.3, 9 mar.1975b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, São Luís. Estatuto. São Luís, 1977, cap. 3, a art. 46. Parágrafo único.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968**: o diálogo é a violência - movimento estudantil e ditadura militar no Brasil. Campina: Editora UNICAMP, 2008.

VALLE, Maria Ribeiro do. A morte de Edson Luís e a questão da violência. In: MARTINS FILHO, João Roberto(org.). **1968 faz 30 anos**. Campinas/São Paulo/São Carlos: Mercado de Letras/Fapesp/Editora da Universidade de São Carlos, 1998, p.49-76.

VASCONCELOS, Isamara M. **A federalização do Ensino Superior no Brasil**. 134 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. **Memória da Faculdade de Direito do Maranhão:1918-1941.2021**. Disponível em:
https://issuu.com/leovaz/docs/mem_ria_da_faculdade_de_direito_do_maranh_o_-1918/5. Acesso em: 20 nov. 2022.

VENTURA, Zuenir. **1968 o ano que não terminou**: aventura de uma geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

XAVIER, M. Antecedentes institucionais da polícia política. In: **DOPS: a lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1993

WERLE, Flavia; BRITTO, Lenir; NIENOV, Gisele. Escola normal rural e seu impresso estudantil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 45, p. 85-105, jun. 2007.

FONTES

JORNAL PACOTILHA. Maranhão, 19 de fevereiro de 1918.

JORNAL PACOTILHA. Maranhão, 22 de fevereiro de 1924.

JORNAL O IMPARCIAL. Maranhão, 2 de novembro de 1953.

JORNAL VOZ UNIVERSITÁRIA. Maranhão, 4 de novembro de 1954.

JORNAL VIGILÂNCIA. Maranhão, 4 de novembro de 1957.

JORNAL MOVIMENTO. Maranhão, 4 de novembro de 1958.

LEIS E DECRETOS

BRASIL. Decreto n. 1232-H de, 2 de janeiro de 1891. Aprova o regulamento das Instituições de Ensino Jurídico, dependentes do Ministério da Instrução Pública. Senado Federal Secretariageral da Mesa Secretaria de Informação Legislativa. Disponível em:
<https://legis.senado.leg.br/norma/391704/publicacao/15722524>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. Lei n. 1.254 de, 04 de dezembro de 1950 dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l1254.htm. Acesso em: 20 set.2022.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.105, de 11 de fevereiro de 1942. Reconhece a União Nacional dos Estudantes como entidade coordenadora e representativa dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior.

BRASIL. Decreto nº 17.558 de 10 de janeiro de 1945. Autoriza a funcionar a Faculdade de Direito de São Luís.

BRASIL. Decreto nº 17.553 de 9 de janeiro de 1945. Autoriza a funcionar a Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís.

BRASIL. Decreto nº 24.134 de 28 de novembro de 1947. Reconhecimento da Escola da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís.

BRASIL. Decreto nº 32.606 de 23 de abril de 1953. Autoriza a funcionar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

BRASIL. Decreto nº 30.628 de 11 de março de 1952. Reconhecimento da Escola de Enfermagem São Francisco de Assis.

BRASIL. Decreto nº 40.231 de 31 de outubro de 1956. Reconhecimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

BRASIL. Decreto nº 39.082 de 30 de abril de 1956. Reconhecimento da Escola de Enfermagem São Francisco de Assis.

BRASIL. Lei nº 4.464 de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 58.364 de 9 de maio de 1966. Reconhecimento da Faculdade de Ciências Médicas.

BRASIL. Decreto-Lei nº 228 de 28 de fevereiro de 1967. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. Conselho de Ensino Superior. Parecer nº 209, de 06 jun. 1967. Expansão do Ensino Superior no País. Documenta, Rio de Janeiro, n.71, p. 10-21, jun. 1967.

BRASIL. Decreto-Lei nº 477 de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 43.491 de 3 de julho de 1958. Autoriza a funcionar a Faculdade de Ciências Médicas.

BRASIL. Lei nº 5.152, de 21 de outubro de 1966. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 50.832, de 22 de junho de 1961. Concede à Universidade do Maranhão regalias de universidade livre equiparada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 jun. 1961. Seção 1. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto50832-22-junho-1961-390261-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 nov. 1964.

BRASIL. Lei nº 5.152, de 21 de outubro de 1966. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 out. 1966. Seção 1. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5152.htm. Acesso em: 23 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 59.941, de 6 de janeiro de 1967. Aprova o Estatuto da Fundação 1. Disponível em: Seção 1 - 11/11/1964. Disponível em:
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59941-6-janeiro-1967-00594publicacaoriginal-1-pe.html>. Acesso em: 16 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus COVID-19. **Diário Oficial da União**, Brasília: DF, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n343-de-17-de-marco-de-2020248564376>. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. Portaria nº 454, de 20 de março de 2020. Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19). 2020. Brasília: DF, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-454-de-20-de-marco-de-2020249091587>. Acesso em: 18 ago. 2020.

MARANHÃO. Lei nº 2.728 de 22 de dezembro de 1966. Autoriza a criação da Escola de Administração Pública do Maranhão.

MARANHÃO. Lei nº 2.740 de 8 de junho de 1969. Autoriza a criação da Escola de Engenharia do Maranhão.

MARANHÃO. Lei nº 3.003 de 3 de novembro de 1969. Autoriza a criação da Escola de Agronomia do Maranhão.

MARANHÃO. Lei nº 2.821 de 23 de fevereiro de 1968. Autoriza a criação da Faculdade de Formação de Professores de Ensino Médio de Caxias.

MARANHÃO. Decreto Estadual nº 3.574 de 12 de julho de 1967. Cria a Escola de Engenharia do Maranhão.

MARANHÃO. Decreto Estadual nº 3.494 de 3 de março de 1967. Cria a Escola de Administração Pública do Maranhão.

MARANHÃO. Decreto Estadual nº 4.045 de 2 de dezembro de 1969. Cria a Escola de Agronomia do Maranhão.

MARANHÃO. Decreto Estadual nº 4.393 de 18 de março de 1971. Cria a Faculdade de Formação de Professores de Ensino Médio de Caxias.

MARANHÃO. Conselho Estadual de Educação (CEE). Resolução nº. 6 de 4 de dezembro de 1967. Autoriza o funcionamento da Escola de Engenharia do Maranhão.

MARANHÃO. Conselho Estadual de Educação (CEE). Resolução nº. 2 de 26 de julho de 1974. Autoriza o funcionamento da Faculdade de Formação de Professores de Ensino Médio de Caxias.

MARANHÃO. Conselho Estadual de Educação (CEE). Resolução nº. 9 de 14 de fevereiro de 1968. Autoriza o funcionamento da Escola de Administração Pública do Maranhão.

MARANHÃO. Conselho Estadual de Educação (CEE). Resolução nº. 26 de 26 de agosto de 1970. Autoriza o funcionamento da Escola de Agronomia do Maranhão.

SÃO LUÍS. (Arquidiocese) Arcebispo, 1952-1963(José de Medeiros Delgado). Decreto nº5 de 10 de fevereiro de 1953. Cria a Escola Maranhense de Serviço Social.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
 CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

TÍTULO DO TRABALHO: O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO CENÁRIO INSTITUCIONALIZADO DA UFMA SOB A ÉGIDE DO REGIME CIVIL-MILITAR (1966 a 1979): memórias reveladas.

ORIENTANDA: Marcia Cordeiro Costa.

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

NOME

ANO DE INGRESSO

CURSO

FUNÇÃO/CARGO OCUPADO NO DCE.

GRUPO

- 1) Quais as motivações que o levaram a participar do ME?
- 2) Como ocorreu o processo de retomada dos diretórios na época?
- 3) Quais as reivindicações de luta do ME nesse período?
- 4) O que caracteriza o cenário político nacional e local ?
- 5) Qual a estrutura das entidades estudantis no Campus UFMA?
- 6) Como se dá a relação do DCE com a administração da UFMA?
- 7) Como você descreveria a greve de 1979?
- 8) Suas reivindicações, protestos e manifestações influenciaram significativamente os rumos do movimento estudantil da UFMA?
- 9) Quais os mecanismos de vigilância da ASI no Campus da UFMA e como se dava a resistência do ME?
- 10) Relate a sua vivência acadêmica no vigência do AI-5 e o decreto 477?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Marcia Cordeiro Costa, Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Maranhão, residente na Rua Jorge de Lima, Quadra –V Casa-15 – Conjunto Ipase – São Luís - MA. E-mail: marcia.cc@ufma.br lhe convida a participar da pesquisa de doutorado, cujo título é O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO CENÁRIO INSTITUCIONALIZADO DA UFMA SOB A ÉGIDE DO REGIME MILITAR (1966 a 1979): entre histórias e memórias de resistência, silenciamento e retomada que tem por objetivo analisar a ação política do Movimento Estudantil no âmbito da UFMA entre o período de 1966 a 1979 sob a égide do regime militar destacando as memórias dos ex-militantes estudantis e sua respectiva contribuição ao estudo da História da Educação no Maranhão. E o orientador é o Prof.^o Doutor César Augusto Castro do Programa de Pós-Graduação em Educação – Doutorado em Educação - da Universidade Federal do Maranhão. Um dos instrumentos para levantamento de dados será a coleta de informações através de entrevistas semiestruturadas, a ser aplicada virtualmente ou presencialmente. Por intermédio deste Termo autorizo a utilização das informações prestadas à pesquisadora através das entrevistas concedidas, a fim de colaborar com a pesquisa em questão.

Logo, solicitamos a sua colaboração para divulgação do meu nome relacionado às informações vinculadas às gravações, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos que abordem a temática e publicar em periódico científico nacional e/ou internacional. Informamos que essa pesquisa corre o risco na dimensão psicológica referente a memória que irá mexer com seus sentimentos no período que protagonizou na UFMA. E com isso vimos ressaltar que o senhor(a) pode desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, não sofrerá nenhum dano. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora.

Quanto aos benefícios é contribuir com as memórias do Movimento Estudantil da UFMA resgatando e registrando o legado histórico desse movimento social no cenário educacional maranhense. Já os riscos envolvidos nesta pesquisa consistem em: possibilidade de danos à dimensão psíquica, intelectual, social e cultural no que se refere às emoções de lembrança do período vivenciado pelos ex-militantes estudantis na UFMA. Porém, tomaremos todas as medidas para evitar e/ou amenizar esses riscos ao garantirmos o acesso aos resultados individuais e coletivos, minimizar os desconfortos, garantindo local reservado

e liberdade para não responder questões constrangedoras, garantindo que a pesquisadora esteja habilitada ao método de coleta dos dados, ficando atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto, assegurando a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo dos participantes, assumindo a responsabilidade de dar assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos, garantindo que o estudo será suspenso imediatamente ao perceber algum risco ou dano ao sujeito participante da pesquisa, consequente à mesma, não previsto no termo de consentimento. Outrossim, garantimos que as informações obtidas nesta pesquisa serão utilizadas exclusivamente para a finalidade.

A pesquisadora estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Bem como, disponibilizar qualquer material produzido pela pesquisa, tendo o participante o direito de ter qualquer informação sobre os processos de coleta de dados e demais procedimentos da pesquisa. Nesse sentido, garantimos que de forma alguma será utilizada, por parte do pesquisador, qualquer informação obtida na pesquisa que possa prejudicar os seus participantes. Para participar da pesquisa, o participante não terá nenhum custo e nem receberá nenhum tipo de vantagem financeira, ficando assegurado que se vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação, previsto ou não neste Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, o direito à indenização, por parte do pesquisador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa, prevista neste projeto.

Os resultados da pesquisa serão apresentados na TESE de doutorado da pesquisadora e através da produção de artigos e apresentação de trabalhos em eventos científicos. Ao participante é garantido a plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicação prévia. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é tratada pela pesquisadora ou pela UFMA.

() Permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa

CONSENTIMENTO:

Eu _____

Fui suficientemente informado(a) a respeito do que a pesquisadora quer fazer nesta pesquisa. Li as informações descritas neste documento e discuti com a pesquisadora Marcia Cordeiro Costa, sobre a minha decisão de participar neste estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento em qualquer etapa, sem penalidades ou prejuízos. Eu receberei uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com a pesquisadora responsável por esta pesquisa. Nome da Pesquisadora: Marcia Cordeiro Costa.

Endereço: Rua Jorge de Lima, Q- v, casa 15, Conjunto IPASE,
São Luís – Maranhão.

Telefone: (98) 988939274.

E-mail: marcia.cc@ufma.br

São Luís, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora

ANEXOS

**ANEXO A - DELEGADOS DA UFMA E FESM PARA O XXXI CONGRESSO DA
UNE SOB A VIGILÂNCIA DO DOPS/MA.**

BR MARAPEM 35.0.1001-019-199



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGIACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL



INFORME N° 0005/SI/SSP /DOPS /MA /19.79

| | |
|------------|--|
| Data | - 24 de maio de 1979 |
| Assunto | : MOVIMENTO ESTUDANTIL-CONGRESSO PARA RECONSTRUÇÃO DA UNE-SAÍDA/BA |
| Referência | : PR N° 226/79/SI/SSP/BA |
| Anexo | : Vinte e cinco(25)FOTOGRAFIAS E UM(1)PANFLETO |
| Destino | : SI/SSP/BA |
| Origem | : SI/DOPS/SSP/MA |
| Avaliação | : A2 |

5 - DELEGADOS QUE REPRESENTARÃO A UFMA E FESM:
CENTROS DE ESTUDOS BÁSICOS-CEB

- 1 - AFONSO DOMINGOS BORGES FERREIRA, filho de Manuel Alves Ferreira e de Rosalina Borges Ferreira, DIR:13/MAR/1977 São Luís-MA, Cart. Identidade N° 266.667 -SSP/MA, residente à Rua do Sol N° 413 -SL/MA, aluno do curso de Matemática da UFMA, pertencente ao grupo UNIDADE.
- 2 - CLÉRCIO LIMA DO NASCIMENTO, filho de José Clementino da Nascimento e Rainunda Nomata de Souza Lima do Nascimento, DIR:11/FEV/1955-São Luís/MA, Cart. Identidade N° 238.450-SSP/MA(06/CUT/74), residente à rua 14 de julho N° 20-A, aluno do curso de Filosofia da UFMA, pertencente ao grupo UNIDADE.
- 3 - ARANAI RABELO DA COSTA, sem dados de qualificação neste O.I., aluna do curso de Engenharia Eletrônica da UFMA, pertencente ao grupo UNIDADE.
- 4 - ELINE SOARES PENHA, filha de Washington Costa Penha e Ilma Soares Penha, DIR:04/MAR/1958-MATINHA-VIANA/MA, Cart. Identidade N° 335.395 -SSP/MA(02/JUL/76), residente à Igreja Santo Antônio N° 30 -Bairro do Goisbal-São Luís/MA, aluna do curso de Pedagogia da UFMA, pertencente ao grupo UNIDADE.
- 5 - IVANHÓS ALBUQUERQUE LEAL, filho de Homero Leal e Maria Coeli Albuquerque Leal, DIR: 03/FEV/1954 -João Pessoa/PB, Cart. Identidade N° 42.098 -SSP/MA(20/NOV/75), residente à Travessa do Portinho N° 101 -SL/MA, aluno do curso de Filosofia da UFMA, pertencente ao Grupo UNIDADE.
- 6 - RENATO DIONÍSTIO DE OLIVEIRA, pertencente ao Grupo UNIDADE.
- 7 - ROSA DE FÁTIMA ALMEIDA, pertencente ao Grupo UNIDADE.

CONTINUA.



ANEXO B - LISTA DOS DELEGADOS DO (CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CCSO).

BR MAAPEM:35.0/DOE-658-703



ESTADO DO MARANHÃO
 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
 DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
 

INFORME N.º 005/SI/SSP /DERS/MA/19-79

Data : 24 de maio de 1979
 Assunto : MOVIMENTO ESTUDANTIL-CONGRESSO PARA RECONSTRUÇÃO DA UNE-SALVADOR/BA
 Referência : PB N.º 228/79/SI/SSP/BA
 Anexo : Vinte e cinco(25)FOTOGRAFIAS E UM(01)PANELETO
 Difusão : SI/SSP/BA
 Origem : SI/DOPS/SSP/MA
 Análise : A2

- CENTRO DE CIÉNCIAS SOCIAIS-CCSO

- 1 - ANTONIO AGENOR GOMES, pertencente ao Grupo UNIDADE
- 2 - JOÃO BOSCO PIMENTA DE SOUSA, pertencente ao Grupo UNIDADE.
- 3 - JOAQUIM RAIMUNDO CARVALHO MOREIRA DE SOUZA, filho de Kleber Moreira de Souza e Maria de Lourdes Carvalho de Souza, DIN:18/NOV/1956 -ALTO PARNAIBA/PI, Cart. Identidade 233.346 -SSP/MA, residente à rua da Inveja 31/MA, aluno do curso de Direito da UFMA, pertencente ao Grupo UNIDADE.
- 4 - JOSÉ FRANCISCO FESTANA, filho de Maria José Franco Festana, DIN:04/JUN/1956 -CURURUUPU/MA, Cart. Identidade N.º 372.195-SSP/MA, residente à rua das Flores N.º 230,SI/MA(antiga rua Aluísio Azevedo)-CENTRO COMUNITÁRIO DA IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA, aluno do curso de Comunicação da UFMA, funcionário da RÁDIO EDUCADORA DO MARANHÃO LTDA(pertencente ao clero do MARANHÃO), pertencente ao Grupo UNIDADE.
- 5 - JOSÉ MARIA DE SOUSA MEDEIROS, pertencente ao Grupo UNIDADE.
- 6 - JUAREZ MEDEIROS FILHO, pertencente ao Grupo UNIDADE
- 7 - MARIA JOSÉ LOPES LEITE, filha de Vicente Lopes da Silva Leite e Maria Dalva Lopes Leite, DIN: 19/MAR/1957 -CAJUARI/PI, Cart. Identidade N.º 357.880-SSP/MA, residente à Rua Maria Firmina dos Reis N.º 10-São Francisco-SI/MA, alumna do curso de Comunicação, pertencente ao Grupo UNIDADE.

CONTINUA...



ANEXO C - LISTA DOS DELEGADOS DA FEDERAÇÃO DE ESCOLAS SUPERIORES(FESM).

| | | |
|--|---|--|
|  ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL |  | |
| <u>INFORME N° 0005/SI/SSP /DOPS/MA /19 79</u> | | |
| Data : 24 de maio de 1979 Assunto : MOVIMENTO ESTUDANTIL-CONGRESSO PARA RECONSTRUÇÃO DA UNIBAHIA/BA Referência : PI N° 228/79/SI/SSP/BA Anexo : Vinte e cinco(25)FOTOGRAFIAS E UM(1)PANFLETO Difusão : SI/SSP/BA Origem : SI/DOPS/SSP/MA Anotação : A2 | | |
| <p>2 - JOÃO BATISTA RIBEIRO FILHO, filho de João Batista Ribeiro e de Maria Amélia Carvalho Reis, Cart. Identidade N° 210.004 -SSP/MA, residente à rua Afonso Pena N° 394 -SL/MA , aluno do Curso de Engenharia da FESM, vice-presidente do Diretório Acadêmico Gomes de Sousa da Escola de Engenharia.</p> <p>3 - HELIA MARIA PROÉS SANTOS, filha de Taíer Outrim dos Santos e Amazonina Proéis dos Santos, DIN:25/DEZ/1957-Cart. Identidade N° 224.935-SSP/MA, residente à AV.João Pessoa N° 280-A -Outeiro da Cruz -SL/MA, aluno do Curso de Engenharia da FESM.</p> <p>4 - RAIMUNDO NONATO MEDEIROS DA SILVA, filho de Zózimo Ricardo da Silva e Marin Medeiros da Silva, DIN:26/JET/1953 - Caxias/MA, Cart. Identidade N° 157.419 -SSP/MA, residente à Av.Jansen Matos n° 08 -SL/MA, aluno do curso de Física da UFMA e Engenharia da FESM.</p> <p>5 - LOURIVAL DA CUNHA SOUZA, filho de José Batista da Souza e de Antonia da Cunha Souza, DIN: 19/MAI/58,Cart. Identidade N° 226.759 -SSP/MA, residente à Vila Bangú N° 30 -Cumbé -SL/MA, aluno do Curso de Engenharia da FESM.</p> <p>6 - JOSÉ OMRES DE OLIVEIRA, filho de José Marques de Oliveira e Maria do Socorro Fonseca de Oliveira, DIN: 02/MAR/1959 - Cart. Identidade N° 300.273-SSP/MA, residente à rua 14 de Julho,N° 40 -SL/MA, aluno do Curso de Engenharia da FESM.</p> <p>7 - WILSON DE JESUS LOPES ARAGÃO, filho de João Pereira Aragão e Eloisa Lopes Aragão, DIN:23/JUL/1951 -ANAJATUBA/MA , Cart. Identidade N° 258.818 -SSP/MA(31/JAN/75),residente à rua 11 de Outubro,N° 173 -Monte Castelo -SL/MA, aluno do curso de Medicina da UFMA, pertencente ao Grupo UNIDADE.</p> | | |
| <small>CONTINUA</small> | | |

Fonte: Série Estudantes- Dossiê 59. APEM.

**ANEXO D - LISTA DOS DELEGADOS DO (CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE)
UFMA.**

| | |
|---|---|
|  ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL |  |
| INFORME N.º 0005/SL/SSP/DOPS/MA/19-79 | |
| Data : 24 de maio de 1979 | |
| Assunto : MOVIMENTO ESTUDANTIL-CONGRESSO PARA RECONSTRUÇÃO DA UNE-SALVADOR/BA | |
| Referência : PB N.º 226/79/SL/SSP/BA | |
| Anexo : Vinte e cinco (25) FOTOGRAFIAS E UM (1) PANFLETO | |
| Difusão : SL/SSP/BA | |
| Origem : SL/DOPS/SSP/MA | |
| Avaliação : A2 | |
| - CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE | |
| 1 - GENTIL AUGUSTO FRAZÃO NETO, filho de Gentil Augusto Frazão Filho e Teresinha de Jesus Vilanova Frazão, DIN: 30/MAR/1951 -CAIXIAS/MA, Cart. Identidade n.º 75. 115 -SSP/MA, residente à rua Nina Rodrigues N.º 529, SL/MA, pertencente ao Grupo UNIDADE. | |
| 2 - JURSON CALDAS GOES, filho de JURACY BEZERRA GOES e SONIA CALDAS GOES, DIN: 09/FEV/1957 -SÃO LUIS/MA, CART. Identidade N.º 260.795 -SSP/MA, residente no Conjunto São José-Casa 08 -João Paulo/SL/MA, aluno do Curso de Física da UFMA, pertencente ao Grupo MOVIMENTO | |
| 3 - LAURIANO BRITO PEREIRA, filho de Francisco José Pereira e Maria Brito Pereira, DIN: 07/MAR/1954-RONDONOPOLIS/MT, Cart. Identidade N.º 132.263 -SSP/MT, residente à rua da Palma N.º 575 -SL/MA, aluno do curso de Farmácia da UFMA, pertencente ao Grupo UNIDADE. | |
| 4 - MARIA ELIANE MORAIS DIAS, filha de Sebastião dos Santos Dias e Virgílina Moraes Dias, DIN: 10/ABR/1957 -PINDEBÉ-MIRIM-MA, Cart. Identidade N.º 282.605 -SSP/MA, residente à rua do Norte S/N, SL/MA, aluna do curso de Farmácia da UFMA, pertencente ao Grupo UNIDADE. | |
| 5 - NELSON DE JESUS LOPEZ ABAGÃO, sem dados de qualificação neste CI., pertencente ao Grupo UNIDADE. | |
| - DELEGADOS QUE REPRESENTARIAM A FESM: | |
| 1 - IVAN SOARES TELLES DE SOUSA, filho de Reginaldo de Carvalho Telles de Sousa e de Marin Lícia Soares, DIN: 29/JUL/1958 -São Luís/MA, Cart. Identidade N.º 241.505 -SSP/MA, aluno do curso de Agronomia da FESM, presidente do Diretório Acadêmico Lourenço Vieira da Silva da Região de Agronomia. | |
| CONTINUA... | |

Fonte: Série Estudantes- Dossiê 59. APEM.



12 13 14 15 16 17 18 19